

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Economia IE UFRJ

Jaime Ernesto Winter Hughes León

**RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS SOCIAIS: UMA VISÃO CRÍTICA DA
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Orientadora: Prof^ª. Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro

2019

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Economia (IE UFRJ)

**RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS SOCIAIS: UMA VISÃO CRÍTICA DA
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Jaime Ernesto Winter Hughes León

D.R.E.: 115012966

Tese de doutoramento

Tese apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de doutor em economia.

Orientadora: Prof^a. Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

L579 León, Jaime Ernesto Winter Hughes

Resistência às mudanças sociais: uma visão crítica da democracia brasileira /Jaime Ernesto Winter Hughes León. - 2019.

280 f.; 31 cm.

Orientadora: Maria Mello de Malta

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, 2018.

Bibliografia: f. 267 – 279.

1. Democracia - Brasil. 2. Mudanças sociais. 3. Fernandes, Florestan, 1920-1995. I. Malta, Maria Mello de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 321.8

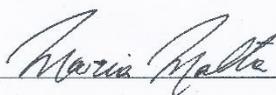
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo
CRB 7 – 6851 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

RESISTÊNCIA ÀS MUDANÇAS SOCIAIS: uma visão crítica da democracia brasileira

Jaime Ernesto Winter Hughes León

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019

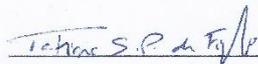
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Dr.^a. Maria Mello de Malta IE UFRJ – Orientadora



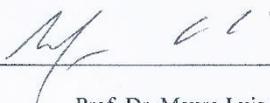
Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto IE UFRJ



Prof.^a. Dr.^a. Tatiana Silva Poggi de Figueiredo PPGH UFF



Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior IE UNICAMP



Prof. Dr. Mauro Luis Iasi ESS UFRJ

Rio de Janeiro

28 de fevereiro de 2019

Dedico esta tese
ao povo brasileiro, que ainda está “conhecendo a si mesmo”, pois
é ele quem faz a história valer a pena;
àqueles que lutam por dias melhores e
à memória de Florestan Fernandes.

*O presente trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)*

O conteúdo da tese é de inteira responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Fazer, e terminar, uma pós-graduação no Brasil não é fácil. Ainda mais em tempos em que o próprio ministro da educação diz que “a ideia de universidade para todos não existe” e que “as universidades devem ficar reservadas para uma elite”. Diante disso, me sinto na obrigação de agradecer, em primeiro lugar, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que me possibilitaram concluir um trabalho de doutoramento. Em especial àqueles que tenho ou tive contato direto.

Em seguida, agradeço à universidade pública. Aprendi a importância da existência de uma educação pública, gratuita, de qualidade, autônoma e unitária na construção de uma sociedade melhor. Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual de Campinas por terem sido as instituições onde me formei. Agradeço a todas as bibliotecas públicas e gratuitas que frequentei neste processo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter viabilizado financeiramente toda minha pesquisa, fosse no Brasil, fosse durante os meses em que fiz o “Programa Doutorado Sanduíche” no exterior.

Agradeço ao Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) do Instituto de Economia. O aprendizado coletivo que se constrói ali me mostrou a importância da relação entre ensino, pesquisa e extensão e a relevância de estudar o marxismo e as interpretações do Brasil. Das atividades que construímos juntos me marcaram as “Escolas de Primavera sobre intérpretes do Brasil”; as atividades do Grupo de Trabalho sobre História do Pensamento Econômico Brasileiro; o curso sobre os “100 anos da Revolução Russa”; o seminário sobre os 200 anos da morte de Marx e dos 150 anos de *O Capital*; os cursos de extensão sobre a “Questão de gênero” e “Como funciona a sociedade I e II” e, não menos importantes, os encontros do POLEMA. Agradeço aos companheiros Maria Malta, Carla Curty (a quem sou especialmente grato neste processo), Larissa Mazzolli, Bruno Borja, Leila Barbosa, Wilson Vieria, Filipe Leite, Pablo Bielschowsky, Matheus

Sadde, Rafael Zincone, Marco Antônio Rocha, Diego, e todos os bolsistas e outras pessoas que passaram no LEMA ao longo destes anos.

Sou grato ao Grupo de Estudos Florestan Fernandes (GEFF), organizado por alunos e ex-alunos da UNICAMP, que tem como objeto estudar os desafios da formação nacional, a economia brasileira e as causas e consequências do processo de reversão colonial. Um agradecimento especial a Maurício Espósito, Leandro Pereira e Théó Lubliner por estarem coordenando um trabalho do grupo que está em vias de ser publicado. Devo lembrar Fernando Henrique, que puxou uma agenda de discussões sobre a economia brasileira em 2017, João Hadler, Artur Cardoso, Gustavo Zullo, Jean Peres, Tatiana Henriques, Joana Salém, Daniel Cardoso, Rebeca, Melissa, Alisson, Stella e outros companheiros que também passaram pelo grupo e merecem cumprimentos cordiais. Obrigado por refletirem sobre a superação do subdesenvolvimento.

No primeiro ano de doutorado, fiz a “escola de verão” da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. No Chile, pude ver um pouco mais o alcance do subdesenvolvimento latino-americano. Não obstante, destaco as experiências e os presentes que ficaram: a amizade de Aline Miglioli, Marta Mantineo, Rodrigo Vergnhanini, Liana Bohn, Juliana Moreira, Enrique Flores e a dos demais colegas. Com eles ficou fácil aguentar os “terremotos”. Sou grato por isso.

Pelo “Doutorado Sanduíche” em Londres, devo agradecer ao prof. Alfredo Saad-Filho, professor da *School of Oriental and African Studies (SOAS)* da *University of London*. Sua presteza em me receber em Londres e me inserir no grupo de pesquisa junto com seus orientandos viabilizou um período rico de aprendizado e reflexões sobre o momento de ascensão do autoritarismo e intensificação do neoliberalismo. Para lidar com o inverno inglês, contei com a companhia e amizade de Pedro Loureiro, Aiko Amaral, Bruno Hofig, Camila, Janaína de Faria, José Bruno, Lilia Caiado, José Paulo Guedes, Catarina Bessell e Bianca Orsi.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Maria Malta, que, ao virar uma amiga ao longo do processo, se tornou uma pessoa fundamental na minha formação. Estar ao seu lado durante quatro anos foi uma experiência gratificante que aumentou meu horizonte ser cidadão, de ser educador, de lutar por uma sociedade melhor e com educação pública e popular. Agradeço por sua paciência, por lidar com minha ansiedade e com minha escrita “pesada”, por me convidar a dar aula e para ir em atividades de resistência, e por me fazer, propositalmente, bater a cabeça com as questões que mereciam maior ponderação.

Agradeço à banca avaliadora: o prof. Plínio de Arruda Sampaio Jr. pela amizade e conselhos desde 2012, o prof. Eduardo Pinto, o Prof. Mauro Iasi e, a prof. Tatiana Poggi. São todos exemplos que sigo e suas reflexões, de maneira distinta em cada caso, foram incorporadas na medida de minha capacidade. Agradeço aos professores suplentes Ângela Ganem e Carlos Medeiros, professores exemplares do Instituto de Economia.

Devo gratidão eterna aos meus pais Jaime e Marília, a meus irmãos Clara, Isabel e Alexandre, a meu amado afilhado Bernardo, à Lilica, ao Tobias e ao León. Sempre presentes, respeitam minhas ideias diferentes e aguentaram de perto as flutuações de disposição de um doutorando. Agradeço aos meus familiares; à terapeuta Débora; a cada um de meus amigos que, por casualidade, não são poucos. Um abraço para os colegas de pós-graduação (em especial Norberto Montani, Marcio Alvarenga, Pedro Costa, Helena Marroig, Iderley Colombini, Herberth, Patieene e Botelho); os prof. Alexis, Denise, Maria Lucia e Lena; aos queridos Renata, Augusto, Camila, Nicholas e Gabriela; os colegas acadêmicos; as vítimas do futebol; os amigos Júlio, Fernanda e Larissa; deixo um agradecimento à minha terra natal, Petrópolis, à qual sempre recorria “para evitar a fadiga”, e à cidade do Rio de Janeiro que me brindou com um belo reduto *democrático* nos momentos de cansaço e lazer: a praia do Leme.

“Angola, Congo, Benguela, Monjolo, Cabinda, Mina, Quíloa, Rebolo

Aqui onde estão os homens

Dum lado cana de açúcar

Do outro lado o cafezal

Ao centro senhores sentados

Vendo a colheita do algodão branco

Sendo colhidos por mãos negras”

Jorge Ben Jor, *Zumbi*

“A refavela revela o salto

Que o preto pobre tenta dar

Quando se arranca do seu barraco

Prum bloco do BNH”

Gilberto Gil, *Refavela*

“Eu agradeço ao povo brasileiro

Norte, Centro, Sul inteiro

Onde reinou o baião”

Luiz Gonzaga, *Hora do adeus*

RESUMO

León, Jaime Ernesto Winter Hughes. **Resistência às mudanças sociais: uma visão crítica da democracia brasileira.** Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

Esta tese tem como objeto a relação entre as mudanças sociais e a questão democrática brasileira. Como contribuição, este trabalho construiu uma análise própria da realidade brasileira, levando em conta as especificidades da formação social brasileira, a fim de refletir sobre as possibilidades que estão em aberto para a “democracia” no contexto de crise terminal da forma política que subsistiu na “Nova República”, período entre a promulgação da Constituição de 1988 e o impedimento de Dilma Rousseff em 2016. O pano de fundo desta construção se dá a partir da análise da conexão entre “identidade, povo e nação” que sinaliza a existência de uma “cultura política autoritária” no Brasil. Por isso se recorre a uma fundamentação teórica acerca das categorias marxistas de “classe social” e “Estado”, alicerçadas na categoria de “luta de classes”, fundante nas obras de Marx, Engels e Gramsci. A mediação histórica entre os elementos teóricos do marxismo e a formação social brasileira se dá com o recurso da interpretação de Brasil de Florestan Fernandes, um intelectual orgânico, no sentido gramsciano, da classe trabalhadora. Através da análise das diferentes “ordens sociais”, se reflete como o específico processo de “revolução burguesa” no Brasil conformou os traços do povo; da classe burguesa; das resistências a mudanças sociais e da nação possível no quadros do “capitalismo dependente”. Com a concretização desta revolução burguesa em 1964, as possibilidades de mudanças sociais ficariam circunscritas a um Estado autocrático burguês que, ao longo do regime civil-militar, viabilizou a forma política da “democracia de cooptação”, um instrumento de apassivamento da luta de classes. Após a “transição democrática”, iniciada em 1985 e acabada com a promulgação da Carta de 1988, e com quinze anos de introdução de um “neoliberalismo brasileiro”, se abriu espaço para que um partido político de base social trabalhadora chegasse, pela primeira vez, ao poder e exercesse de forma plena a cooptação das classes desprivilegiadas. Entretanto, as bases de tal política eram frágeis e, uma vez deflagrada a crise econômica mundial de 2007, os primeiros sinais de reversão da política socioeconômica deste governo se mostraram patentes. Eles culminaram no colapso das instituições democráticas, no entrave da acumulação de capital, na falta de representatividade e de poder que, conjuntamente, impediram Dilma Rousseff e terminaram com a “democracia de cooptação”. Entrementes, esta crise possibilitou que novas formas de Estado autoritário surgissem. O método de pesquisa é o construído pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) para a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) que analisa o presente à luz do passado com o fito de construir um futuro diferente.

Palavras-chave: autoritarismo; Brasil; democracia; Florestan Fernandes; mudanças sociais

ABSTRACT

León, Jaime Ernesto Winter Hughes. **Resistência às mudanças sociais**: uma visão crítica da democracia brasileira. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The object of this thesis is the relationship between social changes and the Brazilian democratic issue. As a contribution, this work built a unique analysis of the Brazilian reality, considering the specificities of the Brazilian social formation, in order to think about the open possibilities for the “democracy” in the terminal crisis of the political form that subsisted in the “New Republic”, period between the promulgation of the 1988’s Constitution and Dilma Rousseff’s impeachment in 2016. The background of this construction starts from the analysis of the connection between “identity, people and nation” that stresses out the existence of an “authoritarian political culture” in Brazil. Therefore, the Marxists categories of “social classes” and “State”, based on the category “class struggle”, a cornerstone in Marx’s, Engels’ and Gramsci’s works, are used. The historical mediation between the theoretical elements of Marxism and the Brazilian social formation is done regarding Florestan Fernandes’ – an organic intellectual of the working class, in Gramsci’s way – interpretation of Brazil. Through the analysis of the different “social orders”, it is considered how the specific process of “bourgeois revolution” in Brazil shaped the marks of the people; of the bourgeois class; of the resistance towards social changes and of the possible nation inside the “dependent capitalism”. As this bourgeois revolution consolidated itself in 1964, the possibilities of social changes were bounded to an autocratic bourgeois State that, during the civil-military regime, provided the political form of “cooptation democracy”, a means of alleviating the class struggle. After the “democratic transition”, which started in 1985 and finished with the promulgation of the 1988’s Constitution, and after fifteen years of introduction of a “Brazilian neoliberalism”, a political party with a worker social basis achieved the power, for the first time ever, and it put forth, fully, the cooptation of the unprivileged classes. However, the bases of this policy were fragile and, as the 2007’s world crisis came, the first signs of inflection of the social and economic policy of this government were there to blame. They resulted in the collapse of democratic institutions, the entanglement of capital accumulation, the lack of representativity and power, which, altogether, impeached Dilma Rousseff and finished the “cooptation democracy” off. New forms of authoritarian State came up with this crisis, though. The research method is based upon the method built in the Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) for History of Brazilian Economic Thought (HPEB), which analyses the present considering the past in order to build a different future.

Key-words: authoritarianism; Brazil; democracy; Florestan Fernandes; social changes

Lista de siglas e abreviações

AIT – Associação internacional dos trabalhadores

BNDES – Banco nacional de desenvolvimento econômico e social

BB – Banco do Brasil

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CEF – Caixa econômica federal

CUT – Central única dos trabalhadores

E.U.A. – Estados unidos da América

FINEP – Financiadora de estudos e projetos

FUNAI – Fundação nacional do índio

HPE – História do pensamento econômico

HPEB – História do pensamento econômico brasileiro

IC – Internacional comunista

ISEB – Instituto superior de estudos brasileiros

ISI – Industrialização por substituição de importações

LGBTQ – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e *queers*

MBL – Movimento Brasil livre

MDB – Movimento democrático brasileiro

MPL – Movimento passe livre

MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

MTST – Movimento dos trabalhadores sem teto

PAC – Programa de aceleração do crescimento

PCB – Partido comunista brasileiro

PDS – Partido democrático social

PFL – Partido da frente liberal

PASEP – Programa de amparo ao servidor público

PIS – Programa de integração social

PSDB – Partido da social democracia

PT – Partido dos trabalhadores

SUMOC – Superintendência da moeda e do crédito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização	17
1.2 Sobre o método	22
Capítulo 1 A centralidade da luta de classes para o entendimento das mudanças sociais na teoria marxista	29
Introdução	29
1 A classe enquanto um processo e uma relação históricos	30
1.1 A noção de classe social em E.P. Thompson	32
2 A classe enquanto processo identitário	51
3 Debate sobre teoria do Estado na tradição Marxista de Marx (e Engels) e Gramsci	61
3.1 O Estado em Marx e Engels	64
3.2 O Estado em Gramsci	74
Considerações finais	88
Capítulo 2 Mudanças sociais no capitalismo dependente	91
Introdução	91
1 O Brasil antes da sociedade de classes	94
1.1 A ordem social colonial	94
1.2 A ordem social neocolonial	105
2 O surgimento do povo no Brasil	113
3 A revolução burguesa no Brasil	123
3.1 A racionalidade burguesa dependente	135

3.2 As lutas de classes sociais no capitalismo dependente	143
Considerações finais	150
Capítulo 3 A discussão da democracia no Brasil após a concretização da revolução burguesa	155
Introdução	155
1 O significado da revolução institucional de 1964: adaptação à ordem social monopolista	158
2 Contrarrevolução prolongada e abertura do consenso burguês	172
2.1 Casamento do Estado autocrático com a democracia de cooptação	177
3 Carlos Nelson Coutinho e sua interpretação da formação social brasileira	182
3.1 Carlos Nelson e as perspectivas de uma democracia de massas	188
4 As lutas populares pelo processo de “abertura democrática”	195
5 O desmanche do “bonapartismo” e a construção de um novo tipo de democracia restrita	199
6 Democracia como instrumento de acomodação à ordem burguesa: o ciclo da Nova República	209
Considerações finais	222
CONCLUSÕES: uma agenda de pesquisa a partir dos temas propostos	227
1 Crise estrutural do capital: a incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia	229
2 A ascensão do autoritarismo	236
3 A consciência de classe e as possibilidades de mudanças sociais	245
4 A questão do povo	250

Apêndice A – A controvérsia entre democracia liberal e a democracia socialista	255
1 A relação entre Estado, classes e democracia	255
2 O partido e a revolução permanente	261
REFERÊNCIAS	267

INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A pesquisa contida nesta tese é um trabalho de história do pensamento socioeconômico e um trabalho de teoria marxista do Estado. Refletir sobre as possibilidades de mudanças sociais num país como o Brasil demanda uma análise detida da realidade de sua formação social enquanto um país periférico e sobre o Estado possível no contexto do “capitalismo dependente”.

Após os anos de “transição democrática”, na saída do regime civil-militar de 1964-1985, o Brasil logrou formalizar uma Carta Magna que prezava pela defesa formal de demandas históricas da maioria da população, de alguns setores desprivilegiados e dos trabalhadores. Dentre estas demandas constavam a normatização sobre a questão da terra, sobre garantias de uma remuneração condizente com um padrão mínimo histórico de vida aos trabalhadores, sobre a saúde pública, sobre a educação pública e sobre um sistema de seguridade social. Ao mesmo tempo, os interesses das classe e frações de classe dominantes foram perpetuados como instrumentos de salvaguardar o agronegócio e a produção para exportação, a indústria (dependente), as finanças, as demais formas de perpetuação da desigualdade da riqueza e da renda e os instrumentos que impedem o acesso à máquina do Estado por parte das classes dominadas.

Depois dos efeitos da crise da década de oitenta, a qual teve reflexos econômicos (como inflação elevada, alta dos indicadores de desigualdade e desestruturação fiscal), a década de noventa começa com a crise do governo Collor, que culminou no seu impedimento, mas que logrou implantar o neoliberalismo no Brasil com a abertura comercial e a financeira. Os governos posteriores de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso efetivaram a consolidação do neoliberalismo no país sob a agenda do Plano Real.

Entretanto, seria com os treze anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016 que a sociedade brasileira mudaria marcadamente. Muito se falou nos meios acadêmico, político, cultural e social sobre transformações na sociedade brasileira que teriam reconfigurado indelevelmente a vida das pessoas, inclusive com algumas afirmações de que uma “nova classe média” teria emergido¹. O governo de Lula foi um marco da história republicana do país e a ideia de que “nunca se ganhou tanto no país” se difundiu através da afirmação de que a política do governo possibilitava tanto a melhora dos desprivilegiados quanto dos setores abastados e privilegiados da sociedade. Esta era a lógica de “ganha-ganha”, propalada pelo próprio ex-presidente como fica claro nas suas palavras:

Ele (os donos dos meios de comunicação e grandes empresários) nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. *Agora, obviamente que eu tenho certeza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem.* Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego (LULA *apud* Iasi, 2017: 259)

Não obstante, a crise financeira de 2007 chegou ao Brasil (mesmo que sendo sentida mais intensamente só a partir de 2009), e desde 2013, o governo do PT, sob Dilma Rousseff, foi sendo contestado nas ruas, nas instituições da “democracia” brasileira (como o Congresso Nacional), na mídia e nas redes sociais sob acusações, de um lado, de que não promovia o mínimo demandado pelo povo em termos de educação pública, transporte, saúde, alimentação, moradia, segurança e emprego. De outro lado, a aliança do governo com os setores burgueses colapsou, fosse por não conseguir oferecer as

¹ Para este debate ver, por exemplo, Neri (2011) e Pochmann (2014).

garantias para a reprodução ampliada do capital, fosse pela demora em promover as reformas demandadas pelos representantes do capital.

Então, uma série de acusações sobre corrupção envolvendo representantes do governo e empresas de caráter público e privado, como a PETROBRAS, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Organização ODEBRECHT e o grupo OAS, foi difundida pelos meios de comunicação. Assim, a sustentação do governo, feita outrora por parte do empresariado e por parte instituições burguesas, ruiu. O “ganha-ganha” mostrou-se insustentável e a “quadratura do círculo” da política do PT ficou evidente (Sampaio Jr., 2017).

O segundo mandato de Dilma agonizou indo de uma política econômica claramente contracionista com Joaquim Levy às tentativas infrutíferas de Nelson Barbosa. Até que, em 2015, a presidenta foi afastada e impedida em 2016 mediante “um grande acordo nacional, com o Supremo, com tudo” – para parafrasear um representante dos interesses burgueses no Congresso Nacional da época – que colocou o vice-presidente, Michel Temer, no poder.

Com a ascensão de Michel Temer, um movimento que começara ainda nos governos do PT foi exponenciado: a reversão das políticas sociais (com a expansão de políticas socioeconômicas austeras e contracionistas), uma onda de reformas que retiravam direitos trabalhistas e sociais há muito conquistados através de lutas populares e a intensificação do receituário econômico neoliberal. Esta nova realidade colocava em xeque aquelas mesmas “transformações” ocorridas durante os governos do PT deixando em aberto o seguinte questionamento: será que as mudanças promovidas pelo PT teriam atuado somente sobre os efeitos da chamada “questão social”, deixando intactas suas causas históricas?

O governo de Jair Bolsonaro, começado em 2019 (mesmo período em que esta tese acabava de ser revisada) tem sobre si a expectativa de elevar o patamar das reformas

neoliberais com o ministro Paulo Guedes que, de saída, tem como uma das principais metas realizar a reforma da previdência, para completar, após as já realizadas reforma trabalhista e reforma fiscal, a tríade de reformas propostas no governo de Michel Temer. Além desta reforma, se projeta uma série de privatizações de empresas estatais.

Pode-se afirmar que o governo Bolsonaro é a expressão mais clara e pioneira, na América Latina, de um movimento que é mundial no século XXI: a ascensão do conservadorismo e do autoritarismo combinado com a intensificação, em patamares novos, do receituário socioeconômico do neoliberalismo.

Neste contexto, percebe-se que a questão democrática está na ordem do dia sob diversas perspectivas, seja pela perspectiva do meio-ambiente com os casos mais evidentes de crime ambiental em Mariana e Brumadinho, seja com a luta das chamadas “minorias”, seja com a luta por direito dos trabalhadores, seja com as possibilidades de integração e participação ativa do povo nas esferas de decisão do Estado.

Diante deste quadro, esta tese se propõe a fazer um estudo das possibilidades de mudanças sociais no “Brasil contemporâneo” a partir da tradição democrática que se cristalizou ao longo da formação social do país. Para tanto, será necessária uma discussão sobre as categorias de “classe social”, “Estado” e suas conexões com a “democracia” possível no país. Tal discussão se baseia na centralidade de uma categoria fundante do marxismo: a luta de classes.

Portanto, o movimento da tese é o seguinte: no *capítulo 1*, se discute as fundamentações teóricas daquilo que elencamos como os aspectos mais importantes para uma discussão sobre o processo da classe social, com base em Karl Marx, Friedrich Engels, Edward Thompson e Ellen Wood; também se discute os elementos teóricos imprescindíveis para o caráter do Estado capitalista na perspectiva de Marx (e Engels) e Antonio Gramsci. Portanto, neste capítulo, as categorias centrais são as de luta de classes,

classe social, a consciência social e o Estado enquanto unidade dialética entre sociedade civil e sociedade política.

No *capítulo 2*, é realizada a mediação histórica, a partir da obra macrossociológica de Florestan Fernandes, dos elementos teóricos apresentados no capítulo um com a formação social brasileira. Para isso, se discute a relação entre *identidade, povo e nação* no Brasil e as diferentes “ordens sociais” que vigoraram no país desde a colonização portuguesa até o processo decisivo de conformação de uma sociedade tipicamente capitalista, processo que se deu sob uma *revolução burguesa no Brasil*. Neste capítulo se discute como o povo aparece na história, com destaque para os elementos negro e mestiço na história deste povo, e como as classe e frações de classe burguesa se conformaram numa revolução burguesa específica, nos marcos do capitalismo dependente, que impede a efetiva *descolonização*.

No *capítulo 3*, se discute o significado do desdobramento da revolução burguesa no Brasil, que se iniciara em 1930 com o golpe de Vargas e se completa com a “revolução institucional civil-militar” de 1964. Afirma-se que o desfecho desta revolução teve um aspecto ambivalente no que toca a questão da *formação nacional*: para a perspectiva do capital, teria dado uma solução para o entendimento da “nação” e para a “crise do poder burguês” do século XX; para a perspectiva da questão social, a revolução burguesa teria representado o congelamento da questão nacional, enquanto chance de integrar o povo no Estado e promover o desenvolvimento socioeconômico de maneira autônoma e sustentável. Além disso, o capítulo discute a “transição democrática”, a partir de uma controvérsia assentada nas perspectivas para a democracia brasileira nas perspectivas de Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. Se discute, a partir desta controvérsia, como se deu a distensão do regime civil-militar e o processo que viabilizou um partido que tinha como bandeira original a defesa dos interesses dos trabalhadores chegar ao

poder duas décadas após a abertura do regime e, por fim, como este mesmo governo desmoronou.

Nas *conclusões*, sistematizamos os aspectos mais importantes discutidos na tese e montamos uma agenda de pesquisa futura a partir do debate dos capítulos precedentes. Como as questões discutidas estão sendo vividas nos dias que correm, não pretendemos dar respostas definitivas sobre os processos apontados. O que pretendemos com estas considerações é destacar alguns dos possíveis pontos de reflexão que podem surgir a partir das questões vistas ao longo da tese.

Por fim, há o *Apêndice A*, onde é discutida a questão da contradição da democracia liberal burguesa com a democracia socialista e a questão do partido e a revolução permanente.

1.2 Sobre o método

Em relação ao método de pesquisa e exposição da tese, utilizamos o método que vem sendo desenvolvido coletivamente pelo Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da UFRJ sobre História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB) apresentado em Maria *et al.* (2011) e desenvolvido por Curty (2017). Neste sentido a ideia de *intérprete de Brasil* como um eixo da HPEB é fundamental.

Segundo o método considerado, as interpretações de Brasil realizam uma proposta de análise e de tradução da realidade brasileira a partir da construção de uma reflexão sobre a conjuntura do país, que considera o passado de sua formação social histórica, para propor um projeto de futuro para o Brasil. Defende-se que os chamados “intérpretes do Brasil” estão na origem dos principais debates necessários para se entender o Brasil contemporâneo. Os caminhos que tais intérpretes tomam são variados e, geralmente, podem ser organizados na forma de *controvérsias* entre as autoras e os autores

considerados, podendo incluir discussões como as de povo, etnia, raça, classes, Estado, modos de produção, desenvolvimento, democracia e revolução.

Basicamente, o método referido é desenvolvido a partir do materialismo histórico dialético proposto por Marx (1905-1910 [1980]) e desenvolvido por Rubin (1929 [2014]) e Dobb (1973 [1977]) e que é combinado ao conceito de intérprete do Brasil.

O que ficou conhecido como a versão tradicional de História do Pensamento Econômico (HPE), consolidada em Schumpeter (1954 [1964]), é que a HPE seria uma história linear das ideias e teorias do pensamento econômico em seu estado de maior evolução e de acúmulo de conhecimento. Logo, segundo esta visão, tudo aquilo que já foi produzido, em termos de pensamento e teoria, e que não é mais suscetível de uso na contemporaneidade, já teria passado por um processo de “filtragem” e teria sido descartado. Isto é o que faz a ciência social hegemônica nos dias de hoje. Assim a HPE seria uma história das ideias e teorias hegemônicas com uma evolução linear, sem rupturas.

Schumpeter (1954 [1964]) classificou a história das ideias em três ramos: i) o da história do pensamento econômico, relacionado ao senso comum sobre economia numa determinada conjuntura histórica nas discussões midiáticas e cotidianas ; ii) o da história dos sistemas políticos, relacionado ao conjunto de políticas econômicas de caráter normativo e iii) o da história da análise econômica, aquele que o autor considerava o mais relevante dos ramos por ser o grau mais elevado de evolução dos modelos econômicos, base para as teorias econômicas.

Segundo Curty (2017), a concepção tradicional de HPE está eivada pela noção de que há uma separação positivista entre ciência, teoria e história, no sentido de independência de cada um destes ramos e, assim, a história do pensamento não seria determinada pela ideologia de uma época². Contrariamente, pelo método da HPE, apoiado

² Aprofundaremos a discussão sobre a ideologia no capítulo 1.

nas ideias de Marx (1905-1910 [1980]) e em Rubin (1929 [2014]) e Dobb (1973 [1977]), tem-se que a história do pensamento econômico é a história das ideias do pensamento social e ela funciona como eixo central da crítica marxiana. Vale dizer que na época dos autores da “economia política clássica” (como Adam Smith, John Stuart Mill, James Steuart e David Ricardo), a economia era entendida como “economia política”, uma ciência que integrava a filosofia, a antropologia, a história, a sociologia, a teoria econômica e a teoria política numa tentativa de consolidação e justificação da sociedade burguesa. A abordagem de Marx visava a compreensão da realidade com o fim de transformação desta, o que exigia a superação da economia política clássica (Coutinho, 2011).

O método da HPE, portanto, deve sempre historicizar o autor em questão³, isto é, localizá-lo no contexto histórico e social no qual vivia; a teoria com a qual debate e, mais importante, os seus interlocutores; tendo em mente que nenhum autor e autora pode ultrapassar o seu tempo histórico.

A própria História do Marxismo constitui campo fértil para entendermos a complexidade de apreensão da História do Pensamento Econômico. Se, conforme afirma Netto (1985), o legado da obra marxiana é o método de pesquisa sobre a sociedade burguesa com a finalidade de sua transformação, tal como está em Marx (1859 [2008]), não se pode falar de uma categoria tal como “o marxismo”, mas sim de “marxismos” enquanto uma série de interpretações da obra marxiana que buscam constantemente a

³ No caso de Marx, por exemplo, sua obra é ininteligível se não levamos em conta que ele viveu um período revolucionário e contrarrevolucionário dos anos 1840, no qual foi selada a crítica da filosofia clássica alemã, tendo Hegel como principal expoente; também é extremamente necessário levar em consideração a experiência de vida de Marx na França entre 1843 e 1845, período no qual tem contato pela primeira vez com um classe proletária revolucionária (classe que participava com um intervalo de uma geração na Revolução Francesa de 1789), período no qual também Marx entrou em contato com Engels e foi apresentado ao elemento que o levaria encontrar a chave para a negação da negação de Hegel, a economia política inglesa; por fim, não se pode esquecer a liderança política de Marx que participou como líder da revolução de 1848, a qual seria derrotada, e o colocaria em anos de miséria na década seguinte em Londres, mas que foram, em termos de formação teórica, fundamentais para a elaboração dos primeiros esboços de sua teoria social da gênese, do desenvolvimento e das condições de crise no sistema capitalista.

validade dos pressupostos marxianos sob novos contextos históricos e em formações-sociais distintas das quais escreveram Marx e Engels.

Segundo Netto (1985), o termo marxismo foi fundado pela II Internacional (1889-1916) por Kautsky, pouco antes da morte de Marx. Vendo a obra de Marx como uma concepção de mundo que integrava uma noção da relação da natureza com o homem como um método científico que comandava a ação política. Portanto, recusamos a ideia de “o marxismo” sempre que ele significar uma “concepção ou visão de mundo”, pois esta definição esvazia o caráter histórico e específico das diversas interpretações da obra marxiana. Nas palavras de Netto:

O que a denominação marxismo traz consigo, como um contrabando ideológico, é o abandono da historicidade da contribuição de Marx e dos que o sucederam: induzindo à ideia de uma linha contínua entre o pensamento marxiano e os projetos nele inspirados, obscurece os condicionamentos históricos, teóricos, culturais e políticos que respondem pelas várias interpretações, subtrações e adições realizadas em torno da obra de Marx (NETTO, 1985:77-78).

Tal idealização de marxismo enquanto visão de mundo é fruto da transformação da obra marxiana em doutrina após a Revolução Russa em 1917, tarefa executada pelo processo de institucionalização do marxismo pela III Internacional Comunista (IC) (1919-1943) sob o comando de Stálin e sob a nomenclatura de “marxismo-leninismo” que via em Marx e Lenin propositores de uma concepção de mundo científica da classe operária. A fim de legitimar o socialismo soviético, Stálin adotou o marxismo-leninismo como ideologia oficial do Estado autocrático soviético.

A obra marxiana durante este período passa por um processo de extrema simplificação e generalização que faz penetrar o pragmatismo na teoria social de Marx, compatível com a burocratização do Estado promovida na União Soviética e que seria repassada através da IC a diversos países do mundo em situações distintas da União

Soviética como se fossem um modelo para a transição do capitalismo ao socialismo e ao comunismo.

Conforme Marx & Engels (1846 [2007]), a ideologia é a expressão em ideias das relações sociais concretas das classes dominantes que, justamente por serem dominantes, impõem sua vontade e seus interesses como se fossem os interesses gerais da nação. Logo, a HPE hegemônica seria, em cada momento e sociedade determinados, a expressão das ideias do pensamento econômico dominante (Rubin, 1929 [2014]). Indo ao encontro desta abordagem para a HPE, Dobb (1973 [1977]) sugere uma visão integrada entre ciência, ideologia e história.

Parte-se do pressuposto de que o método utilizado por Marx em sua crítica do sistema do capital, se baseia numa análise de HPE dos autores da economia política clássica colocando em questão a maneira que estes autores viam a realidade em que viviam. Segundo a crítica marxiana, os autores clássicos naturalizaram as relações sociais existentes na sociedade burguesa, esvaziando assim, o caráter histórico de luta de classes presente no confronto das forças produtivas e das relações sociais de produção. O que Marx teria feito seria analisar o mesmo objeto que os autores clássicos, a sociedade burguesa, colocando-o em disputa na história das ideias. Isto contradiz o que Schumpeter classificaria posteriormente como o grau de maior acúmulo e evolução do conhecimento num movimento sem rupturas. É mister ter presente que a crítica contida na teoria social elaborada na obra marxiana tinha uma finalidade colocada como necessária: a transformação social.

A HPE para Marx, portanto, pode ser aquilo que Schumpeter classificou como “análise econômica”, base da teoria econômica, mas vai além. É a história das disputas de ideias sobre a realidade, sejam elas hegemônicas ou não, através das controvérsias que envolvem o objeto de estudo. No caso de Marx é clara a conexão entre ideologia, sua visão crítica de mundo, e sua perspectiva de transformação da sociedade. Assumimos a

ideia trabalhada em Curty (2017) de que pelo caminho das controvérsias, a HPE evidencia a processualidade e a historicidade do pensamento. A noção de história como “processo em movimento” e cheio de contradições e de “especificidade do pensamento” são, portanto, fundamentais.

A HPE, tal como pensada por Marx, utiliza o materialismo histórico dialético, o qual busca as contradições e o movimento próprio do objeto e as determinações simultâneas entre a produção da base material da vida, relações de produção e forças produtivas – a estrutura da sociedade – e da consciência social, do aparato jurídico e do aparelho político – a superestrutura da sociedade.

As palavras de Ellen Wood sobre a razão de utilizar-se o método materialista histórico corrobora esta noção sobre a HPE e a HPEB. Segundo elas temos que:

Eu proponho começar da premissa que a crítica do capitalismo é urgentemente necessária, que o materialismo histórico ainda fornece a melhor fundação para construí-la, e que o elemento *crítico* do Marxismo reside acima de tudo na insistência da especificidade histórica do capitalismo – com a ênfase, tanto, na sua lógica sistêmica quanto na sua historicidade⁴ (WOOD, 1995: 2. Tradução livre)

Em relação ao método de exposição, vale ressaltar que por ser um trabalho de História do Pensamento Econômico, optamos por deixar indicado em todas as referências, além do ano de publicação da edição utilizada, o ano de publicação original das obras originais, a fim de situar os leitores sobre o ano de sua publicação. Portanto, o leitor encontrará as referências na seguinte forma: (*Autor, ano da publicação original da obra [ano da edição utilizada]*). Por exemplo: (Marx, 1867 [2013]).

⁴ I propose to start from the premise that the critique of capitalism is urgently needed, that historical materialism still provides the best foundation on which to construct it, and that the *critical* element in Marxism lies above all in its insistence on the historical specificity of capitalism – with the emphasis on both the specificity of its systemic logic and on its historicity (WOOD, 1995: 2).

Capítulo 1 A centralidade da luta de classes para o entendimento das mudanças sociais na teoria marxista

Introdução

A controvérsia sobre as classes sociais, o Estado e as mudanças sociais, na sua aparência direta e mistificada, se mostra para a sociedade brasileira, na discussão sobre mobilidade social entre as “classes”. Ela, na verdade, é circunscrita pelas conexões concretas entre a luta de classes e as possibilidades de transformação social. Portanto, este capítulo parte da seguinte preposição: **o modo de produção capitalista engendra relações de produção que determinam a luta de classes; este conflito é o motor da formação das classes sociais, do Estado e das formas políticas possíveis que a democracia assume em cada formação social.**

Trataremos neste capítulo de expor e analisar uma série de elementos teóricos e históricos que constituem e se relacionam àquilo que chamamos de o fenômeno da *classe social* e as *mudanças sociais* que serão fundamentais para a tese, pois serão utilizados em toda a pesquisa. O objetivo do capítulo é mostrar que, para uma perspectiva que reivindica o materialismo histórico, a classe social é um processo e uma relação histórica que depende da luta de classes e da ação consciente dos grupos de pessoas que constituirão as classes, apesar de a existência da classe não depender da plena conformação da consciência de classe. Além disso, a partir da categoria de classe, é necessário entender sua conexão com a conformação do Estado capitalista para entendermos as possibilidades de transformação social.

Vale lembrar que estes conceitos são todos historicamente construídos e têm suas especificidades em cada formação social. Buscar-se-á, principalmente, na obra de alguns autores da tradição marxista, nominalmente Thompson, Marx, Engels, Gramsci e alguns

de seus comentadores, contribuições que, segundo nosso julgamento, são totalmente indispensáveis, por seguirem o método materialista histórico dialético; por levarem em consideração a crítica da lei do valor e por terem uma perspectiva revolucionária.

Tais características apesar de necessárias, são insuficientes, pois foram utilizadas para a compreensão de objetos inscritos nas realidades históricas concretas analisadas por cada um destes autores. Ao estudar as classes sociais enquanto base para crítica da economia política, da teoria política e da ideologia, estamos mais preocupados na análise das leis de sua transformação do que com o objeto “classe” enquanto uma coisa estática. Tais leis de transformação são importantes na medida em que, nos capítulos seguintes, serão mediadas para uma compreensão das possibilidades de mudanças sociais no Brasil.

O que se tratará de fazer ao longo da tese é seguir as pistas oferecidas por estes autores para uma construção própria, mediada pela contribuição de Florestan Fernandes, sobre a relação entre luta de classes, classe e mudanças sociais no Brasil.

O capítulo está estruturado em três seções além da introdução e considerações finais. A primeira versa sobre a categoria da classe social; a segunda trata das formas da consciência social enquanto fundante para o movimento da luta de classes; a terceira debruça-se, de maneira não exegética, sobre o Estado na teoria marxista de Marx, Engels e Gramsci; por fim, há as considerações finais.

1 A classe enquanto um processo e uma relação históricos

A discussão em torno da categoria histórica de classe social é anterior à discussão marxiana e marxista. Desde os tempos de autores fundantes do liberalismo como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau a desigualdade social e a estratificação social já eram estudadas. Mas seria no século XVIII, com os economistas políticos “clássicos” – no sentido de que tratavam a dinâmica da sociedade a partir da noção de

excedente – como Adam Smith, David Ricardo, James Steuart, John Stuart Mill, Jean-Baptiste Say que a discussão de uma divisão da sociedade em classes seria elaborada. Já no prefácio de *Princípios de Econômica Política e Tributação* (Ricardo, 1817 [1966]), a sociedade é dividida em três grandes classes sociais, a dos proprietário de terra, a do proprietário de estoque ou capital necessário ao seu cultivo e os trabalhadores.

Entretanto, estes economistas políticos “clássicos” tratariam de considerar as relações sociais como um fenômeno da natureza, um dado independente das relações sociais entre os homens. A análise de Marx, no século XIX, revolucionaria a análise da economia política “clássica” através de sua crítica e tomaria o foco do debate sobre “classe social”. O próprio autor relataria qual seria sua contribuição diante das contribuições de outros pensadores da economia política antes dele. Em carta para Joseph Weydemyer de 1852, Marx afirma:

No que me concerne, eu não tenho o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade contemporânea, nem o de ter descoberto a luta de classes em si. Os historiadores burgueses expuseram, muito antes de mim, o desenvolvimento histórico dessa luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo consiste na demonstração seguinte: 1º) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção; 2º) que a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º) que essa própria ditadura é apenas a transição para supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes (MARX, *apud* Lenin, 1917 [2017]: 53-54).

Portanto, vemos que diferentemente da ideia de classes sociais decorrente de relações naturais, a categoria de classe social é histórica e, portanto, transitória. Tal afirmação é, porém, vaga e é necessário aprofundá-la.

Seguindo a obra marxiana, a noção de totalidade é fundamental. Ao invés da simples agregação compartimentalizada das partes constituintes de um objeto de estudo, este princípio está associado à complexa unidade dinâmica e contraditória do todo. A totalidade em Marx confere um caráter polissêmico e ontológico à sua obra que, embora

seja contraditória, contém unidade. Portanto a compreensão da classe social demanda um esforço que transcende a economia, a sociologia, a antropologia, a história etc. enquanto disciplinas segmentadas das ciências sociais e exige uma noção que as contemple como uma unidade.

A noção de classe social na concepção marxiana requer a crítica da economia política, da teoria política e da ideologia enquanto uma teoria de transformação social. Vale lembrar a frase: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, *unidade* da diversidade” (MARX, 1859 [2008]: 54. Grifos nossos).

1.1 A noção de classe social em E.P. Thompson

Conforme E. P. Thompson, um historiador inglês cuja análise de classe social é toda fundamentada no método marxiano e no uso rigoroso do materialismo histórico, a classe não deve ser confundida com sua forma superficial. Segundo ele, a aparência mistificada⁵ da classe nos estudos corriqueiros e dominantes aparece como um grupo de pessoas que está simplesmente em busca de uma maior participação no excedente social, tal como na economia política clássica.

Indo ao encontro da ideia de Thompson, de que a classe é um fenômeno muito mais complexo, recusa-se aqui a concepção de classe social exclusivamente como uma “coisa” passível de mensuração ou definição a partir de uma posição econômica no processo produtivo ou a partir da localização deste grupo de pessoas numa estratificação social hierarquizada dada, por exemplo, pela posição ocupacional, pela renda, ou até

⁵ Na introdução que escreve para a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx (1844c [2013]) ataca reiteradamente o caráter *mistificado* da noção do Estado em Hegel. Para Marx, a mistificação ocorre da inversão, realizada por Hegel, entre sujeito e predicado, isto é, segundo ele, Hegel afirma ser o Estado, enquanto racionalidade da Ideia ética, o sujeito do modo de produção capitalista, enquanto o homem seria o predicado. Veremos isto mais de perto adiante na seção 1.2.

mesmo pelo nível de escolaridade das pessoas. Também se recusa a classe como uma estrutura social, tal como no marxismo ocidental dominante, influenciado por Louis Althusser, no começo da segunda metade do século XX. Para entender tais críticas, deveremos passar rapidamente pelos interlocutores e debates com os quais E. P. Thompson se defrontou.

Esta tese assume, basicamente, as ideias do historiador inglês sobre a categoria histórica classe social no seu livro *A formação da classe operária na Inglaterra* de 1963, no qual estuda a formação da classe operária inglesa entre 1780 e 1832. A partir das ideias de Marx e Engels⁶, ele faz uma crítica do uso do conceito de classe por parte do marxismo ocidental estabelecido à época; faz também uma crítica à sociologia positivista dominante na historiografia e, por último, uma crítica às ortodoxias historiográficas que fundamentariam o Partido Trabalhista inglês.

Segundo a obra de uma intérprete de Thompson, Ellen Wood, temos que o historiador inglês faz um resgate das propostas de Marx & Engels (1846 [2007]) para usar rigorosamente o materialismo histórico a fim de analisar a classe social como um processo e uma relação que são ao mesmo tempo sociais e históricos. Passemos a situar o leitor e a leitora sobre o contexto histórico e sobre quem são os interlocutores do historiador inglês.

Segundo Macedo (2017), a principal obra de E. P. Thompson veio à tona num contexto em que a história social britânica se limitava, basicamente a quatro gêneros: história dos sindicatos e partidos operários; biografia de líderes operários; história de doutrinas socialistas e pesquisas sobre padrões de vida dos operários. O livro de Thompson serviu, de certa forma, como um modelo para a reviravolta que se seguiu na história social nas décadas de 1960 e 1970 puxada por todo movimento de luta por novos

⁶ Mostraremos como o autor recorre aos autores alemães para formular sua própria teoria sobre a classe como um fenômeno processual, relacional e histórico. Destacamos a influência do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels (1845 [2010]) sobre Thompson. Tal livro estuda a classe operária a partir de baixo, tal como o historiador inglês o faria.

tipos de democracia e estilo de vida (sendo as revoltas estudantis um traço deste período). O marco desta mudança foi o papel ativo atribuído às pessoas comuns, os verdadeiros sujeitos históricos das transformações sociais, segundo Thompson.

A perspectiva que o historiador inglês assume na sua obra é a do ponto de vista das pessoas comuns, dos pobres, da “gentinha” como agente da história. Não por acaso, o autor cunhou o termo a “história a partir de baixo” a fim de salvar a história que as pessoas comuns constroem da perspectiva dos grupos dominantes e ricos, que são, afinal, quem escrevem a história oficial dos nossos tempos. Segundo o próprio historiador:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais (THOMPSON, 1963 [1987]: 13. V.1).

Em relação aos interlocutores da obra de E.P. Thompson, Badaró (2012) e Macedo (2017) apontam que são muitos. Thompson era professor de um curso de extensão para adultos na Universidade de Leeds entre 1948 e 1965 e estava preocupado em dialogar com este público, o qual, inclusive, utilizou como base para suas reflexões: sindicalistas, professores, funcionários de escritório, enfim, gente comum. Ao mesmo tempo, Thompson lograva conversar com a comunidade acadêmica e do movimento político de esquerda. Em 1956, por conta das denúncias de Krushev sobre o dogmatismo e terror do Partido Comunista da União Soviética da época stalinista, ele saiu do Partido Comunista inglês, do qual fazia parte junto com Eric Hobsbawm, mas seguiu mantendo proximidade com a esquerda, tendo capitaneado o movimento da “nova esquerda” inglês e tendo sido

membro editorial da revista *New Left Review*. Seria nesta revista, por exemplo, que ele travaria acalentados debates com o historiador Perry Anderson nos 1960.

O sucesso acadêmico da obra de Thompson se deveu ao fato de dar respostas e novos caminhos para os principais debates historiográficos da época. Já no prefácio do livro, Thompson enumera seus interlocutores acadêmicos.

Dentro do campo historiográfico, ele estava claro que contrapunha ideias classificadas como “ortodoxias dominantes”. Ele se direciona aos ortodoxos *fabianos*⁷, para quem os trabalhadores eram vítimas passivas do *laissez faire*, com exceção de alguns poucos organizadores políticos com visão de longo prazo (como Francis Place); também dialoga com os historiadores ortodoxos da *economia empírica*, para quem os trabalhadores constavam como pura estatísticas, força de trabalho ou migrantes. Por fim, trava uma conversa com os ortodoxos do *progresso do peregrino*⁸ para quem o período da formação da classe operária era pesquisado com o fim de se encontrar uma espécie de semente de um Estado de Bem-Estar Social que viria a vigorar na Europa no século XX.

Como se percebe no prefácio de *A formação da classe operária inglesa*, Thompson é peremptório em refutar todas estas ortodoxias. No caso das duas primeiras, nega o papel passivo e oculto dos trabalhadores no “fazer da história” e nega uma suposta falta de percepção do grau de consciência que tinham os trabalhadores neste ato de “fazer a história”, o ludismo seria, para Thompson, o grande contraexemplo da não-passividade

⁷ O fabianismo foi um movimento político-social nascido na Inglaterra no fim do século XIX que não era revolucionário, mas almejava a progressão socialista da sociedade com a tomada do controle das instituições já existentes e dos meios de produção e que era contra a luta de classes. Era um movimento pragmático que prezava pelo gradualismo na transição para uma sociedade socialista. Entre seus membros contam expoentes da sociedade inglesa como Bernard Shaw, Bertrand Russel, Virginia Woolf e Sidney Webb e Beatriz Webb. Esta sociedade foi um elemento crucial para a criação do Partido Trabalhista inglês (Labour Party), hoje liderado por Jeremy Corbyn e que posiciona contra a primeira ministra dos Torys, Theresa May. O declínio do movimento que começou na década de 1930, fez com que muitos antigos membros da sociedade Fabiana aderissem ao movimento União Britânica de Fascistas de Oswald Mosley, antigo membro da sociedade Fabiana também.

⁸ O Progresso do Peregrino foi um livro escrito por John Bunyan e publicado 1678 que teve forte influência na historiografia operária inglesa. Segundo o livro, o inglês nascido livre, mediante crescente espírito de integridade moral e religiosidade contribuíra para a formação da classe operária inglesa. Thompson combate esta visão que, para ele, oculta o caráter rebelde do cidadão trabalhador.

dos trabalhadores no processo de sua formação⁹. No caso da terceira corrente, Thompson a refuta por ela querer fazer historiografia a partir de preocupações históricas de fatos posteriores ao do período analisado.

No contexto da Guerra Fria, em que a Europa ocidental voltava a prosperar e o combate ao comunismo era intenso, o segundo grupo descrito, o dos historiadores econômicos empíricos, tentava legitimar através de estudos estatísticos sobre o período da revolução industrial que este tinha sido um período algo próspero para os trabalhadores. Isto era feito por estudos que mostravam melhoras nos padrões de vida dos trabalhadores e sua inserção no mercado consumidor. Esta era a tese da “afluência” dos trabalhadores no período da revolução industrial. Estas teses liberais eram burguesas e, logo, a favor do capitalismo, e chegaram a ser organizadas num livro editado por Friedrich Hayek, que seria anos mais tarde expoente do neoliberalismo, chamado *Capitalism and Historians* de 1954. E.P. Thompson critica abertamente estas propostas mostrando como a revolução industrial afetou negativamente os modos de vida dos trabalhadores como uma verdadeira catástrofe.

Além do ortodoxismo da historiografia, E.P. Thompson elenca duas principais correntes que são seus interlocutores que, segundo o próprio historiador, seriam os principais alvos de suas críticas no seu livro por atribuírem uma noção estática à categoria “classe social”, que para Thompson é histórica, processual e relacional.

De um lado, os autores do que ele chama de *sociologia positivista*¹⁰, de origem em Émile Durkheim, para quem a classe pode ser resumida a uma pura e simples medida quantitativa: uma relação entre um certo número de pessoas com os meios de produção,

⁹ O próprio movimento luddita de 1810, segundo o autor, deve ser lido à luz de um processo de organização do movimento operário em oposição às consequências do *laissez-faire*, em vez de ser tomado com um movimento puramente espontâneo e impensado. Entretanto, seria só com o fim das guerras napoleônicas que os trabalhadores se esforçariam para um processo deliberado de autoaprendizagem.

¹⁰ Entre estes autores, destacam-se W. W. Rostow com *British Economy in the Nineteenth Century* publicado em 1948; T. S. Ashton com *Industrial Revolution* também publicado em 1948; A. Radford com *The economic history of England* publicado em 1960 e N. J. Smelser com *Social change in the Industrial Revolution* publicado em 1959.

ou com certas posições ocupacionais no mercado de trabalho. De outro lado, Thompson debate com o marxismo estruturalista de inspiração em Louis Althusser¹¹. Segundo Thompson, a corrente althusseriana defende que a classe depende de uma relação entre estrutura e superestrutura, onde a estrutura, constituída pelas forças e relações produtivas é a origem, real e objetiva, da classe. Enquanto que, derivada da estrutura, há uma consciência de classe superestrutural.

Portanto, Thompson respondia a autores que negavam a existência mesmo das classes sociais (os sociólogos positivistas) como respondia também a autores que tiravam a importância da agência enquanto atividade da classe em seu processo de “fazer-se” (a ortodoxia Fabiana e o marxismo ocidental de Althusser). Ao colocar a luta de classes no centro do debate, Thompson resgatava a “história a partir de baixo” em oposição a história contada pela classe e pelas frações de classe dominante num verdadeiro desafio teórico e político de contestação das práticas historiográficas de “história a partir de cima”, das ortodoxias Fabiana até ao Stalinismo. Vejamos mais de perto estas correntes.

Segundo a crítica de Thompson (1963 [1987]), a escola da sociologia positivista fazia um revisionismo do que havia sido o período da revolução industrial, tentando tirar

¹¹ Segundo Boito Jr. (2013) o estruturalismo de inspiração em Louis Althusser é marcado por suas contribuições na década de 1960 com os livros *A favor de Marx* (1965) e *Ler Marx* (1965) nos quais tenta estabelecer o marxismo, ou o materialismo histórico já que Althusser identifica os dois, como uma ciência social. Althusser estaria em contraposição à Escola de Frankfurt para quem o marxismo era uma crítica da sociedade capitalista; em contraposição a Lukács quem fundiu marxismo, ser social e consciência de classe e em contraposição a Gramsci para quem o marxismo era um “guia para ação”, uma filosofia da práxis. Já na década de 1970, Althusser teria atuado de maneira a responder as críticas de que era demasiado teoricista e estruturalista e tratou de destacar o papel da luta de classes na sua teoria; já na década de 1980 Althusser teria passado pelo o que Boito Jr. (2013) chamou, em homenagem ao autor, de “ruptura epistemológica” ao abandonar suas perguntas sobre as leis e relações de causalidade histórica, concebida como um processo, para adotar a percepção de história como contingência.

Em linhas gerais, afirma-se que o marxismo para Althusser é uma teoria científica da sociedade e da história que, como tal, produz conceitos gerais e conceitos específicos, em diferentes níveis de abstração. Para ele o objeto do materialismo histórico é a totalidade social complexa que constitui uma unidade estrutural composta por diversas estruturas correspondentes, cada uma, a um nível ou a uma instância do social. Ele compõe um teoria que tenta ser sistemática, que se pretende diferente da análise empírica concreta e é um instrumento, passível de correções, para tal análise. Althusser trabalha com categorias em níveis mais altos de abstrações, como o de modo de produção que seria a totalidade social, que podem chegar a graus mais concretos como a categoria de formação social que seria a maneira concreta como um determinado modo de produção existe numa determinada sociedade. As estruturas seriam importantes para o estudo das formações sociais. Para isso Althusser se apoia na ideia de Marx e que Engels ressaltara: “derivar os fatos políticos de efeitos advindos de causas *em última instância* econômicas” (Engels, 1895 *apud* Marx, 1871 [2012]).

as marcas de *catástrofe* presente nas avaliações de Marx, Arnold Toynbee, Sidney e Beatrice Webb e os Hammonds. A visão de miséria, caos social, repressão política e heroica agitação popular descrita nestes autores, foi sendo contestada pelos autores da sociologia positivista, para quem, mais importante do que a dureza do processo de cerceamento na vida dos trabalhadores, era o sucesso da revolução industrial em alimentar o rápido crescimento econômico.

Para estes autores positivistas, a agitação popular era resultado de fatores externos como o aumento inevitável do preço do trigo, das depressões econômicas e das tensões sociais decorrentes. Ao considerarem que o padrão de vida do trabalhador industrial de 1840 era melhor que o do trabalhador doméstico de 1790, estes autores assumiam que a revolução industrial foi um período de progresso e de tendências de melhoras subjacentes à industrialização, em outras palavras, a revolução industrial teria sido um período de *desenvolvimento* e não de catástrofe social. O que estes argumentos traziam, algumas vezes implícito, é que a classe trabalhadora enquanto uma classe distinta das outras classes, não existia. Segundo Thompson:

Os sucessos dos grandes empiristas exibem com demasiada frequência uma complacência moral, uma estreiteza de referência e uma familiaridade insuficiente com os movimentos reais da população trabalhadora desse período. Eles estão mais conscientes das posturas empiristas ortodoxas do que das mudanças nas relações sociais e nos hábitos culturais que a Revolução Industrial impôs. Perdeu-se o sentido global do processo – o contexto político e social global do período (Thompson, 1963 [1987]: 18, V.2)

O que Thompson faz em seu livro é mostrar que ao invés de terem sido determinados por leis universais e objetivas, a industrialização e o desenvolvimento foram definidos por lutas sociais e que estas lutas não eram anomalias ou simples “tensões sociais” dadas por fatos contingenciais, mas um fenômeno em processo. De maneira a dar uma resposta às proposições de que a revolução industrial tinha engendrado tendências progressistas e que melhoravam o padrão de vida do trabalhador, tal como foi a linha dos

sociólogos positivistas, Thompson mostra como estes progressos foram *experienciados* pelos trabalhadores como uma catástrofe no sentido de terem se organizado em novas formações de classe, instituições fortemente embasadas e autoconscientes como as *trade unions*, as sociedades amistosas (*friendly societies*), os movimentos educacionais e religiosos, as organizações políticas, os jornais, junto com as tradições intelectuais, os padrões de comunidade e a solidariedade da classe trabalhadora.

Ainda segundo E. P. Thompson, para estas correntes sociológicas positivistas através da ideia de “afluência” da classe operária, segundo a qual a revolução industrial possibilitou o acesso ao mercado consumidor de bens e serviços, melhorando os padrões de vida, poderia se negar a existência das classes ou se dizer que a construção teórica da classe social é algo pejorativo. Para Thompson, as mudanças sociais ocorridas derivam da experiência histórica tanto econômica, quanto política e cultural dos trabalhadores, os quais aprenderam com a luta de classes a se tornarem conscientes de seus interesses políticos, econômicos e culturais.

Antes de passar à crítica de Thompson ao marxismo estruturalista, passemos à maneira como Thompson define a classe social no famoso prefácio de seu livro. Em primeiro lugar, ele abre o texto dizendo que a classe é um processo ativo, isto é, a classe operária está em constante ato de *fazer-se*, pois depende das “ações humanas e dos condicionamentos objetivos”. Para ele “a classe estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1963 [1987]: 9). E prossegue:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1963 [1987]: 9).

Além disso, em segundo lugar, o autor britânico emenda que “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica” (THOMPSON, 1963 [1987]: 9). A ideia é a de que os homens e as mulheres fazem as classes formando grupos de *identidade*, ou seja, ao viver as *experiências* de luta de classes postas por determinantes objetivos do modo de produção, as pessoas se percebem em grupos de interesses (econômico, político e cultural) comuns em oposição a outros grupos de pessoas que também têm uma identidade em torno de outros interesses comuns. Esta relação dentro e entre estes grupos é destacada por Thompson como percebida através do que ele chama de *experiência*, que pode ser tanto herdada como involuntária. Um fato importante, para Thompson, é o de que a classe se torna *efetivamente* classe quando conforma uma consciência de classe, isto é, quando têm a noção de identidade entre seus membros e tem noção da independência de seus interesses em oposição aos de outra classe. Em suas palavras:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1963 [1987]: 10).

Apontamos que a consciência de classe é importante a partir de um movimento de identidade, porém a classe social pode existir sem ter uma consciência de classe plenamente conformada. Esta parte final da citação, sobre a consciência de classe, se refere à refuta do historiador britânico a aceitar que a classe operária foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Na síntese que faz da obra de Thompson, Ellen Wood (1995 [2003]) coloca que o autor prioriza os determinantes subjetivos da formação da classe, enquanto agente histórico que molda seu destino (daí a importância da noção

de *agência* para Thompson) e os combina com os condicionantes objetivos do modo de produção capitalista (como a exploração e o desenvolvimento industrial) incipiente na Inglaterra do período 1780-1832. Para a autora, Thompson via a classe através de “processos estruturados” que combinam dialeticamente a noção de processo, relação e estrutura¹².

Segundo Wood (1995 [2003]), a consciência de classe seria o principal indício da madura formação da classe. Através da vivência de experiências históricas vividas sob o que a autora chama de *formas de classe*, os operários puderam se formar como classe. A experiência seria a intermediadora entre as relações de produção e a consciência de classe. As experiências seriam herdadas ou dadas pela entrada involuntária dos homens em certas relações sociais e a consciência de classe seria a forma como a experiência se manifesta culturalmente.

Em outro texto, chamado *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*, Thompson (1977 [2001]) expõe a categoria histórica de classe social de uma maneira nova, mas totalmente compatível com a do livro de 1963, inclusive por defender classe enquanto uma categoria, ou seja, com certa universalidade:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria *história*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível, (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional (THOMPSON, 1977 [2001]: 270).

Ao fazer esta afirmação sobre a classe social, em seguida o historiador adverte para os riscos que as análises sobre classe social que sobrepõem a teoria ao fenômeno

¹² Adiante veremos a crítica da ideia de estrutura como algo estático que Thompson realiza à obra do marxismo althusseriano. O que Wood (1995 [2003]) está dizendo é que Thompson não exclui a noção de processo com a de estrutura. Ele trabalha com as duas dialeticamente.

histórico que se pretende teorizar. Esta é a crítica de Thompson ao marxismo althusseriano. Segundo Thompson, os althusserianos constroem modelos e estruturas, supondo a validade de expressões objetivas de classe. Vale lembrar, como está nota de rodapé 11, que Althusser trata de teorizar o materialismo histórico como uma ciência social.

O marxismo althusseriano, assim como as noções da sociologia positivista, acabam, segundo Thompson, por apreender a classe como uma categoria estática, uma “coisa” definida por determinações objetivas da relação estrutura e superestrutura e desconsidera a influência da experiência histórica de vida das pessoas que conformam a classe¹³. É neste sentido que Ellen Wood afirma:

O conceito de classe como uma *relação* e um *processo* enfatiza que relações objetivas com os meios de produção são significantes porque elas estabelecem antagonismos e geram conflitos e lutas; que estes conflitos e lutas moldam as experiências e “formas de classe”, até mesmo quando eles não se expressam em consciência de classe ou em claras formações visíveis; e que ao longo do tempo nós podemos discernir como estas relações impõem sua lógica, seu padrão, sobre os processos sociais. Concepções de classe puramente “estruturais” não nos requerem que olhemos para os caminhos nos quais a classe impõe sua lógica, uma vez que a classe simplesmente está *lá* por definição¹⁴ (WOOD, 1995 [2003]: 82. Tradução livre).

No fundo, Thompson debate com as propostas althusserianas visando combater o abandono teórico que o marxismo ocidental, e aqui ele se refere à escola de Frankfurt também, fizera da classe como o principal sujeito da mudança social no seio da luta de

¹³“Essa analogia, mesmo uma vez à sombra, quando aplicada às classes, fornece-nos uma classe – ou uma “classe em si” – no nível da base (estrutura) que se traduz em consciência de classe – ou “classe para si” – quando, por ventura, desemboca no nível da superestrutura. Se esta não dá origem a uma direção própria, devemos introduzir o conceito de “falsa consciência”. A classe está ali mistificada, não conhece a si mesma nem seus próprios e verdadeiros interesses” (THOMPSON, 1977 [2001]: 278).

¹⁴ “*The concept of class as relationship and process stresses that objective relations to the means of production are significant because they establish antagonisms and generate conflicts and struggles; that these conflicts and struggles shape social experience 'in class ways', even when they do not express themselves in class consciousness or in clearly visible formations; and that over time we can discern how these relationships impose their logic, their pattern, on social processes. Purely 'structural' conceptions of class do not require us to look for the ways in which class actually imposes its logic, since classes are simply there by definition*” (WOOD, 1995 [2003]: 82).

classes e a transferência que este marxismo realizou do protagonismo da classe para outros agentes, como os intelectuais¹⁵.

É esta a crítica de Thompson à noção de estrutura como “origem” e consciência de classe superestrutural “derivada” da corrente estruturalista. Ela seria incapaz de realizar a passagem de classe em si para a classe para si (como será visto na próxima seção) por ser absorvida pela ideologia dominante e pela cultura dominante, gerando o que o althusserianismo chama de uma *falsa consciência* para a classe trabalhadora.

Sem conseguir dar este salto qualitativo, a classe tem de relegar a um ente externo como o partido ou o intelectual ou a seita, a formação da classe. Esta é, segundo Thompson, uma construção teórica absurda de elites que julgam saber melhor do que o sujeito histórico trabalhador como a história deveria ser. Este seria o princípio do “substituísmo”, o qual Thompson ataca apontando a importância da classe como o sujeito principal da mudança social agindo com luta, resistência e auto atividade.

O processo de formação descrito por Thompson gerou muitas controvérsias e polêmicas que não pretendemos adentrar e aprofundar aqui. Wood (1995 [2003]), ao tratar de uma destas controvérsias entre Thompson contra Gerald Cohen e Perry Anderson, explica o aparente paradoxo inscrito na obra de Thompson de que a luta de classes precede a formação da classe e que o historiador britânico combina dialeticamente uma noção processual histórica que contempla a subjetividade da experiência como formadora da consciência social com os determinantes objetivos de uma dada estrutura social. Ela os faz da seguinte maneira

O projeto histórico dele (Thompson) pressupõe que as relações de produção distribuem as pessoas em situações de classe, que estas

¹⁵ “[...] nor more revealing as to their profoundly anti-democratic premises. Whether Frankfurt School or Althusser, they are marked by their very heavy emphasis upon the ineluctable weight of ideological modes of domination - domination which destroys every space for the initiative or creativity of the mass of the people - a domination from which only the enlightened minority or intellectuals can struggle free. [...] it is a sad premise from which socialist theory should start (all men and women, except for us, are originally stupid) and one which is bound to lead on to pessimistic or authoritarian conclusions” (THOMPSON, 1978 [1995]: 250)

situações implicam antagonismos essenciais e conflitos de interesse, e que elas portanto criam condições de luta. *Formações* de classe e a descoberta da consciência de classe crescem deste processo de luta, na medida em que as pessoas “experenciam” e “lidam” com suas situações de classe. É neste sentido que a luta de classes precede a classe. Dizer que a exploração é “experenciada em formas de classe e apenas por isso dá surgimento à formação de classe” é dizer precisamente que as condições de exploração, as relações de produção, estão objetivamente lá para serem experienciadas (WOOD, 1995 [2003]: 80 tradução livre)¹⁶.

Ao debater com críticos de Thompson que o acusavam, de um lado, de não ver classe social onde não havia consciência social e, de outro, de ver classe social em todas as manifestações de cultura popular, Ellen Wood aponta que os críticos de Thompson partiram de uma visão a-histórica das determinações das relações sociais e dos processos estruturados. Conforme Wood, depreende-se do trabalho de Thompson que: “O ponto crucial é que o principal fardo da teoria marxista de classe deve ser menos identificar as localizações de classe do que explicar os processos de formações de classe”¹⁷ (WOOD, 1995 [2003]: 81. Tradução livre).

Complementando a citação acima, temos a seguinte afirmação do historiador britânico:

Podemos agora constatar parte da natureza verdadeiramente catastrófica da Revolução Industrial e algumas das razões pelas quais a classe operária se formou nestes anos. O povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política (THOMPSON, V. 2. 1963 [1987]: 23.).

¹⁶ “[...] *His historical project presupposes that relations of production distribute people into class situations, that these situations entail essential antagonisms and conflicts of interest, and that they therefore create conditions of struggle. Class formations and the discovery of class consciousness grow out of the process of struggle, as people ‘experience’ and ‘handle’ their class situations. It is in this sense that class struggle precedes class. To say that exploitation is ‘experienced in class ways and only thence give(s) rise to class formations’ is to say precisely that the conditions of exploitation, the relations of production, are objectively there to be experienced*” (WOOD, 1995 [2003]:80)

¹⁷ “*The crucial point is that the main burden of a Marxist theory of class must be less on identifying class ‘locations’ than on explaining processes of class formations*” (WOOD, 1995 [2003]: 81)

Vale enfatizar que quem constitui estes grupos são pessoas no âmbito de relações sociais que adquirem durante sua vida, sob as condições históricas que herdaram ou entraram involuntariamente. Igualmente, segundo Edward Thompson, a classe social só pode existir sob uma noção de totalidade condizente com aquilo que o historiador britânico denominou de consciência social: a maneira como as experiências sociais são tratadas em termos culturais, seja na forma de valores ou de instituições ou, até mesmo, de ideias. Este ponto é uma polêmica, afinal implica uma linearidade para a formação da categoria da “classe social” que diz respeito à sua existência condicionada a conformação de uma consciência de classe. É necessário refletir sobre a possibilidade de a classe existir em momentos em que sua consciência ainda não está formada¹⁸.

Ainda referente à noção de processo histórico inscrita na classe, Thompson afirma que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1963 [1987]: 12. V. 1). E continua afirmando é: “[...] uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem estudados quando ele mesmos operam durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 1963 [1987]: 12. V. 1). E, assim, o autor trata durante toda primeira parte de seu livro das tradições culturais operárias inglesas no século XVIII a fim de mostrar o fator cultural da formação da classe operária inglesa, já na segunda parte do livro se dedica aos fatores objetivos como a exploração e mostra como estes fatores são acompanhados de políticas contrarrevolucionárias opressoras.

Vale dizer também que, heurísticamente, a noção de classe tem certa validade universal, desde que guardadas as observações de que em sociedade anteriores à sociedade capitalista, o conceito de classe é válido se está associado ao conceito de *luta*

¹⁸ Além da posição de Wood (1995) sobre este ponto, veremos no capítulo 2, o exemplo da formação social brasileira, interpretada por Florestan Fernandes. Segundo o sociólogo a classe trabalhadora brasileira, a qual surge a partir da complexa conexão entre “raça”, povo e classe, só forma uma consciência de classe madura nas greves do ABC paulista em 1978, muito embora já existisse desde fins do século XIX e começos do século XX.

de classes. Há uma certa universalidade na categoria de luta de classes que é ressaltada por Thompson. É neste sentido, inclusive que Marx & Engels (1848 [1998]) já no começo de seu manifesto dizem que a história de todas as sociedades é a história da luta de classes, é a história de grupos com identidade de interesses que se percebem em oposição a outros grupos de interesses. Não quer isto dizer que a história da humanidade é a história da classe operária versus a classe capitalista, o ponto é que a luta de classes precede a existência da própria sociedade burguesa¹⁹. Portanto, para Thompson, a noção de luta de classes precede a de classe por ser mais universal e deveria ser o “conceito prioritário” nos estudos sobre a formação da classe. Em suas palavras:

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 1977 [2001]: 274).

Na obra de Thompson, a “agência histórica” é determinante para uma classe. Ao recorrer ao exemplo de Marx (1852 [2011]) no seu *18 Brumário de Luis Bonaparte*, Thompson (1960) aponta como se formou a classe dos camponeses na França através da percepção da consciência de classe:

Para Marx, uma classe define a si mesma em termos históricos, não porque foi feita por pessoas com relações comuns com os meios de produção e uma experiência de vida comum, mas porque essas pessoas *tornam-se conscientes* dos seus interesses comuns e desenvolvem

¹⁹ Ellen Wood corrobora assim com tal afirmativa: “*Class struggle therefore precedes class, both in the sense that class formations presuppose an experience of conflict and struggle arising out of production relations, and in the sense that there are conflicts and struggles structured ‘in class ways’ even in societies that do not yet have class-conscious formations*” (WOOD, 1995 [2003]: 83).

formas apropriadas de organização e ação comuns (THOMPSON, 1960: 24)²⁰.

Portanto, Thompson remete a Marx para sua análise de classe social. Em sua obra mais madura, *O Capital*, a crítica da economia política enquanto crítica do sistema do capital que tem um conjunto de relações sociais como se fossem relações entre coisas, Marx não chegou a completar sua análise sobre a teoria das classes sociais²¹. Todavia, se tomamos o conjunto da obra de Marx como um processo em andamento em correspondência com o movimento histórico de que participava o autor e de acordo com o acerto de contas que fez das suas influências teóricas e políticas, vemos que a obra marxiana, enquanto uma unidade, fornece pistas muito contundentes para a afirmação de que, embora incompleta e com certas inconsistências, há uma teoria de classes em Marx.

Não pretendemos dar argumentos de autoridade filológica sobre o tema, mas apontamos como caminho para uma teoria de classes em Marx que utilizaremos aqui as seguintes obras: a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (Marx, 1844c [2013]), onde Marx contesta a visão de Estado em Hegel e encontra o sujeito da revolução na classe trabalhadora pela primeira vez; *A Ideologia Alemã* (Marx & Engels, 1846), por tratar da questão da consciência social e da ideologia; *o 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1852 [2011]) por tratar da questão da identidade da classe trabalhadora francesa como essencial para a conformação da consciência de classe e, logo, da própria classe, além de tratar o Estado como o espaço onde se realiza a luta de classes; *O Capital* (principalmente

²⁰ A tradução foi realizada livremente pelo autor. O original segue: “For Marx, a class defined itself in historical terms, not because it was made up of people with common relationship to the means of production and a common life-experience, but because these people became conscious of their common interests and developed appropriate forms of common organisation and action”.

²¹ O Capítulo 52 do livro terceiro de *O Capital* intitulado “As classes” possui pouco mais de uma página e termina com uma anotação do Engels “aqui termina o manuscrito”. Nele, Marx começa uma discussão sobre as classes sociais colocando duas perguntas: “o que vem a ser uma classe?” e o que faz com que assalariados, capitalista e proprietários da terra constituam as três grandes classes sociais?” (MARX, 1894 [2017]: 947 - 948). Marx não chega a desenvolver o tema neste volume, mas o coloca em termos da distribuição da sociedade em classes para logo em seguida falar da expropriação originária entre os que detêm os meios de produção e aqueles que só detêm sua força de trabalho para vender e subsistir. Anuncia também que pela lei geral de acumulação capitalista a tendência é que esta divisão se reforce, o capital se concentre e se centralize. Apesar deste capítulo ser muito pequeno, afirmamos que a análise de classes em Marx deve ser buscada ao longo de toda sua obra.

os volumes 1 e 3), obra mais madura de Marx que além das construções teóricas, tem a parte histórica, por exemplo, do capítulo VIII do volume 1 sobre a jornada de trabalho dos operários ingleses. Na verdade, praticamente toda obra de Marx versa sobre as classes, mas conforme advertimos, selecionamos aquelas que usaremos aqui, sem a pretensão de esgotar o tema²².

Em conformidade com esta afirmação, verifica-se que no exemplo histórico sobre o período revolucionário e contrarrevolucionário francês de meados do século XIX, Marx (1852 [2011]) já dava sinais de uma análise de classes sociais. Somente sob a verificação de determinadas condições, as famílias de camponeses parceiros na França do século XIX formavam uma grande massa de pessoas vivendo sob a mesma situação que, mesmo que vivessem isoladas uma das outras, chegaram a constituir uma classe social. Na seguinte passagem Marx coloca assim a questão:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma²³ (MARX, 1852 [2011]: 143).

O ser humano é então agente, sujeito, de sua história. É ele quem pode tomar consciência, a partir de suas experiências, de seus valores e de seus princípios de sua situação enquanto classe como um grupo que compartilha uma identidade de interesses em oposição aos interesses de outros grupos.

²² Indicamos *Guerra civil na França* de Marx (1871 [2011]), *Sobre a questão judaica* de Marx (1844b [2010]) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels (1884 [1984]) como obras complementares de Marx e Engels sobre a questão do Estado.

²³ Sobre esta questão Ellen Wood escreve: ‘*Class does not refer simply to workers combined in a unit of production or opposed to a common exploiter in a unit of appropriation. Class implies a connection that extends beyond immediate process of production and the immediate nexus of extraction, a connection that spans across particular units of production and appropriation. The connections and oppositions contained in the production process are the basis of class; but the relationship among people occupying similar positions in the relations of production is not given directly by the process of production and appropriation*’ (WOOD, 1995 [2003]: 95).

Numa outra passagem, de *A Ideologia Alemã*, Marx & Engels (1846 [2007]) recorrem a um exemplo histórico específico e mais longínquo e mostram como na Europa da Idade Média uma série de contradições dão espaço para a emergência de uma classe, a burguesia, em oposição aos interesses dos senhores feudais. Do desenvolvimento da burguesia, surge outras frações de classe e até mesmo uma classe nova, o proletariado. Também se pode notar a relação dialética de ambivalência, de dupla determinação, entre a classe social e as contradições do modo de produção feudal. Ao mesmo tempo em que os homens e mulheres criam uma classe, eles são, pelas contradições do seu tempo histórico, determinados.

Nesta citação, Marx & Engels (1846 [2007]) trazem vários dos elementos sublinhados por Thompson como as determinações objetivas do modo de produção, a luta de classes e frações de classe, a identidade de interesses comuns dentro de certo grupos de pessoas em oposição aos interesses de outros grupos, a formação da consciência da classe e a formação da classe. Vejamos:

Na Idade Média, os burgueses eram forçados, em cada cidade, a se unir contra a nobreza rural a fim de salvar sua pele; a expansão do comércio e o desenvolvimento das comunicações levaram as diversas cidades a conhecer outras cidades que haviam defendido os mesmos interesses na luta contra a mesma oposição. Das muitas burguesias locais das diversas cidades nasceu pouco a pouco a *classe* burguesa. As condições de vida dos burgueses singulares, pela oposição às relações existentes e pelo tipo de trabalho que daí resultava, transformaram-se em condições que eram comuns a todos eles e, ao mesmo tempo, independentes de cada um individualmente. Os burgueses criaram essas condições de vida na medida em que se separavam da associação feudal, e foram criados por elas na medida em que eram determinados por sua oposição contra a feudalidade então em vigor. Com o estabelecimento do vínculo entre as diferentes cidades, essas condições comuns desenvolveram-se em condições de classe [...]. A própria burguesia desenvolve-se apenas progressivamente dentro de suas condições, divide-se novamente em frações em distintas, com base na divisão do trabalho, e termina por absorver em si todas as preexistentes classes de possuidores (enquanto desenvolve a maioria das classes possuidoras preexistentes e uma parte da classe então possuidora em uma nova classe, o proletariado), na medida em que toda a propriedade anterior é transformada em capital industrial ou comercial. Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmo se posicionam uns contra os outros, como

inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela (MARX & ENGELS: 1846 [2007]: 63).

A gênese das classes sociais é desvendada através da crítica de Marx e Engels. Pelo princípio da acumulação primitiva ou originária, que além de um processo histórico, é um fenômeno que reproduz as condições de existência das classes sociais, há a reprodução do antagonismo entre capital e trabalho num verdadeiro processo de acumulação originária permanente e contínua. A classe social, sob o capitalismo, é então um fenômeno histórico e lógico, pois ela depende da existência da acumulação originária, processo verificado como condição objetiva para a existência do capitalismo.

Segundo a crítica da economia política marxiana, com o processo histórico de expropriação visualizado na Europa desde o século XV, se estabeleceu a divisão entre proprietários dos meios de produção, de um lado, e aqueles que só possuíam sua força de trabalho para sobreviver, de outro.

Com este processo histórico de acumulação primitiva, alicerce histórico da produção propriamente capitalista, as forças produtivas foram desenvolvidas com fins de geração de mais-valor: trabalho excedente em relação ao tempo necessário de trabalho para produzir o valor da reprodução da força de trabalho que não é apropriado pelo trabalhador que engendra a reprodução ampliada do capital.

A lógica da acumulação capitalista é gerar mais-valor. Assim, o processo de acumulação precisa engendrar formas de sempre manter a geração de mais-valor. Uma das formas mais explícitas é a de gerar uma população excedente em relação às necessidades do capital, gerando um verdadeiro exército de reserva de força de trabalho, comprimindo ao mínimo o valor da força de trabalho.

A dinâmica de criação de um exército de força de trabalho que está marginalizado do mercado de trabalho, independente da variação no tamanho da população, responde às

necessidades de valorização do capital, sendo assim alavanca e condição de sua acumulação. Portanto, a acumulação capitalista é baseada na exploração do trabalho e na geração simultânea de pobreza e de força de trabalho excedente (Marx, 1867 [2013]).

Seguir-se-á para a discussão mais aprofundada de como os agentes históricos que conformam as classes sociais constroem laços de solidariedade e de identidade como um grupo social que tem interesses comuns e em oposição a de outros grupos sociais a partir da formação da consciência.

2 A classe enquanto processo identitário

Ao longo da seção anterior muito se falou sobre a consciência social. É hora de aprofundarmos sua análise. A consciência social é um processo em movimento, não é uma coisa dada. Assim, ela se transforma incessantemente de uma forma a outra. A consciência contém, em cada momento, contradições que servirão de elementos para sua superação em novas formas que, por sua vez, também conterão contradições que desembocarão em novas mudanças. As novas formas, ao negarem e superarem as antigas, carregarão impreterivelmente elementos de suas formas anteriores.

Com a concepção de Marx no prefácio de *Para a contribuição à crítica da economia política* de 1859, temos que numa sociedade o ser humano, para produzir a base material de sua existência e reprodução, assume relações sociais de produção, necessárias e independentes de sua vontade, correspondentes a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas – constituída pela natureza, pela força de trabalho e pela tecnologia –. Nas palavras de Marx: “O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 1859 [2008]: 47).

Da relação dialética de mútua determinação entre estrutura e superestrutura conforma-se um determinado “modo de produção da vida material”, pelo qual o ser social, ao reproduzir as bases de sua existência, determina sua consciência social: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 1859 [2008]: 47). O conjunto da estrutura econômica é conformado pela base material da vida, pelas relações de produção e pelas forças produtivas enquanto que, representando as mesmas coisas sob outra forma, a superestrutura é constituída pelos aparelhos jurídicos, pelo aparelhamento político e pela forma que a sociedade vê a si mesma através da ciência, da cultura, da religião, da arte, da filosofia, ou seja, pela forma ideológica que adquire a consciência social do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção e sua forma de resolução.

Com o desenvolver das forças produtivas, o grau em que se encontram as relações sociais passa a ser contestado. Há uma defasagem entre o processo de constituição daquelas forças produtivas, em mutação constante, e das relações sociais, as quais, em determinado período histórico, são dadas. Deste conflito emerge um período de revolução, isto é, de transformação social em que a sociedade nova nasce da velha carregando traços da formação social anterior, mas a negando e a superando. Assim foram os processos de transição dos diferentes modos de produção analisados por Marx: da escravidão para a servidão e da servidão para o capitalismo. Esta relação de conflito de dupla determinação entre estrutura e superestrutura ditada pela luta de classes é a base da crítica da economia política marxiana e que remete a uma análise mais detida da problemática da consciência de classe.

Segundo Iasi (1999), a consciência de classe é antes de tudo social e individual. Ela é construída no indivíduo que vive socialmente. Na medida em que o ser humano se vê em contato com outro indivíduo, percebe sua individualidade diante do outro. Portanto,

ele interioriza uma realidade externa a ele mesmo, mas da qual também faz parte. A consciência nasce então, na sua forma elementar, da percepção de uma relação.

É na família, ou no ambiente em que é criado, que o indivíduo tem estas primeiras percepções. Neste contato, que assume como naturais, o indivíduo apreende uma série de noções histórica e socialmente construídas. Na sua forma elementar, os indivíduos atribuem sua experiência particular de vida como uma verdade universal, eles buscam, portanto, generalizar uma experiência particular como se ela fosse universal. Esta ultra generalização seria uma *primeira forma de consciência* na qual a consciência expressa-se como alienação, isto é, a naturalização de relações que são sociais.

Este mecanismo começa a ser analisado por Marx (1844a [2004]) já em *Manuscritos econômicos - filosóficos*. O processo de acumulação originária e permanente conduz o processo de alienação a seu patamar mais desenvolvido ao apresentar o processo produtivo ao trabalhador como se o trabalho corporificado na produção fosse estranho e exterior ao seu produtor, alienando o trabalho do trabalhador, transformando o trabalho em uma mercadoria de “propriedade” do trabalhador que aparece na superfície como um “livre produtor” da mercadoria força de trabalho vendendo-a “livremente” no mercado.

Importante salientar: a alienação é distinta de ideologia. A alienação é a base da ideologia como forma de dominação, ela expressa a primeira forma de consciência e tem forte carga afetiva da experiência de vida do indivíduo. Já a ideologia é, segundo Marx & Engels (1846 [2007]), a expressão em ideias das relações materiais de produção das classes dominantes em determinada época e que fazem desta classe a dominante, em um certo período histórico. A ideologia não é, como queriam os “críticos críticos”²⁴, um ato meramente cognitivo, não é um conjunto de ideias transmitidas acriticamente.

²⁴ Os “críticos críticos” são os autores “neo-hegelianos” (Max Stirner, Bruno Bauer, Ludwig Feuerbach) com quem Marx & Engels travam a polêmica contida em *A Sagrada Família*, Marx & Engels (1844 [2003]).

A ideologia representa a forma como as classes dominantes, em determinada formação social, universalizam suas ideias como se fossem ideias de toda a nação, como se fossem ideias independentes da separação da sociedade em classes, independentes da expropriação originária que separa continuamente os que são possuidores dos meios de produção daqueles que possuem somente a mercadoria força de trabalho para sobreviver. A expropriação constitui uma contradição insuperável dentro do capitalismo: a produção social é privadamente apropriada. Esta forma de dominação colocada em prática pela ideologia só é possível porque as classes dominantes detêm aquilo que, conforme veremos adiante, Antonio Gramsci chamaria de aparelhos privados de hegemonia: a imprensa, as escolas, as universidades, igreja etc. Portanto a ideologia é a expressão em ideias da dominação econômica das classes possuidoras.

A alienação se expressa em três níveis: i) o do estranhamento do ser humano em relação à natureza. A relação do homem com a natureza é dada pelo trabalho, na medida em que, no modo de produção capitalista, o ser humano é transformado em coisa, o produto de seu trabalho passa a lhe ser estranho e como se não lhe pertencesse, como se lhe fosse exterior. Sua relação com a natureza aparece então modificada; ii) ao alienar-se do trabalho, atividade própria e caracterizadora da vida humana, o ser humano transforma a labuta em meio de vida. O trabalho social deixa de ser o que diferencia o homem e a mulher do animal, e o ser humano se auto aliena; iii) o trabalho deixa de ser o elo entre indivíduo e sociedade, deixa de ser o meio para a produção social da vida para virar o meio que garante a própria reprodução do indivíduo, o ser humano se aliena assim da sua própria espécie.

Ao perceber como naturais relações materiais historicamente construídas, o ser humano constrói, desorganizada e ocasionalmente, uma visão de mundo que Gramsci (1934 [1999-2006]) chamaria de senso comum: uma visão acrítica, sem percepção histórica e sem noção do contexto em que surgem estas relações. Ele assume experiências

de sua vivência própria como se fossem universais e naturais. Chega-se, então a assertiva de que a primeira forma de consciência constitui a alienação através do senso comum.

Pelo método dialético, tem-se que as relações individuais e sociais determinam a consciência. Por isso, ao mesmo tempo em que as relações sociais iniciais, vividas pela maioria dos indivíduos no interior da família, os determinam, as relações materiais de produção desta sociedade também determinam a família deste indivíduo, seus valores e princípios. Portanto, aquilo que é determinante é também determinado. Somente através deste processo totalizante e cheio de contradições é que as relações materiais dominantes são reproduzidas e garantidas como dominantes, na forma de ideias.

Uma contradição da primeira forma de consciência é o fato de as forças produtivas estarem sempre em desenvolvimento enquanto que as relações materiais de produção e suas justificativas ideológicas, num dado momento histórico, permanecerem estáticas. Marx e Engels (1846 [2007]) perceberam esta contradição e descreveram que as relações de produção e a ideologia entram, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, em confronto com as forças produtivas e as ideias dominantes, que são apresentadas como os interesses gerais da sociedade, passam a ser questionadas por aqueles que são dominados. Assim, a contradição da primeira forma de consciência vem na forma de *revolta* contra a incompatibilidade entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações materiais de produção e a ideologia. Conforme os autores, toda forma de exploração é uma expressão de dominação. A revolta, porém, não significa a superação desta contradição, aparece como a percepção de algo injusto e, *potencialmente*, como um passo para um novo momento do processo de consciência.

Segundo Iasi (1999), o elemento qualitativo que transforma a primeira forma de consciência é a vivência em grupo. Se na primeira forma, o indivíduo formava sua consciência na percepção de sua existência na relação com outros indivíduos, é na vivência em grupo que o indivíduo pode perceber que as injustiças das contradições da

forma alienada de vida podem gerar uma identidade entre certos grupos de indivíduos gerando a *segunda forma de consciência*. A injustiça vivida em grupo difere da vivida individualmente, pois esta acaba sendo vivida como algo natural, uma fatalidade social, enquanto aquela gera a potencialidade de uma ação coletiva contra algo que passa a ser considerado injusto.

A revolta da classe operária manifestada na forma de greve é uma maneira didática de se pensar sobre o tema. A ação é direcionada para a reivindicação e exigência de mudanças. Esta é a base daquilo que Marx trabalha como consciência “em si”: a consciência de reivindicação de interesses comuns a um grupo. No caso da classe trabalhadora é a consciência de existência independente da classe operária diante da classe burguesa, que será exercida através da formação de sindicatos e da luta sindical. Outros exemplos podem ser listados de grupos que historicamente manifestam a criação da segunda forma de consciência: as lutas populares, as lutas das mulheres, dos negros, da comunidade LGBTQ etc.

Estes grupos por mais que tenham desenvolvido a consciência em si e que se revoltam diante de situações consideradas como injustas, não necessariamente têm as bases para a superação destas contradições. Apesar de perceberem os baixos salários, a discriminação étnica, a discriminação de gênero etc. estes indivíduos e grupos ainda vivem sob a ideologia dominante. Assim se desenvolvem as contradições da segunda forma de consciência: os grupos, por mais que reivindiquem a correção de injustiças, podem se contentar com mudanças quantitativas como, por exemplo, um aumento salarial. A reivindicação está condicionada pelas regras impostas pelos dominantes, portanto, esta forma de consciência e seus instrumentos políticos são limitados.

Assim a contradição da segunda forma de consciência reside no fato de, ao negar o sistema capitalista constituindo-se como “classe em si”, como uma classe independente do capital, *a classe trabalhadora acaba por reafirmar o sistema capitalista*. Este processo

que pode parecer paradoxal é desvendado ao se perceber que, ao conseguir que algumas de suas reivindicações sejam cumpridas, a classe trabalhadora voltará ao seu trabalho, reproduzindo o sistema do trabalho assalariado. Portanto a mera existência de classe em si não passa de um momento de reivindicação, de negociação dentro de moldes propriamente capitalistas.

É na passagem da consciência de “classe em si” para uma consciência de “classe para si” que há um salto qualitativo que contém a tarefa histórica de superação da ordem capitalista. Segundo Marx & Engels (1848 [1998]), é na dupla negação (negação da posição desprivilegiada de classe subordinada e depois da negação da própria existência da classe operária) que a classe trabalhadora adquire uma consciência efetivamente de classe, assumindo uma luta para toda a sociedade mediante sua emancipação em relação ao capital. A interpretação de Thompson sobre a formação da classe operária inglesa vista na seção anterior é totalmente compatível com esta linha de raciocínio.

Se a consciência social estaciona na segunda forma, há consequências graves como a burocratização, o carreirismo e o corporativismo dentro da classe operária. Este é um processo não-linear e passível de retrocessos. Se a crítica não negar duplamente as contradições e a existência do capitalismo, se realizar a negação do capitalismo apenas por uma de suas dimensões, a crítica resultará em reforço do próprio sistema do capital. Ela tratará de adaptar-se à ordem estabelecida por não tratar das causas dos problemas, senão somente de seus efeitos. A constatação das contradições da sociedade capitalista pode fazer com que um grupo de indivíduos perceba que a transformação da sociedade se impõe à constatação da reivindicação de melhoras nas condições de vida. Esta constatação de contradições potencialmente faz com que os grupos busquem entender como funciona a sociedade e passem a assumir o papel de sujeitos das mudanças necessárias.

As contradições da consciência revolucionária residem no fato de a transformação social demandar uma consciência de “classe para si” de um grupo que é formado por indivíduos que têm, boa parte das vezes, interesses e objetivos pessoais que diferem de interesses e objetivos sociais consolidados em grupos de identidade econômica, política e cultural.

Como destacou Iasi (1999), a consciência de classe tem uma temporalidade que transcende as perspectivas do horizonte de vida do indivíduo, pois o objeto de transformação da revolução é social e demanda uma transição que toma tempo. Assim, a noção de potencialidade da classe e a consciência da possibilidade de vitória são partes integrantes da consciência de classe. As concepções de vida burguesa devem ser deixadas para trás para que a negação do capitalismo se dê da forma dupla mencionada acima: negação das injustiças e negação do sistema que produz e reproduz estas injustiças. O ser humano só pode ter consciência de classe se percebe que a sua história se dá através da história de sua classe e da luta entre as classes, o legado é de uma ação coletiva, não é de um grupo restrito de indivíduos.

A aquisição de uma nova consciência se faz possível se existirem condições objetivas para tal. É verdade que as ideias de uma nova sociedade antecipam a existência de uma nova sociedade, assim o foi com a revolução burguesa, as ideias burguesas, nascidas no período de crise do modo de produção feudal, anteciparam à sociedade burguesa, mas estas ideias só puderam se consolidar com a existência mesmo de condições objetivas que viabilizassem a sociedade burguesa.

Como exemplo, citamos a análise de Gramsci (1934 [1999-2006]) sobre o período do *Risorgimento*, período no qual os moderados, partido que representava interesses de uma classe relativamente homogênea, dominou, pelo processo de transformismo, o Partido de Ação, um partido sem base de apoio definida. Segundo o autor sardo, o transformismo seria o processo gradual, mas contínuo, pelo qual um grupo ou partido

busca a ampliação da base da classe dirigente, absorvendo com métodos de eficácia variadas grupos adversários e aliados. Através destes métodos, a classe dirigente, ou hegemônica, realiza uma “revolução sem revolução” na medida que não necessita contar apenas com sua força material, ela pode anular, e até mesmo aniquilar, por longos períodos forças inimigas.

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, C.19. V.5. 24. 1934 [1999-2006]: 62-63).

Para Iasi (1999), esta passagem de Gramsci significa que qualquer classe é uma manifestação particular de uma sociedade que está sob permanente luta das classes que a constituem. Como veremos adiante, esta passagem também conecta e diferencia o pensamento de Gramsci (1934 [1999-2006]) com o de Lenin (1917b [2017]) no que toca às noções de hegemonia e direção. Em um momento revolucionário, uma certa classe reunirá as condições de expressar, via sua particularidade, os desejos universais, sintetizando interesses divergentes de diversas classes e frações de classe. Ser dirigente implica disputar e ter predominância de ideias, juízos, valores e teorias mediante outras classes e frações de classe que detêm uma visão própria de mundo e que se tornam, para aquela classe que aspira a dominação, obsoletas.

Marx (1859 [2008]), operando com o método materialista histórico, alertara que não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o ser social que determina sua consciência. Como ressaltara Thompson (1963 [1987]), é através das experiências concretas baseadas na base material da vida, que os indivíduos percebem laços que sintetizam, sob algumas condições, uma consciência de classe. A classe é, porém, fruto

de condições objetivas e tem um sujeito, um agente, que faz a história. Nas palavras de Wood (1995 [2003]), a classe é um processo estruturado.

Como ressalta Neto (2018), a luta de classes não pode ser apreendida depois que o processo de subordinação da expropriação originária está em prática, o conflito de classe não pode ser compreendido como se as classes se constituíssem de forma abstrata ou natural a partir de seus interesses. O processo de formação das classes se dá, desde o princípio, através de uma luta, de uma disputa pelas condições materiais de produção e reprodução da vida.

Voltando ao tema da precedência da luta de classes sobre as classes, vemos que, segundo Holloway (1999), a luta de classes não se dá dentro das formas constituídas nas relações sociais, ao contrário, a configuração destas formas já é, em si mesmo, luta de classes. A luta de classes se dá mediante o processo de fetichização (processo de atribuir características humanas a coisas) e reificação (processo de atribuir características de coisas a seres humanos) que perpassa todas as esferas das relações sociais, sejam econômicas, políticas, culturais, simbólicas etc.

Era objetivo de toda a crítica de economia política elaborada por Marx mostrar como, no sistema do capital, a relação entre seres humanos se apresenta como relação entre coisas, mediadas pelo dinheiro, e como o próprio ser humano se alienava neste processo passando pelos processos de estranhamento e alienação. De acordo com Neto (2018), a constituição da classe então deve ser entendida como o próprio processo de fetichização, de separação entre sujeito e objeto, em que o homem é constantemente afastado de sua totalidade e a transfere aos seus objetos.

A construção feita até aqui mostra como a classe social é um processo e uma relação históricos em movimento construído por agentes, mulheres e homens, que através de suas experiências de vida, individuais e sociais, formam consciência de sua existência, de sua identidade de interesses, cultura e anseios com um grupo de pessoas que passam

pela mesma experiência. Além disso, esta identidade está em confronto com as experiências, anseios e interesses de outros grupos de pessoas de uma sociedade. Assim, a classe social é vivida e formada pelos homens e mulheres enquanto vivem sua própria história, como estipulou E. P. Thompson.

A classe, então, existe no interior de uma formação social, num contexto histórico específico. Em cada formação social haverá um grupo de pessoas que conformará a classe dominante, pois constituem a força material daquela sociedade por controlar e reger as relações materiais de produção. Ao mesmo tempo em que este grupo (ou classe) dominante constitui a força material, constitui a locomotiva moral²⁵ desta sociedade por conseguir expressar idealmente as bases de sua dominação econômica sintetizando seus interesses como se fossem os interesses gerais da sociedade.

Toda esta discussão não se dá no vazio, ela só pode ser apreendida no interior de uma sociedade que contém um Estado, a expressão da sociedade civil e da sociedade política num determinado contexto histórico. Aqui é importante frisar, conforme Heinrich (2007), que o uso de uma “sociologia do poder” tal como as derivações de Lenin e de Gramsci é insuficiente para a análise do Estado, é necessária também a crítica da economia política que busca na teoria do valor as determinações ocultas do Estado. Passemos à discussão sobre a relação entre as classes e o Estado.

3 Debate sobre teoria do Estado na tradição Marxista de Marx (e Engels) e Gramsci

Dentre os autores fundantes da teoria marxista do Estado, optamos por centrar nossa análise nas obras de Marx & Engels e de Gramsci por vermos nelas as principais

²⁵ Na tradução da Boitempo de Marx & Engels (1846 [2004]), utiliza-se a palavra espiritual. Substituímos por moral para não causar confusão com qualquer princípio idealista.

contribuições para o assunto no que toca a esta tese, por serem os principais arcabouços de intermediação teórica e política que utilizaremos para analisar a formação social brasileira nos próximos capítulos. Acabamos, portanto, excluindo, mas não ignorando, a interpretação marxista de Estado da obra de Lenin, um expoente teórico e político marxista do século XX, principalmente em sua principal obra *O Estado e a revolução* (Lenin, 1917b [2017]), além disso, excluimos uma série de discussões posteriores da discussão da teoria marxista que se deram no século XX, mas que não estão no escopo desta tese²⁶.

A justificativa para isso está no fato de que a interpretação de Lenin sobre o Estado é uma contribuição e prolongamento da obra de Marx & Engels, por isso convergente com ela, e que foi incorporada por Gramsci. Porém, a obra de Lenin não é tão desenvolvida e nem tão inovadora para a teoria marxista de Estado quanto a do autor sardo²⁷, em parte porque Lenin (1917b [2017]) tinha um objetivo político específico com a iminente situação revolucionária russa e, em parte também, porque Lenin vivia num contexto diferente do de Gramsci, onde a sociedade capitalista era menos desenvolvida.

Isto posto, partiremos de sua seguinte constatação de Carnoy (1984 [1988]):

Uma vez que Marx não desenvolveu uma única e coerente teoria da política e ou do Estado, as concepções marxistas do Estado devem ser deduzidas das críticas de Marx a Hegel, do desenvolvimento da teoria de Marx sobre a sociedade (incluindo sua teoria da economia política) e de suas análises de conjunturas históricas específicas, tais como: a revolução de 1848, na França, e a ditadura de Luís Napoleão, ou a Comuna de Paris de 1871. Além disso, temos a obra mais recente de Engels ([1884] 1984) e *O Estado e a Revolução*, de Lenin (1917b [2017]). A variedade de interpretações possíveis, baseada nessas fontes diferentes, levou a um debate considerável, indo de uma posição que defende a visão leninista àquelas que veem uma teoria do Estado claramente refletida na análise política e econômica de Marx, ou tomam o Estado autônomo do Dezoito Brumário (de Luís Napoleão) como a base para a análise da situação atual. Apesar dessas diferenças, porém,

²⁶ Uma discussão interessante sobre elas está em Carnoy (1984 [1988]).

²⁷ Por mais que não tenhamos dedicado uma seção neste capítulo à obra de Lenin pelos motivos supracitados, devemos destacar que o autor russo teve suma influência na obra de Florestan Fernandes, o intérprete do Brasil que será utilizado nos próximos capítulos da tese.

todos os teóricos marxistas, de um modo ou de outro, baseiam suas “teorias” do Estado em alguns dos “fundamentos” marxistas e são esses fundamentos analíticos que formam o quadro do debate (CARNOY, 1984 [1988]: 65).

Os debates sobre a teoria do Estado na tradição marxista têm sua referência crítica no pensamento de Hegel²⁸. Marx vai buscar, ao longo de sua obra, construir um conceito de Estado que possa incorporar o que chamou de suas raízes: as condições materiais de existência, ou como Hegel as chamou, a sociedade burguesa.

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em sua totalidade, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de “sociedade burguesa”²⁹. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 1859 [2008]: 47).

Na tradição da teoria marxista sobre o Estado³⁰, este é apresentado de variadas formas e sob distintas concepções. Não obstante às contradições, às incompatibilidades e às complementariedades entre as distintas visões marxistas, as noções sobre sociedade burguesa/civil e sociedade política, que emergem são fundamentais para a organização do entendimento sobre o Estado apresentado neste capítulo.

²⁸ Para uma análise sintética da discussão da crítica de Hegel ao jusnaturalismo e, depois, da crítica de Marx a Hegel, ver Bobbio (1982 [1994]).

²⁹ Como o original em alemão apresenta a mesma expressão “bürgerliche Gesellschaft” para o que na tradução brasileira que utilizamos ganha duas formas diferentes “sociedade civil” e “sociedade burguesa” fizemos um pequeno ajuste na tradução para evitar possíveis confusões e utilizamos sempre a expressão sociedade burguesa no caso de traduções de textos de Marx. Fizemos esta busca em todas as citações do Marx usadas na seção 3 deste capítulo da tese e alteramos as traduções para sociedade burguesa em todos os casos em que aparece a expressão “bürgerliche Gesellschaft”. Liguori (2006 [2007]) traz uma reflexão sobre esta questão. Em Marx (1845), o autor alemão afirma na “tese dez”, em crítica a Feuerbach, que o velho materialismo parte do conceito de sociedade “civil”, porém o novo materialismo (o de Marx e Engels) partiria do conceito de sociedade humana.

³⁰ A teoria marxista do Estado constitui um campo de investigação enorme na ciência política desde Marx e Engels. Dentre os autores de interpretação marxista mais relevantes podem ser citados Lenin, Antonio Gramsci, György Lukacs, Louis Althusser, Nico Poulantzas, Ralph Miliband, Joachim Hirsch, Claus Offe, István Mészáros e Bob Jessop.

Neste sentido, organizamos esta seção em dois itens que pretendem apresentar um breve resumo sobre Marx (e Engels) e Gramsci sobre a teoria do Estado e alguns de seus intérpretes.

3.1 O Estado em Marx e Engels

Assim, como é na unidade da obra de Marx, no sentido de que não há uma ruptura epistemológica em seus escritos, que buscamos elementos para uma teoria da classe social, será ali também que buscamos elementos para uma teoria de Estado e das possibilidades de mudança social.

Conforme Roman Rosdolsky, no primeiro plano da obra mais madura de Marx datado de 1867, Marx planejara realizar uma análise detida sobre o Estado em volume dedicado ao tema (que seria o livro IV do referido plano), mas que não foi levada a cabo dada as dificuldades que o autor passou ao longo de sua vida e dado o próprio desenvolvimento das reflexões do autor (Rosdolsky, 1968 [2001]). Mas o conjunto da obra de Marx, e aqui consideramos outras obras que não *O Capital*, traz considerações fundamentais sobre a perspectiva de Estado que ele possuía que, se considerado o método dialético de contínua reapresentação sob várias perspectivas de um mesmo objeto, se percebe ser uma visão cercada de totalidade, mesmo que inacabada. Portanto, utilizaremos algumas das obras de Marx e Engels que versam sobre o tema e mostraremos como suas análises, ao logo do tempo, não são excludentes. Elas foram desenvolvidas até atingir uma maior complexidade e um maior poder explicativo. Faremos um análise que segue a cronologia de publicação das obras analisadas.

Apontamos que as primeiras reflexões de Marx sobre o Estado e as classes pode ser encontrada em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Ao realizar a crítica da religião, Marx (1844c [2013]) trata de inverter a relação mistificada sobre o Estado de Hegel

realizando uma “crítica radical”, porque ia à raiz do problema e colocava o homem “girando em torno de si mesmo” como um ser material. Para Hegel, o Estado seria uma universalidade em si e para si. Marx criticaria esta acepção afirmando que “a crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da terra da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política* (MARX, 1844c [2013]: 152).

Marx realizou esta crítica a Hegel a fim de mostrar como a Alemanha de seu tempo reproduzia o antigo regime feudal ao defender uma monarquia constitucional apoiada na filosofia especulativa do direito de Hegel, onde o Estado, na figura do príncipe, era a base da sociedade civil/burguesa, e não a sociedade civil a base do Estado. Marx critica a separação e oposição feita por Hegel entre sociedade civil e Estado e faz, no fundo, uma crítica aos “velhos hegelianos” da universidade de Berlim, para quem o Estado racional era um avanço contra o feudalismo que, paradoxalmente, mantinha a monarquia e instituições jurídicas feudais, e critica também os jovens hegelianos (como Bruno Bauer e Max Stirner, David Strauss e Ludwig Feuerbach), que defendiam uma modernização do Estado alemão em formas burguesas liberais democráticas.

Segundo Marx, esta filosofia do direito de Hegel impedia, na Alemanha, as revoluções das sociedades burguesas modernas, como as da Inglaterra e da França, e fazia da ideia abstrata a própria história da Alemanha em vez de a história determinar os rumos da filosofia. Segundo Marx, “o próprio Estado moderno faz a abstração do *homem efetivo* ou satisfaz o homem *total* de uma maneira puramente imaginária. Em política os alemães *pensaram* o que as outras nações *fizeram*” (MARX, 1844c [2013]: 157).

O texto original da crítica da filosofia do direito de Hegel seria acompanhado de uma “introdução” escrita pelo próprio Marx meses depois, em 1844. Segundo o autor, ele realizava nesta introdução uma revisão de suas próprias ideias, pois no texto original ele não superara a crítica da filosofia do direito como uma crítica da forma de manifestação do Estado, uma vez que o que faz no texto original é meramente defender uma mudança

do Estado monárquico constitucional para uma “verdadeira democracia”, de inspiração em Rousseau, uma democracia como a superação da oposição entre Estado e sociedade civil/burguesa.

Já, nesta introdução, Marx supera a crítica da forma do Estado para apontar uma crítica radical do conteúdo da manifestação do Estado. Daí afirmamos que esta obra foi crucial para Marx encontrar, a partir da crítica do Estado, o sujeito da *mudança social*. Marx formula, nesta introdução, que a mudança social deve ser buscada na luta de classes e que seu sujeito seria uma classe que reúne todas as injustiças da sociedade. Como condição para efetivação desta mudança social, esta classe deveria se confrontar com uma classe que é a causa de todas estas injustiças sociais. É daí que o proletariado surge como o sujeito da transformação social, da emancipação humana, em confronto com a classe burguesa. O proletariado reuniria, a partir de sua situação particular, as condições da emancipação universal da sociedade.

Marx, diante de sua experiência com o Estado prussiano, critica a concepção hegeliana³¹ e formula que o Estado é uma universalidade alienada. Só quando Marx teve contato com a economia política inglesa, que se deu em torno de 1844 em Paris, foi que ele encontraria elementos para aprofundar sua crítica da filosofia do direito de Hegel. Com *Sobre a questão judaica*, Marx (1844b [2010]) conceberia a sociedade burguesa enquanto momento das relações econômicas que, precede e determina a esfera política numa relação dialética dentro da antítese entre sociedade e Estado. Além disso, trataria sobre a diferença substancial entre emancipação política, aquela que torna os indivíduos cidadãos, e emancipação humana, aquela referente à igualdade substantiva entre os

³¹ A contribuição do filósofo alemão Hegel, segundo Bobbio (1982 [1994]) foi inovar a teoria política com a distinção entre o conceito de sociedade civil/burguesa e sociedade política. A inovação conceitual de Hegel perante os jusnaturalistas, não era somente nominal. A sociedade civil/burguesa em Hegel, ou, se se prefere, sociedade burguesa, não é mais o reino de uma ordem natural que deve se libertar de leis ruins, mas o reino da desintegração da miséria e da corrupção ética e física que deve ser regulamentada, dominada e anulada por uma entidade superior, o Estado. O Estado se mostra como uma instância racionalizadora da vida social, como realidade da ideia ética. Então “a sociedade civil em Hegel é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulação externa, segundo os princípios do Estado liberal; e é conjuntamente sociedade burguesa e Estado burguês” (BOBBIO, 1982 [1994]: 30).

homens com o fim da exploração de um homem por outro e onde cada um teria disponível para desenvolver suas habilidades.

Também em *A ideologia alemã* há dicas preciosas:

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona é a *sociedade burguesa*³² [...]. Aqui já se mostra que essa sociedade burguesa é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados (MARX & ENGELS, 1846 [2007]: 39)

E seguem:

A sociedade burguesa abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado (MARX & ENGELS, 1846 [2007]:74).

Assim temos o conceito de sociedade burguesa em Marx e Engels, para quem é na economia política que está inscrita a anatomia da sociedade burguesa, chave para a crítica da relação entre estrutura e superestrutura. Como supracitado, a sociedade burguesa³³ constitui uma unidade de contrários com o Estado.

³² Conforme ressaltado em nota anterior (29), na política marxista a tradução comum nas edições brasileiras da expressão “bürgerliche Gesellschaft” tem sido “sociedade civil” (esta é a tradução do termo usadas nas edições brasileiras das obras de Marx e Engels publicadas pelo Editorial Boitempo). De fato, como destaca Liguori (2006 [2007]), um defensor do uso do termo “sociedade civil onde em Marx está escrito “bürgerliche Gessellschaft”, esta ambivalência semântica entre sociedade burguesa e sociedade civil representa um fato: a sociedade civil não existe antes da sociedade burguesa. Esta acepção se deve à forte influência que o pensamento gramsciano teve sobre os tradutores do pensamento político marxista, por exemplo, Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. Gramsci será subsidiário da formulação hegeliana sobre o Estado, que o vê como um momento de síntese superior em que a sociedade civil é regulamentada, dominada e anulada, no entanto toma tal formulação invertendo-a. Gramsci constrói a ideia de que o Estado “ampliado” é a combinação da sociedade civil com a da sociedade política e não um momento superior daquelas, conforme veremos adiante.

³³ Ainda sobre o uso de sociedade civil ou sociedade burguesa, de acordo com Liguori (2006 [2007]), Marx nas suas obras mais maduras de crítica da economia política, abandona o termo “bürgerliche Gesellschaft” para se referir à sociedade civil e usa somente o termo “Gesellschaft” para se referir à unidade dialética entre estrutura e superestrutura e entre sociedade civil e Estado político contida no termo “sociedade”.

Neste sentido, se pode falar que Marx opera uma inversão do conceito de sociedade civil/burguesa e Estado de Hegel, pois este último localizava o Estado como sujeito e a sociedade como predicado. Marx inverte esta relação em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Porém, Marx vai além fazendo uma crítica dialética do Estado, e aqui se pode afirmar que justamente o uso da dialética ainda liga Marx a Hegel, ao afirmar que a sociedade civil não está em contraposição e separada do Estado político. Isto fica claro, por exemplo, em *Sobre a questão judaica*, onde Marx (1844b [2010]) afirma que a sociedade civil contém tanto elementos econômicos da estrutura como elementos espirituais e materiais da superestrutura, se bem que os primeiros, os da estrutura, são centrais.

Depois destes passos iniciais³⁴, Marx & Engels (1848 [1998]) seguiriam a crítica do Estado no contexto revolucionário na Europa em meados do século XIX. Para eles, nesta obra, o Estado constituiria um comitê da burguesia, no sentido de ser o lugar onde, por definição, as classes burguesas põem em prática a execução de seus interesses de classe em oposição à classe trabalhadora. Apesar desta concepção, em um certo grau de abstração, presente no *Manifesto do Partido Comunista*, afirmamos que, para Marx e Engels, o Estado não é um *mero* espaço de realização dos interesses burgueses, o que se verifica nas outras obras dos autores que estão em outro nível de abstração. Tendo em conta que usam o método dialético, percebemos que esta não é única forma em que os autores alemães apresentam o Estado.

Na verdade, o Estado é apresentado e reapresentado várias vezes sob óticas distintas, na obra de Marx e Engels, sem uma definição única e determinista. Lembremos que a noção de totalidade em Marx é ontológica e reflexiva e torna sua leitura polissêmica, apresentando sobre o mesmo objeto vários pontos de vista e significados contraditórios

³⁴ A crítica que Marx e Engels realizam ao Estado burguês na década de 1840 com o acerto de contas com Hegel, com os jovens hegelianos, com Feuerbach e sua ideia de essência do homem foi o caminho pelo qual eles puderam formular uma concepção materialista histórica dialética.

entre si, mas unitários. Isto, porém, não retira a validade da afirmação mais geral sobre a estrutura e o dinamismo do Estado: ele, de fato, *é, mas não é somente*, o comitê central da burguesia.

Não há uma determinação unívoca, unidimensional nem direta sobre o caráter instrumental de classe do Estado em Marx e Engels. Afirmamos que há um sentido lógico na maneira de exposição presente nas abordagens do Estado pelos autores que varia de acordo com o objetivo de cada texto, com o momento em que são escritos e com os interlocutores a quem se dirigem, mas isto não quer dizer que estas diferentes concepções acerca do Estado sejam excludentes. Elas não se cancelam, se complementam.

A proposta do *Manifesto do Partido Comunista* era fornecer um panfleto de manifestação política, uma “propaganda” e “agitação”, segundo palavras do próprio Engels, que ajudasse na conscientização da classe trabalhadora para suas tarefas históricas no contexto de revolução social vigente em meados do século XIX na Europa e da qual Marx e Engels foram líderes políticos³⁵.

O sentido da exposição do panfleto era o de apresentar a lógica do sistema do capital e mostrar como, através de seu desenvolvimento histórico, esta dinâmica colocou para a classe trabalhadora a tarefa, também histórica, de lutar contra a alienação, a expropriação originária, e permanente, e a subordinação da força de trabalho ao capital em vários países. Então, por mais que tivesse um contexto e um objetivo social específico,

³⁵ Segundo o filósofo Leandro Konder, Marx e Engels, além da proximidade teórica desde sua aproximação na França, tiveram uma vida política ativa. Como contribuição teórica publicaram obras como a *Sagrada Família* (Marx & Engels, 1844 [2003]), onde rompem de vez com o hegelianismo, o materialismo mecânico e fundam o materialismo histórico. Além desta proximidade teórica, Marx e Engels foram destacados líderes políticos, tendo fundado em 1847, na Inglaterra, a da Liga dos Comunistas, originada da Liga dos Justos, que era uma organização política formada por alemães inspirados no socialismo utópico (de inspiração em Saint-Simon e Robert Owen) que pregava uma transição socialista gradual, em composição com a burguesia e onde a sociedade seria igualitária. Marx e Engels reorganizaram a Liga em torno de princípios do socialismo científico, segundo o qual a transição socialista deveria apontar as contradições do sistema capitalista e refutar a concepção ingênua do socialismo utópico. Após lançarem o panfleto que deveria agitar e organizar a revolução na Alemanha, participaram da fracassada tentativa de revolução em 1848. O fracasso desta revolução na Alemanha em 1848 marcaria a expulsão de Marx da Alemanha, para onde fora participar da Revolução, sua ida definitiva para Londres e sua evolução teórica na crítica da Economia Política. Em 1864, Marx e Engels participariam da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) fundada em Londres que, em consonância com sua concepção internacionalista da luta de classes, daria contornos internacionais na organização proletária na luta revolucionária, diversos países da Europa tinham membros na Internacional, até os E.U.A. A AIT funcionaria até 1872 e seria conhecida mais tarde como a I Internacional (Konder, 2003).

a obra apresentava elementos determinantes do sistema do capital que se perpetuam ao longo do tempo independente das formações sociais específicas que se considere. Portanto, foi por meio de uma concepção de Estado genérica e, ao mesmo tempo histórica e lógica, que os autores alemães encontraram o caráter burguês do Estado capitalista. Neste sentido é que se pode afirmar que, na sua estrutura e dinamismo, isto é, nas suas determinações elementares, o Estado é um comitê burguês.

Anos mais tarde, após o fracasso da revolução na Alemanha, Marx desenvolve sua concepção de Estado. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, obra de caráter histórico e político, que Marx (1852 [2011]) traria elementos do que viriam a ser a discussão sobre classes e frações de classe e sua relação com a construção de dominação no interior do Estado e que, de certa forma, complementa de maneira distinta a visão do autor sobre o caráter e papel do Estado exposta no Manifesto de 1848.

Pela leitura de Marx (1852 [2011]), se exclui qualquer implicação determinista de que o Estado é somente o comitê central da burguesia. O autor mostra a complexidade da cena político-partidária contrarrevolucionária francesa da época mostrando como a burguesia usou o campesinato, a pequena burguesia e as diferentes frações da nobreza de distintas formas de acordo com as demandas da situação para ter hegemonia no interior do Estado. A instabilidade da situação viabilizou que uma figura, vazia de significação política, como Luís Bonaparte, emergisse na história francesa como centralizador e representante do poder burguês.

É nesta obra que se percebe que o Estado capitalista é *também* o lugar de conflito das diferentes classes e frações de classe que estão em permanente disputa pelo controle político do aparelho estatal. O controle político é, em última instância, determinado pelas relações econômicas de produção, mas as relações políticas também determinam aquelas numa verdadeira relação contraditória. Nas palavras de Engels sobre a análise de Marx sobre a experiência da comuna de Paris, temos que:

Tratava-se, em cada caso, do grupo minoritário que foi capacitado e chamado pelo estado do desenvolvimento econômico para exercer o domínio, e foi justamente por isso e só por isso que a maioria dominada participou da revolução a favor desse grupo ou aceitou-a tranquilamente (ENGELS, 1895 *apud* Marx, 1871 [2012]).

Após anos de reflexão política e teórica, a concepção de Estado evoluiria para, em *O Capital*, sua obra mais madura, Marx apresentar uma formulação sobre o Estado que contraria Hegel, para quem o Estado era a realidade da ideia ética, e o apresenta como *violência concentrada e organizada da sociedade*. Nesta obra Marx deixa claro que a análise do Estado requer a crítica da economia política, assim como o havia afirmando desde Marx (1859 [2008]).

No capítulo XXIV do volume I de *O Capital*, com o nome de *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx (1867 [2013]) recorre ao materialismo histórico para buscar nos fatos concretos, entre os séculos XV e XIX, da história inglesa, e com o recurso de alguns fatos de outros países, a gênese histórica e lógica do modo de produção capitalista e a transição do modo de produção feudal para o capitalista. Assim, aponta na acumulação primitiva o mesmo papel que o “pecado original” desempenha para a teologia, um ponto de partida de sua história. Assim, seu estudo implicava na descrição da gênese das subordinação formal e real do trabalho ao capital, com a divisão entre os detentores dos meios de produção e aqueles que só tinham sua força de trabalho para se valorizar e a vendiam “livremente” como representantes iguais no mercado e o subsequente desenvolvimento das forças produtivas.

Marx também se detém na descrição da gênese das classes proletária³⁶ e burguesa (e aqui fica claro sua influência sobre Thompson quando diz que esta gênese se tratou de um processo lento, que se arrastou por muitos séculos); na análise da *força bruta e legal*

³⁶ Vale citar a obra de Engels (1845 [2010]) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, que tratava da condição de vida e trabalho dos trabalhadores ingleses e que mostrava como esta classe se formava enquanto um processo.

do Estado no processo de cercamento dos campos com expropriação dos camponeses; na apropriação privada das terras comunais; no uso da coerção policial através de uma legislação sanguinária contra uma superpopulação relativa às demandas do capital que, por não poder ser absorvida no mercado de trabalho na mesma velocidade com que a industrialização se expandia, errava pelas cidades como desempregados e “vagabundos”; Marx aponta como, na Inglaterra, foi instituído que os salários deveriam ser baixos para viabilizar a reprodução e expansão do sistema (inclusive com tetos legais para o máximo que se podia pagar a um trabalhador) e analisou a criação de um mercado interno.

Da expansão do mercado interno, se deu a gênese do poder imperial inglês. No contexto histórico do desenvolvimento de um mercado mundial a partir das grandes descobertas do século XV na América, do saqueio da Índias e das riquezas e força de trabalho africanas, o capital industrial se desenvolveu e realizou sua expansão através do desenvolvimento da dívida pública, do crédito, das finanças e de um sistema internacional de crédito (e aqui o exemplo do Banco da Inglaterra criado em 1694 é marcante), do sistema tributário e do sistema protecionista. Marx aponta então este traço muito importante sobre o caráter do Estado que nos será caro:

Os diferentes momentos de acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema de dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, *da violência concentrada e organizada da sociedade*, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. *A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica* (MARX, 1867 [2013]: 821. Grifos nossos).

Portanto, na sua obra mais madura, Marx segue apontando o que apontara no *Manifesto Comunista*, escrito quase vinte anos antes, que o Estado é um instrumento de classe, opressor e repressor, e instrumento da acumulação e exploração capitalista.

Entretanto, ainda em *O Capital*, Marx mostra que, se no começo da sociedade capitalista o Estado se mostrou de forma violenta e organizada, com o desenvolvimento capitalista o Estado se manifesta em formas mais sutis e refinadas de dominação econômico-política.

No evoluir da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por *educação, tradição e hábito*, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso atual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista (MARX, 1867 [2013]: 808-809. Grifos nossos).

Portanto, diante desta afirmação, Marx mostra que o Estado atua além de sua função coercitiva educando os trabalhadores de acordo com os interesses capitalistas e apresentando relações sociais como se fossem naturais. Então, afirmamos que em *O Capital*, o Estado age como sustentáculo ideológico do capital, ao se manifestar como o mediador que garante a equivalência jurídico-política na troca de mercadorias entre produtores independentes, “livres” e “iguais”, uma igualdade puramente formal e jurídica. Marx trata de mostrar no volume I do livro como esta troca de mercadorias não é entre pessoas substancialmente iguais, pois tal igualdade é puramente formal, e como esta falsa igualdade jurídica se dá no campo da circulação e não no campo da produção,

onde a desigualdade é *de fato*. Portanto, a troca de mercadorias entre produtores “livres” e “iguais” no mercado sedimenta a desigualdade econômica de fato, ao ocultá-la.

A economia política representada por economistas políticos como Adam Smith e David Ricardo, por exemplo, naturaliza as relações sociais e trata de fazer uma apologia do mercado como instrumento promotor desta igualdade, o que Marx aponta é que, ao não considerar a desigualdade estrutural na esfera da produção, a economia política “vulgar” aponta que capitalista e trabalhador agem a partir de suas vontades iguais e esconde que o trabalhador é coagido a vender sua força de trabalho.

Passemos agora à análise da teoria marxista do Estado presente em Gramsci.

3.2 O Estado em Gramsci

Depois da análise de Lenin³⁷, é com a análise de Antonio Gramsci, que foi fortemente influenciado pela abordagem deste autor russo que difundiu a visão instrumental do Estado de Marx e Engels do Manifesto do Partido Comunista, que a análise marxista sobre o Estado é aprofundada, modificada e refinada substancialmente³⁸.

É sempre necessário frisar que Gramsci, assim como Lenin, não teve acesso a toda obra marxiana disponível hoje. O número de publicações era bem menor à época: é

³⁷ Netto (1987), ao comentar a obra seminal de Lenin (1917b [2017]), faz uma crítica à leitura teórica do autor russo afirmando que a análise de Lenin sobre o Estado é problemática porque se, no plano político, se afastara totalmente da Internacional Socialista (a II Internacional), no plano teórico, o afastamento não foi total. Ao trazer uma série de citações de Engels (1884 [1984]), sobre a evolução do Estado em Atenas, em Roma e na Prússia, Lenin teria, segundo Netto (1987) corrido o risco de recorrer a uma “teoria do Estado em geral”, algo estranho ao método marxiano, que priorizava a teorização concreta do “Estado burguês” pela dinâmica histórico-social do capital e não por uma generalização da lógica do capital (Netto, 1987). A obra de Engels citada é *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Engels, 1884 [1984]). Portanto, voltando a Lenin, esta é uma deficiência de *O Estado e a Revolução*: ao recorrer, e às vezes de maneira descontextualizada, a trechos da obra de Marx e Engels, Lenin teoriza sobre o Estado *em geral*, não circunscreve sua análise ao Estado *burguês* e, assim, corre o risco de excluir o objeto de uma totalidade histórico-social concreta, se afastando da ideia contida na teoria política marxista. É verdade que o próprio Engels já cometera o mesmo equívoco traduzindo de forma algo evolucionista e com certa linearidade a formação do Estado em geral. Relembremos: a obra marxiana trata o Estado, fundamentalmente, como o Estado moderno burguês que está alienado da sociedade civil e que tem na história presente a elucidação de sua gênese, indicando sua evolução futura (Netto, 1987).

³⁸ Coutinho (1989 [1992]) afirmaria que Gramsci, ao colocar a sociedade civil como o núcleo da questão da hegemonia³⁸, concretizaria e desenvolveria as ideias de Lenin.

necessário ter presente que somente em 1932 *Os cadernos de Paris*, os *manuscritos de Paris* e *A ideologia alemã* foram publicados e que Gramsci não podia receber material marxista a partir da data de sua prisão, em 1929, mas isto não impediu que o italiano produzisse reflexões compatíveis com o método marxiano.

Segundo Gramsci, uma escassa compreensão do Estado, implicaria numa escassa compreensão do que representa a consciência de classe e, através de um estudo sobre as classes dirigentes, das classes subalternas e do Estado de seu tempo, ele formula uma teoria sobre a nova forma do Estado no século XX. Esta teoria apontaria as classes subalternas na sua tentativa de “fazer-se Estado”, isto é, de assumir hegemonia no interior do Estado, como veremos a seguir.

É necessário dizer que o autor estuda a sociedade capitalista do século XX e que, portanto, é radicalmente distinta da sociedade industrial analisada por Marx, Engels e Lenin. Sua análise se dá à luz do *Risorgimento* italiano, da reconfiguração da sociedade que a crise de 1929 causara na sociedade capitalista, no liberalismo a ele subjacente e das sociedades que, de diferentes modos e por diferentes razões, foram consideradas como autoritárias como as fascista, nazista e soviética de começos do século XX.

Para Gramsci, o Estado é *integral* porque ele tem uma concepção dialética da realidade histórico-social (Liguori, 2006 [2007]). Correntemente, os estudos sobre Gramsci usam o termo *Estado ampliado*, um denominação introduzida por Buciglucksmann (1980 [1990]), para quem a grande contribuição teórico-política de Gramsci foi esta composição entre sociedade civil e Estado.

De fato, Gramsci, ao falar que no Estado combinam-se aparelhos hegemônicos “privados” com aparelhos coercitivos chega a falar de um Estado num “sentido orgânico e mais amplo” (GRAMSCI, C.6. V.3. 87. 1934 [1999-2006]: 244). Segundo Liguori (2006 [2007]), o uso de aspas em aparelhos ditos “privados” se justifica pelo fato de, na realidade, tais aparelhos fazerem parte do Estado, logo, o caráter privado dos aparelhos

também se relaciona ao caráter público do Estado, uma vez que a sociedade civil deve ser entendida como uma unidade com a sociedade política. Neste sentido que se pode dizer que o Estado é ampliado.

Segundo Liguori (2006 [2007]), esta noção apreende o nexo dialético, de unidade e distinção, de Estado e sociedade civil. Nenhum destes dois momentos é capaz de suprimir o outro e, concomitantemente, tal unidade ocorre sob hegemonia do Estado, isto é, dentro do Estado, mas a partir das relações de produção. Gramsci teria chegado à tal formulação a partir i) da percepção de uma nova relação entre economia e política no século XX e ii) da nova relação entre sociedade civil e sociedade política que vinha se configurando da passagem do século XIX para o século XX, que ficou conhecido pela obra do autor sardo como a metáfora “oriental-ocidental” e pelo estudo das formações sociais fascistas e soviéticas.

Para a análise do Estado em Antonio Gramsci utilizaremos, basicamente, seus escritos presentes nos *Cadernos do Cárcere* e alguns de seus intérpretes como, por exemplo, a interpretação de Norberto Bobbio (1982 [1994]), a qual, apesar das limitações que apontaremos, ainda hoje é considerada como uma das leituras mais influentes sobre o autor sardo e a crítica da visão de Bobbio realizada por um dos mais destacados intérpretes de Gramsci, o filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho e a obra de Guido Liguori (2006 [2007]), *Roteiros para Gramsci*.

Ao estudar o momento superestrutural de forma mais profunda, Gramsci não nega a concepção marxista de extrema importância segundo a qual as relações de produção se confrontam com as forças produtivas. O que ele faz é reforçar a análise dialética entre estrutura e superestrutura. Tampouco toma ele o Estado como o sujeito da história, tal como fizera Hegel.

O filósofo sardo analisou o Estado como sendo a totalidade conformada pela soma da sociedade civil com a sociedade política de uma determinada formação-social. Assim,

o Estado é o lugar onde os interesses burgueses são garantidos e realizados diante de uma série de conflitos entre classes e frações de classe. A forma pela qual estes interesses são organizados e representados variam, entretanto, de acordo com a maneira que o Estado atua preponderantemente em cada período histórico, ora com mais coerção, ora com mais consenso, mas sempre com uma unidade dialética entre ambos.

A sociedade política seria o conjunto de instituições que constituem a organização política de uma sociedade, seu corpo burocrático e policial, por exemplo. Já, com sua noção de sociedade civil, que tem sentido de unidade com a de sociedade política, Gramsci inova a teoria marxista do Estado. Vejamos a seguinte formulação de Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, quando trata da questão dos intelectuais e sua relação com a superestrutura:

[...] podem-se ser fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, C.12. V.2. 1934 [1999-2006]: 20-21).

Recorrendo a esta citação, Bobbio (1982 [1994]) assume que a inovação de Gramsci à interpretação marxista se dá por uma rotação de perspectiva que, sinteticamente inverte a causalidade presente em Marx, mas sem deixar de ser fiel à tradição marxiana. Nas palavras de Bobbio temos que:

Pode-se apresentar o problema da relação entre Marx (e Engels) e Gramsci também do seguinte modo, ainda mais nítido: tanto em Marx como em Gramsci a sociedade civil – e não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. De modo que, em Marx, esse momento ativo e positivo é estrutural, enquanto em Gramsci é superestrutural. Em outras palavras:

ambos colocam o acento não mais sobre o Estado, como o fazia Hegel, pondo fim à tradição jusnaturalista, mas sobre a sociedade civil: ou seja, em certo sentido, eles invertem Hegel. Mas com a seguinte diferença: a inversão de Marx implica a passagem do momento superestrutural ou condicionado ao momento estrutural ou condicionante, enquanto a inversão em Gramsci ocorre no próprio interior da superestrutura (BOBBIO, 1982 [1994]: 33-34).

Portanto, o conceito de sociedade civil em Gramsci é enquanto momento de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade. A distinção-oposição entre Estado e sociedade política seria então metodológica.

Deste modo, continua de pé, para Gramsci, que o modo de produção capitalista tem a economia como seu “motor primeiro”. Também continua de pé que, para um marxista dialético, a distinção entre estrutura e superestrutura (e entre Estado e sociedade civil classicamente compreendida) é só metodológica, não orgânica: numa palavra, é dialética. Também continua a ser verdade, para Gramsci, que no século XX o Estado, o político redefine as próprias relações com o econômico em decorrência da necessidade de o capital superar a própria crise. Intervenções estatais na poupança e na produção, introduzidas na sociedade socialista como alternativa ao mercado, são *agora* (isto é na época de Gramsci) introduzidas, ainda que com finalidades opostas, também nas sociedades capitalistas (LIGUORI, 2006 [2007]: 19).

A partir da citação acima criticamos a leitura controversa de Bobbio (1982 [1994]) sobre Gramsci. Bobbio realiza uma leitura da obra marxiana que chega à seguinte conclusão: Marx identifica a sociedade civil com o momento da estrutura e, a partir desta ideia, Gramsci realiza uma contribuição para a teoria política invertendo a perspectiva de Marx ao identificar a sociedade civil enquanto um momento da superestrutura.

Liguori (2006 [2007]) afirma que Bobbio estava correto ao ver esta diferente concepção e origem da sociedade civil em Marx e em Gramsci. Para ambos o verdadeiro palco da história era a sociedade civil. Porém, segundo Liguori, Bobbio se equivocou ao distorcer uma consequência desta diferença entre os conceitos de sociedade civil em Marx e em Gramsci. Para Bobbio, enquanto Marx considerava a sociedade civil (a base

econômica) como o determinante principal da realidade histórico-social, Gramsci colocara esta centralidade na superestrutura.

Desta forma, para Bobbio, Gramsci era um “teórico das superestruturas”, na medida em que o momento ético-político tinha no seu esquema teórico papel central. Liguori (2006 [2007]) afirma que Bobbio faz esta conclusão equivocada a partir de uma leitura “mecanicista” da relação estrutura-superestrutura, em que um dos dois termos – estrutura em Marx, superestrutura em Gramsci – determina *em última instância* o outro.

A questão é: a partir do momento em que uma destas instâncias determina a outra desta forma mecanicista, não há mais espaço para determinação dialética entre elas. Defendemos que Gramsci não cometeu tal equívoco³⁹. Ao contrapor a noção de sociedade civil de Marx com a de Gramsci, Bobbio teria perdido a noção dialética que ambos autores dão à unidade entre sociedade civil e sociedade política, momentos de uma unidade dialética, mas que são autônomos entre si.

A análise de Bobbio, todavia, pode levar a uma falsa conclusão: como há, em Gramsci, esta transição da sociedade civil da instância estrutural para a superestrutural, a infraestrutura deixaria de ser a explicação ontológica da história ao se transferir para o momento superestrutural. Coutinho (1989 [1992]) chegaria a afirmar que esta interpretação de Norberto Bobbio daria margem para a afirmação de que Gramsci, seria de certa forma um “idealista” no que concerne à teoria social. Algo que o próprio Coutinho refuta, ao descartar a proposição de Norberto Bobbio.

Se é verdade que Bobbio (1982 [1994]) percebeu que Gramsci deu nova significação ao conceito de sociedade civil, não se pode afirmar que Bobbio tenha acertado em relação à função que tal categoria tem na dinâmica marxista. Ao centrar sua

³⁹ “Ou seja, Marx não se limita a ‘inverter’ a relação hegeliana Estado-sociedade, opõe-se a esta oposição, critica a dicotomia entre esfera pública e esfera privada, rejeita de algum modo o confinamento do político ao Estado e do socioeconômico à sociedade, mostra que poder (e política) atravessa ambos os momentos. É esta concepção dialética que ainda o liga a Hegel. E é esta mesma dialética que – ainda mais – caracteriza a formulação de Gramsci (LIGUORI, 2006 [2007]: 44).

análise na relação entre estrutura e superestrutura, Bobbio perdeu de vista o que Coutinho apontou como a verdadeira centralidade da questão: a conexão, derivada da luta de classes, entre a sociedade civil e o problema do Estado. Segundo o filósofo político, Gramsci enriqueceu o arcabouço marxista ao ampliar, e não negar, a visão de sociedade civil em Marx. Nas palavras do autor baiano:

[...] esse enriquecimento motiva uma concretização dialética na questão do modo pelo qual a base econômica determina as superestruturas (ou seja, essa determinação é mais complexa e mediatizada onde a sociedade civil é mais forte), isso não anula de modo algum [...] a aceitação gramsciana do princípio básico do materialismo histórico: o de que a produção e a reprodução das relações sociais globais, é o fator ontologicamente primário da explicação da história (COUTINHO, 1989 [1992]: 74)

É mister esclarecer, como fizera Gramsci, e nos é lembrado por Iasi (2014) que, em todos os períodos históricos, o Estado combina a atuação da força bruta (coercitiva) com a atuação hegemônica (consensual). A questão é que o grau de recurso à força e ao consenso varia de tempos em tempos, mas, e aqui está um ponto fundamental de Gramsci: em cada momento de preponderância do uso da força estão sendo construídas as bases para um novo momento de uso preponderante do consenso e a recíproca é verdadeira. Os momentos em que a hegemonia tem maior destaque são momentos em que as bases institucionais, jurídicas, políticas, morais e econômicas são trabalhadas a permitir, no futuro, o uso da força como elemento decisivo e vice-versa. A atividade estatal é, então, a da busca incessante por *equilíbrios* que, pela definição dialética do próprio Estado, são *instáveis*.

Para Marx e Engels, o Estado, analisado nas conjunturas específicas em que escreveram tais autores, se definia pelo predomínio do atributo da força generalizada e, por isso, representava, para estes autores, o conjunto de aparelhos repressivos de uma classe social. Já, para Gramsci, na conjuntura temporal e geográfica em que escrevia, o Estado apresentava um caráter desenvolvido que ia além da mera atribuição coercitiva.

Resumidamente, Marx e Engels trataram em textos como o *Manifesto do Partido Comunista*, do aspecto do Estado que Gramsci denominou de *sociedade política*, com base na burocracia executiva e policial-militar, enquanto que o próprio Gramsci priorizou a noção do Estado a partir de seu caráter hegemônico, o qual tem sua base na sociedade civil ou nos *aparelhos de hegemonia privados*. Todavia, nem Marx e Engels nem Gramsci escreveram só sobre sociedade civil ou só sobre sociedade política, escreveram sobre a unidade dialética que une as duas (Coutinho, 1989 [1992]).

Para mostrar a diferença de sua época para a época de Marx e Engels, o autor sardo usa a metáfora de, que em países onde houve certa *socialização da política* (em geral, isto se deu em países “ocidentais” através da criação de sujeitos políticos coletivos representados pela emergência e difusão de grandes partidos, sindicatos, partidos de massa, grande imprensa dos trabalhadores e o sufrágio universal), o Estado apresentava, além de sua função coercitiva, também o caráter de hegemonia, isto é, de consenso entre interesses díspares. Gramsci trata deste processo de socialização da política, típico às nações “ocidentais” de começos do século XX, ao analisar o conceito de revolução permanente do período revolucionário de 1848, e afirma:

[...] A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz (GRAMSCI, C.13. V.3. 7. 1934 [1999-2006]: 24).

Isto se dava em oposição aos países “orientais”, como os asiáticos ou a União Soviética, caracterizados como países com sociedades civis “amorfas e gelatinosas” e uma sociedade política, um aparelho estatal, opressor e repressor forte. Assim, para Gramsci, a sociedade civil é o conjunto de relações que envolvem os *aparelhos privados de hegemonia*. Esta noção de sociedade civil desenvolvida é uma das inovações de Gramsci em relação a Marx. Estes aparelhos são privados, pois os indivíduos aderem a eles voluntariamente e têm certa autonomia em relação à sociedade política. Estes órgãos são representados, entre outros, pela Igreja, pelas escolas, pela imprensa e pelos sindicatos.

Segundo Coutinho (1989 [1992]), nos contextos revolucionário de Marx, Engels e Lenin, a sociedade civil se apresentava de outras formas e era menos desenvolvida, então, tais autores não viram, em seu tempo de vida, os aparelhos hegemônicos privados desenvolvidos da maneira como Gramsci os viria. Porém, não quer isto dizer que Marx, Engels e Lenin não tenham sido capazes de perceber o movimento incipiente de disputa entre os órgãos “privados” na busca pela hegemonia, tanto é que afirmamos que Marx e Engels já discorrem sobre mecanismos de consenso e Lenin, uma grande influência sobre Gramsci, escreveria sobre “direção política”.

Ainda sobre esta discussão de uma nova forma do Estado no século XX, Gramsci afirmaria sobre a diferença entre as sociedades ocidentais e orientais, sobre a diferença de seus respectivos Estados e sobre o uso da guerra de posição e da guerra de movimento o seguinte:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação, e ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas

exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, C.7. V.3. 6. 1934 [1999-2006]: 262).

Ao relatar a ascensão dos estados autoritários, ainda que em conjunturas e perspectivas radicalmente distintas, nazista e soviético, Gramsci sinaliza aspectos do que denominaria de “Estado ético”. Este atuaria com a função de educar, cultural e moralmente, as classes subalternas de acordo com os interesses das classes dominantes. Neste sentido Gramsci afirmaria que:

[...] todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinando nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes (GRAMSCI, C.8. V.3. 179. 1934 [1999-2006]: 284).

Seria por isso que, segundo Gramsci, as classes dirigentes em momentos de crise de hegemonia, quando a “base histórica do Estado se deslocou”, criam previamente uma *opinião pública*, através dos órgãos privados de Estado a fim poderem recompor, mediante atuação coercitiva do Estado, o poder. Gramsci expõe, desta forma, como coerção e consenso estão sempre em interação dialética.

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre consenso e força. O Estado, quando quer iniciar uma ação popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (GRAMSCI, C.7. V.3. 1934 [1999-2006]: 265).

Duriguetto (2008) discute os conceitos de sociedade civil e democracia em Gramsci em termos críticos e políticos, contra hegemônicos e classistas. Segundo a autora, o marxista sardo visualizava a sociedade de sua época, a qual passava por profundas transformações como a organização dos interesses classistas, a expansão das esferas culturais, artísticas, filosóficas (que representavam mudanças ideológicas) e o

desenvolvimento dos aparelhos institucionais políticos e jurídicos. Assim, para a autora, Gramsci visualizava uma nova dimensão da vida social que ele chamava de “sociedade civil”. Nas palavras da autora:

Sociedade civil, para Gramsci, é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos etc.), é a esfera da elaboração e/ou difusão de valores, cultura, e ideologias que tornam ou não conscientes os conflitos e contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe (DURIGUETTO, 2008: 2).

Assim, segundo a autora, Gramsci vislumbra a possibilidade de as classes subalternas⁴⁰, as classes dominadas, chegarem ao poder através do que o político italiano denominou de “guerra de posição”, isto é, pela luta contínua e progressiva de demarcação de território na direção político-ideológica no campo da sociedade civil, sem terem de recorrer à guerra de movimento, mais comuns em sociedade orientais, que significa a tomada do poder com uma ruptura brusca num curto período de tempo (exemplos históricos seriam a revolução russa e a chinesa).

É importante frisar, a despeito da noção de Duriguetto (2008), que a percepção das guerras de posição em sociedades de caráter ocidental não faz Gramsci abandonar a necessidade das guerras de movimento, uma vez que segue defendendo a necessidade de tomada, derrubada e substituição do Estado burguês por um Estado proletário. A preparação da guerra em tempos de paz é um conceito Maquiavel que Gramsci insiste em apontar e que sinaliza esta sua preocupação da passagem da guerra de posição para a guerra de movimento, inclusive através de instrumentos legais e meios fora da legalidade. Segundo o autor sardo, este instrumento de atuação fora da legalidade é um instrumento

⁴⁰ Segundo Liguori (2006 [2007]), Gramsci está tentando compreender porque uma classe é subalterna e como ela constrói o caminho para se tornar dirigente, para “fazer-se Estado”. Para isso, Gramsci desenvolveria o conceito de hegemonia, já presente nos debates da III Internacional, e o faz a partir do desenvolvimento do conceito de sociedade civil.

importante do Estado burguês que é capaz, por exemplo, de agir por aquilo que hoje chamamos de grupos paramilitares.

A grande armadilha para a classe trabalhadora neste movimento de recurso à guerra de posição e à guerra de movimento é que a classe trabalhadora não tem as mesmas bases para o uso da guerra de movimento, uma vez que é uma classe destituída e que precisa vender sua força de trabalho, e, logo, a guerra de posição, nos marcos da legalidade parece implicar na abdicação da guerra de movimento. Gramsci está chamando atenção para que isto seja evitado.

Chegamos aqui a um ponto já citado e que não tinha sido desenvolvido: Lenin foi extremamente influente sobre Gramsci. Ao realizar uma comparação do termo de hegemonia em Lenin e em Gramsci, Bobbio (1982 [1994]) ressalta que o termo quase não aparece no líder soviético, mas pode ser identificado na categoria “direção política”, recorrente na obra lenineana. Já em Gramsci, o termo hegemonia apareceria primeiramente na acepção de direção política em dois escritos de 1926⁴¹, mas seria nos *Cadernos do Cárcere* que a palavra hegemonia em Gramsci assumiria a ideia de “direção cultural”, uma dimensão que não exclui a ideia de direção política, mas que é mais ampla. Assim, Gramsci propõe dois temas para o entendimento do partido moderno: a questão de formação de uma *vontade coletiva* (que é a problemática da direção política) e a *reforma intelectual e moral* (que é a questão da direção cultural).

Aparece, então, a ideia de projeto societário com hegemonia de um determinado grupo social. Em Gramsci, o conceito de intelectual está ligado à concepção deste projeto societário. O intelectual em Gramsci é aquele comprometido com um projeto de hegemonia de classe. Quando um grupo social consegue ter seu projeto de classe desenvolvido a ponto de ser classe dirigente, passa a ser dominante. Gramsci diria que

⁴¹ *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético e Alguns temas da questão meridional.*

esta fração de classe ou classe passa a ter *supremacia* sendo hegemônica no “bloco histórico”, formado pela combinação dos momentos da estrutura e superestrutura. Vale ressaltar, que este conceito de bloco histórico dá menos margens para interpretações que separam de forma mecânica a sociedade civil da sociedade política.

Segundo Coutinho (1989 [1992]), em Gramsci, existem dois tipos de “intelectual” e eles emergem como parte do momento superestrutural do sistema gramsciano. O i) *intelectual orgânico*, em Gramsci, vai, portanto, emergir junto com classe e tem como função dar homogeneidade e consciência (na medida em que constrói a consciência junto à classe) à classe na busca por um projeto novo de hegemonia, o projeto de “fazer-se Estado” da classe subalterna. No caso do proletariado, será o projeto de hegemonia das classes subalternas. Daí o partido, instrumento de organização da classe, ter importância fundamental na organização do proletariado em Gramsci. Já o ii) *intelectual tradicional* já foi, no passado, um intelectual orgânico de uma classe que buscava se tornar dominante e dirigente, mas, uma vez que esta classe desapareceu, o intelectual tradicional se tornou um grupo autônomo e independente da sociedade e que atua se aderindo a determinadas classes sociais. O papel de ambos intelectuais, orgânico e tradicional, seria o de preparar a hegemonia da classe da qual estão aderidos ao conjunto de aliados desta classe. “São, em suma, agentes da consolidação de uma vontade política, de um “bloco histórico” (COUTINHO, 1989 [1992]: 108).

Segundo o Coutinho (1989 [1992]), a análise do partido de Gramsci afirma que, para todos os grupos sociais, o partido tem na sociedade civil a mesma função que o Estado realiza na sociedade política: realizar a conexão entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. Isto é feito ao passo em que a atividade fundamental do partido se desenvolve, a saber: transformar seus membros em intelectuais políticos qualificados e dirigentes, organizadores das atividades e das funções de uma “sociedade civil organizada”. Ambos, intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais são agentes da

consolidação de uma vontade coletiva, de um “bloco histórico” que se dá com o desenvolvimento da sociedade civil.

Intelectual e partido são, portanto, de certa forma, uma identidade em Gramsci. Segundo o italiano, todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais, mas em diferentes níveis. Não no sentido de sua erudição, mas no de sua *função*: todo membro do partido tem potencial de ser dirigente, organizador e educador. E, ainda segundo Gramsci, é importante que dentro do partido, haja rotatividade entre os membros: os que estão mais empenhados na direção do partido devem dar lugar aos que estão mais comprometidos com outras funções, como a militância e vice-versa a fim de que o partido seja democrático e não se torne um instrumento burocrático.

Em relação ao partido, Gramsci segue as trilhas de Lenin propondo poucas rupturas. Assim como em *Que fazer?* (Lenin, 1902 [2017]), Gramsci afirma como função do partido superar o caráter sindicalista da organização, priorizando pela emergência da consciência de classe para si do proletariado. Para Gramsci, o partido deve ser capaz de superar os momentos corporativos e organizar a coletividade de um país enquanto uma vontade coletiva nacional-popular enquanto *necessidade histórica*, a qual supere as limitações da estratificação da sociedade em classes, num verdadeiro movimento catártico, ou seja, um processo universalizante que ultrapasse até os limites da nação.

Assim como Lenin via no partido o lugar para a aparição de uma “consciência que vem de fora” da prática econômica, Gramsci vê no partido o lugar onde a esfera ético-política é transformada em esfera política. Desta forma, as reivindicações dos trabalhadores deixam do momento de classe “em si” para ser “para si” e o trabalhador pode ser uma classe dirigente. Vale dizer que Gramsci percebera a importância da mediação que o partido deveria fazer da unidade dialética entre disciplina da organização e a espontaneidade da reivindicação das massas.

É pela guerra de posição que emerge esta noção importante em Gramsci de hegemonia como “direção moral e intelectual”. A busca contínua por ampliação da direção de classe, político e ideológica, requer o consenso como forma de mediar diferentes grupos sociais aliados, expandindo e articulando interesses e necessidades. Duriguetto (2008) lembra que há um arcabouço político na noção de sociedade civil na medida que existe articulação dialética entre a busca da hegemonia e a conquista do poder pelas classes subalternas. Assim, a noção de sociedade civil, em Gramsci, deve ser entendida a partir da contradição “capital e trabalho”, sob uma perspectiva de totalidade, como uma esfera na qual se disputam projetos de sociedade antagônicos. Portanto é um espaço não de consenso, mas, estrutural e dinamicamente, é um espaço de luta, de acesso diferenciado a recursos institucionais e econômicos e de relações desiguais de poder.

Considerações finais

As mulheres e os homens herdam as condições sociais pré-existentes, vivem suas próprias experiências cotidianas de vida e de trabalho e, neste processo, fazem sua história. No modo de produção capitalista a história é, porém, a história da luta de classes. Esta luta se dá entre grupos de indivíduos que percebem laços de solidariedade e interesses – econômicos, políticos e culturais – entre si e outros grupos de indivíduos que, por sua vez, têm interesses e solidariedade em conflito com os outros grupos.

Neste modo de produção, na medida em que a vida material é produzida e reproduzida, há o confronto entre o desenvolvimento das forças produtivas e o grau em que se encontram as relações de produção que, em outra forma de manifestação, aparecem como o conflito entre o aparato jurídico, político e ideológico. Neste conflito histórico, percebido como experiência de vida pelos indivíduos enquanto membros das classes sociais, as classes podem adquirir consciência de injustiças e podem se revoltar com a

maneira com a qual as coisas funcionam nesta sociedade e podem se propor a superar esta forma de vida.

É no interior do que conhecemos como Estado, que expressa a combinação dialética de sociedade civil e de sociedade política, que a relação entre estrutura e a superestrutura se desenrola. Nela, as relações materiais concretas são determinantes, mas também determinadas e é na “sociedade civil” que está o palco de toda a história construída pelos homens e mulheres. Eles, ao adquirirem consciência de sua tarefa histórica de negação de uma forma de vida exploratória existente, colocam em xeque o Estado enquanto instrumento de dominação de classe e enquanto combinação entre consenso e força e colocam na ordem do dia demandas de transformações da participação e representação popular através do Estado e de seus órgãos de hegemonia.

Toda esta digressão sobre classe, luta de classe, consciência, Estado e participação popular dentro do Estado visava um fim específico: levantar os fundamentos teóricos que embasam toda a discussão subsequente da tese. Apesar disso, não se pretendeu realizar uma exegese das categorias e teorias levantadas aqui e, muito menos, encerrar os debates que envolvem todos estes elementos.

O caminho percorrido foi fruto da reflexão subsequente sobre os quais são os elementos mais gerais que determinam e explicam i) uma sociedade de classes no Brasil, a partir de sua formação social específica dentro do mundo capitalista e da lógica da luta de classes no país; ii) a partir desta formação, a noção de povo e de identidade que se constrói nas classes; iii) o caráter do Estado brasileiro e da revolução burguesa que se deu ao longo do século XX e se consolidou com o golpe civil-militar de 1964; iv) o destino e limites para a democracia com a transição deste regime e com a constatação de um processo de transformismo no principal partido de origem na esquerda da história do país, o PT, finalmente, v) as possibilidades de mudanças sociais no Brasil atual.

Para realizar a mediação destes conceitos com a especificidade da formação brasileira, embasaremos nossa argumentação na obra sobre a formação nacional contida principalmente na obra de Florestan Fernandes, *um intelectual orgânico das classes subalternas brasileiras no sentido supracitado de Gramsci*.

O próximo capítulo trará os elementos contidos em suas obras sobre aquilo que consideramos fundamental para a apreensão da sociedade de classes no Brasil e sua cristalização no regime civil-militar enquanto a “dupla articulação do capitalismo dependente”.

Capítulo 2 Mudanças sociais no capitalismo dependente

Introdução

O capitalismo no Brasil, necessariamente, surgiu e se desenvolveu de forma distinta à maneira como foi originado e desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos. Esta afirmação é explicada pelo fato de a formação social brasileira ter se dado, desde a colonização europeia, por uma lógica diferente das formações dos países que atualmente são conhecidos como o centro da ordem global. Na verdade, esta diferença pode ser vista em graus, ritmos e intensidades distintos também em outros países da América Latina, parte constituinte da periferia da ordem capitalista. Podemos dizer que estes países se formaram a partir de uma história de dominação que, em sua origem, não colocava no horizonte destas regiões se tornarem países independentes e formarem-se como nações, no sentido de possuírem um projeto autodeterminado de futuro.

Os caminhos diferentes que os processos de formação da “nação” assumiram no centro e na periferia determinaram o alcance, as possibilidades e as finalidades das revoluções burguesas latino-americanas, marca do início de organizações societárias tipicamente capitalistas divididas em classes sociais. Assim, temos um elemento importante para o estudo das classes sociais no Brasil e das possibilidades de mudanças sociais no Brasil com esta constatação: na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, o processo de formação social, na direção da construção de nações, determinou um tipo de revolução burguesa específica: a revolução burguesa periférica.

Com esta revolução, o povo, entendido como a maioria da população, pôde emergir na história como um sujeito de transformação social, mas, conforme construído no capítulo anterior, a emergência do povo ou um grupo social majoritário não implica a construção de uma consciência de classe em si e para si, senão a possibilidade da

construção desta consciência de classe. A revolução burguesa periférica também conformou Estados que expressam a relação dialética entre sociedade civil e sociedade política de uma forma radicalmente distinta dos países do centro e isto resultou inexoravelmente numa relação específica das classes latino-americanas com o tipo de democracia que se estabeleceu na região. A seguinte afirmação de Ianni aponta este sentido das mudanças vistas:

Na América Latina, a revolução burguesa compreende um processo histórico de ampla envergadura, com surtos, descontinuidades, recuos. Conforme o país, desenvolve-se larga e contraditoriamente, desde as revoluções de independência e entrando pelo século XX. Há casos em que os seus principais desenvolvimentos se dão em algumas décadas. Naturalmente são diversas e muito peculiares as condições nacionais sob as quais se dá a revolução burguesa. Mas é possível dizer que essas condições, em cada um e em todos os países da América Latina, não produziram a consolidação da democracia. Ao contrário, consolidou-se o Estado forte, abrangente, autoritário, intimamente acoplado com o poder econômico, bastante vinculado aos interesses estrangeiros (IANNI, 1988, 2).

Este capítulo tem como objetivo realizar a mediação entre o fenômeno da classe social e do Estado, tratados no capítulo anterior, com a realidade da formação social brasileira. Em especial, trataremos os condicionantes e os desdobramentos da revolução burguesa periférica no Brasil por esta ser:

- i) o ponto de origem da sociedade com classes no país;
- ii) um marco para o povo, que somente pôde surgir com a abolição da escravidão em 1888;
- iii) a principal causa da conformação da consciência de classe no Brasil, tanto burguesa quanto trabalhadora e
- iv) por ainda determinar as possibilidades de mudanças sociais ao condicionar o tipo de democracia possível nos marcos daquela revolução deixando em aberto possibilidades fora do marco burguês.

O que se tratará de fazer é, portanto, ver as *conexões entre identidade, povo e nação*. Faremos isto a partir da perspectiva crítica de Florestan Fernandes, um pensador social brasileiro que pode ser tipificado como um intérprete do Brasil e como um intelectual orgânico das massas⁴².

O pressuposto é que a revolução burguesa periférica no Brasil, assim como no restante da América Latina, conformou o *capitalismo dependente* (Fernandes, 1972 [1973]). Tal variedade de capitalismo tem como característica própria a “dupla articulação” entre segregação social (e do estilo de dominação que ela pressupõe) e a dependência ao capital internacional (ditada pelas potências hegemônicas e pela relação das comunidades nacionais e o “mundo internacional dos negócios”) que produzem o subdesenvolvimento e a dependência indefinidamente como barreiras que impedem o controle dos meios e dos fins da mudança social de forma autônoma por parte do povo⁴³.

A ideia por trás da especificidade brasileira, presente também em Caio Prado Júnior, é a noção de que a história da formação social brasileira é a história da transição do Brasil colonial de ontem para o Brasil nação de amanhã (Prado Jr., 1942 [2011]). Florestan trabalha esta ideia como o desafio ainda existente de realizar a plena *descolonização* do Brasil, que se poderia afirmar como o paralelo ao processo europeu de

⁴² Como visto na seção 3.2 do capítulo 1, o intelectual orgânico é para Gramsci o intelectual que surge concomitantemente ao surgimento da classe da qual ele está aderido e tem como função dar homogeneidade e construir, junto com a classe, a consciência desta classe para atingirem um novo projeto de sociedade. Defendemos que Florestan Fernandes é um intelectual orgânico neste sentido por sua trajetória de vida, oriunda das classes trabalhadoras, de sua atuação política em partidos que tinham como bandeira a defesa dos interesses da classe trabalhadora (Partido Socialista Revolucionário e Partido dos Trabalhadores) e suas bandeiras de luta em áreas como a educação pública, a causa indígena e negra, a luta pela democratização no período do Estado Novo, durante o regime civil-militar entre 1964 e 1985, durante o período Constituinte e seus anos como deputado federal e por sua trajetória acadêmica na qual estudou justamente a conexão entre identidade, povo e nação no capitalismo dependente. Também defendemos que Florestan Fernandes é um intérprete do Brasil por ser se propor a analisar a realidade brasileira a partir do passado da formação social do país com o fim de propor um projeto de futuro, tal como visto na *Introdução* da tese.

⁴³ Celso Furtado é um outro intérprete do Brasil que trabalharia com esta ideia de extrema segregação social interna e dependência ao capital internacional, porém não usa a categorização “capitalismo dependente” cunhada por Florestan Fernandes. Ao estudar a conexão entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, Furtado aponta a conexão entre a lógica do controle dos meios de uma industrialização orientada por objetivos “nacionais” para atingir o fim do desenvolvimento econômico e social. Desta maneira, se poderia distribuir racionalmente os frutos do progresso técnico de maneira que a distribuição da riqueza e da renda nacional se desse de forma mais equânime na sociedade brasileira. Esta orientação de planejamento entre meios e fins é uma influência de Karl Mannheim sobre Celso Furtado. Para mais sobre as propostas de Celso Furtado, recomendamos a leitura de Furtado (1974; 1992), Sampaio Jr. (1999), Hadler (2012) e Borja (2013).

desagregação feudal (Fernandes, 1960 [2008]; 1981b [2015]). A ideia do capítulo é mostrar que, como conexão do capitalismo dependente, o regime de classes assume a forma social do próprio capitalismo dependente.

Além desta introdução e das considerações finais, este capítulo conta com três seções. A primeira trata das formas como se deram as organizações sociais no Brasil antes da conformação da sociedade de classes e quais os seus dínamos; a segunda trata de como o povo, tal como entendido por Florestan Fernandes, surgiu na formação social brasileira; a terceira trata, a partir da categoria de ordem social trabalhada pelo sociólogo, de como a sociedade classes emerge da transição do que é chamada de ordem neocolonial para a ordem competitiva e é definida com o golpe de Vargas em 1930 e com o início do processo de industrialização por substituição de importações.

1 O Brasil antes da sociedade de classes

1.1 A ordem social colonial

A história do Brasil contemporâneo é a história da transição incompleta do Brasil colônia para o Brasil Nação (Prado Jr., 1942 [2011]). Esta frase se refere à evolução dos fatos sociais, econômicos e políticos que se desenrolam desde a chegada dos portugueses no território que hoje se conhece como Brasil⁴⁴. Ancorado nesta ideia de Caio Prado Jr., Fernandes (1981b [2015]) afirmaria que o dilema brasileiro era que na América Latina a descolonização ainda estaria inconclusa⁴⁵.

⁴⁴ De partida, fica claro que ao privilegiar o Brasil como país após a chegada dos europeus, são preteridos na visão de Caio Prado Jr., e de muitos intérpretes do Brasil, os fatos econômicos, políticos e sociais precedentes à chegada dos colonizadores.

⁴⁵ Ao explicar a razão do estudo das *mudanças sociais*, o sociólogo paulistano afirma que os pesquisadores da sociedade de classes periféricas devem-nas estudar sob: “[...] 1º) ou sob condições tipicamente neocoloniais (nas quais apenas emerge um mercado capitalista especificamente moderno e o regime de classes aparece, assim, como uma realidade histórica incipiente); 2º) ou sob condições tipicamente de dependência econômica, sociocultural e política (nas quais a dominação externa é mediatizada e em que a revolução burguesa, como uma dimensão histórica interna, não se acelera

O modo como o Brasil estava inserido no modo de produção capitalista se deve ao fato de o país ter sua história moderna como parte da expansão da civilização ocidental e do papel histórico que a colonização portuguesa teve para o país. Como resultado, não poderia existir, desde o começo da colonização, formas sociais que extrapolassem o desenvolvimento do ordenamento social que ocorria em Portugal ou na Europa durante os séculos XV a XVIII. Ao contrário, na colônia haveria a “tentativa de transplantação de um regime estamental português” combinada com elementos próprios da dinâmica que viria a vigorar na colônia, a saber: a grande plantação; a escravidão e a expropriação colonial (Fernandes, 1968 [1981]).

A dependência brasileira seria construída pelos agentes históricos que moveram e movem a história do país de forma particular. Esta *heteronomia*⁴⁶ é uma condição permanente, mas instável e mutável dado os nexos da dependência (ora colonial, ora neocolonial, ora imperialista), da polarização da hegemonia global e do poder de determinação do núcleo dominante.

Desde os tempos coloniais, o país vem passando por transições da *ordem social* que vigora internamente⁴⁷. Segundo Florestan (1960 [2008]), o foco central dos

por via autônoma, mas graças a esquemas de articulação da ‘iniciativa privada nacional’. A primeira situação histórico-social, existiu no Brasil na época de emancipação nacional e da eclosão interna do capitalismo. A segunda já aparece claramente configurada nas últimas quatro décadas do século XIX, exprimindo e servindo de suporte ao ciclo de deslanche da revolução burguesa; mas é sob a aceleração do crescimento econômico, portanto sob a ‘integração do mercado interno’ e o industrialismo, que ela iria mostrar o que significa *dependência* sob o capitalismo monopolista e o imperialismo total. Se conhecimento sociológico da formação do regime de classes exige que se estude atentamente a primeira situação, é na segunda e em seus desdobramentos históricos que se pode descobrir uma explicação sociológica para o presente e para o futuro, ou seja, para que o regime de classes reserva à periferia do mundo capitalista dependente e subdesenvolvido” (FERNANDES, 1960 [2008]: 33).

⁴⁶ A heteronomia, categoria que se refere ao oposto de *autonomia*, é conceito recorrente no vocabulário de Florestan Fernandes e é empregada com referência à dependência (econômica, cultural, política e social) que a falta de controle interno, por parte do que o sociólogo chama de povo, impõe aos rumos da sociedade brasileira. Entraremos na discussão de povo em Florestan adiante neste capítulo.

⁴⁷ Na América Latina, pode-se falar de três tipos de capitalismo que podem ser distinguidos em três momentos mais gerais: o de transição do mundo colonial para o neocolonial, onde começa a nascer uma sociedade com classes mas ainda não tipicamente capitalista; o de passagem de um primitivo capitalismo mercantilista – herdado da colônia de exploração – para um incipiente capitalismo comercial neocolonial e, finalmente, o de passagem – somente em alguns países – do capitalismo comercial para o capitalismo industrial na época do capitalismo competitivo. O que sempre esteve presente em todos estes momentos foi o impacto externo condicionando e regulando a mudança estrutural, mas em cada um destes três tempos houve condicionantes internos em variados graus de acordo com as atitudes, comportamentos e objetivos das classes dominantes em relações aos conflitos sociais. (Fernandes, 1972 [1973]).

dinamismos das mudanças sociais é justamente a forma de organização da sociedade. A ordem social é, segundo a caracterização weberiana desenvolvida por Florestan Fernandes, a forma como a sociedade organiza suas relações econômicas, sociais, políticas e culturais em determinados períodos de tempo.

De acordo com Heloísa Fernandes, filha do sociólogo, a categoria weberiana de ordem social diz respeito especificamente à ordem estamental, tipificada pela honra, pelo modo de viver e pela desvalorização do trabalho físico e é colocada em risco quando o lucro econômico e a aquisição material dominam o modo de viver. Portanto, a ordem social seria mais uma ordem econômica. Já a categoria de “ordem social” elaborada por Florestan Fernandes, extrapola esta noção weberiana ao assumir a possibilidade de múltiplos ordenamentos sociais num mesmo tempo⁴⁸ (Fernandes, 2015).

Como ressalta Ricupero (2015), tanto Prado Jr. (1942 [2011]) quanto Fernandes (1975a [2011]) dão um caráter especial à existência e à relação entre o setor da economia voltado “para dentro” e o setor voltado “para fora”⁴⁹. Segundo Caio Prado, haveria, de um lado, um setor inorgânico orientado para as atividades que sustentavam indiretamente as atividades principais de exploração extrativa ou que não podiam ser classificadas como relacionadas à grande exploração rural⁵⁰, como a pecuária e agricultura necessárias para a sustentação de um mercado interno que garantisse a subsistência da vida social internamente e atividades como a vadiagem, a prostituição etc.; já o setor orgânico seria composto por todas as atividades relacionadas diretamente à grande exploração e,

⁴⁸ De acordo com Cohn (2015), Florestan se preocupava com a ordem social por ser esta a forma como as coisas na sociedade estão organizadas e por representar as possibilidades de transformação através das tendências de movimento da sociedade (esta preocupação com as tendências sociais – no passado, no presente e no futuro – é uma influência de Durkheim sobre o autor brasileiro).

⁴⁹ Apesar de reivindicar e seguir os trilhos de Caio Prado Jr., Florestan se afasta do historiador ao apontar a transição da predominância do capital mercantil para o capital industrial, o que adiante, no período de industrialização por substituição de importações, daria ao processo de industrialização – através da *modernização* – um potencial subestimado por Caio Prado. Por fim, vale destacar que a análise de Florestan explora muito mais sociologicamente os dinamos internos da sociedade brasileira que a obra de Caio Prado Jr. (Ricupero, 2015; Fernandes 1995).

⁵⁰ Sobre a grande exploração rural baseada no latifúndio monocultor, na força de trabalho escrava e exploração primária ver Prado Jr. (1979).

basicamente, sustentadas pelo braço escravo. Ambos, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, apontariam a relevância que o setor voltado para dentro passaria a determinar para a formação social brasileira. Florestan também se aproximaria de Caio Prado Jr. ao apontar que após a independência, a estrutura econômica da sociedade colonial persistiria, mas somente aos poucos iria abrir a possibilidade de internalização das fases de comercialização da produção; por fim, ambos convergem na ideia de que a formação de um Estado nacional⁵¹ foi um marco para a sociedade brasileira a partir do acontecimento histórico de 1822, a Independência política.

A maneira pela qual a história, enquanto prática da vivência das relações sociais de homens e mulheres, é conformada em determinados períodos de tempo é o horizonte de Florestan Fernandes. Assim, para ele, é fundamental recorrer às ordenações sociais que antecederam o regime de classes no Brasil para que se possa entender os condicionantes e as possibilidades postas para uma ordem social em classes⁵².

Segundo o militante paulistano⁵³, durante quase três séculos, o sistema de colonização e de dominação externo brasileiro, e do restante da América Latina, foi

⁵¹ Para um aprofundamento da questão de nação e nacionalismos, como questões derivadas das revoluções inglesa, francesa e estadunidense indicamos a leitura de Hobsbawm (1990).

⁵² Segundo Florestan Fernandes, a história do Brasil tem períodos mais ou menos bem delimitados em relação às ordens sociais vigentes: “ 1º) a era colonial, que se caracteriza pelo controle direto da Coroa e pelos efeitos do antigo sistema colonial na organização do espaço ecológico, econômico e social; 2º) a era da transição neocolonial, que vai, *grosso modo*, do início do século XIX, com a chegada da família imperial, a abertura dos portos e a Independência, até a sexta década do século XIX, a qual é caracterizada pela eclosão institucional da modernização capitalista e a formação de um “setor novo da economia”, ambas girando em torno da constituição e irradiação de um mercado especificamente capitalista, implantado nas cidades com funções comerciais dominantes (em consequência de suas conexões com o mercado mundial e por começarem a funcionar como centros de concentração dos negócios ou de movimentação do excedente econômico mantido internamente); 3º) a era de emergência e expansão de um capitalismo dependente, nascido do crescimento e consolidação do “setor novo da economia”, que primeiro se configura como uma economia urbano-industrial, com funções integrativas de escala nacional e tendências de dominação metropolitanas, era esta que vai da sexta década do século XIX aos nossos dias (FERNANDES, 1976 [2010]: 42).

⁵³ Segundo Heloísa Fernandes (2015) e Leher (2012) não são válidas as interpretações sobre a obra de Florestan Fernandes que afirmam rupturas epistemológicas na obra do autor. Segundo eles, algumas interpretações apontam que até a década de 1959 era patente a presença na obra do sociólogo paulistano a ideia do dilema da *demora cultural*, segundo a qual existiria um ritmo diferencial de transformações nas esferas culturais e institucionais da sociedade. Seria por este mecanismo que uma dissociação das temporalidades seria viável e mudanças como a abolição da escravidão, que era do plano econômico, poderia conviver com a permanência da situação política e social de uma sociedade ainda estruturada em castas e estamentos. Ainda segunda estas visões, a partir dos anos sessenta, Florestan colocaria ênfase no *dilema social brasileiro*. Nesta fase, o autor teria percebido que mais do que ritmos diferenciados de transformações sociais, o que predominava era um intenso grau sociopático de rejeição às mudanças sociais pelas classes dominantes que impedem que a democracia de massas, a democracia que integre todos os setores da sociedade, ocorresse. A hipótese de dilema social seria resolvida, na sua circularidade, na terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil*, quando Florestan adota claramente a ideia de desenvolvimento desigual e combinado para expor a dominação

construído de acordo com o “antigo sistema colonial” que subordinava a colônia à metrópole. Se utilizamos e combinamos as categorias de Prado Jr. (1979) e Furtado (1972 [1975]), vemos como o sociólogo aponta que vigorou um regime de “grande exploração rural” assentado na força de trabalho escrava, no latifúndio monocultor e na produção primária voltada para o exterior que conformava um verdadeiro “sistema de poder”⁵⁴, o qual subordinava os trabalhadores rurais à lógica do “sentido da colonização”. Esta rede de negócios, fazia com que fosse necessário um aparelhamento institucional da colônia para dar vazão ao fluxo de escravos no país.

No que concerne aos termos sociológicos da sociedade colonial, este antigo sistema de subordinação da colônia exigia fundamentos legais e políticos que permitissem que os interesses da coroa e dos colonizadores pudessem ser garantidos institucionalmente e, mais importante, que pudessem ser reproduzidos e intensificados. Então as estruturas de estratificação social ibérica foram transplantadas para o Brasil, e para o restante da América Latina, sendo adaptadas à instituição do trabalho escravo negro, mestiço e nativos e do trabalho forçado dos nativos⁵⁵. Formou-se então um sistema colonial estratificado com a combinação de castas e estamentos em que a exploração era ilimitada. Segundo o sociólogo:

autocrática como o reverso necessário do capitalismo dependente. Ambos Leher (2012) e Fernandes (2015) refutam a ideia de ruptura epistemológica na obra do sociólogo paulista e apontam um desenvolvimento dialético ao longo do tempo, no qual elementos são mostrados em sua complexidade e totalidade sendo, eventualmente, superados ou melhor compreendidos pelo autor.

⁵⁴ Em *Análise do Modelo Brasileiro*, Celso Furtado discorre sobre esta dinâmica vigente no Brasil do século XX, mas que tinha suas origens no período colonial: “[...] se a propriedade está concentrada, a massa rural estará constituída basicamente de *trabalhadores* dependentes de emprego em terras de empresas agro-mercantis. Com efeito: se bem as terras sejam *abundantes*, a empresa agro-mercantil tem acesso prioritário a elas em função do interesse comercial das mesmas. As alternativas que se apresentam ao trabalhador livre são integrar-se numa empresa agro-mercantil sob uma das múltiplas formas de relação de trabalho – como morador, foreiro, renteiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono etc. – as quais refletem metamorfoses da grande propriedade em seu esforço para preservar o monopólio da propriedade fundiária, ou abrir uma roça por conta própria em terras de pequeno valor comercial. Como o homem que pratica agricultura tropical a nível técnico rudimentar e baixa capitalização será necessariamente um agricultor itinerante, em terras marginais, que determinarão o ‘preço de oferta’ da mão de obra rural. É por esta razão que o latifundismo brasileiro tem sido qualificado em publicações de órgãos internacionais de *sistema de poder*. Com efeito, ele constitui um meio de assegurar a uma minoria uma oferta elástica de mão de obra e de impor à população um certo esquema de distribuição de renda” (FURTADO, 1972 [1975]: 106-107).

⁵⁵ Sobre a controvérsia entre Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes acerca os modos de produção no Brasil e suas impactos sobre seus efeitos na revolução brasileira ver Borja *et al.* (2017).

[...] uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica *sociedade colonial*, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem “européia”. A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes (FERNANDES, 1972 [1973]: 13).

Esta combinação peculiar do sistema de castas – que refletia uma hierarquia social sem mobilidade social e determinada pela herança familiar aos escravos e indígenas – com o sistema de estamentos – o qual refletia uma hierarquia social determinada pelo prestígio social dado pelo poder monárquico e que garantia pouca mobilidade social entre os setores privilegiados – seria marca da ordem social colonial e uma especificidade sociológica brasileira⁵⁶ (Fernandes [1972] 1973).

Conforme o sociólogo, tentou-se transplantar a ordem social portuguesa a fim de construir-se um “novo-Portugal”. As especificidades dos trópicos, da pilhagem e da abundância de terras impuseram ao colonizador limites para a classificação estamental, porém, esta só viria a funcionar para os brancos, na maioria portugueses. Fora desta ordem gravitavam as populações nativas que foram transformadas de “aliados” e “submetidos” para uma situação de “escravos de fato”. Com a subsequente disputa por territórios e pelo uso da força de trabalho nativa para extração de pau-brasil e para uso nas feitorias, o *status* de escravos para os nativos foi institucionalizado. Com a posterior produção de açúcar com força de trabalho negra, as diferenças do ordenamento social português com o ordenamento realmente existente no Brasil ficaram ainda mais patentes.

⁵⁶ Sobre a especificidade da formação social brasileira, segue Florestan Fernandes: “Suscitaram-se falsos debates, resultantes de uma distorção mecanicista do determinismo econômico ou da explicação dialética, como a tentativa de restabelecer a ‘sociedade feudal’ sobre a escravidão mercantil. Ou proscreveram-se conceitos, como o de casta e estamento, essenciais para a explicação de sociedades estratificadas nas quais a desigualdade econômica, social e política não se vincula ao capital industrial (e, portanto, à institucionalização do trabalho livre e da mais-valia relativa). Aqueles conceitos encontram largo uso entre os especialistas da sociologia histórica e da sociologia comparada – e mesmo os criadores do marxismo, Marx e Engels, os utilizam quando pretendem introduzir um máximo de saturação histórica no manejo das categorias gerais. Ao se evitar o emprego simultâneo de conceitos e categorias históricas como ‘casta’, ‘estamento’ e ‘classe’ perde-se, portanto, aquilo que seria a *diferença específica* na evolução da estratificação social no Brasil (FERNANDES, 1976 [2010]: 62-63).

De acordo com Fernandes (1976 [2010]), a estrutura social estamental era, basicamente, composta por uma raça branca dominante e pela força de trabalho escrava nativa, negra e mestiça. Entre eles havia uma população livre de posição incerta: mestiça de brancos e indígenas, com identidade de lealdade e de solidariedade com os setores dominantes, mas que nem sempre era incluída na ordem estamental, dependendo do grau de crescimento colonial em cada região geográfica. Este setor ambíguo mestiço branco e indígena servia como uma força paramilitar subserviente aos setores dominantes que garantia a proteção do território, a defesa de povoações e a demarcação de novas fronteiras.

Já os escravos indígenas, africanos e mestiços formavam, em relação aos setores estamentais (brancos portugueses e mestiços brancos e indígenas), uma subordem de castas. Seria com a posterior libertação dos escravos que a estes setores seria concedida a condição estamental, embora ainda fossem tratados sob uma situação de castas. Tal ordenação pressupunha expectativas de tratamento e de comportamento hierárquico de estamentos aristocráticos.

Neste quadro, é necessário frisar o que representa a periferia no âmbito de uma colônia de exploração tal como foi o Brasil. Nela, por mais que os senhores participassem do esbulho colonial e tivessem acesso regular e institucionalizado ao processo de acumulação de capital mercantil ao participar do comércio de escravos e do comércio de outras mercadorias, estes mesmos setores dominantes internos se vinham limitados pela falta de interesse das nações hegemônicas externas e das metrópoles de imprimir um padrão de produção e organização social análogo, ou mesmo similar, ao que prevalecia na Europa. Em outras palavras: os setores dominantes – embrenhados na escravidão e com o capital comercial através do capital mercantil – não tinham como tirar benefícios dos “efeitos de infiltração” do capitalismo industrial, pois não estavam inseridos na realidade dos países europeus (Fernandes, 1976 [2010]).

Segundo o autor, o modo de produção escravista associado ao capital comercial e ao investimento em capital mercantil baseava-se na apropriação do trabalho escravo e na exploração da força de trabalho escrava. Porém a apropriação e a exploração do escravo, que era quem gerava excedente econômico, se davam com fins de perpetuação do circuito comercial e não para mero usufruto do senhor de escravos.

Seguindo a argumentação do autor, ao contrário do que se tem como senso comum, a escravidão não era o núcleo econômico da colônia e nem o elemento central de perpetuação do patrimonialismo⁵⁷, quem tinha esta função era a *terra*. O império português contava com um complexo Estado patrimonialista que se desdobrava desde o poder do soberano para a nobreza, o clero e os homens ricos, interna e externamente, que conformavam uma verdadeira empresa militar, econômica, política e religiosa. Esta afirmação é importante, pois é desta origem patrimonialista do Estado português, onde os vassallos reportam ao suserano, que se origina a concentração da propriedade fundiária no Brasil.

Segundo Fernandes (1976 [2010]), a doação de sesmarias tinha a função de transferir a estrutura estamental de Portugal para o Brasil. Ao demarcar estruturas de poder, que não deveriam ser alteradas, a base societária do Estado patrimonialista português se mantinha. As doações de sesmarias concentravam socialmente a terra criando o latifúndio e excluindo o grosso da população livre da posse da terra e, logo, do poder local e do direito de ter relações diretas com o Estado. Portanto, *a terra, no Brasil, aparece desde os tempos coloniais como uma figura que confere privilégios e dominação.*

⁵⁷ Como destaca Ricupero (2015), ao contrário da obra de Faoro (1958 [2011]) acerca da existência e função do patrimonialismo brasileiro advindo da precocidade do absolutismo do Estado português, Florestan explora a categoria do patrimonialismo, como aliás já haviam feito Vianna (1920 [2005]), Freyre (1936 [2013]) e Holanda (1936 [1995]) antes dele. Para Florestan, o patrimonialismo, uma categoria de influência weberiana, teria se consolidado com a independência na medida em que a figura do “senhor-cidadão” ganha poder de comando exponencialmente na vida social, inclusive tendo, após o fim da dependência política com relação a Portugal, dentro do Estado uma fonte de socialização dos privilégios senhoriais em forma estamental através de um quadro administrativo para gerir esta socialização.

A ordem estamental portuguesa quando transplantada para o Brasil foi profundamente alterada pelo contato com a escravidão. Esta esvaziou aquela de muitas de suas funções econômico e sociais. A produção agroexportadora colonial contava com um substrato humano muito heterogêneo que extrapolava a divisão “senhores” e “escravos”. A estrutura social tinha na figura do branco um imperativo estratégico que fazia com que a escravidão não existisse no vácuo e, além disso, acabava por exigir o desenvolvimento de alguns povoados com um mínimo de funções urbanas. Neste sentido, a escravidão tornava a ordem estamental portuguesa débil e inflexível na medida que todos os estamentos viam os escravos como indispensáveis para tudo e colocavam o “povo miúdo” em um “conformismo sociopático”. Assim, castas e estamentos eram superpostos, o estamento dominante ficava com o controle da situação e colocava os outros estamentos e estratos a reproduzirem os interesses senhoriais.

A superposição de estamentos de uma “raça” dominante e de castas de “raças” dominadas era muito complexa por combinar patriarcalismo com patrimonialismo e paternalismo com burocracia e colocava a ordem colonial em permanente tensão⁵⁸. O uso da força bruta em sua forma mais selvagem coexistia com a violência institucionalizada e legitimada pela “sacralidade” das tradições, da moral católica, do código legal e do Estado. O escravo era posto como inimigo doméstico e inimigo público e o poder era monopolizado e utilizado livremente por uma minoria sempre que esta o achasse conveniente para a manutenção da ordem (Fernandes, 1976 [2010]).

Havia uma “racionalidade senhorial” que imperava sobre os fluxos das concessões aos escravos, mas, em linhas gerais, havia forte resistência a que a estruturação estamental e de castas da colônia fosse alterada, pois significaria uma mudança nas estruturas e dinâmismos de poder da colônia. Estamos atentando para o fato de que a ordem colonial

⁵⁸ A miscigenação, por exemplo, só poderia atuar como fonte de mobilidade se fosse dada dentro do núcleo legal familiar.

era muito dura com a figura do escravo. Como o povo colonizador não era suficientemente numeroso, ele realizava uma transição demográfica no sentido de libertar alguns escravos para preencherem funções de tipo mecânico. Além disso, de acordo com as flutuações do mercado mundial, o escravo era jogado da economia de plantação para a economia de subsistência.

Já o Estado, só atuaria contra o senhor nas situações em que o livre gozo do poder senhorial se tornasse tão violento a ponto de transgredir níveis considerados “normais”. Se acarretassem instabilidade no sistema de dominação e eventuais riscos para a ordem, o Estado intervia. Mas ele não atuava de forma a promover qualquer tipo de proteção ao agente humano objeto de escravidão.

Vale lembrar que o Brasil não possuía um “código do negro” que protegesse, minimamente, o escravo e a escrava no tocante às suas condições morais, físicas e sociais de vida. O que sim existia era um conjunto aleatório de alvarás e regimentos monárquicos e imperiais que versavam muito mais sobre as condições do tráfico negreiro, e, aí sim, se atentava para que os escravos capturados chegassem vivos e em condições mínimas para serem explorados em terras brasileiras. Neste sentido pode-se falar que existia uma espécie de “código negreiro” e não um “código do negro” que visasse a proteção da dignidade do elemento negro, tal como existia, não de forma a eliminar toda crueldade mas mitigando-a, na França em 1685 e na Espanha, com a Real Cédula de 1789⁵⁹ (Nabuco, 1883 [2000]; Martins 2017).

⁵⁹ Joaquim Nabuco (1883 [2000]) em seu livro *O Abolicionismo* versa sobre o tema afirmando que a constituição de 1824 não versava sobre o tema da escravidão, como se esta instituição inexistisse no Brasil, a fim de defender ideais liberais. As questões referentes aos escravos eram, no máximo, consideradas pelo Código Civil que era marcado pela brutalidade com que o senhor podia empregar no trato com o elemento negro. O senhor de escravo tinha a propriedade sobre este. O elemento negro contava como uma mercadoria e, portanto, o senhor poderia fazer com esta praticamente tudo que lhe desse vontade, desde que não transgredisse os direitos de propriedade de outros. Martins (2017), também sobre o tema, afirma que o conjunto de alvarás e regimentos sobre o tema se preocupavam, basicamente, com as condições do tráfico, condições de fiscalização que refletiam na arrecadação com este comércio e, no máximo, com questões de segurança pública que brutalizavam, com claro teor racista, o elemento negro que praticasse crimes. Toda esta legislação ignorava as condições desumanas de captura, transporte até o litoral e condições de vida que cabiam ao escravo. Afirma também que isto era feito com vistas a garantir a rentabilidade do negócio negreiro, fato ao qual se junta a deliberada política de não incentivo à reprodução do negro em terras brasileiras. O comércio do elemento humano negro era muito lucrativo para a coroa portuguesa e, depois, para o império britânico. Marx (1867 [2013]) fala sobre o intenso fluxo de navios negreiros com destino ao Brasil na cidade Liverpool no século XVIII no seu capítulo sobre acumulação primitiva. Segundo Paes (2013), no Brasil vigorou até 1916 as *Ordenações Filipinas* de 1603 que

Para o sociólogo o sistema de colonização e dominação colonial entrou em crise, principalmente, por três fatores:

i) A metrópole portuguesa, e a metrópole espanhola, no caso do restante da América Latina, não era econômica nem politicamente forte o bastante para garantir o financiamento de atividades de descoberta, exploração e crescimento da colônia. Por esta razão, a metrópole portuguesa seria suplantada por Veneza e, posteriormente pela Holanda, que forneceram as bases financeira, tecnológica e comercial para a exploração das colônias e tornaram-se os núcleos do capitalismo mercantil. Os novos epicentros deste tipo de capitalismo tornaram muito oneroso para os agentes privilegiados e exploradores coloniais a dinâmica vigente e, logo, pressionaram pela emancipação política dos países latino-americanos;

ii) A luta entre as potências coloniais – Holanda, França e Inglaterra – pelo controle das colônias latino-americanas, combinada às mudanças econômicas, política e culturais da Europa de fins do século XVIII, e começos do século XIX, desencadearam a desagregação do controle externo das potências ibéricas sobre suas colônias;

iii) Por fim, havia setores das populações coloniais que eram duramente afetados pela rigidez da ordem colonial e eram diretamente interessados na destruição do antigo sistema colonial. Tais setores, em sua maioria, provinham de descendência mista e se identificavam com a internalização do poder econômico e político.

A transição da ordem colonial para a ordem neocolonial se deu como uma transição pacífica, uma revolução dentro da ordem e de modo a incorporar o Brasil no mercado mundial. Foi aquilo que Gramsci chamaria de *revolução passiva*⁶⁰. Esta foi a chave para a longa duração do antigo sistema colonial. Apesar de todas as tensões e de

tratavam da questão do escravo em sua maioria no âmbito do Direito Civil e do Penal. Apesar de diversas disposições terem sido revogadas ao longo do século XIX com o advento do Código Criminal de 1830 e do Código de Processo Criminal de 1832, o direito civil continuou sendo orientado por aquelas ordenações.

⁶⁰ Trataremos da categoria de revolução passiva, de acordo com Gramsci, no capítulo 3.

todos os conflitos, a associação dos vassalos (colonos) com o império foi mantida muito íntima e o vassalo nunca se tornou um agente autônomo, sempre foi um correspondente do poder imperial.

Nas palavras de Fernandes (1976 [2010]: 81) “o colono de *status* senhorial não só era o vassalo e o representante da coroa na colônia: ele era, simultaneamente, a base material visível e a mão armada invisível da existência do império colonial”. O patrimonialismo fundou as bases desta interdependência entre colono e coroa. Enquanto o poder da coroa era baseado num Estado patrimonial do império, o do colono se baseava na plantação, no modo de produção escravista. Aqui chegamos a um ponto chave.

A ordem social colonial foi a forma como sociedade brasileira foi estruturada nos três primeiros séculos de colonização europeia. Ela nasceu com a tentativa de transplantação do sistema português para o Brasil, mas ao ter contato com a realidade e as funcionalidades da vida na colônia esta ordem social resultou em algo totalmente distinto. Foi com a vinda da família real em 1808 e, principalmente, com a independência política de 1822, uma verdadeira revolução política, que o país se emanciparia politicamente de Portugal para estreitar e intensificar os laços de dependência econômica com as potências capitalistas. *Esta transição instaurou os germes de uma revolução burguesa no Brasil.*

1.2 A ordem social neocolonial

O antigo sistema colonial produziu o agente principal de que precisava: o senhor colonial. De mentalidade ultraconservadora e egoísta, este agente satisfazia-se com seus próprios e mais imediatos interesses. O período de crise da ordem escravocrata e senhorial surgiu de baixo para cima com as dificuldades impostas para manutenção da escravaria e da reprodução do trabalho escravo. Este período foi intensificado pela expansão do setor

capitalista novo, baseada na força de trabalho livre após a abolição, que se difundiu das cidades para o campo, adaptando os senhores a uma nova realidade histórica. Conforme descrito por Florestan:

Portanto, apogeu e crise aparecem como dados concomitantes. O senhor não sai dessas transformações como era antes. Porém, se ele aproveita, agora em estilo tradicional-patrimonialista e em estilo capitalista, o momento de apogeu, ele não se converte em vítima da crise final dessa ordem. A vítima foi o “negro” como categoria social, isto é, o antigo agente do modo de produção escravista que, quer como escravo, quer como liberto, movimentara a engrenagem econômica da sociedade estamental e de castas. Para ele não houve “alternativa histórica”. Ficou com a poeira da estrada, submergindo na economia de subsistência, com as oportunidades medíocres de *trabalho livre* das regiões mais ou menos estagnadas economicamente e nas grandes cidades em crescimento tumultuoso, ou perdendo-se nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve de competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugado e repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica (FERNANDES, 1976 [2010]: 84)

Ao se preocupar com o que aconteceu dentro das sociedades coloniais, ou seja, com o processo de eclosão da onda *modernizadora* do capitalismo na América Latina, o sociólogo afirma que as “economias exportadoras de gêneros tropicais” nasceram extremamente especializadas e que esta característica foi imposta pelas antigas metrópoles e pelo mercado mundial, depois das emancipações nacionais. Depois da emancipação política, os novos países não deixaram de ter uma “especialização colonial” que alimentava estruturas e dinamismos coloniais que não podiam ser destruídos, uma vez que se almejava a “modernização”, própria de um capitalismo moderno, urbano, comercial e que deveria se difundir para o campo (Fernandes 1976 [2010]).

De fato, o autor afirmaria que as formas de produção e estruturas coloniais vinham tanto de dentro como de fora. Os grupos dominantes e os países dominantes industriais e os dinamismos do mercado mundial impunham uma perene colonização que colocava a descolonização como uma realidade que, através de composições, revelariam um lado necessário do capitalismo da periferia da Europa e do nascente capitalismo industrial.

Segundo Fernandes (1975a [2011]), no caso brasileiro, o processo de desagregação do antigo sistema colonial é marcado por uma longa trajetória iniciada com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o que demandou a criação de novas instituições em território brasileiro; com a independência concertada com Portugal em 1822 que, se no plano político representou a emancipação política do Brasil em respeito à sua metrópole, não representou uma emancipação no plano econômico, pois o sentido da colonização brasileira se manteve orientado pelos negócios de exportação de produtos primários – o Brasil passaria a participar do mercado triangular – com um mercado interno incipiente correspondente a reprodução básica de condições de vida da engrenagem do grande setor exportador e instaurou as bases da dependência comercial em relação à potência emergente, a Inglaterra.

A independência marcou, portanto, o começo da era *moderna* no Brasil, pela qual uma série de ideias, instituições sociais e técnicas vindas da Europa, chegavam ao Brasil ao nível das normas de comportamento, de cooperação ou conflito. Estas mudanças se deram através do tempo histórico europeu, isto é, sob o controle dos interesses dos agentes europeus e dos setores internos associados àqueles interesses. Mas do que o começo do regime capitalista, a era moderna foi marcada pela crise do antigo sistema colonial.

A emancipação nacional representou transformações econômicas importantes na medida que houve o desaparecimento da apropriação colonial e implicou o desenvolvimento de um novo setor da economia urbano-comercial, embora não tenha representado o rompimento da estrutura baseada em torno do monopólio da terra, da propriedade do escravo e dos privilégios da aristocracia. Com a redefinição do controle das funções administrativas, políticas e legais, que eram da coroa, pela aristocracia agrária, o Estado senhorial e escravista prevaleceu.

Portanto, pela mudança econômica, a apropriação colonial que os senhores agrários faziam foi extinta e se transformou em apropriação do produto do trabalho

regulada a partir de dentro e, pela primeira vez, pelos interesses da aristocracia agrária sem o peso de “espoliação colonial” e, como uma mudança política importante, o Estado passou também a ser controlado pelos interesses econômicos senhorias que promoviam uma política econômica de autodefesa que não alterou o estatuto da escravidão e a condição do escravo (Fernandes, 1976 [2010]).

Na verdade, a independência, para Florestan Fernandes, significa a criação de uma espécie de Estado nacional nos marcos possíveis do prolongamento do colonialismo ao nível econômico, dependência cultural e social e emancipação política. Ao contrário de Oliveira Vianna, um dos pais do pensamento social autoritário no Brasil, para o sociólogo paulistano, o Estado não surge sem vínculo com o meio social do qual surge (um clã de fazendeiros que lutam entre si). Para Florestan, é justamente pelo Estado que os interesses das oligarquias, e futuramente das burguesias brasileiras, poderiam ser universalizados e defendidos como interesses de um estamento ou classe social, dando um caráter essencialmente político à revolução burguesa⁶¹.

O beneficiamento do senhor aristocrata ficaria claro com a expansão da economia do café⁶² (Fernandes, 1976 [2010]). Este ciclo expansivo significou o auge do

⁶¹ Florestan teria também uma visão sobre o idealismo utópico das burguesias brasileiras distinto de Oliveira Vianna. Segundo o primeiro, realismo e idealismo, atribuídos a conservadores e liberais seriam uma unidade, lados da mesma moeda, que promoveram de modo revolucionário um embrião de sociedade nacional, mas que manteve a antiga estrutura social. Autonomia e heteronomia seriam uma unidade dialética. Já para Vianna, haveria uma disputa entre idealistas utópicos e idealistas orgânicos conservadores. Para os primeiros, bastaria a cópia das instituições liberais europeias para que algo como um *self-government* fosse criado; e para os segundos, haveria diferenças substanciais entre os estados europeus e as nações latino-americanas (Ricupero, 2015).

⁶² No que concerne à conformação de uma sociedade democrática no Brasil, Florestan se afasta de Sérgio Buarque de Holanda (1936 [1995]) ao analisarem a incipiente sociedade de classes de começos do século XX. Holanda ao analisar o Brasil sob o período nazista e integralista, aponta os traços da democracia no Brasil como um “lamentável mal-entendido”, pois as classes dominantes (burguesas) brasileiras, rebentas das oligarquias, distorceram os princípios e valores das lutas burguesas europeias pela democracia liberal, adaptando-a de forma a manterem seus privilégios em terras americanas. Criaram uma caricatura de democracia burguesa imposta de “cima para baixo”, dos dominantes para os dominados. As transformações vistas no Brasil aliás se davam pelos intelectuais e por motivos sentimentais do “homem cordial”, movido pelos motivos do coração, atingindo a massa do povo despreparada para tais mudanças. Portanto, sua tentativa era de denunciar as tendências fascistas e autoritárias da manifestação deste movimento antidemocrático no Brasil (o integralismo) e de apontar mudanças bruscas na sociedade brasileira que, não coincidentemente, resultaram na emergência de um Estado autoritário (Estado-novo em 1937) apenas um ano após a publicação de *Raízes do Brasil*. Caudilhismo e liberalismo são postos como antítese em Holanda (1936) e sua superação (de ambos) seria condição necessária para a concretização de “nossa revolução” proposta por Sérgio Buarque, aquela que acabaria com os traços coloniais e patriarcais em nossa sociedade. De um lado, o personalismo caudilhesco seria a base da nossa vida social. De outro, o oligarquismo seria a manifestação no tempo e no espaço daquele personalismo que foi capaz de dar a aparência de estabilidade política aparente em distintos momentos-chave de nossa história. A mensagem de Sérgio Buarque é de esperança de transformações democráticas para o Brasil. Já Florestan também dá

ordenamento de estamentos e castas e resultou na expansão das esferas de participação na vida econômica dos senhores, os quais passaram a voltar seus interesses para as cidades. Por ser, basicamente, o único setor social que concentrava capital, e isto era feito através da expropriação do trabalho escravo, os senhores eram os principais agentes que se destacavam na corrida para se transformarem em homens de negócios tipicamente capitalistas, por mais que tenham prolongado ao máximo o uso da força de trabalho escravo.

Tal dependência foi orientada pela ocupação do “vácuo econômico” deixado por Portugal. Muito mais do que ter exercido um poder imperial, a Inglaterra usufruiu da rede de exportação já montada e, como os produtos internos não tinham alto valor econômico e o mercado consumidor era relativamente grande, foi mais vantajoso o controle das esferas comerciais e financeiras, o que acabou por desenvolver os centros urbanos do Brasil.

O desmonte do antigo sistema colonial seria consolidado, segundo Fernandes (1976 [2010]), por dois processos históricos fundamentais para a sociedade brasileira: a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da república em 1889. Antes, porém, desde meados do século XIX, com a formação do capitalismo competitivo, já se pode falar que os setores estamentais conhecido como “senhores” já se identificavam como um grupo com interesses econômicos, políticos e sociais comuns e com força para monopolizar o poder político estatal e comandar a economia interna. Os senhores adotariam um liberalismo que se resumia na liberdade do senhor e que impedia qualquer possibilidade de *revolução nacional*. Portanto, data da época neocolonial, época em que nasce o capitalismo no Brasil, a conformação da consciência de classe em si e para si para

uma dimensão social e política para a questão democrática no Brasil, porém, como será visto adiante, com uma perspectiva mais restrita sobre as possibilidades de inclusão democrática.

os senhores no país que uniu a oligarquia tradicional do Vale do Paraíba com a oligarquia moderna do Oeste Paulista.

Segundo Fernandes (1976 [2010]), a adoção de instituições representativas durante a ordem neocolonial não visava excluir o “povo” da participação política e das estruturas do poder, ela servia como um instrumento para manter a concentração social do poder sob o controle dos estamentos sociais dominantes e intermediários. Portanto, foi erigida uma “sociedade civil ultrasseletiva” segundo a qual todas as funções do Estado poderiam ficar “dentro da ordem”.

Este período, ao longo do século XIX, de controle de mercado e dos processos econômicos das colônias pelas novas potências hegemônicas e de desmonte do antigo sistema colonial foi uma marca da transição da ordem social colonial para a ordem social neocolonial. A dominação externa deixa de ser direta para tornar-se indireta. A monopolização dos mercados latino-americanos se dá, dentre outras maneiras, através da expansão da rede bancária, financeira e comercial que, sob o argumento de que as colônias não possuíam estrutura econômica para produção dos bens que eram importados e sob interesse de prosseguimento dos negócios agroexportadores dos setores dominantes, funcionavam de forma a monopolizar os mercados latino-americanos.

Isto ocorreu de forma que os primeiros impulsos de internacionalização de um mercado capitalista moderno foram sentidos, uma vez que os produtores de bens primários puderam absorver parte do que antes lhes era expropriado pela metrópole. A dominação externa seguia, todavia. Com a complacência dos setores dominantes, constituídos pelos produtores rurais, pelos agentes comerciais e os comerciantes urbanos. Portanto, Fernandes (1972 [1973]) afirmaria que o período neocolonial reproduziu o *status quo ante* da economia, os esforços requeridos para mudar a estrutura econômica foram considerados tão dispendiosos para os setores sociais dominantes que estes

preferiram assumir um papel econômico subserviente e dependente sob as bases erguidas no antigo sistema colonial.

Com esta ideia, se afirma que na fase neocolonial um novo tipo de relação entre escravidão mercantil e acumulação originária seria construída. Foi nesta época que o escravismo desempenhou certas funções construtivas para o desenvolvimento do capitalismo europeu e que o capitalismo comercial começou a se tornar uma realidade histórica brasileira. Os interesses comerciais e financeiros se concentraram nas cidades para organizar os negócios de exportação, o que consolidou o escravismo como base material do capitalismo comercial.

Além dos efeitos da crise do trabalho escravo, é necessário também ponderar os “efeitos de encadeamento” do fim da mineração, pois esta suscitou a expansão da economia de plantação para outras regiões e colocou o escravo no centro de uma revolução econômica dentro da ordem. A transição para o ciclo do café se deu em sentido horizontal com a incorporação de novas fronteiras à economia agroexportadora. Como alerta Fernandes (1976 [2010]), a história brasileira tem sido contada através de uma perspectiva branca e senhorial, deixando agentes humanos e econômicos fundamentais de fins do século XIX na penumbra: o negro e a negra e os mestiços. A escravidão mercantil tornaria estes agentes sociais a base material de reprodução da ordem senhorial e escravocrata⁶³ e na ordem de classes que estava por nascer.

Ao aderir à república, os senhores, agora na sua versão burguesa de fazendeiros, resolviam o problema que a abolição impunha, contratavam a força de trabalho imigrante e abandonavam os antigos escravos. Mais importante: salvavam o monopólio da terra e o poder oligárquico impondo à revolução burguesa iminente seus próprios ritmos históricos

⁶³ De acordo com Florestan: “[...] o Estado-nação em emergência teria de constituir-se sobre essa base material, que fazia da escravidão mercantil a fonte de viabilidade econômica e política das novas estruturas sociais e políticas, que iriam surgir nas cidades, nas relações dos estamentos senhoriais dominantes entre si e com os outros setores da sociedade e na “comunidade nacional” em elaboração” (FERNANDES, 1976 [2010]: 56).

combinando elementos “arcaicos e modernos” e o seu padrão mandonista⁶⁴. De acordo com o sociólogo:

Portanto, a ordem escravocrata e senhorial *foi destruída a partir de dentro*, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi, ao mesmo tempo, *suplantada e substituída a partir de fora*, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbano-comercial para a sua periferia agrária (FERNANDES, 1976 [2010]: 95).

A digressão feita até aqui consistiu em apontar as características de organização social nos períodos denominados de ordem social colonial e neocolonial. A exposição não foi aprofundada propositalmente, primeiro porque não poderíamos nos adensar em quase quatro séculos de colonização e, segundo, porque estamos construindo o caminho de argumentação para mostrar, e aqui sim com profundidade, a conformação da sociedade de classes no Brasil como algo específico a esta formação social.

Se, até agora, priorizamos sinalizar os aspectos que comandaram a dinâmica do sentido da colonização brasileira, relacionando-os aos interesses da metrópole portuguesa, das novas potências neocoloniais de fins do século XVIII e dos setores dominantes – produtores rurais, agentes e entrepostos comerciais exportadores e comerciantes urbanos – agora centraremos a análise naquilo que Fernandes (1964a [2008]) denominou como o surgimento do povo brasileiro: a abolição da escravidão em 1888 e seus impactos sobre a integração do negro e do mestiço na sociedade de classes. Centralizaremos, portanto, a análise nos “de baixo” (tal como era o objeto de estudo E. P. Thompson no capítulo 1), parte fundamental da sociedade brasileira. É crucial apontar que os fatos históricos da abolição e da proclamação da república marcam o começo de

⁶⁴ É verdade que a coexistência da força de trabalho imigrante e da escrava contribuía para instaurar uma instabilidade interna no modo de produção escravista, pois o imigrante era tratado como um “substituto” do escravo, mas este não aceitaria isso passivamente, forçando e contribuindo para a eliminação daquele regime. Isto teve consequências nas fazendas e pequenas cidades e, mais violenta e intensamente, nas grandes cidades.

outra transição lenta de ordenamento social: da ordem social neocolonial para a ordem social de classes.

2 O surgimento do povo no Brasil

A emergência de elementos de uma sociedade de classes no período neocolonial no Brasil foi marcada por uma especificidade: a questão do negro e da negra, assim como dos mestiços e mestiças, enquanto sujeitos sociais históricos de suma importância, tem conexão inexorável com aquele movimento. Eles só emergem na sociedade civil como sujeitos capazes de desempenhar papel social ativo, enquanto povo, depois da formal abolição da escravidão. Vale dizer que não consideramos o povo somente a massa da população representada pelos negros, negras, mestiços e mestiças, ou seja, aqueles que forma libertos pela abolição. Os indígenas e outras comunidades, chamadas de “minorias”, como as outras etnias que constituem a realidade da população brasileira também estão incluídas. A questão é que a abolição influenciou a maioria da população ao mexer com aqueles grupos mencionados.

Concomitantemente, acontecia na América Latina uma onda de revoluções burguesas periféricas que demarcariam as possibilidades de mudanças sociais em cada país. Afirmamos que a solução encontrada na abolição, e em todos os movimentos legais relacionados à questão racial que a antecederam e a ela se seguiram, influenciaram o grau de integração do negro, da negra, e dos mestiços e mestiças nas sociedade civil e sociedade política brasileiras.

De acordo com de Heloísa Fernandes (2015), é em Fernandes (1964a [2008]) que o sociólogo eleva a discussão sobre o dilema social brasileiro de resistência às mudanças sociais no Brasil a um outro patamar. Este dilema seria um verdadeiro sintoma sociopático de apego às formas de dominação do passado, portanto as resistências às

mudanças sociais eram psicológicas e políticas (Fernandes, 1960 [2008]). O desenvolvimento da democracia ficava impedido pelo fato desta resistência negar a condição de integrado àqueles que viriam a se apresentar como povo pela primeira vez no país: a massa de recém-libertos.

Conforme Cohn (2015), é em *A integração do negro na sociedade de classes* que Florestan está analisando a difícil integração do povo, visto do “ponto de partida daqueles com pior ponto de partida histórico”, com a constituição da sociedade de classes. O sociólogo paulistano estaria convencido de que tal processo ainda não estava completo e, segundo os elementos dinâmicos da sociedade dependente, não teria como ocorrer definitivamente nos marcos da ordem do capitalismo dependente. Segundo Gabriel Cohn, a dificuldade que Florestan se depara nesta pesquisa é a de dar o salto entre a captura da figura vaga do *povo* para apreender a imagem específica da *classe*. Este passo seria dado a partir de outro salto não trivial, da *raça* pra a *classe*, o que, anteriormente, demanda a identidade dos negros, negras, mestiços e mestiças enquanto uma raça.

Como sinalizado, a emancipação nacional não representou o colapso da economia colonial, pois a estrutura do antigo sistema colonial foi mantida. Para que houvesse uma crise daquela economia seria necessário que os escravos, os libertos e os vários setores da população pobre participassem ativamente de um processo, inexistente, de descolonização. De acordo Fernandes (1976 [2010]) a “crise final irreversível da escravidão” no Brasil data das três décadas entre 1860 e 1888. Dialeticamente, se é verdade que sem a abolição não haveria capitalismo no Brasil, também confere que se chegara até aquele ponto de evolução do capitalismo graças à escravidão mercantil e que, como os fatos mostrariam, o fim do sistema escravocrata seria necessário para o desenvolvimento do capitalismo.

Neste período de quase três décadas, há uma mudança qualitativa nas relações da economia urbano-comercial. O capital mercantil acumulado com a produção escravista

pôde ser aproveitado, junto com o capital mercantil conseguido no exterior, na construção de uma infraestrutura econômica, na modernização urbana⁶⁵, no crescimento da grande lavoura, no incentivo à industrialização e também à imigração, na expansão da pequena propriedade etc., configurando um verdadeiro processo de mudança social em função da revolução burguesa⁶⁶.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e este processo foi precedido de mudanças no quadro legal do país. Institucionalmente, em 1831, foi promulgada a lei Feijó, segundo a qual os escravos desembarcados no país deveriam ser libertos. Esta lei, porém, se mostrou ineficaz na prática uma vez que foi substancialmente ignorada; em meados do século XIX, a Inglaterra impusera o fim do tráfico negreiro com o *Bill Aberdeen* de 1845 – que seria oficialmente acatado pelo Brasil em 1850 com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz – que intencionava que os regimes escravistas fossem substituídos por regimes assalariados; em 1871, com a lei do ventre livre, os recém-nascidos de mães escravas eram considerados livres e ficavam sob o cuidado dos senhores ou do Estado até que completassem vinte e um anos de idade e depois eram considerados livres; em 1885 foi promulgada a lei do sexagenário pela qual os escravos que atingissem os sessenta anos estavam libertos, acontece que um escravo atingir tal faixa etária em meados do século XIX era algo raro e, logo, o que esta lei realmente fazia era desobrigar os senhores de escravos de se responsabilizarem por pessoas idosas que

⁶⁵ Em relação à modernização, Florestan se aproxima a Gilberto Freyre por apontarem que uma repetição de casos “clássicos” não se repetiriam na periferia. De um lado, Freyre (1933 [2013]) aponta que com a mudança ocorrida no império com a preponderância da rua na vida social e dos “sobrados e mocambos”, em detrimento da “casa grande e da senzala”, haveria uma modernização conservadora algo positiva, mas que o conservadorismo do sociólogo o fez rejeitar. De outro lado, Florestan vê a forma específica que a revolução burguesa assume no Brasil também como uma modernização conservadora que, assim como em Freyre, traz um “equilíbrio de antagonismos”. Porém, ao contrário do sociólogo de Apipucos, Florestan vê a revolução burguesa como limitadora da democracia no Brasil (Ricupero, 2015).

⁶⁶ Este processo é assim descrito: “Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências construtivas que não preencheram antes, nem no período colonial nem no período neocolonial, pela simples razão de que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de ampliar e de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches. Mas de pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa” (FERNANDES, 1976 [2010]: 62).

havam sido escravas após tal idade, uma vez que não considerava as medidas mínimas de integração destes idosos na sociedade como cidadãos.

Destacadamente, a mudança institucional mais relevante em termos socioeconômicos fora a lei de terras de 1850 que impedia a posse de terras por invasão ou por uso com fins de trabalho. Suas implicações são sentidas até os dias de hoje seja com a aglomeração habitacional na periferia e nas favelas ou pelo déficit habitacional que coloca em marcha movimentos por terra e por moradias.

Segundo esta lei, a posse da terra ficaria restrita à compra pecuniária e à cessão por herança. As terras ocupadas de outra forma seriam confiscadas pelo Estado que poderia aliená-las posteriormente. Ademais, a lei de terras previa subsídios governamentais para a imigração de força de trabalho europeia para servirem de forma assalariada no Brasil. Esta lei representou naquela transição de ordem neocolonial para uma sociedade de classes o principal mecanismo legal perpetuador da dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa, pois impedia que os futuros libertos pudessem ter qualquer tipo de acesso à propriedade fundiária e seria a base para a reprodução da grande exploração rural moderna tratada por Prado Jr. (1979).

A abolição e seus desdobramentos se deram de forma a impedir a participação dos libertos e libertas na sociedade civil brasileira. Como destaca Paixão (2015), já em 1890, o [Código Penal](#) brasileiro punia manifestações da população negra e mestiça em praça pública como a capoeira, o batuque, o espiritismo etc. Como mostra Ianni (1988; 1989), a questão social é convertida em questão de polícia, impedindo qualquer forma de conscientização de grupos com identidade de interesses comuns e contrários aos interesses dos grupos dominantes. Note-se, todavia, que no período da República Velha (1889-1930) ainda não se pode falar em classes sociais constituídas no Brasil, pois o país ainda não se estruturava em dinamismos tipicamente capitalistas. Assim, a questão racial

foi muitas vezes retratada desde óticas culturalistas ou assimilacionistas não levando em consideração a questão de classe e de opressão social.

Se é verdade que Fernandes (1972 [1973]); 1975a [2011]) trataria da emergência da classe burguesa no país como fruto de uma transformação dos setores cafeicultores, e agroexportadores em geral, em grupos cada vez mais atrelados aos interesses urbanos e associados aos interesse estrangeiros e que incorporavam os interesses políticos, financeiros e econômicos dos agentes comerciais e urbanos, também procede que em *A integração do negro na sociedade de classes*, o sociólogo faria um profundo estudo dos “de baixo” e dos “condenados do sistema” e os caracterizaria como o povo brasileiro. De acordo com o autor:

Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de um assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, por intermédio do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil (FERNANDES, 1964a [2008]: 21).

Por ser a cidade que mais intensamente apresentava o desenvolvimento do regime de classes e revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes elege São Paulo como ponto de análise deste período de transição. O autor mostra como a instauração e evolução de uma ordem social competitiva no fim do império e durante a primeira república motivaram mudanças institucionais e uma liberalização jurídico-política orientada pelos interesses da adaptação da “grande empresa agrária” ao regime de trabalho assalariado e às relações de mercado implícitas.

Ao invés de equiparar o agente recém-liberto com o trabalhador branco, nacional ou estrangeiro, a ordem que surgia expunha o negro e o mestiço ao desajustamento econômico, ocupacional e social. Os interesses dominantes da grande empresa agrária se transmutavam para o meio urbano e redefiniram geográfica, demográfica, econômica e

socialmente o perfil de uma sociedade que passava de uma ordem de castas e estamentos para um regime de classes. Seria só com o início do processo de industrialização por substituição de importações no começo dos anos 1930 que o meio urbano se autonomizaria da grande empresa agrária.

No geral, a mensagem do sociólogo paulista era de que a sociedade que emergia no período neocolonial se mantinha fechada para os mais iguais – brancos nativos, em geral, e brancos estrangeiros – ao deixar negros e mestiços longe da integração positiva na nova ordem de classes. Assim, o autor mostra que a abolição de 1888 serviu, funcionalmente, muito mais ao agente branco que era senhor do que ao recém-liberto negro, pois este foi largado a sua própria sorte tendo que se reeducar e se transformar para se adequar aos padrões de uma nova ordem sem receber qualquer espécie de reparação ou indenização por seus trabalhos forçados. Além disso, nenhuma instituição existente, nem o Estado, se responsabilizou pelos libertos. Como destacado por Florestan:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos de responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1964a [2008]: 29).

Desta forma, para o sociólogo, o negro, a negra, o mestiço e a mestiça foram deliberadamente colocados em um estado de *anomia* que os impediam de se formar como uma categoria social à parte ou mesmo de se integrarem às categorias sociais abertas à sua participação. Este estado de anomia lhes colocavam uma barreira para que algo como uma “solidariedade de classe” pudesse emergir. Portanto, aquilo que Ricupero (2015) apontara na obra de Florestan aparece claro aqui: não foram estimulados mecanismos de

identificação dos elementos negro e mestiço com a *raça* e, tampouco, da *raça* com a emergente *classe* trabalhadora livre.

Esta tese do sociólogo paulistano gerou polêmica, Paixão (2015) aponta que, segundo alguns comentadores da obra de Florestan como Célia Marinho de Azevedo, o sociólogo, ao exaltar o estado de anomia do negro, do mestiço, da mestiça e da negra, acabou supervalorizando argumentações de que, por conta das sequelas do sistema escravista, o elemento negro teria ficado incapacitado de competir no mercado de trabalho. Desta forma as oligarquias modernas teriam priorizado o agente imigrante para as plantações de café. Sinalizamos, sem intenção de resguardar Florestan, que esta afirmação não é errônea, mas deve ser ponderada. É verdade que a escolha pelo fator humano imigrante nas plantações de café foi uma escolha deliberada dos senhores e, como o Estado estava em função destes senhores, é verdade também que foi uma opção assumida institucionalmente pelo Estado brasileiro. A justificativa seria a de, ao se deixar ao relento os libertos, manter sob controle uma “revolução negra”.

Porém, conforme apontado por Florestan, muito mais que por um definhamento material e moral de um estado de anomia, os próprios setores recém-libertos perceberam suas dificuldades em ajustar-se às condições de integração e de expansão de uma ordem capitalista (Fernandes, 1964a [2008]). Ao contrário de suposições de que os setores libertos “não tinham ambição”, o sociólogo aponta que estes grupos, justamente, por possuírem ambições de classificação social se auto impuseram opções extremamente rígidas e negativas se colocando fora do surto capitalista.

O movimento de colocar o negro em estado de prostração era deliberado e respondia ao medo de que esta imensa parcela da população se revoltasse contra a ordem instituída. Portanto, se é verdade que os negros, as negras, os mestiços e as mestiças foram privados intencionalmente dos elementos econômicos, culturais e sociais de equiparação com os outros setores da sociedade, também é verdade que, em parte, estes próprios

setores sociais refutavam uma classificação social através do assalariamento, tal como os imigrantes europeus faziam, devido ao histórico de dominação, humilhação e depredação moral que o trabalho braçal lhe ativava na memória. Conforme explica o autor:

A explicação desse fato parece se encontrar na peculiar condição psicossocial do elemento recém-egresso do regime servil. A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da “rebelião negra” [...]. Por isso, todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos (FERNANDES, 1964a [2008]: 73)

Este fato tinha implicações sobre as possibilidades de mudanças sociais por afetar as aspirações de mobilidade social dos setores mais diretamente impactados pela abolição. Então a *anomia deliberada* foi combinada com um processo deliberado de *pauperização*, acentuada no caso específico da cidade de São Paulo, e com a concorrência da força de trabalho europeia. Importante destacar: a pauperização atuou como fator sociodinâmico essencial, mas a pobreza extrema não produziu a anomia. Nem, tampouco, a anomia produziu a situação de miséria. Foi a forma como o processo de pauperização se desenrolou socioeconomicamente que fez com que anomia e miséria se combinassem, se influenciassem e desfizessem quaisquer aspirações de ascensão dos setores libertos. Aos recém-libertos sobravam oportunidades de trabalho pré-capitalistas e de péssima remuneração e a impossibilidade de competição com o agente imigrante branco, pois a sociedade não enxergava o ex-escravo como um concidadão. Nas palavras do autor:

O negro e o mulato não foram convertidos ao estado de extrema pobreza e dependência após um período de intensa participação das potencialidades culturais do ambiente. Sob vários aspectos, a escravidão redundou numa especialização restrita e fechada, que confinava a participação da cultura a um número reduzidíssimo de áreas e estimulava, ao mesmo tempo, como condição inexorável da

dominação escravista, a perpetuação crônica da anomia social no convívio dos escravos entre si. Doutra lado, as formas de absorção do liberto na sociedade escravocrata e senhorial não corrigiram esses efeitos senão de forma parcial e incompleta. Em consequência, o negro e o mulato emergem na cena histórica paulistana como portadores de uma herança cultural tipicamente adaptada à sua situação, como agentes de trabalho pré-capitalista no mundo rústico adjacente. Eles não podem, por conseguinte, fazer face à competição com trabalhadores brancos, especialmente os de origem européia, e a substituição populacional adquire, para eles, um sentido estrito e impiedoso. Portanto, a pauperização do negro e do mulato na cidade de São Paulo possui traços específicos. Ela decorre da degradação que ambos sofreram com a perda do monopólio de certos serviços e sua exclusão concomitante, só corrigida incidentalmente (pelas oportunidades de trabalho fornecidas por formas econômicas pré-capitalistas subsistentes ou por áreas marginais da economia urbana), do sistema emergente de relações de produção. Trata-se, em suma, de uma pobreza associada quer à privação, em larga escala, de fontes regulares de ganho e de sustento, quer à adaptação inevitável a ocupações flutuantes, descontínuas e infimamente retribuídas (FERNANDES, 1964a [2008]: 270-271).

Este quadro implicava que o negro vivia nas cidades, mas não pertencia dinamicamente a elas. Esta era uma verdadeira situação de extremo isolamento cultural e de marginalização socioeconômica. O progresso existia para o elemento branco ou imigrante, para o negro restou, em geral, o pauperismo, o desalento e a desorganização social, pelo menos até 1930. Após a abolição, de certa forma, o trabalho passou a ser a esperança de alguma classificação social para o recém-liberto na medida em que, através dele, o agente humano podia participar institucionalmente da vida social e tentar montar projetos de vida. Não obstante, o branco dominante ficou preso a um sistema de dominação racial de valores análogo aos da ordem estamental e de castas.

A omissão dos setores brancos da sociedade lhes tornou efetivamente os principais responsáveis pela falta de *democracia racial*. Este mito aliás – baseado na irresponsabilidade do negro; na isenção de responsabilidade do branco no processo de exclusão do negro, da negra e dos mestiços e mestiças e na falsa consciência da realidade racial brasileira – perpetua parcialmente antigas formas de dominação patrimonialistas assentadas no desajuste entre a ordem racial de castas e estamentos e a ordem de classes.

A democracia no Brasil aparece então como *dependente* da resolução da questão racial.

Segundo Florestan:

A democracia surgiu tímida e debilitada em nosso meio. Como seu funcionamento e desenvolvimento normais dependem do poder relativo dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente, ela forneceu, no início um palco histórico exclusivo aos poucos grupos sociais que estavam organizados, possuíam técnicas apropriadas para exercer a dominação e autoridade, e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder (se preciso, sob o manto dos “ideais democráticos”). O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem social racial e a ordem social existentes. Os “brancos” constituirão a “raça dominante” e os “negros” a “raça submetida”. Doutro lado, enquanto o mito da “democracia racial” não puder ser utilizado abertamente, pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios de classificação e de ascensão sociais, ele será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante. A dinamização no sentido democrático e igualitário da ordem racial tem de partir do “elemento de cor”, embora deva ser tolerada, acolhida e sancionada pelos “brancos em geral” (FERNANDES, 1964a [2008]: 326-327).

Retomando o exposto, décadas após a proclamação da independência, que marcou a emancipação política de Brasil em relação a Portugal, a abolição da escravidão e a proclamação da república marcaram a transição da ordem social colonial, na qual vigorava no Brasil uma total dependência econômica, política, cultural e social da colônia brasileira para a ordem neocolonial que, por sua vez, foi marcada por uma revolução social, na medida em que o povo pôde emergir na história com a libertação dos negros e mestiços, das negras e das mestiças.

A libertação foi, porém, tutelada e controlada pelos grupos dominantes – oriundos sobretudo dos setores cafeicultores que passavam a voltar seus interesses para o meio urbano e por agentes e prepostos comerciais, financeiros e bancários dos setores exportadores, de forma a colocar os novos setores em um verdadeiro estado de anomia social, sem perspectivas concretas de serem integrados à nova ordem de classes que

vislumbrava emergente. Ademais, a dinâmica do processo se deu de forma a pauperizar os setores recém-libertos.

Esta combinação de anomia e pauperismo atuou de forma a impedir que condições objetivas e subjetivas para revoltas e inconformismos sociais dos negros e negras, mestiços e mestiças se dessem dentro e mesmo contra a ordem de classes que emergia. Se o que chamamos de povo nasceu neste quadro histórico e sem a possibilidade de se firmar enquanto classe, vejamos agora o outro lado do surgimento da sociedade de classes, o surgimento da classe burguesa enquanto uma classe consciente de seus interesses e seus desdobramentos e limites.

3 A revolução burguesa no Brasil

Se nas seções anteriores mostramos como a formação social transita do “antigo regime colonial” para uma ordem competitiva tipicamente capitalista, através de um processo lento e desordenado de conformação de uma dinâmica capitalista que deixou a maioria da população ao relento e em situação de anomia social, nesta seção mostraremos o que definiu o processo de revolução burguesa brasileira e suas limitações e o que caracteriza as burguesias brasileiras e o Estado que elas montaram.

Afirmamos que os períodos colonial e neocolonial se estendem da chegada dos portugueses à proclamação da república e que o incipiente capitalismo brasileiro vai se desenvolvendo embrionariamente, desde a vinda da família real portuguesa, para, a partir de 1930, se firmar com a revolução burguesa.

Conforme Fernandes (1972 [1973]; 1975a [2011]), com a transição para a ordem neocolonial, os setores dominantes formaram oligarquias autocráticas que se tornaram burguesas, mas não no sentido “clássico” europeu, pois como sinalizamos, uma substancial integração da maioria do povo não era almejada pelos setores dominantes. Na

verdade, o governo das classes burguesas brasileiras advindas do oligarquismo seria melhor denominado como *plutocracia*, pois eram marcadas por seu poder econômico. Sua característica distintiva era ser extremamente exclusiva e exclusivista. Ao assumir o *status quo* econômico da ordem colonial, a plutocracia reproduzira a dependência, mas sua mentalidade enquanto grupo social passou a direcionar-se em direção a uma racionalidade burguesa, inclusive inserindo os setores comerciantes urbanos e os agentes comerciais do setor agroexportador. Sua mentalidade burguesa prolongava a avidez e a violência da mentalidade senhoriais. Passemos ao modo de operação da revolução burguesa em si.

A existência de uma resistência sociopática às mudanças sociais pela plutocracia, ou pelas novas burguesias brasileiras, é explicada por Florestan Fernandes pelo “medo pânico” que elas têm das mudanças espontâneas e estruturais engendradas pelo próprio padrão de organização de uma sociedade competitiva em classes. Os dinamismos que uma sociedade “nacional” impõem ao mercado, ao sistema de produção e aos conflitos de classe passam a ser o que o autor chamou de “bicho papão das burguesias das sociedades capitalistas dependentes e subdesenvolvidas” (FERNANDES, 1960 [2008]: 53).

Como quem goza dos benefícios das mudanças sociais nestas sociedades são as classes altas e médias, na medida em que aquelas mudanças intrínsecas ao regime capitalista vão se dando, há uma pressão para que os “de baixo” sejam incluídos na ordem civil. Entretanto, como nestas sociedades a desigualdade do poder econômico, político e social é intensa, as classes dominantes logram controlar de forma agressiva e impune quaisquer mudanças de caráter democrático e nacional. Conforme diria o sociólogo, **no quadro da dependência e do subdesenvolvimento elas podem prescindir das ideologia e utopia burguesas, típicas das revoluções burguesas francesa, inglesa e estadunidense.**

De fato, historicamente, assim que a transição para uma ordem competitiva tipicamente em classes estava se consolidando na virada do século XIX para o XX, eclodiu uma série de greves operárias nos centros urbanos que mostraram, exemplarmente como a resistência sociopática era exercida de forma opressora e repressora. As greves da década de 1910 mostram isso e, após 1964, foram banidas da ordem legal. A resistência às mudanças, portanto, exprime como as classes dominantes conseguem desencadear pressões de “cima para baixo” e impedir manifestações de “baixo para cima” (Fernandes, 1960 [2008]).

Como em toda a América Latina, a revolução burguesa no Brasil, se deu de forma específica, dentro dos limites do capitalismo dependente e, por isso, limitada pelas possibilidades e fins de uma revolução burguesa periférica. Segue a definição do sociólogo, talvez mais sintética, acerca do que constitui a revolução burguesa latino-americana: é “um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 1975a [2011]: 343).

De acordo com o sociólogo, segundo a lógica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, o desenvolvimento *desigual* do capitalismo no plano internacional faz com que nos países considerados atrasados o desenvolvimento do capitalismo tenha uma historicidade própria que assimila os elementos modernos das sociedades consideradas avançadas adaptando-os aos elementos culturais e materiais arcaicos, típicos de sociedades atrasadas. Já o elemento *combinado* é explicado por esta superposição da cultura, da política e das inovações das nações avançadas com as relações sociais pré-capitalistas verificadas em países atrasados e é este fator que determina os possíveis sujeitos das revoluções sociais inconclusas (Demier, 2007). Florestan Fernandes assume a perspectiva de Trotsky para apontar que os países do capitalismo

dependente ingressariam na industrialização sem realizar as tarefas de uma revolução democrático-burguesa.

Ao criticar as teses dualistas de “dois Brasis”, comuns nos meios do Instituto de Estudos Superiores Brasileiros (ISEB), o autor aponta que para estas teses a coexistência de um setor arcaico e outro setor moderno no Brasil supostamente atuaria de maneira conflitante, pois o setor arcaico impediria o setor moderno de prosperar prendendo o país nas amarras do subdesenvolvimento. O sociólogo apontaria o esquematismo de tal perspectiva e o refutaria sinalizando a funcionalidade da coexistência destes dois aspectos no marco do capitalismo dependente. Segundo ele:

A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global [...]. Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” do agente econômico privilegiado (FERNANDES, 1968 [1981]: 64-65).

Ao mostrar que, ao contrário de modelos apriorísticos formulados para a análise de outras formações sociais em outros períodos de tempo, o sociólogo aponta que a modernidade no Brasil é tão peculiar, tão específica, que se “desata de ‘fora para dentro’ e dá origem a uma ‘orgia institucional’” (FERNANDES, 1975b [1976]: 9). Ao reeditar sua principal obra em 1976, o autor sinaliza no prefácio que dois pontos ficaram em suspenso em *A revolução burguesa no Brasil* e que são cruciais para o entendimento de porque houve a “contenção histórica da descolonização”.

Nominalmente, os dois elementos em questão se referem a elementos mais ou menos indiretos dos pré-requisitos da revolução burguesa no país i) quanto ao seu passado

colonial e ii) quanto aos pontos de relação do passado colonial com a emergência de uma sociedade neocolonial. Estas questões foram então tratadas em *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (FERNANDES, 1976 [2010]). O autor se debruça sobre a natureza, a estrutura e a evolução do modo de produção escravista e como este funcionou como base material da ordem escravocrata e senhorial no Brasil⁶⁷.

A construção de uma sociedade tipicamente capitalista no Brasil se deu de forma a criar e perpetuar a combinação de uma ordem social de classes para as elites e classes dominantes com uma ordem estamental e de castas para as camadas da população que viriam a constituir as classes operárias e o povo em geral. Na medida em que o negro e a negra permaneceram sem condições econômicas, sociais, políticas e culturais de reverter as desigualdades raciais, institucionalizadas ou não, se pode afirmar que a ordem democrática criada não era democrática para todos.

A ilusão de que poderiam se tornar autônomas politicamente ao nível nacional, fez com que as frações de classe dominante não conseguissem se livrar das formas de associação dependente com os interesses e com os agentes econômicos externos. Uma combinação específica entre ordem econômica vigente e ordem social em classes fez com que as classes dominantes se apegassem a valores e a uma consciência não compatíveis com os ideais de uma nação, e de uma classe burguesa, autônoma a nível econômico, social, cultural e político. Desta maneira, estas frações de classe dominante convertiam o

⁶⁷ Nas suas palavras: “Portanto, vou mais longe na tentativa de explicar sociologicamente as relações da escravidão com o capitalismo a partir de dentro: como um modo de produção que não era capitalista serviu de fulcro para a transição neocolonial e de suporte inicial da fase subsequente, de transição para o capitalismo competitivo, o que pressupunha uma análise das funções da escravidão como fator específico da acumulação originária de capital no Brasil, com toda sua rede de efeitos diretos e indiretos ou imediatos e de longo prazo. O mesmo estudo focaliza mais de perto como o ‘senhor colonial’ se converte, pura e simplesmente e de modo rápido, em ‘senhor’, graças à transferência da Corte, à abertura dos portos, à elevação a Reino e à modernização acelerada que esses processos desencadearam, com o profundo reforço da presença e da influência transmetropolitanas da Inglaterra. Por conseguinte, não só os quadros de análise foram ampliados, mas também seus focos teóricos. A descolonização não foi contida pelo arbítrio dos senhores ou pelo poder de decisão da Coroa: e que, no Brasil, a história moderna começa às avessas, como uma internalização do Império colonial. Isso não impede que a história moderna e a modernidade brasileira se desdobrem, daí por diante, tendo como eixo as potencialidades do Brasil de incorporação ao espaço econômico, sócio-cultural e político da Europa da revolução industrial. Mas, indica algo que precisa ser melhor investigado pelos cientistas sociais e delimita uma datação inconfundível e irretorquível. A ‘era de modernização do Brasil’ não aparece como um fenômeno maduro da evolução interna do mercado capitalista moderno; ela se configura com a crise política do antigo sistema colonial (FERNANDES, 1975b [1976]: 7).

liberalismo, a livre-empresa e o Estado democrático, valores caros às revoluções burguesas do centro, como instrumentos de salvaguardar uma ordem econômica e social dependente. Neste sentido, o de ilusão de autonomização nacional, os valores e a consciência das burguesias brasileiras podem ser classificados como “espúrios”.

Através da *modernização dependente*, a plutocracia brasileira aceitava a “expansão de fronteiras econômicas, socioculturais e políticas externas [...], como uma espécie de ‘conquista’, à qual os dinamismos internos não têm o poder de se oporem e de neutralizar” (FERNANDES, 1960 [2008]:46). Neste quadro, o subdesenvolvimento se apresenta, no capitalismo dependente, como uma escolha, não como mera cópia frustrada ou fatalidade. O intenso grau de resistência sociopática às mudanças sociais é expresso pela naturalização de situações que aprofundam o duplo caráter do capitalismo dependente. O regime de classes, enquanto conexão histórico-social do capitalismo dependente, adapta-se em suas funções às iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas e a conflitos sociais, transformando a opressão e repressão sistemática em um verdadeiro estilo de vida (Fernandes, 1968 [1981]).

A análise sobre a realidade de Florestan Fernandes é uma espécie de caleidoscópio de perspectivas que ao girar de eixo coloca o mesmo objeto sob diversos ângulos que se unem para dar uma visão de totalidade. No que concerne à sua análise de classes sociais com a revolução burguesa no Brasil ele combina Karl Marx, Max Weber e Émilie Durkheim de forma inovadora⁶⁸. Neste sentido, adiantamos que a visão de classes sociais

⁶⁸ É imprescindível destacar aqui que estas não foram as únicas influências teóricas sobre Florestan Fernandes. Porém, para o que toca esta parte da tese (a descrição da revolução burguesa no Brasil e sua conexão com o subdesenvolvimento), elas serão destacadas. Podemos apontar outros autores muito influentes na obra acadêmica e militante do autor brasileiro a importância de Friedrich Engels que, junto, com Karl Marx fundou o materialismo histórico, apontou o caráter *permanente* da revolução proletária e discutiu o Estado; Ulianov Lenin com a síntese dialética entre teoria e prática do processo revolucionário e com uma teoria de Estado inovadora que difundiu a visão de Marx e Engels do Manifesto do Partido Comunista e a ampliou; Karl Mannheim com a ideia de planejamento que seria determinante na ideia muito trabalhada em, por exemplo, Fernandes (1960 [2008]), ao discorrer sobre *mudança social provocada*; de Nelson Werneck Sodré é patente a categoria de *coetaneidade do não-coetâneo* que Florestan tanto usa para, por fim, revelar a importância de León Trotsky que o influenciou com a ideia de *desenvolvimento desigual e combinado* dissociada da ideia soviética de “socialismo num país só”, com a teoria da revolução permanente e, finalmente, com a ideia de debilidade das burguesias dos países dependentes.

extrapola a visão de luta de classes, classes sociais e Estado da perspectiva marxista exposta no capítulo 1, mas que tem ali traços fundantes.

Em relação a Max Weber, Florestan mostra como a existência do mercado é decisiva para a valorização socioeconômica dos agentes, pois, segundo ele, é pela posse de bens que eles são classificados socialmente e é através do mercado que a “situação de classe” dos indivíduos é definida. Daí deriva a classificação social entre “possuidores e não-possuidores” e que será combinada à possibilidade de valorização pelo mercado de trabalho. Também de Weber, Florestan retira a ideia de uma inserção desigual no mercado mundial e que condiciona a heteronomia dos países do capitalismo dependente. A contribuição conceitual do sociólogo alemão é fundamentalmente marcada pela forma como analisa o poder e as formas de dominação ao combinar patrimonialismo com burocracia. Os interesses deixam de ser considerados por seu aspecto univocamente econômico e viram morais e religiosos, culturais e políticos.

Ao ponderar sobre a influência de Karl Marx na análise da questão das classes sociais, o sociólogo aponta a centralidade e universalidade da teoria da acumulação capitalista, assentada na luta de classes, como fator explicativo da entrada do Brasil no capitalismo mediante sua participação no mercado mundial e aponta como isto reforçou o elevado grau de heteronomia econômica e política do país. Ademais, aponta que a mercantilização do trabalho verificada por Marx é indispensável para se estudar a origem do capitalismo em qualquer formação social.

Se olharmos como se deu a transição da ordem social neocolonial para a ordem social competitiva, vemos, como apontado acima, que a mera abolição não representou imediatamente a generalização do “trabalho livre” em sentido propriamente capitalista. Persistiram formas de trabalho extra-capitalistas e pré-capitalistas típicas de uma sociedade subdesenvolvida. Foi um lento e custoso processo datado do início da modernização, com a criação de um Estado nacional e com a montagem de estruturas de

mercado urbanas, até que a expansão interna do próprio capitalismo pudesse atuar diferencialmente sobre a produção e a reorganização do trabalho. Por fim, Florestan aponta as contradições do desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção como outro aspecto da contribuição de Marx para a análise sociológica.

Outra influência sobre a obra do autor em questão é a obra de Émile Durkheim. Sua principal contribuição seria a análise da solidariedade orgânica enquanto interdependência moral e da integração dos estados coletivos de consciência social (por meio da teoria da divisão social do trabalho). Segundo a obra de Durkheim, seria possível ver como a transição do antigo sistema colonial para uma ordem social competitiva se deu de forma a conciliar, em vez de confrontar, o arcaico com o moderno em função de interesses tradicionais que extrapolavam os meros interesses econômicos. De fato, da obra de Durkheim, o sociólogo brasileiro iria aproveitar também o funcionalismo sociológico que consiste na descrição das funções sociais de determinados elementos, acontecimentos ou dinamos sociais.

O patrimonialismo esteve presente, mesmo após a transição de ordem, para a perpetuação de interesses e privilégios. Esta combinação entre arcaico e moderno se mostrou funcional, pois interesses univocamente econômicos não podem atuar como fator de mudança social se não são cercados de consenso e solidariedade de alcance nacional (Fernandes, 1960 [2008]).

Com estas três influências teóricas, Florestan afirma que a revolução burguesa no Brasil assumiu os contornos de uma dominação política, sociocultural e econômica de caráter autocrático e ultraconservador. Assim, produziu uma democracia fechada como uma espécie de *circuito fechado* à participação popular nas esferas de tomadas de decisão no interior das sociedades civil e política.

Esta forma de dominação se adequou à forma de acumulação possível no capitalismo dependente usando e abusando de todos os recursos que o ideal de

modernização poderia oferecer e que reforçou a intensa concentração do poder estatal nas mãos das classes dominantes.

Ao descrever a forma diferenciada de integração do sistema econômico na periferia e a maneira como a ordem econômica regula as situações propriamente capitalistas, Fernandes (1968 [1981]) dá uma contribuição da maior relevância para esta tese. A constituição, evolução e funcionamento do regime de classes nos quadros do capitalismo dependente não implica que uma posição ativa nas relações de produção incorpora o agente econômico ao mercado, pois, nos setores arcaicos, o trabalho pode ser apropriado de forma extracapitalista, pré-capitalista e até mesmo semicapitalista. Daí resulta que a caracterização sociológica é melhor dada pela posse ou não posse de bens.

Os que possuem bens ou aqueles que conseguem fazer com que seu trabalho conte como uma mercadoria no mercado, estão *integrados* à ordem capitalista; enquanto que aqueles que não possuem bens ou não conseguem se valorizar pela inserção no mercado pela mercantilização do seu trabalho estão subdivididos em duas categorias: os *semi-integrados* ao sistema que são aqueles que conseguem precariamente serem assalariados ou estão em vias de se proletarizar e os *condenados do sistema* que são aqueles que vivem da economia de subsistência ou de estruturas arcaicas, ou seja, vivem à margem da ordem econômica sem chegar a constituir um verdadeiro “exército industrial de reserva”⁶⁹ ou na

⁶⁹ No capítulo XXIII de *O Capital*, Marx (1867 [2013]) discorre sobre a lei geral de acumulação capitalista observando a realidade da revolução industrial inglesa e destacando os elementos que poderiam ser universalizados como uma lei. Segundo esta lei, na medida em que se valoriza, o capital gera riqueza ao mesmo tempo que cria miséria e uma camada populacional excedente em relação às necessidades de valorização. Esta dinâmica é guiada pelos ciclos de expansão e contração do capital e tal camada é “supérflua” em referência à atividade produtiva, mas é necessária para a valorização do capital, pois, num regime tipicamente capitalista, é a relação entre os trabalhadores ativos e os trabalhadores inativos que determina os salários. Em Marx (1865 [1982]), Marx também discute os determinantes conjunturais (referentes às condições físicas de reprodução do trabalhador) e estruturais (referentes a um *certo padrão tradicional de vida*) dos salários. Mediante a competição e pressão dentro dos trabalhadores do setor ativo e do setor inativo, o capital pode manter os salários quase sempre em níveis baixos e aumentar, assim, a extração de mais-valor. Neste capítulo, Marx dá sinais de que identifica o que ele chama de “superpopulação relativa” com “exército industrial de reserva”, inclusive pelo nome da terceira seção do capítulo chamada *Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva*. Acreditamos que estas categorias se referem justamente a esta camada populacional relativa às necessidades de valorização do capital no processo produtivo. Marx subdivide a superpopulação ou exército industrial de reserva em quatro níveis: a flutuante (referente às pessoas que são temporariamente atraídas e repelidas do mercado de trabalho pelo processo de expansão e retração econômica); a latente (referente à população rural que é expulsa constantemente do campo e fica em vias de ir para a cidade para trabalhar na indústria ou no setor de serviços), a

medida em que o capitalismo dependente ainda estava em sua fase incipiente antes de 1930.

Na medida em que a mercantilização do trabalho passou a contar como fonte de classificação social, as relações de trabalho assalariadas que levavam à proletarização passaram a ser importantes, pois o homem comum começou a contar como gente e o conceito de povo foi redefinido. No que toca à questão dos negros e negras, mestiços e mestiças após a concretização da revolução burguesa, apontamos que igual ao que ocorria nas ordens sociais colonial e neocolonial, depois de 1930 a questão negra seguiu como se fosse *paralela* à questão de classe. Este falso paralelismo impediu o intercruzamento de questões indelevelmente unitárias, uma vez que no Brasil o elemento negro sempre esteve associado à base da reprodução social da vida, isto é, como peça-chave do trabalho social⁷⁰.

Outro ponto interessante é levantado em Fernandes (1972 [1973]). Os que estão integrados ou parcialmente integrados à ordem capitalista são pouco numerosos e coexistem com os condenados à miséria social, econômica, cultural e política. Os primeiros (os integrados) se veem enquanto *classes* ou *frações de classe* e, ao fazê-lo, negam a condição de *classe* ou de *frações de classe* aos últimos. É um verdadeiro

estagnada (referente à população trabalhadora com ocupação totalmente irregular e que tem sua remuneração abaixo do nível médio, sendo explorada ao máximo e com o salário mais baixo possível) e, dentro da estagnada, uma subcamada denominada de pauperismo que constituiria o “asilo para inválidos do exército ativo e o peso morto do exército industrial de reserva”, dentro dela têm algumas pessoas aptas ao trabalho, órfãos e indigentes, inaptos ao trabalho e o *lumpenproletariado* (as pessoas consideradas como “escória da sociedade” como prostitutas, vagabundos, delinquentes etc.). Apesar das nomenclaturas distintas, nós apontamos que as categorias de superpopulação relativa e exército industrial de reserva são compatíveis com a discussão de Florestan Fernandes de semi-integrados e condenados do sistema.

⁷⁰ Nas palavras do autor: “A sociedade permanece fechada a essas impulsões de humanidade do negro, pois o uso aberto da tensão e do conflito continua a ser um privilégio dos estratos sociais dominantes da “raça dominante”. Apesar de todas as transformações ocorridas, nessa esfera há pouca diferença entre o presente, o passado recente e o passado remoto; a escravidão desapareceu, porém subsiste um mandonismo estreito, que converte a dominação de classe em equivalente da dominação estamental e de casta. Para que as coisas fossem diferentes, teria sido necessário que a revolução burguesa fosse, ao mesmo tempo, aberta às pressões populares, democrática e nacionalista; e, de outro lado, que o próprio negro tivesse criado, depois da Abolição e, principalmente, da ‘Revolução de 30’, legitimidade para o *protesto social* (tido pelas camadas conservadoras como o pior tipo de protesto, depois do conflito operário) – o que, sabidamente, não ocorreu, pois a população negra nunca reuniu condições para levar a democratização da ordem mais longe que as classes operárias e o radicalismo burguês. Tudo isso significa que o inconformismo negro pode ser uma realidade psicológica, cultural e moral, mas não pode tornar-se uma força social atuante e uma realidade política” (FERNANDES 1976 [2010]: 113).

processo de “mistificação burguesa” e de “mistificação nacionalista” do *status* social, o qual dissimula interesses, formas de dominação e conflitos de classe e que só podem ser manuseados a partir de cima, isto é, só são passíveis de serem controlados pelos integrados.

Segundo esta classificação, a participação dos “de baixo” é controlada e tutelada pelas classes altas e médias, as quais só permitem uma participação retardada e impedem o surgimento das classes destituídas enquanto classe social em si e para si. O máximo que as classes proletarizadas logram é ter um vínculo parcial com a condição burguesa. Nestas sociedades onde as classes destituídas são tuteladas, não há mecanismos que levem a superação da heteronomia à autonomização. Só há instrumentos de reforço da situação dependente, do controle autoritário do poder e da exploração da massa população.

Vale dizer também que, nas sociedades dependentes latino-americanas, apesar de haver a tutela das classes semi-integradas e dos condenados do sistema, nem tudo o que se passa nelas é por falta da construção da consciência trabalhadora e de solidariedade entre a classe trabalhadora. Na situação de dependência e subdesenvolvimento, operam instrumentos de motivação, de disposição e de identificação das classes baixas com a continuidade da ordem competitiva, ou seja, são construídos elementos de projeção da condição burguesa sobre as classes tuteladas. O “conformismo das massas” resultante, construído deliberadamente pelas classes dominantes, não permite, porém, o uso aberto do conflito e da competição para solucionar as diferenças entre as classes.

Esta afirmação é importante para apontar que, apesar de nestas sociedades o Estado ser predominantemente um instrumento das classes dominantes, há algum espaço para dominação consensual das classes “de baixo” pelas classes dominantes, mesmo que este controle seja inibidor de qualquer tipo de emancipação destas massas. Neste sentido, e só neste sentido, pode-se afirmar que Florestan Fernandes se aproxima da visão de

Estado de Gramsci, vista no primeiro capítulo. Muito embora, o sociólogo paulista não reivindique ou use explicitamente as obras do autor e político sardo.

Desta caracterização sociológica, alguns conceitos importantes são derivados. Primeiramente os *interesses de classe* que compreendem as condições da ordem econômica, mas que a extrapolam, reproduzem e garantem a posição ocupada na ordem e reproduzem as vantagens e, necessariamente, as desvantagens desta posição. Em segundo lugar, a *situação de classe* é definida pelo grau de homogeneidade garantido pela ordem econômica ao desenrolar e à fruição de interesses de classe análogos de um grupo. É importante salientar que, no geral, nas sociedades subdesenvolvidas, a maioria da população não teve por muito tempo interesse e situação de classe, pois não haviam tido elementos objetivos e subjetivos para a construção de sua consciência de classe⁷¹. Somente as classes altas contaram e contam com condições substanciais para formar uma consciência clara de classe.

Em duas de suas principais obras – Fernandes (1968 [1981]; 1975a [2011]) – o sociólogo opta por fazer uma descrição sobre o funcionamento da sociedade brasileira privilegiando a ótica das classes altas, nominalmente as burguesias brasileiras. Sua justificativa é a de que são estas classes que “atuam efetivamente construindo a história que os outros vivem. Seja porque as outras classes não contam, no processo histórico, ou se fundem na ação de sentido histórico coletivo com a burguesia” (FERNANDES, 1968 [1981]: 84).

Conforme a leitura de Thompson (1963 [1987]) que utilizamos no capítulo 1, a história é escrita e construída pelos homens e pelas mulheres. O povo, enquanto maioria da população, é extremamente relevante neste processo que é a história, porém entendemos que, dado que nas sociedades dependentes os mecanismos de inserção dos

⁷¹ Veremos no próximo capítulo quando foi que a classe trabalhadora apareceu como uma classe em si no Brasil.

“de baixo” na sociedade civil e na sociedade política são restritos e controlados pelas classes altas e médias, é imprescindível que caracterizemos as classes dominantes.

Igualmente, estamos cientes de que Florestan sabia da relevância das “classes subalternas” na construção da formação social brasileira, tanto que ele dedicou boa parte da sua obra à questão indígena, à questão negra e mestiça, enfim, aos excluídos do sistema. Neste sentido, agora resgataremos os elementos que este autor aponta como fundamentais para entender a “racionalidade possível” para as burguesias dependentes e as limitações da revolução burguesa posta em prática no Brasil.

3.1 A racionalidade burguesa dependente

Na medida em que, nas sociedades dependentes, a racionalidade possível é a racionalidade capitalista dependente, ela flutua constantemente de uma esfera para outra (econômica, política, social, regional e cultural). Por mais que haja interesses econômicos unívocos, estes serão determinados por aspectos políticos, culturais e regionais. As classes burguesas no Brasil não podiam esperar por condições mínimas de racionalidade para atuarem no mundo capitalista, logo seus negócios tinham sempre um caráter especulativo intenso e com expectativas de valorização máxima no menor período de tempo possível.

Assim como Prado Jr. (1942 [2011]) caracterizou o sentido da colonização brasileira como o “sentido dos negócios”, Florestan afirmaria que, no Brasil, o empreendimento capitalista e a aventura especulativa andavam quase sempre juntos. Somente nos casos em que a “grande empresa moderna” atuava é que um “mínimo de racionalidade”, no sentido capitalista visto nos países do centro, era alcançado. Mas mesmo nestes casos imperava a imprevisibilidade e a improvisação típicas do capitalismo dependente. Porém, Florestan deixa claro que em todos os níveis, da pequena à grande

empresa capitalista, o cálculo econômico era dominado pelas burguesias dependentes nos limites possíveis pelo ambiente econômico vigente.

Florestan aponta, baseado em Mannheim, que o grau de racionalidade do agente econômico depende da estrutura do campo em que este atue. Em outras palavras, Florestan se refere à *indeterminação* do ambiente político e econômico que impera numa economia dependente. No capitalismo dependente, o raio de previsão que este agente pode ter é determinado por fatores externos ao sujeito econômico e determinam seu raio de ação de maneira que o controle dos meios e dos fins não pode se dar de maneira puramente objetiva e visando certo nível de eficácia.

O sociólogo exemplifica esta afirmação apontando as determinações que, por exemplo, o mercado externo oferece com a variação do volume e preço exportados, guerras, crises etc. Internamente, também há determinações que fogem ao controle do agente econômico como a alta inflação, a escassez de força de trabalho qualificada, flutuação do preço das matérias-primas, a política econômica do governo etc. No capitalismo dependente, o agente econômico não pode controlar todos estes fatores como gostaria, mas deve levá-los em conta.

É desta forma que a combinação de estruturas arcaicas com estruturas modernas impõe ao agente capitalista um ajustamento desordenado no qual os setores modernos se colocam frente aos setores arcaicos como hegemônicos na economia nacional. Os negócios no mundo subdesenvolvido se dão, portanto, num *circuito de indeterminação* que afeta a maneira de agir, a imaginação e o pensamento criador do agente socioeconômico. Esta dinâmica faz com que os agentes do mundo econômico tentem superar o circuito de indeterminação através da racionalidade capitalista possível, o que implica no recurso de elementos fora do mundo estritamente econômico.

Destarte, os agentes econômicos que conseguem fazer frente ao circuito de indeterminação – as grandes empresas estrangeiras, as grandes estatais e algumas grandes

empresas privadas brasileiras – o fazem a partir da lógica da maximização imediatista dos lucros através da transferência sistemática dos “riscos do negócio” para a coletividade, ao mesmo tempo em que privatizam os eventuais ganhos⁷². Tal lógica egoística das classes burguesas expõe um dos limites da racionalidade burguesa dependente: o estreitamento do horizonte cultural dos agentes burgueses que não logram perseguir os fatores que tornariam a expansão das forças produtivas autônoma e o disciplinamento do mundo dos negócios (Fernandes, 1968 [1981]).

A racionalidade burguesa dependente é uma racionalidade própria que combina o circuito de indeterminação com os elementos arcaicos e modernos da sociedade brasileira e reproduz mecanismos de transferência dinâmica de renda, para lembrarmos Furtado (1980 [1981]), de forma funcional à classe e frações de classe burguesas, em todos níveis. É uma racionalidade pela qual o cálculo econômico, mesmo sob o circuito de indeterminação é levado em consideração pelas burguesias.

Portanto, a consciência de classe burguesa aparece clara quando estas frações de classe burguesa percebem que o que as une é o interesse coletivo de garantir a perpetuação de sua situação de classe. Daí elas agem como as principais interessadas em garantir sua sobrevivência econômica, apesar de terem interesses econômicos desorganizados. Seu egoísmo de classe age conforme as contingências econômicas e se transformam em *política* de autodefesa num plano imediatista e estreito.

Assim, as burguesias brasileiras nasceram e se conformaram de uma forma peculiar, pois ao garantir sua sobrevivência econômica, definiram claramente sua debilidade. *Elas se tornaram vítimas de sua situação de classe dependente*. No plano nacional (interno), são onipresentes para resguardar seus interesses econômicos e seus

⁷² O maior exemplo desta lógica seria descrito por Furtado (1959 [1980]) ao descrever a política de valorização do café estatal brasileira na República Velha que visava a socialização das perdas dos cafeicultores e a privatização dos lucros.

objetivos de dominação; no plano internacional, se colocam subservientes em relação às classes burguesas estrangeiras dos países hegemônicos capitalistas.

Mais, não obstante ao caráter especificamente capitalista dos interesses econômicos das classes burguesas, a ordem econômica engendra mecanismos de controle que extrapolam os instrumentos capitalistas de controle econômico. A relação com os centros econômicos hegemônicos internacionais tende a colocar as questões econômicas como relações políticas ou diplomáticas e vice-versa. Combinado ao caráter combinado da formação social brasileira, as estruturas arcaicas e modernas determinam que qualquer problema econômico assuma a forma de problema político. Desta combinação de fatores os agentes econômicos burgueses dependentes se veem incapazes de controlar autonomamente o processo econômico. Eles se colocam o dilema de se apegar aos seus fundamentos jurídico-políticos ou de desenvolver as suas forças econômicas⁷³.

As burguesias brasileiras criaram um paradoxo segundo o qual para sua perpetuação enquanto classe dominante, desenvolveram um mecanismo de classificação e valorização social que impede que o critério de “possessão de bens” se desenrole no mercado por mecanismos puramente econômicos. Ao fazerem isso recusaram, tacitamente, a “normalidade” da estratificação social inerente ao capitalismo desenvolvido e resguardaram a fonte de valorização social ao excluir a possibilidade de privilegiamento social. Isto se deu por um tipo muito específico de solidariedade de classe, uma espécie de “pacto sagrado”, que ajuda a caracterizar a burguesia em economias dependentes⁷⁴.

⁷³ “É inerente ao capitalismo dependente, portanto uma margem de insegurança crônica, que atinge especialmente os agentes econômicos que operam, como classe, os processos econômicos internos de natureza capitalista. Na medida em que não contam com condições para determinar, em bases puramente econômicas, os limites irredutíveis de sua autonomia real, os referidos agentes se veem impotentes para exercer o controle completo sobre todas as fases ou efeitos dos processos econômicos incorporados à ordem vigente” (FERNANDES, 1968 [1981]: 91).

⁷⁴ Nas palavras de Florestan: “A ‘propriedade’, o ‘direito de propriedade’, a ‘empresa privada’ e a ‘ordem social competitiva’ acabam ganhando precedência sobre o uso capitalista da ‘propriedade’, do ‘direito de propriedade’ e da ‘empresa privada’ e preponderância sobre o crescimento econômico em bases capitalistas [...]. A solidariedade que confere viabilidade prática a esse ajustamento restringe o poder de competição e proscree o conflito nas relações em que as diferentes categorias da mesma classe se defrontam como portadores de interesses, assim estabelecida, transforma-se na verdadeira espinha dorsal do subdesenvolvimento, porque nenhuma categoria econômica da burguesia

Estas características das burguesias brasileiras explicam a intolerância e o pânico sistemáticos destas classes em relação às classes subalternas enquanto propensões de ajustamento e a expressão do intenso grau de resistência às mudanças sociais destas classes. O egoísmo de classe burguês dependente impede o funcionamento dos mecanismos de funcionamento de uma economia capitalista autônoma e evita também que esta classe burguesa desenvolva laços de solidariedade perante a sociedade nacional. Portanto, estas frações de classe burguesas usam o Estado nacional mais como um instrumento de seu poder econômico e de dominação política do que como o lugar de tolerância à disputa de conflitos entre as classes orientada por interesses nacionais. As frações de classe burguesa não se mobilizam a fim de dar um “grande salto capitalista” substancial.

Desta análise, Florestan desenvolve sua visão sobre o subdesenvolvimento enquanto a falta de vontade política da classe e das frações de classe dominante em promover as transformações políticas, sociais, culturais e econômicas necessárias para a autonomização das forças produtivas em função de interesses da maioria do povo. Tudo se passa como se as classes dominantes tivessem privado o capitalismo de suas formas sociais e jurídico-políticas – que, afinal, são a manifestação na superestrutura das relações estruturais do modo de produção – e assumissem com unhas e dentes suas formas econômicas. Isto só seria possível nos quadros do capitalismo dependente, isto é, com o congelamento do sentido revolucionário da revolução burguesa dos casos considerados “clássicos”.

Aqui chegamos a outro ponto importante. A exequibilidade da revolução burguesa pelas burguesias do capitalismo dependente é limitada pelo caráter ultra-egoístico, provinciano e estreito destas classes. Estas frações burguesas parasitam o capitalismo

considera legítima ou dispõe de meios eficientes para romper, em termos econômicos, com o *pacto sagrado*. A mesma coisa se revela, em segundo lugar, na expectativa de acomodação passiva das demais classes (especialmente do setor operário e do campesinato) a essa união de interesses (FERNANDES, 1968 [1981]: 92).

avançado, tornando o processo desta revolução demasiado oneroso para a coletividade, mas numa capitulação negociada para elas. Por mais que o antigo regime colonial tenha sido superado no seu momento político, no plano econômico a dependência prossegue e esvazia os ideais burgueses de seu conteúdo liberal e do seu sentido jurídico-político democrático assentado no Estado de direito positivo e na democracia representativa⁷⁵. Ademais, se pode falar em revolução burguesa no Brasil na medida em que esta não exclui a monopolização do poder econômico e político sob uma mesma classe.

Neste sentido, o processo de modernização adotado pelas classes dominantes latino-americanas seria o caminho que usariam de forma a tentar legitimar sua opção por abandonar a oportunidade histórica de atuarem como sujeitos históricos de mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas inerentes às ideologia e utopia burguesas⁷⁶.

Florestan usa, convergentemente, a ideia de modernização como a proposta de Furtado (1974): como uma opção política das classes dominantes, internas e externas, enquanto instrumento de legitimação do regime burguês e enquanto instrumento que explica a busca por aspectos, como a tecnologia, espúrios à realidade brasileira como um fim em si mesmo. Sua implantação conta com recursos e o alcance econômico, cultural e político das grandes empresas transnacionais.

Após 1930, a opção pela modernização ficou clara com a opção *desenvolvimentista* do período de industrialização por substituição de importações que promovia a industrialização brasileira e o senso de nacionalismo exaltado, sem resolver os problemas estruturais de *déficit* de transações correntes, de dependência aos investimentos diretos estrangeiros e as desigualdades sociais e a pobreza e miséria, mas que propiciava um “ciclo de modernização dos padrões de consumo” das classe médias e

⁷⁵ Sobre o Estado de direito e sobre a democracia representativa ver o *Apêndice A*.

⁷⁶ A ideologia e a utopia da revolução burguesa na América Latina era o fato de alguns setores da sociedade, como os de origem acadêmica que conformavam o *radicalismo burguês* durante o século XX, acharem que o Brasil caminhava a partir do processo de industrialização por substituição de importações rumo à autonomia nacional e à democratização da renda, do poder e do prestígio social (Fernandes, 1960 [2008]).

altas (Furtado, 1974). Para Celso Furtado, é a concentração dinâmica que permite a ilusão de que todos ganham. Já nas palavras do sociólogo:

[...] o avanço nessa direção tende a fazer-se, ainda em nossos dias, como processo de modernização, sob o impacto da incorporação dos sistemas de produção e dos mercados latino-americanos às grandes organizações da economia mundial. As burguesias de hoje por vezes imitam os grandes proprietários rurais do século XIX. Apegam-se ao subterfúgio do desenvolvimentismo como aqueles apelam para o liberalismo: para disfarçar uma posição heteronômica e secundária. O desenvolvimentismo encobre, assim, sua submissão a influências externas, que se supõem incontornáveis e imbatíveis. A mesma coisa acontece com o nacionalismo exacerbado. Quando ele reponta, no seio dessas burguesias, quase sempre oculta algo pior que o fracasso histórico e a frustração econômica: envolve uma busca de esteios para deter a torrente histórica e preservar o próprio capitalismo dependente, e segundo valores provincianos (FERNANDES, 1968 [1981]: 99).

A modernização foi o subterfúgio de uma classe burguesa que expressava o poder de revitalização, expansão e irradiação do capitalismo. Conforme veremos adiante ela será a base da opção de “aceleração do tempo histórico” tomada pelas classes dominantes quando do golpe civil-militar de 1964.

Com a suplantação do antigo sistema colonial por uma ordem social competitiva tipicamente capitalista, houve a mudança no tipo de dominação vigente no Brasil. O imperialismo decorrente da revolução industrial na Europa se tornou uma realidade no Brasil. Na realidade, o que este tipo de dominação fez foi mercantilizar as economias dependentes, negociáveis à distância, sob as condições financeira, comercial e de investimentos de forma segura e lucrativa para os países europeus e, no máximo, aos E.U.A.

Mais recentemente, após a II guerra mundial, outro tipo de dominação externa foi consolidado com a expansão das grandes empresas corporativas internacionais nas áreas comerciais, financeiras e industriais. Estas transnacionais representaram para os países da América Latina uma verdadeira revolução na dinâmica de organização, produção, comercialização, planejamento, propaganda de massa e controle dos centros internos de

decisão. Em síntese representam o capitalismo em seu momento corporativo ou monopolista, por isso, este tipo de dominação externa é denominado de era do *imperialismo total* em contraposição ao *imperialismo restrito* que sucedeu o neocolonialismo (Fernandes, 1975a [2011]).

A base deste recente tipo de imperialismo é o total controle “a partir de dentro” da dominação externa, ele organiza todos os níveis da ordem social como o consumo de massa, a educação, a modernização da infra e da superestrutura, a taxa de natalidade, a transposição de técnicas e instituições, os dínamos financeiros e políticos da vida brasileira⁷⁷.

Este novo tipo de imperialismo é totalmente nocivo para as economias dependentes na medida em que tentaram, sob o modelo de países europeus e estadunidense, promover uma revolução burguesa, mas, como já descrito, que impedia uma verdadeira integração nacional, a autossuficiência econômica e política e uma rápida industrialização. **Assim, os países latino-americanos estavam diante de um duplo desafio⁷⁸ que constitui duas faces de uma mesma moeda: de um lado, suas estruturas econômicas, socioculturais e políticas podiam absorver as transformações do**

⁷⁷ Quando se refere às transições do tipo de dominação externa (colonial, neocolonial, imperialista e imperialista total), Florestan Fernandes afirma: “A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração da renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuam importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes ‘épocas históricas’, interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como ‘colonialismos interno’). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema” (FERNANDES, 1972 [1973]: 20).

⁷⁸ Para Florestan, a *mudança social provocada* é um ponto de importância, pois permite através do controle das modalidades de intervenção, uma transformação social que permite que as formas de organização social tornem possível o alcance *provocado* dos objetivos dos trabalhadores (Cohn, 2015). Esta influência de Mannheim sobre Florestan é importante no sentido de que é orientada pelo pressuposto de que a mudança pode ser provocada somente em termos democráticos. De Durkheim, Florestan tira a pergunta: “quais as tendências do ordenamento social?”; de Weber: “quais os agentes sociais e políticos de mudança no interior da sociedade?”. Para esta pergunta a resposta é que a sociedade molda *personalidades-status*, tipos humanos designados para determinadas tarefas. É uma resposta baseada em Mannheim, segundo o qual as *técnicas* são cruciais como formas organizadas de incorporação das pressões sociais mediante formas reguladas de condutas. O que interessa reter é que estas técnicas só são cruciais quando são dominadas. Daí, o sociólogo afirmaria que os negros demoraram para conseguir controlar estas técnicas de conduta.

capitalismo, mas não promoviam a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; por outro lado, a dominação externa estimulava a modernização e o crescimento, porém impedia a revolução nacional e a autonomização (Fernandes, 1972 [1973]).

A *racionalidade burguesa possível* no quadro descrito é a *racionalidade do capitalismo dependente*, ela promove uma modernização sem integrar o povo na sociedade civil e na sociedade política. Ela prescinde deliberadamente da revolução nacional-democrática. Ela, de fato, nasce *antinacional, antissocial e antidemocrática*. Vejamos agora como, sob a conjuntura de uma mudança social claramente de caráter burguês que se deu na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, Florestan Fernandes trata o processo de consolidação da revolução burguesa como a criação de um *circuito fechado*.

3.2 As lutas de classes sociais no capitalismo dependente

Nossa discussão precedente, no capítulo 1, apontava a classe social como um fenômeno complexo e nossa análise da formação social latino-americana aponta a mesma característica no processo de emergência do povo, da nação em construção e da identidade dentro do território latino-americano. Mostraremos que estas discussões convergem e, quando unidas, conformam uma interessante forma de enxergar o fenômeno da classe social, da construção da consciência de classe, da integração do povo no Estado e da forma de democracia possível na América Latina a partir das revoluções burguesas. Segundo Florestan Fernandes:

O conceito de *classe social* tem sido empregado em diferentes sentidos. Alguns autores o usaram (e continuam a usá-lo) para designar qualquer tipo de estrato social, hierarquizado ou não, como equivalente do conceito mais amplo de “camada social”. Há autores que o utilizam da

maneira mais restrita, para designar estratos sociais que se caracterizam pela existência de uma comunidade de interesses, mais ou menos percebidos socialmente, e quase sempre associados a relações de dominação, de poder político e de superposição (também baseadas em diferenças de prestígio e de estilo de vida). Por fim, existem autores que o aplicam com um máximo de especificidade histórica, para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista. Neste sentido, a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo. Concebida à luz da última acepção, aceita pelo autor, a “sociedade de classes” possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais (FERNANDES, 1972 [1973]: 33-34).

Neste sentido, se pode desenhar um diálogo da obra de Florestan Fernandes, apesar de influências de autores não marxistas, com a análise de classe social de Edward Thompson, vista no capítulo 1. Segundo o autor paulistano, a classe social é um grupo social que tem a noção da identidade, entre seus membros, de interesses comuns e em oposição a outros grupos com interesses distintos. Tal identidade que cria laços de estilo de vida e de solidariedade moral⁷⁹.

Ao colocar assim o debate nas ciências sociais sobre o fenômeno da classe social, Florestan Fernandes aponta que tal discussão se dá num contexto de “crise ideológica”, segundo a qual em muitos lugares a própria existência das classes sociais é muitas vezes refutada ou negligenciada (inclusive em países de capitalismo avançado como os E.U.A.) em plena era do capitalismo monopolista de Estado.

⁷⁹ Nas palavras do autor: “A classe social alicerça-se sobre a comunidade de interesses de classe e de situações de classe. Mas ela é, sobretudo, um grupo social, sujeito, a variações de acordo com a intensidade dos contatos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política e formas de consciência peculiares etc. Por isso, a comunidade de interesses e de situação de classe não impede, antes condiciona uma relativa diferenciação social dos indivíduos, de acordo com o modo pelo qual podem valorizar socialmente, criando destinos sociais relativamente comuns, suas probabilidades econômicas. Quando as classes surgem com esta conotação sociológica, elas são perceptíveis como realidade histórica aos próprios agentes e caem na esfera do consenso geral” (FERNANDES, 1968 [1981]: 71).

A funcionalidade da rigidez do ordenamento social nos países dependentes latino-americanos se apresenta como uma barreira ao sepultamento do “antigo regime colonial” e pressupõe a revitalização e intensificação dos símbolos, tradições, valores e formas de repressão e opressão daquele regime por parte da “velha oligarquia” ou classes burguesas brasileiras. Portanto, após a passagem para o capitalismo industrial após o golpe de 1930, houve um processo de “modernização do arcaico” com a industrialização em grande escala e a exportação dos produtos industrializados que refletem a “arcaização do moderno”, intensificado especialmente após a II Guerra Mundial (Fernandes, 1972 [1973]). Segundo Sampaio Jr. (1999) é através da intensificação da “heterogeneidade estrutural” que as burguesias brasileiras compensam a instabilidade do capitalismo dependente, tentando lhe dar um mínimo de estabilidade.

A inovação, a mentalidade e a racionalidade industrial se tornaram o motor e símbolo do tipo de capitalismo no Brasil desde então. Todavia, esta modernização não se furtou de obliterar e enterrar de vez a exploração do trabalho e a exclusão da maioria do povo dentro da sociedade “nacional”. Não se configurou nesta área nenhuma relação de negação entre capitalismo e descolonização. Esta é uma das marcas indeléveis daquilo denominado como o *capitalismo selvagem*, que é o capitalismo dependente latino-americano.

Ao contrário dos casos “clássicos” de revoluções burguesas, as revoluções burguesas dependentes optaram por excluir a maior parte do povo de agir efetivamente no interior da sociedade civil e da sociedade política, pois na América Latina as classes submetidas à exploração e espoliação não conquistaram o direito de serem ouvidas, não conseguiram manipular mecanismos de controle de mudanças sociais e não podem usar os meios institucionais de forma equivalente com as classes dominantes para a resolução de conflitos. Este quadro faz com que permaneçam submetidas a dinamismos de

reprodução e intensificação da concentração econômica e social da riqueza, do poder e da cultura. O circuito fechado havia, então, sido montado.

A plutocracia emergente com a ordem social competitiva era compósita, como uma “colcha de retalhos” (Fernandes, 1972 [1973]; 1975a [2011]). Por ser um combinado das várias frações burguesas, tinha interesses econômicos heterogêneos, mas como fio de unidade tinha um interesse político bem definido: a manutenção da sua situação política da classe dominante. Por isso, após 1930, já, no contexto de Guerra Fria, as frações burguesas apostaram na modernização com crescimento econômico como elemento de legitimação de sua dominação e faziam com que a “revolução dentro da ordem”, representada pelas reformas de base do governo João Goulart fosse abortada mais uma vez por “medo pânico” do povo e das mudanças sociais.

Neste mesmo sentido, Florestan aponta o “calcanhar de Aquiles” do capitalismo dependente ao afirmar que ao passo que ele promoveu uma certa estabilidade ao nível estático da organização social, de crescimento e de desenvolvimento, ele solapou e neutralizou a classificação social, a integração do povo, a diferenciação social e a mudança do *status quo*. As burguesias deixaram acontecer a pluralização das estruturas econômicas, sociais e políticas enquanto fenômeno legal, mas não deixaram que se tornassem um fenômeno político e tampouco social.

O circuito fechado da democracia em países dependentes latino-americanos combina a democracia, o autoritarismo e autocracia dentro do capitalismo dependente e subdesenvolvido. A democracia possível reforça o autoprivilegiamento das classes altas e médias como se fosse uma mera derivação da democracia restrita das velhas oligarquias, a exceção que confirma a regra são os casos nos quais as classes baixas logram contrabalançar a hegemonia burguesa dentro da ordem.

Conforme visto no primeiro capítulo, o Estado é uma unidade dialética complexa que envolve a noção de totalidade entre consenso e coerção. O Estado do capitalismo

dependente não foge a esta regra. Ele remonta do movimento de 1822, como Estado-nação, mas foi com o desenvolver da ordem social competitiva, que ele pôde evoluir após o golpe de 1930 com o processo de industrialização por substituição de importações que reconfigurou a economia e a sociedade brasileiras.

Esta reconfiguração se intensificou nos anos autoritários do período do Estado-Novo (1937-1945), nos anos “democráticos” do governo de Dutra (nos quais o Partido Comunista Brasileiro esteve proibido), nos anos de governo de Juscelino Kubitschek, nos quais o desenvolvimentismo foi intensificado, e de João Goulart. Foi neste último que, sob o contexto de acirramento da Guerra Fria, após a crise dos mísseis de 1962, que o Estado brasileiro daria um passo para sua atuação preponderantemente endurecida com o golpe civil-militar de 1964.

Defendemos que esta construção constitui uma aproximação de Florestan Fernandes com Antonio Gramsci, a ideia de coerção e consenso pelo uso da categoria de hegemonia. O curioso é notar que, em nenhum momento de nossas análises, constatamos que Florestan se refere diretamente a Antonio Gramsci, a não ser para elencá-lo em suas referências bibliográficas. A ideia da variação do uso do Estado, ora na sua forma mais consensual, ora na forma mais coercitiva, está expressa na seguinte passagem do sociólogo que combinam o uso de termos compatíveis com a abordagem gramsciana, como *conciliação, endurecimento e hegemonia*:

À medida que os interesses, as posições e as formas de solidariedade das classes “altas” e “médias” se viram ameaçadas pela classificação, mobilidade social e violência dos setores assalariados, pobres ou despossuídos, passou-se da conciliação para o endurecimento. Os resultados dessa metamorfose consubstanciam-se no aparecimento de um “Estado democrático” forte, capaz de “salvaguardar a democracia” e de “garantir o desenvolvimento com segurança”. Esse Estado pode não ser uma utopia das burguesias latino-americanas, mas ele é o *Estado burguês* típico da América Latina capitalista, que se propõe sufocar pela força, já que não pode resolver, as contradições de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. Ele concretiza o ideal político de uma democracia no tope, circunscrita às classes privilegiadas, e de ritualização dos processos eleitorais e

representativos na base. Ela se assegura, por sua vez, “legitimação constitucional”, conquistada “revolucionariamente” (isto é, pela violência a partir de cima), para o uso permanente de medidas excepcionais e discricionárias, aplicadas em favor da consolidação da hegemonia burguesa, em um período crítico da reorganização do capitalismo dependente na América Latina (FERNANDES, 1972 [1973]: 105-106).

O Estado autocrático burguês que surge em 1964 é um Estado *tecnocrático* ao estar submetido ao controle conservador das classes alta e média e por estar submetido ao processo de modernização das estruturas e funções do aparelho estatal. A centralização do controle político e econômico acaba por transformar este Estado numa superentidade (Fernandes, 1975a [2011]). Ao consolidarem a revolução burguesa dando sua própria solução para a “questão nacional”, ao congelar as demandas do povo, da classe trabalhadora e marginalizada em geral, e resolver os problemas postos para as classes privilegiadas, as burguesias brasileiras adotaram o pragmatismo político, pois perceberam que as ideologia e utopia da revolução burguesa “clássica” não eram necessárias para si.

Ao fazerem isso, reforçaram (mesmo que o tenham feito sem ter a clara consciência disso), as ideias trabalhadas por Marx e Gramsci de que não é possível conciliar a democracia burguesa com o capitalismo⁸⁰. Se quisessem reverter este quadro, a plutocracia brasileira deveria abandonar seu autoprivilegiamento e atacar as desigualdades do subdesenvolvimento.

Ao optar pela “revolução institucional”, outro nome para o golpe civil-militar de 1964, a plutocracia brasileira daria os elementos para Florestan formular claramente, a partir da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, que o capitalismo selvagem visto na América Latina tem como reverso necessário a dominação autocrático-burguesa, revisando suas próprias ideias de “demora cultural” como ritmos históricos diferenciais e refutando as ideias dualistas de arcaico se opondo ao moderno.

⁸⁰ Como está exposto no *Apêndice A*.

As específicas revoluções burguesas periféricas da América Latina se mostraram em sua totalidade como completas no quadro de contrarrevoluções preventivas em toda região ao longo da segunda metade do século XX. Como já afirmamos, longe da utopia e ideologia das revoluções burguesas consideradas clássicas, as revoluções latino-americanas não lograram promover a integração do povo na sociedade civil e política.

Na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, isto não foi necessário, pois as classes dominantes provinham dos setores dominantes da ordem neocolonial (sempre atreladas aos negócios agroexportadores) e das emergentes classes médias (relacionadas à intermediação dos negócios exportadores e da incipiente vida urbana promovida pelo começo da sociedade em classes). Assim, uma vez instaurados os processos de industrialização pesada com a industrialização por substituição de importações e com os processos internos de “revoluções dentro da ordem”, impulsionados pelo radicalismo burguês, as classes burguesas puderam se unir em torno de seu interesse de classe comum: manter sua situação como uma classe dominante intocada. O autor explica assim em que consistia o “circuito fechado” das revoluções burguesas periféricas e como ele operou nos países da região, após período de rápido “surto democrático”:

O circuito fechado constitui uma equação metafórica de um dos ângulos da situação que prevalece graças aos tempos retardados da revolução burguesa. A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como *classes em conflito*, que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de *circuito fechado* e curtos momentos de *circuito aberto*. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que “o impasse de nossa era” não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o *curto-circuito final*, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja, um Estado que, como todo Estado elitista, tem sempre de “fechar a história” para os que não estão no poder (FERNANDES, 1976 [2010]: 31).

A consolidação da revolução burguesa varreu de cena qualquer espaço para a democracia de tipo radical-burguesa e a demagogia burguesa de governos populistas de

antes de 1964 com o fito de autodefender e autoprivilegiar as camadas dominantes. A conexão com as massas e a garantia de direitos civis não eram mais, nem de maneira superficial, necessárias. A aliança com os setores armados e tecnocráticos, amparada por mecanismos jurídicos criados dentro da nova ordem legal e sustentados por um Estado “superpoderoso”, assumiu a função de neutralizar qualquer aparência democrática do Estado brasileiro.

Considerações finais

O capítulo tratou de mostrar como, segundo a obra de Florestan Fernandes, povo, identidade e nação se combinam na formação histórica brasileira após a chegada dos europeus no século XVI até a instauração da revolução institucional de 1964. O sentido da construção foi claro, gravitou em torno dos condicionantes, dos pressupostos e do desenvolvimento da revolução burguesa dependente que se deu no Brasil. E, por isso, foi mostrado como se montou um verdadeiro sistema colonial que combinava elementos da ordem portuguesa com elementos específicos a uma região que servia de base exploratória para os países hegemônicos europeus.

No Brasil, este “antigo regime colonial” durou, no mínimo, três séculos e, combinado à escravidão, daria a base da marca histórica específica que configura, até os dias que correm, a maneira como, no Brasil, a sociedade se divide em classes; como foi construída a consciência de classes; como o povo foi “integrado” na sociedade civil e política e até que ponto se pode falar de democracia no país.

O elemento-chave da revolução burguesa que explica o que caracteriza a plutocracia brasileira é o Estado a que elas recorrem como um *garantidor de última instância* da perpetuação de sua dominação interna, sem abrir, totalmente, mão do controle dos dínamos da dominação política, cultural, social e econômica da sociedade.

Segundo o sociólogo, a marca fundamental das relações sociais no Brasil é o fato de elas serem marcadas por traços psicossociais de uma sociedade que foi colonial e escravocrata, logo, na aparência, a sociedade moderna se mostra democrática, mas é autoritária e exclusivista. As variadas formas de organização social brasileira carregavam as potencialidades de diferenciação estrutural e funcional, mas nunca romperam com esta marca de sua formação histórica.

A emancipação política da independência possibilitou ao senhor colonial a chance de se livrar do controle da coroa e de conseguir realizar uma integração vertical dos estamentos senhoriais na ordem civil através da criação de um Estado nacional que lhe servia de forma monopolizada e que lhe deu a possibilidade da plenitude do regime de estamentos combinado com o de castas.

Em relação ao escravo, somente após a supressão do tráfico de escravos, da incorporação à economia de plantação do café e da abolição é que haveria uma mudança funcional de seu papel social e do regime de castas no qual estava classificado. Data da época da abolição e da proclamação da república uma composição burguesa que uniu a oligarquia tradicional (vinculada aos interesses agrário-exportadores com a oligarquia moderna (vinculada aos interesses comerciais, financeiros e industriais e que tinha base nas cidades). Esta composição resultou nas burguesias brasileiras da era neocolonial.

Com a emergência do capitalismo competitivo na ordem neocolonial, a economia interna passava a ser integrada ao mercado mundial e os senhores oligarcas usavam o Estado como instrumento de dominação patrimonialista que, através da modernização dependente da economia e do próprio aparelho estatal, transferia o poder oligarca da órbita privada para a esfera burocrático-pública.

Todo o processo de emergência do capitalismo ou, mais precisamente, de revolução burguesa no Brasil pode ter sua configuração marcada da vinda da família real para o Brasil em 1808, o que representou uma série de mudanças institucionais relevantes,

como a abolição em 1888 e a proclamação da república em 1889, até 1930, quando se dá a “revolução liberal” no Brasil, com sua passagem definitiva para uma sociedade urbano-industrial. Foi, portanto um processo lento e de longa duração, mas que não estava ainda acabado.

A abolição possibilitou que algo como o povo, uma categoria que deve ser vista com muito cuidado para não se comprar argumentos ideológicos chauvinistas, surgisse na sociedade brasileira com a libertação do elemento humano que representava boa parte da população brasileira e que era a que tinha o pior ponto de partida histórico. A conexão de identidade de “raça” para os elementos negros e mestiços seria o que possibilitaria a ideia de povo, como maioria da população, e possibilitaria no futuro a ideia de classe entre os setores trabalhadores.

A ascensão de Vargas e o início da industrialização por substituição de importações representaram o surgimento do capitalismo propriamente dito no país, mas a associação dependente, a crise liberal global manifestada por duas guerras mundiais e o corolário de passagem para o capitalismo monopolista na era do imperialismo total pós-1945, resultou num breve período “democrático” que pôs em marcha uma série de diferenciações intrínsecas ao regime de classes que colocaram na ordem do dia um conjunto de manifestações populares, no âmbito do *radicalismo burguês* por reformas de base. Dentre elas estavam a reforma universitária, a reforma agrária, a reforma bancária, a reforma fiscal, a reforma urbana e a reforma administrativa.

Ocorre que, após a II guerra, diante destas tensões internas e da pressão externa, em termos de perda total dos instrumentos de dominação social para as potências estrangeiras e hegemônicas mundiais, que, o contexto de guerra fria trazia para a plutocracia brasileira, houve uma nova recomposição burguesa que aglutinou os agentes burgueses, internos e externos, com a atuação do Estado de forma a conformar uma

verdadeira autocracia burguesa que permitiria o controle “a partir de dentro” e “de cima para baixo”.

Foi, neste contexto, que o golpe civil-militar de 1964 foi posto em marcha e consolidou *definitivamente* a revolução burguesa no Brasil. Se é verdade que ela significou a plena constituição da burguesia enquanto classe ciente de seus interesses, o mesmo não se deu na mesma velocidade para as classes trabalhadoras. Trataremos de ver suas implicações e as possibilidades que este processo deixava para a democracia brasileira no próximo capítulo.

Capítulo 3 A discussão da democracia no Brasil após a concretização da revolução burguesa

Introdução

A revolução institucional de 1964 no Brasil foi um golpe civil-militar. Como sinalizado, este processo deve ser entendido sob o contexto internacional da intensificação da guerra fria, da disputa pelos centros internos de decisão econômica pelas grandes empresas transnacionais e, internamente, pelas pressões populares por reformas de base e pela crise econômica e social engendrada pela opção deliberada das frações de classe burguesa por uma modernização dependente, a qual estimulou o crescimento econômico.

Após 1945, a transição para a ordem social monopolista da era do imperialismo total é intensificada. Tensões externas e internas destilavam nas burguesias brasileiras um “medo pânico” de que poderiam perder sua situação de classe dominante fosse por uma perda total de controle da situação interna para as burguesias externas, as quais se manifestavam no território brasileiro pela atuação das transnacionais e instituições de formação militar (ver nota 83 adiante); fosse internamente por “revoluções dentro da ordem” advindas de uma exacerbação do “radicalismo burguês” e do “populismo democrático” do período de surto democrático entre 1945 e 1963 que, de fato, não aumentou o espaço político para as massas, mas intensificou os conflitos de classe.

Temos que o capitalismo brasileiro que surgira na época da ordem social neocolonial se desenvolveu, primeiramente, em função do capitalismo europeu e de um mercado interno incipiente para, em seguida, já durante a ordem social competitiva, dar lugar a uma *revolução burguesa dependente*, a qual começou em 1930, com o início do processo de substituição por importações. A sociedade passaria de vez do aspecto rural-

comercial para o mundo urbano-industrial, sua dinâmica prosseguiria em função de interesses econômicos europeus e, agora, também em função de interesses estadunidenses e, outra novidade, se desenrolaria internamente em função de um mercado interno de grandes proporções com “surto, retrocessos e descontinuidades” (Ianni, 1988).

Este processo de revolução burguesa iniciado após a crise de 1929, com a crise derradeira da economia do café, se concretizaria em 1964 de forma opressora e repressora, confirmando o elevado grau de resistência às mudanças sociais das classes dominantes e seu caráter antinacional, antissocial e antidemocrático.

Conforme Octavio Ianni, os processos de revoluções burguesas na América Latina são frutos de uma *cultura política autoritária*, construída na região desde o período que chamamos de “antigo regime colonial”. Tal cultura segue sendo reproduzida através de instituições e valores caudilhescos, privatistas e oligárquicos. Em linhas gerais, esta tradição antidemocrática é compatível com a democracia restrita que a plutocracia dependente construiu por encarar a questão social como uma questão de polícia. Nas palavras de Ianni:

Um elemento básico dessa cultura do autoritarismo consiste na alegação de que a sociedade civil, principalmente seus setores populares, é débil pouco organizada, incapaz, sujeita à anarquia. Assim se chega logo à idéia de que a violência é inerente à sociedade como um todo e, em especial, aos seus setores compostos por operários, camponeses, empregados e outros. As lutas pela terra, salário, saúde, habitação, educação e outras reivindicações são vistas como sintomas de desordem, germes da subversão. De modo velado ou aberto, criminaliza-se a sociedade civil, principalmente em seus movimentos sociais populares. Em lugar de discutir e resolver a questão social compreendida nessas lutas, fala-se em violência, como “natural”, “inerente” ao modo de ser dos grupos e classes compostos pelos trabalhadores do campo e da cidade. A manipulação prática e ideológica da questão social, como lugar da violência, abre a possibilidade da adoção de medidas de segurança, controle e repressão. De modo às vezes brutal e, outras vezes, sofisticado, realiza-se a metamorfose da questão social em questão de segurança, administração e repressão (IANNI, 1988: 19).

A partir desta citação, este capítulo visa, primeiramente, analisar o final do processo de revolução burguesa no Brasil com o golpe civil-militar de 1964 e mostrar que ele representou a solução da questão em aberto da *formação nacional*, desde a perspectiva das classes burguesas, e o congelamento histórico da questão social para as classes trabalhadoras⁸¹. Para isso, nos aprofundaremos nos elementos de interação da organização da economia, do Estado e da sociedade brasileiros.

Ainda apoiados na obra macrossociológica de Florestan Fernandes, mostraremos que, como é próprio ao capitalismo dependente, tal série de mudanças sociais reprimidas pela força bruta a partir de 1964 não poderia se dar de forma indefinida no tempo e exigira a abertura do espaço político para soluções consensuais dos eventuais conflitos de classe, pelo menos, daqueles conflitos de classe que fossem permitidos pela ordem autocrático-burguesa.

Uma vez tendo cristalizado o caminho da democracia dos “mais iguais”, o regime institucional poderia, e deveria, relaxar as bases de violência aberta que vinham sendo usadas desde 1964. Tal processo, abriu as portas para a discussão das perspectivas para a democracia que passaria a vigorar no país a partir do fim da ditadura civil-militar, inclusive por viabilizar a emergência da classe trabalhadora pela primeira vez enquanto “classe em si”, como veremos.

Seguindo, o capítulo mostrará também, apoiado na construção de uma controvérsia da história do pensamento social brasileiro entre Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, que o nascimento do período histórico da “Nova República”

⁸¹ “[...] 1º) dentro dos tempos da Revolução Burguesa, a revolução econômica foi dissociada da revolução nacional, sendo esta relegada a segundo plano; 2º) o Estado capitalista dependente, ao modernizar-se, converteu-se em elo do tempo econômico da Revolução Burguesa, sendo levado a negligenciar e a omitir, sistematicamente, suas funções econômicas diretamente vinculadas à revolução nacional ou à sua aceleração. As classes e os estratos de classe burgueses patrocinaram e estão patrocinando, portanto, um intervencionismo estatal *sui generis*. Controlado, em última instância, pela iniciativa privada, ela se abre, em um polo, na direção de *um capitalismo dirigido pelo Estado*, e, em outro, na direção de um *Estado autoritário*. Ambas as noções são ambíguas. Contudo, elas traduzem uma realidade concreta. O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses ‘gerais’ ou ‘reais’ da nação, decorrentes da intensificação da revolução nacional. Porém, para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar viabilidade histórica ao *desenvolvimentismo extremista*, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia” (FERNANDES, 1975a [2011]): 401 - 402).

abria uma série de questões para a democracia possível no Brasil. O exposto nos capítulos 1 e 2 se complementam aqui para dar sentido ao processo de revolução burguesa no Brasil como síntese do processo de formação de classes sociais no Brasil, com um Estado específico e com as limitações da democracia viável neste quadro bem definido.

Por fim, o capítulo tratará da síntese desta controvérsia enquanto interpretações divergentes sobre a realidade brasileira que, sob a perspectiva gramsciana, mostram como a substância da revolução institucional de 1964 seguiu inalterada após seu relaxamento formal em 1985, mesmo com uma série de lutas e demandas populares, as quais foram barradas pela construção de mais uma transição “pelo alto”. O prolongamento da substância burguesa precisaria da categoria de transformismo sinalizada pelo autor italiano. O que se alteraram foram as formas em que a dominação e a transformação capitalista interagem, diante daquilo que apontaremos como a possível emergência de uma nova ordem social do mundo capitalista.

1 O significado da revolução institucional de 1964: adaptação à ordem social monopolista

Pelo capítulo anterior, temos que, no capitalismo selvagem, as classes burguesas lutam para manter a ordem, para salvar e fortalecer o capitalismo, para impedir que a dominação burguesa e o controle do Estado se enfraqueçam. Partimos da já citada afirmação de Florestan Fernandes de que a revolução burguesa é um fenômeno substancialmente político de criação de instrumentos controláveis pela burguesia em quaisquer circunstâncias para caracterizarmos o golpe civil-militar de 1964 como a consolidação da revolução burguesa no Brasil.

O que explica o golpe civil-militar é aquilo que o sociólogo paulistano chama de *crise do poder burguês* no período sob análise, a saber: de transição, no Brasil, da ordem

social competitiva para a ordem social monopolista. Esta foi uma crise estrutural e histórica num momento em que a diferenciação vertical, a integração horizontal em escala nacional e a articulação dos estratos de classe burgueses ainda não estavam claramente configurados. Conforme o autor, o capitalismo dependente é, por definição, um capitalismo difícil (Fernandes, 1975a [2011]). Após o golpe de 1930 e suas implicações históricas, as diferentes burguesias brasileiras, ou as frações de classe burguesa no Brasil, chegaram nos inícios da década de 1960 sob três tipos de pressão que as ameaçavam em graus distintos.

De um lado, i) se viam pressionadas “de fora para dentro” pelo poder das grandes corporações, o que as fez redefinir, em condições claras, novas bases – econômicas, sociais e políticas – de “desenvolvimento com segurança” para a valorização do capital estrangeiro e novas formas de crescimento das empresas estrangeiras⁸².

De outro lado, ii) se viam pressionadas internamente por dois mecanismos: uma pressão dos trabalhadores e das massas populares que demandavam uma espécie de pacto social prometido pela ideologia e utopia de uma revolução nacional e democrática de inspiração na revolução francesa, e que fora de *certa forma* prometida pela revolução burguesa dependente sob as consignas de “revoluções dentro da ordem”; e iii) uma pressão pela nova forma de intervenção direta do Estado na esfera econômica, que garantia a “única e real garantia de autoproteção para o predatório privatismo existente” (FERNANDES, 1975a [2011]: 254-255).

Seguindo o raciocínio de Florestan, sob estas pressões, as burguesias brasileiras se uniram compositamente, numa espécie de “colcha de retalhos”, e assumiram o padrão de transformação capitalista possível sob o capitalismo dependente realizando *duas revoluções concomitantes e antagônicas* iniciadas com o golpe civil-militar de 1º de abril

⁸² Aqui vale destacar a importância da regulação sobre a entrada e saída de capital estrangeiro no país que vinha há décadas sendo item de importante debate de política econômica, fosse pela lei 4.131 de 1962, fosse pelas instruções, especialmente as 70 (de 1953) e 113 (de 1955), da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

de 1964. Uma iria promover a *aceleração do tempo histórico econômico* através da modernização dependente⁸³ e a outra promoveria o *congelamento do tempo histórico social* via a violência aberta.

Assim, fora posto em marcha um verdadeiro processo de duas revoluções contraditórias, mas unitárias, que resolveria a crise do poder burguês sem maiores alterações ou sem transformações mais profundas na ordem social existente (Fernandes, 1975a [2011]). Uma destas revoluções tinha suas raízes no passado e visava a reprodução do padrão de dominação oligárquico e exclusivista, a outra era a revolução econômica que visava “construir o futuro num presente dependente”.

A solução encontrada, pelas burguesias brasileiras, para contrabalançar estes três tipos de pressões citadas foi a de se unirem compositamente forjando uma *contrarrevolução preventiva*, categoria central em Florestan Fernandes. Ela visava impedir quaisquer aspirações de desenvolvimento nacional e democrático por parte das massas e colocava a desnudo as intenções de dominação interna das classes dominantes, por via da associação subserviente com as burguesias hegemônicas globais e por meio da militarização e tecnocratização do aparelho estatal. Assim as classes dominadas foram eleitas como o “inimigo principal” das burguesias brasileiras e as classes burguesas hegemônicas internacionais foram tomadas como o “aliado principal”. Este foi o chamado *consenso burguês*.

Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contrarrevolução autodefensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de

⁸³ Entre as características da modernização dependente e dirigida da época, Florestan aponta a série de treinamentos, de formas de doutrinação e de preparação técnica especializada que grupos de pessoas das classes possuidoras recebiam no exterior, em especial com instituições estadunidenses no âmbito do “desenvolvimento com segurança”. Ainda neste aspecto, figuravam acordos de assistência técnica nas áreas de saúde, cooperação militar, defesa e segurança pública, cooperação econômica, cooperação educacional etc. Todas estas ações acabariam por conformar um caráter pragmático da burguesia entre a I Guerra Mundial e o golpe de 1964.

barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1º) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2º) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3º) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 1975a [2011]: 255).

Ao realizar uma contrarrevolução preventiva, a plutocracia brasileira se unia de forma homogênea, sem o controle hegemônico de um setor social sobre toda a população⁸⁴. As burguesias se uniam, pela primeira vez, através de uma integração horizontal de escala nacional, que precedeu até mesmo sua integração vertical. *Elas precisaram, para isso, colocar os interesses burgueses como se fossem os interesses nacionais.*

Como indicamos no primeiro capítulo desta tese, o sociólogo paulista aponta abertamente que o Estado brasileiro passava a operar *preponderantemente* na sua forma coercitiva com a revolução institucional de 1964 mostrando como sua dominação era sem restrições. Desta forma, as burguesias brasileiras restauravam sua dominação e davam uma solução para suas tentativas de transformação política que se desdobravam desde a década de 1920 diante das revoltas populares inspiradas na revolução russa e como o movimento de classe média e militar do tenentismo⁸⁵. Tais movimentos teriam sido, aliás, os germes para o início do processo de revolução burguesa em 1930.

⁸⁴ Conforme veremos adiante, Carlos Nelson Coutinho (1989) chamaria este processo de consenso passivo. Percebemos, como já citado, que Florestan Fernandes não se referenciará, pelo menos não reivindica abertamente, a Antonio Gramsci em sua obra. Mas fica claro que realizara a leitura de sua obra pelo uso recorrente de pelo menos duas das categorias gramscianas: “consenso” e “hegemonia”. Também fica clara a aproximação de ambos autores no tocante à interpretação da sociedade política enquanto um aparelho que recorre à força bruta combinada à busca da hegemonia.

⁸⁵ Em linhas gerais, o tenentismo visava uma transformação do poder do Estado e maior participação social, econômica, política e cultural dos setores médios na vida nacional. Sua emergência se explica pelo desdobramento mesmo do fim do império e da construção da primeira república (Konder, 2003).

Vale lembrar que a partir do governo Vargas, uma série de reformas institucionais foram postas em prática como a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943; a criação do salário mínimo (regulamentada em 1936 e com valores fixados em 1940); uma onda de aumentos salariais e houve um surto industrial com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1942 e da Petrobrás em 1953. Este estímulo ao desenvolvimento capitalista mediante empresas públicas foi dado pela opção de criação de uma infraestrutura de um complexo sistema de produção industrial que pôs em marcha o desenvolvimento de bens de produção.

Com o governo de Juscelino Kubitschek, a “industrialização pesada” foi iniciada e foi nesta época também que o capitalismo competitivo mundial finalizou sua transição, começada na I guerra mundial e intensificada após a II guerra mundial, para o capitalismo monopolista. Nesta fase houve a decisão externa de transformar o Brasil em uma economia capitalista monopolista dependente que repousasse nos interesses das economias centrais e da “comunidade internacional de negócios” e no deslocamento das empresas, as quais iriam implantar o esquema de organização e crescimento das firmas de acordo com os ritmos das grandes corporações. Combinada a esta decisão externa, houve a decisão interna de terminar a transformação capitalista pela via da modernização dependente que viabilizaria, com liberdade de ação quase total para a plutocracia, a criação de uma nova infraestrutura e de um complexo institucional para o sistema econômico brasileiro como condição de adaptação à ordem monopolista.

A plutocracia brasileira construiria sua ideologia como a expressão em ideias das relações materiais de suas frações. Ao se unirem como uma “colcha de retalhos” em 1964 as várias frações burguesas redefiniriam seu padrão de acumulação e de dominação *disfarçando seus interesses de classe como interesses de toda a nação*. Na verdade, o que o golpe civil-militar fez foi resolver a questão da formação nacional desde a perspectiva do capital ao congelar a questão nacional e social para a classe trabalhadora. Ao reduzir

a democracia aos que estavam integrados na ordem social vigente, impuseram o circuito fechado da nação somente para os “mais iguais”. Pode-se afirmar que, sob a interpretação de Florestan, as classes dominantes identificavam a sociedade civil com elas próprias, e, no máximo, com os setores médios da sociedade e segregavam o restante, o povo, da sociedade civil. Em outras palavras, ao se afirmarem enquanto sociedade civil, as classes integradas à ordem negavam a nação enquanto coletividade.

A opção de modernização dependente da plutocracia brasileira tomada quando do golpe de 1964 foi a de deliberadamente se associarem ao capital internacional e de impedirem a resolução da questão social. Esta escolha só poderia ser mediada pela construção de um Estado extremamente forte política e economicamente. Florestan sintetiza assim o significado do golpe de 1964:

Na lógica do uso do Estado como instrumento de ditadura de classe, seja ela dissimulada (como ocorria sob o regime imperial e sob o presidencialismo), seja ela aberta (como ocorreu sob o Estado Novo ou no presente), o *inimigo principal* da burguesia vem a ser os setores despossuídos [...]. Todavia, nessa mesma lógica o “parceiro externo” não passa de um “perigoso companheiro de rota”. [...]. Sem um Estado suficientemente forte e dócil, seria difícil manter a associação com “os interesses externos” em condições de autodefesa dos “interesses privados nacionais”; esse Estado é o que engendra o espaço político de que necessita a “burguesia” para ter uma base de barganha com o exterior e, ao mesmo tempo, poder usar a articulação com o “capital externo” como fonte de aceleração do crescimento econômico ou de transição de uma fase para outra do capitalismo (FERNANDES, 1960 [2008]: 37).

A dominação burguesa restaurada logrou que a iniciativa privada e o Estado se resguardassem autodefensivamente no processo de transição para o capitalismo de tipo monopolista na era do imperialismo total. Esta proteção se deu de modo que ambos (iniciativa privada e Estado) puderam transformar o espaço econômico interno de forma associada ao capital internacional, com a criação de uma nova infraestrutura e de um novo complexo institucional para o sistema econômico. Desta forma, a plutocracia podia

ajustar a ordem econômica não aos interesses das grandes corporações apenas, mas, principalmente, aos requisitos da ordem capitalista monopolista dependente.

É correto afirmar que as burguesias dependentes criaram formas de não ceder totalmente ao sócio maior – as nações hegemônicas e as grandes corporações internacionais – e, assim, evitaram, naquele momento que algo como uma “reversão neocolonial”⁸⁶ fosse posta em marcha. Com a solução de se aliarem subservientemente às potências internacionais para poderem ser onipotentes internamente, as burguesias brasileiras reforçaram os laços de “dominação externa” e de “desenvolvimento desigual interno”. Isto era o mesmo que dizer que a dupla articulação do capitalismo dependente intensificava os nexos contraditórios de seu padrão de dominação e de acumulação e que, portanto, que a solução encontrada pela plutocracia em 1964 teria de ser transitória.

Historicamente, as oligarquias, agrário-rural tradicionais e urbano-comercial modernas, sempre passaram por crises de tipo conjuntural, ou histórica, que eram resolvidas por reordenações do poder burguês que rearticulavam os vários setores e elites sem alterar substancialmente as bases do poder e de dominação oligárquicos. Isto seria válido também para a plutocracia advinda destas oligarquias, porém seria só com a crise advinda da adaptação da dominação burguesa, no pós II Guerra no processo de transição da ordem social vigente, que as transformações do desenvolvimento capitalista induzidas de fora e amplamente reguladas e aceleradas a partir de fora, na era monopolista, ganhariam contornos estruturais⁸⁷ (Fernandes, 1975a [2011]).

⁸⁶ A ideia de “reversão neocolonial” é trabalhada por Sampaio Jr. (1999). Segundo o autor, com Caio Prado Jr. (1966 [2004]) surge a ideia de que uma reversão colonial está em marcha com o padrão de desenvolvimento socioeconômico montado no regime civil-militar no Brasil, típico aos países dependentes e subdesenvolvidos. Reforçada com as contribuições de Furtado (1974), tal processo funciona de modo a impedir a “formação da nação”, enquanto uma coletividade autônoma com controle dos meios e dos fins do processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em função do povo desta comunidade. Ao reforçar o “sentido da colonização” que era o sentido dos negócios agro-exportadores e o deslocamento dos “centros internos de decisão” para fora, o modelo de desenvolvimento posto em prática recolocaria as bases da colonialidade brasileira em evidência. Conforme explorado no capítulo 2, Florestan Fernandes trata esta ideia como os problemas da “descolonização” em Fernandes (1981b [2015]) e se refere à “reversão neocolonial” em Fernandes (1975a [2011]).

⁸⁷ Acreditamos que, ao contrário do que seria afirmado, por exemplo, pela “Escola de Campinas” (Tavares e Serra, 1973 [2000]), não foram criadas as bases para que o desenvolvimento das forças produtivas e o mínimo de equilíbrio das relações de produção se dessem de forma autônoma no Brasil durante o regime civil-militar. Um dos grandes problemas desta interpretação do modelo econômico do regime civil-militar era colocar a questão social como um

Conforme Florestan Fernandes, a crise do poder burguês vinha sendo gestada durante o período de demagogia populista “pós-Estado novo” que se alastrara de 1946 a 1963. Este populismo consistia numa manipulação aberta e consentida das massas populares, mas que não concedia nenhuma espécie de pluralismo real para os heterogêneos interesses sociais em disputa. O povo não era representado por “fiéis escudeiros” no meio burguês e tampouco podia contar com representantes responsáveis.

O sociólogo sinaliza que uma vez colapsada a demagogia populista durante a crise do poder burguês, as frações de classe burguesa “continuaram o baile sem máscaras”. Tiraram o véu de “democracia débil” da autocracia dissimulada vigente no Brasil e a transformaram numa autocracia aberta. Em outras palavras, transformaram uma “guerra civil fria” em uma “guerra civil quente”, na qual as classes trabalhadoras estavam atadas diante da regeneração do poder burguês (Fernandes, 1975a [2011]); 1981a).

O consenso burguês de dominação e de transformação capitalista ficou vinculado à autocracia preventiva por conta da própria estrutura de classes segregacionista e por conta do caráter contrarrevolucionário da reação autodefensiva. A tecnocratização e a militarização da dominação burguesa foram necessárias nesta fase de autocracia aberta, pois a plutocracia brasileira, no período de seu “medo pânico” e da crise de poder burguês, não contava com o apoio popular e nem das massas operárias. Então, para lograr a transformação dos interesses burgueses em interesses da nação, precisavam inserir uma verdadeira burguesia burocrática e militar no interior do aparelho do Estado⁸⁸.

resíduo orgânico à dinâmica macroeconômica. Para mais, ver as críticas de Furtado (1966 [1968]; 1972 [1975]; 1974) e de Sampaio Jr. (1999). Conforme Florestan, desde Rosa Luxemburgo, na sua teoria geral sobre a acumulação capitalista, estava claro que no capitalismo dependente e periférico, a expansão capitalista seria dada pelos dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado mundial. Também segundo o sociólogo, a autonomização do desenvolvimento capitalista exige a ruptura da dominação externa em quaisquer de suas formas.

⁸⁸ O papel da burocratização (tecnocracia) e da militarização que Florestan Fernandes aponta no interior do Estado é uma influência de Lenin (1917b [2017]). O autor russo descreve este movimento em *O Estado e a Revolução* como típico do Estado opressor e repressor burguês. Entretanto, no contexto do regime-civil militar no Brasil fica a questão de se o uso dos militares foi realmente necessário ou se a militarização do Estado não era um artifício burguês para que a tecnocracia passasse como um braço puramente “científico” do Estado e que visava a “ordem social”. A verdade é que, no contexto de guerra fria e de intervenção estadunidense, a militarização foi prática comum em todos os golpes de Estado latino-americanos em meados do século XX.

A racionalidade burguesa mostrou a cara do consenso burguês ao permitir que a tecnocratização e a militarização do Estado articulassem a modernização dirigida e dependente com a regeneração dos costumes e a defesa da ordem. Um ponto central a destacar é que a racionalidade burguesa possibilitou também a substituição do “medo pânico” por uma fonte de autoprivilegiamento burguês através do Estado.

Seguindo esta linha de interpretação sobre o significado do golpe de 1964, temos que as grandes transformações que ele ensejou foram: i) a unificação e a centralização do poder burguês, as quais reconfiguraram a solidariedade de classe burguesa e dos estratos de classe burgueses; ii) a emergência e consolidação de um novo padrão de dominação burguesa compósito e iii) a contrarrevolução que mostrou como as transformações passaram do plano econômico e social para o político via as mudanças institucionais, o controle do Estado e a transmutação dos interesses das burguesias nos interesses da nação.

A partir de então, as crises conjunturais não podiam mais ser resolvidas no “salão de visitas” das burguesias brasileiras. Sob as condições econômicas de uma verdadeira transformação industrial dependente⁸⁹, as classes dominantes lograram captar as irradiações das grandes corporações; controlaram a mobilidade social e política, enquanto classes possuidoras e privilegiadas, e converteram o Estado no núcleo da recomposição do poder político e da concentração da renda e da riqueza social em função delas mesmas.

Ao se unirem ao “aliado principal”, a plutocracia brasileira definiu, concomitantemente o “inimigo principal”, os trabalhadores e os despossuídos, enfim, o povo. Este seria visto como um “bode expiatório” que servia de referência para a redefinição da solidariedade de classe burguesa enquanto uma “solidariedade de rapina” que gravitava em torno da defesa da ordem, da propriedade privada e da iniciativa privada e afastava a participação econômica, cultural e política das massas pela opressão e

⁸⁹ Para mais sobre o processo de industrialização dependente brasileira e como ela trazia em si os germes da posterior desindustrialização e reestruturação produtiva, ver Espósito (2016).

repressão das classes dominantes que eram vestidas de “medo pânico do povo” (Fernandes, 1975a [2011]).

A modernização posta em prática visava a construção de um “Brasil moderno” que gozasse das potencialidades das bases materiais possíveis pela industrialização e que conferia ao Estado forte poder para dar uma solução para a crise do poder burguês. Portanto, a modernização foi racional, militarizada e tecnocratizada. Aqui chegamos a outro ponto fundamental sobre a forma que assumiu o regime político de 1964: sob uma democracia restrita, a democracia burguesa ganhou contornos de uma *autocracia burguesa*, exclusivista e exclusiva (Fernandes, 1975a [2011]; Cohn, 2015).

A partir do momento que se viu ameaçada, a plutocracia brasileira realizou uma verdadeira “revolução copernicana” de seu horizonte cultural e de seu circuito político. Ela optou deliberadamente por abandonar, de vez, qualquer ideologia e utopia burguesa nacional e democrática. Como afirmou o sociólogo paulistano, tal opção era tão drástica como a “amputação de um braço ou perna”, mas fazia sentido nos marcos do capitalismo dependente.

A opção econômica pela industrialização intensiva combinada à repressão política das pressões por integração popular significou a maturidade da plutocracia brasileira, pois foi sua resposta à sua crise de poder e de acumulação. Sob o mantra de buscar a autonomização da economia brasileira, a plutocracia realizava, na verdade, sua conscientização de classe e uma redefinição de sua solidariedade de classe com o fito de alcançar a autonomização da classe e dos estratos de classe burgueses.

Conforme estamos insistindo, a agregação mecânica dos interesses materiais burgueses foi a opção tomada diante do “medo pânico” de uma crise da ordem burguesa no período de sua transição para a ordem social monopolista na era do imperialismo total. A outra opção que se apresentava às burguesias brasileiras era a de realizar os “grandes saltos históricos” que poderiam pôr em marcha revoluções dentro da ordem, e até mesmo

fora da ordem. Florestan Fernandes afirmou que era possível que, se tivessem optado por este caminho, as classes dominantes teriam desencadeado a integração nacional e democrática e uma superação da ordem burguesa. O fato é que a plutocracia optou por “não pagar para ver” e são estes fatos que nos cabem analisar, não uma avaliação contrafactual do que poderia ter sido a história.

Com a opção assumida, a plutocracia resolvia assim sua “impotência histórica” temporariamente. Rearticulava, através da centralização e da unificação do poder burguês, o poder de dominar mesmo sendo minoria. Esta rearticulação era garantida fosse pela reconfiguração das relações diretas de classe, fosse pelas relações mediadas pelo Estado nacional. “Deprimir” e “comprimir” virariam suas palavras de ordem e limitariam o espaço político e jurídico de todas as demais classes e frações de classe, aumentando a distância da sociedade civil dos “mais iguais” para o povo.

Concretamente, o regime civil-militar teve de realizar uma série de reformas econômicas e sociais que possibilitariam a modernização dependente. O regime promoveu a perseguição política a uma série de pessoas, de partidos, de instituições e de universidades públicas. Esta perseguição se concretizaria através de uma série de atos institucionais.

No plano econômico, logo em 1964 foram postas em marcha transformações que visavam superar os gargalos que uma industrialização pesada e um desenvolvimentismo nacionalista tinham colocados como barreira à economia brasileira (Netto, 2015).

Em 1964, foi posto em prática o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que realizou a reforma fiscal e a reforma bancária que, juntas promoveriam a viabilização de obtenção e geração de recursos e instrumentos fiscais e parafiscais para o financiamento dos investimentos necessários para a modernização dependente.

Neste âmbito, foram criados o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Amparo ao Servidor Público (PASEP), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS). Também foram criadas instituições para a conduta macroeconômica como o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (BACEN). Além disso, foram criadas formas não inflacionárias de financiamento como as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), sujeitas à correção monetária, e foram criados instrumentos de captação de recursos estrangeiros como a resolução 63 do BACEN e a alteração da lei 4.131 a fim de favorecer a entrada do capital internacional.

Deliberadamente, o regime civil-militar realizou uma política de compressão salarial e depressão da segurança no emprego; foram extintos os direitos de greve e de protesto operário e as aspirações educacionais das classes baixas foram rebaixadas junto com as chances de educação “democráticas”⁹⁰. Em linhas gerais, foram postos em prática verdadeiros mecanismos de reconfiguração da acumulação capitalista e de transferência de renda dos condenados e semi-integrados ao sistema para os integrados.

O desempenho macroeconômico do regime civil-militar foi muito modesto nos seus dois primeiros anos devido a série de medidas restritivas e das reformas feitas nos primeiros anos. Tais mudanças seriam as bases para a opção de intensificação da subsequente modernização dependente. De fato, a contrarrevolução preventiva congelava quaisquer inspirações de “reformas por dentro da ordem” e promovia a garantia do padrão de acumulação e dominação capitalista promovendo as “transformações capitalistas” de uma plutocracia “subserviente para fora” e “onipotente para dentro” (Fernandes, 1975a [2011]).

Já a partir de 1966, a economia começa a aquecer com as reformas realizadas. Contando também com uma melhora substancial da disponibilidade de divisas no cenário internacional, a modernização dependente foi capaz de viabilizar o “milagre econômico”

⁹⁰ Para uma análise da questão sobre a educação no capitalismo dependente ver Leher (2018).

entre 1968 e 1973 com as maiores taxas médias históricas de crescimento do Produto Interno Bruto, da ordem de 11% ao ano, de acordo com Carneiro (2002), com o relativo controle inflacionário, com melhora na balança comercial e com a promoção do crescimento dos setores de bens de capital e, principalmente, de bens de consumo durável⁹¹.

Com esta “modernização conservadora”⁹², as ideias de debilidade ou fraqueza das burguesias dependentes caíam por terra. Na medida em que as grandes corporações e as nações hegemônicas necessitavam de burguesias fortes, elas promoveram uma articulação das burguesias em bases nacionais e promoveram as bases para a saturação, em bases políticas, das funções de dominação interna, fossem autodefensivas, fossem repressivas. Elas se tornaram as “fronteiras internas” e a “vanguarda política” do mundo capitalista na periferia.

Com a aglutinação mecânica das burguesias, a plutocracia se colocava inibições e se encontrava, historicamente, em confronto interno dentro de seu bloco burguês. Através deste “pacto compósito”, seus conflitos internos foram resolvidos por concessões mútuas, por ajustamentos recíprocos e por inibições às potencialidades do desenvolvimento capitalista interno autônomo. Isto representou o afastamento das burguesias dependentes de todas as tarefas de uma revolução nacional e democrática e a aproximação com instituições que reforçavam o caráter arcaico e moderno da vida social interna.

De forma provocativa, afirmamos que a revolução institucional de 1964 foi a consolidação do processo de “revolução nacional para o capital”. Pelo menos para as classes burguesas isto é válido. No capitalismo dependente, por mais que as burguesias

⁹¹ Furtado (1974) descreveria este quadro como a consolidação de uma industrialização dependente, nos marcos da “modernização dos padrões de consumo”. Segundo este princípio, ao promover o crescimento econômico com a importação de tecnologia espúria às necessidades e à realidade brasileira, a modernização reproduzia o estilo de vida das elites dominantes dos países centrais nos países periféricos para as elites dominantes brasileiras sem ser capaz de, e sem pretender, difundir os frutos do progresso técnico para toda a população.

⁹² Este é um conceito gramsciano que será tratado na próxima seção.

não necessitassem das ideologia e utopia de uma revolução nacional e democrática nos moldes inglês, francês e estadunidense, elas necessitavam de uma revolução nacional específica que, de certa forma, serviu da mesma maneira que serviu às classes burguesas nos exemplos históricos daqueles países: de um lado, foi uma revolução específica no sentido de que garantia a consolidação da dominação política burguesa e que dava continuidade às transformações capitalistas; de outro, era uma revolução que resistia organizada e institucionalmente às pressões igualitárias e integrativas.

Desta forma, segundo Florestan, a sociedade civil – enquanto aqueles que são classificados e participam da ordem socioeconômica – é separada da nação – que é restringida ideologicamente a uma minoria esclarecida e ativa. Quando assumiram uma posição aberta diante da crise do poder burguês, as burguesias brasileiras se sobrepuseram à nação, pensada como a maioria do povo, ao repelir qualquer chance de conciliação entre as classes sociais.

De fato, antes do golpe em 1964, havia condições *potencialmente* revolucionárias no Brasil devido ao grau de desorientação, desagregação e desarticulação da própria dominação burguesa, mas estes conflitos burgueses e sociais não impunham nenhum risco à dominação burguesa. Esta desordem e desagregação dos distintos grupos sociais não constituíam uma ameaça *efetiva* à ordem burguesa, até porque as massas urbanas e rurais não estavam solidamente organizadas, mas impediam ou retardavam a homogeneização dos interesses burgueses. A plutocracia não conseguia, diante de tal heterogeneidade, chegar a uma “conciliação fundamental” sobre sua dominação (pelo menos até 1964).

O significado da revolução institucional, visto de outra maneira, foi o de instituir um *modelo de transformação capitalista autocrático burguês*:

Não se atentou para o fato de que aquele processo era, em si mesmo, a manifestação mais brutal de conflito de classes ocorrida no Brasil depois da universalização legal do trabalho livre e que a economia brasileira se tornaria, automaticamente, um vulcão em ignição se tal

processo ganhasse o caráter de uma realidade permanente (deixando-se de lado a questão de saber se ele seria funcional, a longo prazo, para o crescimento de um mercado de consumo em massa) (FERNANDES, 1975a [2011]: 323).

O que estava em jogo era uma questão de sobrevivência da ordem capitalista, muito mais do que uma questão de democracia. Depois de expressar sua intolerância com o radicalismo burguês e com as demandas populares, o grau de diferenciação vertical e de integração horizontal das burguesias brasileiras, em escala nacional, alcançado com a revolução institucional colocava a dominação e o poder burguês em bases mais “estáveis, flexíveis e elásticas”.

Assim, com o enrijecimento da dominação burguesa, que se deu destacadamente com o Ato institucional número 5 (AI-5), a plutocracia brasileira transformou seu modelo contrarrevolucionário “preventivo” em “prolongado” de forma a cristalizar sua dominação autocrática. Entretanto, conforme já indicamos, este processo era necessariamente histórico e transitório.

2 Contrarrevolução prolongada e abertura do consenso burguês

O circuito fechado da democracia, apresentado no capítulo 2, ficou evidente com a consolidação da revolução burguesa em 1964. Sua opção foi uma escolha mais difícil do que arriscada, pois seu desafio era perpetuar a ordem burguesa, não era abrir a democracia para ideais de integração nacional. O movimento unificador burguês visava unir e centralizar as classes possuidoras para que seu *status* de dominantes não se alterasse. Isto implicava a superação parcial dos conflitos internos entre os estratos de classe burgueses articulando seus projetos de participação na ordem e o controle societário do poder de classe e do Estado.

Vale destacar que os surtos de crescimento da modernização dependente instigavam, nos setores arcaicos e nos modernos, uma avidez por oportunidades de negócios atraentes e de curto prazo. Ambos fatores impediam a ação coletiva burguesa tanto no nível nacional como no de classe, conformando um “dilema de juventude” da plutocracia brasileira, que se unia para manter sua dominação mas não lograva uma dominação hegemônica sobre toda a população e tampouco coesa entre si (Fernandes, 1975a [2011]).

A ação autodefensiva da plutocracia brasileira montou as bases para o autoprivilegiamento burguês em bases opressoras e repressoras com a criação de “um novo *status quo*” com excessiva demonstração de força no curto prazo e que deprimia e comprimia interesses antagônicos. Porém no médio e no longo prazos os desafios das burguesias brasileiras consistiam em montar os instrumentos legais contra qualquer espécie de manifestações contra a ordem.

A institucionalização da força bruta já não seria o ponto importante, mas a transformação da contrarrevolução preventiva em uma *contrarrevolução prolongada* (ou permanente) que transformaria as funções e subfunções do Estado de forma inconfundível: colocaria em prática uma guerra contra as classes operárias e destituídas de forma que não se abrissem espaços para ambiguidades de transformação social profunda ou até mesmo dentro da ordem⁹³.

⁹³ “[...] é evidente que o consenso burguês concilia a ‘tradição brasileira’, de *democracia restrita* – a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a ‘orientação modernizadora’, de *governo forte*. A ordem legal e política se mantém ‘aberta’, ‘democrática’ e ‘universal’, preservando os valores que consagram o Estado de direito; e este Estado se concretiza, historicamente, por sua vez, na medida em que tudo isso é necessário à monopolização do poder real, da autoridade e do controle das fontes de legitimidade pelas classes burguesas e suas elites. No entanto, a validade formal ou positiva e a fruição ou participação da ordem legal e política são coisas distintas: a eficácia dos direitos civis e das garantias políticas se regula, na prática, através de critérios extrajudiciários e extrapolíticos. A contrarrevolução não criou essa situação histórica, que ela herdou da República Velha e do Império. Mas ela se caracteriza por sua defesa intransigente do *status quo* herdado e por sua concepção autocrática de ‘equilíbrio da ordem’. Este não é visto em termos de uma confluência das duas determinações em questão. Porém, à luz de um paralelismo ideal, que estipula que ‘cada coisa deve ficar em seu lugar’. Em suma, a democracia, como prática humana de toda uma nação, só se realizaria no infinito, se as duas paralelas chegassem a se encontrar” (FERNANDES, 1975a [2011]: 403 - 404).

A passar seu poder de dominação ao Estado, a plutocracia concedeu a este a premissa de prescindir da articulação política espontânea entre as classes “já que ele próprio prescreve, sem apelação, a ordem interna que deve *prevalecer e tem de ser respeitada*” (FERNANDES, 1975a [2011]: 400). Além da função de silenciamento das classes dominadas, as técnicas de acumulação de capital tiveram de ser revolucionadas na fase de industrialização pesada.

O padrão de dominação e de transformação capitalista articulado e compósito da plutocracia brasileira tinha uma débil base estrutural e histórica. Era verdade que a plutocracia se uniu em defesa do *status quo* de classes e frações de classe dominantes, porém os elementos variáveis que moviam cada estrato de classe dentro das classes dominantes não foram suprimidos e voltaram à tona, na forma de interesses conflitantes, assim que a crise do poder burguês foi resolvida através da “regeneração burguesa”. Esta recomposição dava unidade à classe e às frações de classe burguesas sem de ter de passar pelas classes extraburguesas da sociedade. De novo: esta regeneração sobrepunha a sociedade civil, ou os integrados à ordem, à nação.

Entretanto, por mais que a regeneração do poder burguês possibilitasse, por meio da criação de um Estado autocrático burguês, à plutocracia ignorar as outras classes sociais, para manter sua situação de classe, ao mesmo tempo, este Estado tinha de conciliar e articular as tensões de uma sociedade formada por mais classes e estratos de classe. Como já citado, desde a década de 1920, pelo menos, os interesses de outros grupos sociais, como a classe média e operária, vinham se manifestando no interior da sociedade brasileira.

Aqui chegamos ao ponto fundamental da tese. A mediação feita pelo Estado autocrático burguês legitimava a atuação das burguesias brasileiras, resultado do consenso burguês, e as permitia camuflar o consenso das burguesias como se fosse um

consenso nacional. Porém, esta democracia restrita, que assumia caráter oligárquico, implicava irremediavelmente na criação e difusão de um *sistema de cooptação*.

Em linhas gerais, a cooptação em foco consistia na conciliação de interesses distintos entre classes e entre estratos de classe com a compra de certos representantes ou até mesmo de setores inteiros da sociedade e que acabava por silenciar a luta de classes. No caso, a plutocracia brasileira, após sua revolução institucional, teve espaço político e econômico para incorporar à ordem outros setores da sociedade, destacadamente, os setores médios. Isto se deu especialmente no período do milagre econômico por meio do alargamento de ascensão vertical e da promessa do cumprimento da condição burguesa para os setores médios e a esperança irreal de melhores perspectivas de vida para os setores operários.

A cooptação era praticada entre grupos econômicos e estratos de classe implicando sempre a “corrupção intrínseca e inevitável do sistema de poder resultante” (FERNANDES, 1975a [2011]: 416). Ademais a cooptação deve ser vista como o instrumento que possibilitou que os interesses e valores que estavam sempre em conflito antes da armação do consenso burguês, e que haviam sido abafados pelo consenso monolítico, pudessem voltar à cena política.

Portanto, após as reformas implementadas a partir de 1964 e do abafamento da classe operária, inclusive com o reforço do sindicalismo corporativo oriundo do Estado-novo, através da compressão e depressão da sindicalismo “proletário”, foi formada, no período do milagre econômico, a *forma política da democracia de cooptação*. Através dela, a plutocracia brasileira tentava construir uma forma de direção social que prezasse pela hegemonia.

Com todas as suas limitações e inconsistências, o padrão composto e articulado da hegemonia burguesa pode demonstrar, então, toda a sua utilidade como uma “ponte” entre classes e estratos de classe burgueses nacionais e estrangeiros, um elo flexível, que facilita a distribuição de

todos no espaço político “revolucionário” e a fruição desigual do poder ou de suas vantagens entre os mais iguais. Graças a ele, os estratos médios ganham no rateio e se privilegiam muito acima do seu próprio prestígio social, movendo as alavancas do aparato estatal que estão nas mãos da burguesia burocrática, tecnocrática e militar. Ao mesmo tempo, também graças a ele, os “interesses verdadeiramente fortes” e os “interesses predominantes” deparam, enfim, com o seu meio político ideal, podendo impor-se à vontade, de “cima para baixo”, e florescer sem restrições. Se já houve, alguma vez, um “paraíso burguês”, este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968 (FERNANDES, 1975a [2011]: 416).

A plutocracia dependente lutava concomitantemente pela sobrevivência do capitalismo dependente numa época de transição de ordem social e pela sua própria sobrevivência enquanto classe e estratos de classe dominante. Por isso, se utilizou da violência aberta e do particularismo agressivo de uma autocracia para dar continuidade à aceleração do tempo histórico via a modernização dependente e dirigida, a qual era a fonte de sua legitimação, e, desenvolveu novas formas de direção da sociedade.

Chegamos a outro ponto fundamental desta parte da tese: a aceleração do tempo econômico engendradora produzia uma contradição típica do desenvolvimento capitalista. *Ela convulsionava a estrutura de classes e todo o seu sistema, a médio e a longo prazos.* A raiz do processo está no fato de que a modernização entrava em conflito com a contrarrevolução preventiva, pois esta era necessariamente um movimento transitório, que mesmo com a democracia de cooptação, ia separando os estratos de classe burgueses entre si, pois seus interesses econômicos eram irreconciliáveis. Portanto, todo esquema de articulação, dominação, competição e conflito entre todas as classes sociais sofria alterações em sua diferenciação e integração com a própria aceleração do tempo histórico combinada à contrarrevolução.

Recapitulando o capítulo 2 temos que, ao afirmar que a cooptação significava a corrupção do sistema de poder, Florestan Fernandes se aproxima de Antonio Gramsci para quem o Estado é a combinação de coerção com consenso e a corrupção, em variados graus. Além disso, para Gramsci a corrupção medeia esta relação. Segundo o italiano:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (GRAMSCI, C.13. V.3. 37. 1934 [1999-2006]: 95)

Apresentamos o que significou a revolução institucional de 1964: a consolidação da revolução burguesa no Brasil e, simultaneamente, o congelamento da questão nacional, desde a perspectiva do capital e desde a perspectiva dos trabalhadores, respectivamente. Mostramos, à luz da interpretação de Florestan Fernandes, que através de um Estado extremamente forte e que conduziu o aprofundamento da modernização dependente e dirigida, se realizou a centralização e unificação do poder burguês. O caminho seguido pela plutocracia brasileira solucionou a crise do poder burguês e deu expectativas de ascensão econômica para os setores médios da sociedade por via da cooptação.

Agora trataremos de analisar as perspectivas que estavam postas para a saída do regime civil-militar iniciado em 1964. Para isso, montaremos uma controvérsia sobre a democracia brasileira entre a interpretação de Florestan Fernandes e outro intérprete do Brasil: Carlos Nelson Coutinho. Em muitos sentidos, suas análises são complementares, mas no que concerne às interpretações do que resultaria da transição do regime, os autores têm diferenças substanciais e são substancialmente divergentes.

2.1 Casamento do Estado autocrático com a democracia de cooptação

A própria opção pelo consenso burguês continha as sementes de sua destruição, ou pelo menos de seu enfraquecimento e substituição por uma nova forma de democracia. Fernandes (1975a [2011]) apontou que, definitivamente, a plutocracia burguesa na sua forma autoritária e repressiva seria transitória, pois muito embora este acordo tenha dado às classes burguesas a possibilidade de gerir abertamente novas formas da luta de classes com um Estado autocrático, não lhe deu autonomia para fora e limitou o próprio horizonte interno de solidariedade entre a burguesia e as demais classes. Mostraremos agora que, apesar de transitória, a contrarrevolução ganhou contornos de prolongada (ou permanente), pois assumiu novas formas ao longo do regime institucional.

Os setores dominantes não tinham base material para realizar o autodesenvolvimento do Brasil e enxergavam as classes despossuídas como meros inimigos irreconciliáveis ou setores sociais que deviam ser tutelados. Enfim, a opção pelo consenso foi também a opção de entrar numa circularidade viciosa que só fazia aumentar a dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa, e impedia a concretização de ideais realmente revolucionários de autodeterminação.

A cooptação do período civil-militar consistiu na agregação sistemática e generalizada de interesses burgueses, brasileiros e estrangeiros, e serviu de elo facilitador para produzir privilégios entre os “mais iguais”. Não foi um processo restrito às classes altas, senão também às frações médias que puderam usufruir do aparato estatal, tecnocrático e militar. Enfim, os interesses dominantes se impuseram ilimitadamente de cima para baixo conformando um verdadeiro paraíso burguês, como supracitado.

Malgrado este cenário do auge da regeneração burguesa, as dinâmicas da emergência do capitalismo monopolista e da industrialização intensiva colocavam em conflito cada vez maior os interesses burgueses dentro do regime militar dos anos setenta. Os interesses privados e estatais oriundos desta nova ordem capitalista acelerada pela revolução modernizadora colocavam em xeque a contrarrevolução.

Em síntese, como é característico do capitalismo, seu desenvolvimento ou aceleração econômica numa determinada formação social acarreta a irrupção de contradições no interior da sociedade de classes. É verdade que a ativação daquelas forças reprimidas era insuficiente para uma revolução socialista, mas impunha inexoravelmente transformações na sociedade dependente. Pelo fato de suas contradições terem ficado flagrantes, a distensão política do regime civil-militar passou a ser almejada pelas próprias classes dominantes.

A tarefa burguesa naquele período de início de abertura política seria dupla para Florestan Fernandes e sua conclusão no fim de *A revolução burguesa no Brasil* é a seguinte: **a missão que ficava pendente à burguesia era criar modos novos de conectar organicamente os mecanismos de democracia de cooptação com o Estado autocrático burguês.**

A tarefa de abertura não se tratava de retomar uma suposta “democracia” (vigente até 1964), algo que nunca teria existido, mas sim de reforçar a autocracia burguesa ampliando a *cooptação “para baixo”*, criando formas de conexão com o restante do povo de maneira a camuflar seus privilégios, e estabelecendo claramente o alcance constitucional e legal do Estado autocrático. Abrir a cooptação “para baixo” representava uma grande transformação de apresentar a projeção da condição burguesa para setores que nunca haviam vislumbrado isso, pois os ideais de uma revolução nacional e democrática nunca foram perseguidos pela plutocracia brasileira e estas classes nunca se apresentaram como uma classe independente.

Para o sociólogo, as burguesias visavam retornar condições seguras para o prosseguimento da ordem competitiva de antes de 1964. Com a garantia do *status quo* burguês sustentada por um Estado autocrático que estava assumindo novas formas, elas já podiam pensar na transição do regime.

O sociólogo foi preciso ao formular que as classes dominantes teriam de encontrar novas formas coercitivas estatais e que o alastramento da democracia de cooptação implicaria o beneficiamento de outras classes que não só as altas e as médias. Assim, a possibilidade de mobilidade vertical social teria duas consequências: i) aumentaria o horizonte da consciência burguesa ao converter estas classes despossuídas em “possuidoras” gerando “protestos de dentro da ordem”; ii) geraria um crescente organizado de pressões “contra a ordem”, uma vez que estariam expostas as contradições da sociedade de classes. A democracia de cooptação aberta nasceria, portanto, débil, pois na perspectiva das classes tuteladas ofereceria muito pouco, enquanto que na ótica dos dominantes teria um preço muito elevado. Nas palavras do sociólogo:

Parece fora de dúvida que as classes burguesas mais conservadoras e reacionárias considerarão exagerado o preço que terão de pagar à sobrevivência do capitalismo dependente, através da democracia de cooptação. Mas esse é o único caminho compatível com o tipo de “abertura democrática” que pretende pôr em prática. [...] Por fim, é impossível que as classes burguesas venham a contar com as condições para enfrentar, de ponta a ponta, o processo de longa duração, que deveria resultar do casamento de uma democracia de cooptação tão precária, em vista de sua base socioeconômica, com um Estado autocrático tão complexo, seja em suas estruturas, seja em suas funções. [...] Acresce que a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca “flexibilidade” em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades. Por isso, ela concorre para exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada FERNANDES, 1975a [2011]: 423-424).

Por fim, cabe dizer que para Florestan Fernandes, a democracia de cooptação do período de transição democrática representava parte de um movimento mais global que unia as burguesias mundialmente no período de fim da guerra fria. Ao analisar esta questão, em *O que é revolução?*, o autor afirma o seguinte sobre o movimento burguês

diante da socialdemocracia europeia e sobre as novas técnicas da contrarrevolução em nível mundial:

Se se procede a uma análise rigorosa, que leve em conta as evoluções ocorridas nas sociedades capitalistas centrais, descobre-se que a burguesia não só aprendeu a conviver com a luta de classes – ela foi mais longe e vergou o próprio movimento socialista, primeiro, e o movimento comunista, em seguida, forçando-os a definir como seu eixo político a forma burguesa de democracia (isto é, forçou-os a renegar a luta de classes e os meios violentos, “não-democráticos”, de conquista de poder) [...] a burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções “táticas” e “defensivas”, a burguesia avançou estrategicamente, em nível financeiro, estatal e militar, e procedeu a uma verdadeira *revolução das técnicas da contrarrevolução*. Inclusive, abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à *segurança da ordem* e soldar os sindicatos ou os partidos operários aos *destinos da democracia*. (FERNANDES, 1981a: 10. Grifos nossos)

A democracia de cooptação, portanto, fazia parte de um movimento mais amplo, portanto, *de revolução das técnicas da contrarrevolução*, uma nova forma de exercício do poder de direção burguês e que seria combinado com novas formas de dominação autocrática burguesa. Esta era a perspectiva de Florestan para a democracia após a abertura começada na década de 1970.

Além disso, Florestan foi ativo influenciador e militante no movimento que resultaria na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Em *Nós e o marxismo*, obra publicada postumamente, Fernandes (2009) aponta que *foi a partir das greves do ABC paulista de 1978 que a classe trabalhadora surge, pela primeira vez em toda história do Brasil moderno, como uma classe em si, uma classe independente em relação ao capital e ciente de seus interesses*⁹⁴.

⁹⁴ Nas palavras do sociólogo: “Ao enfrentar a ditadura e ao desobedecê-la, o proletariado vergou o arco do despotismo burguês – mas assustou todo o sistema de poder capitalista, em suas ramificações nacionais e internacionais, e não conquistou outra coisa além do espaço político que abocanhou para lutar como classe plenamente constituída, que exige sua autonomia como e enquanto classe e a liberdade para travar tal luta em todas as direções necessárias. A ‘revolução secundária’ da burguesia não absorve naturalmente (ou sob a pressão dos fatos consumados) esse avanço do

Contudo, conforme seria a marca de sua atuação política enquanto deputado federal entre 1987 a 1995, o sociólogo esteve descrente de que o processo de transição democrático fosse efetivamente produtivo em termos de criação de uma democracia que realizasse a plena integração do povo, uma vez que era liderado “pelo alto”. O sociólogo foi até mesmo descrente de que o PT, caso se desviasse de sua base social trabalhadora e fosse cooptado, pudesse ser um partido que representasse os interesses dos trabalhadores visando sua emancipação em relação ao capital.

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a consolidação e cristalização da revolução burguesa no Brasil foi um marco para se pensar o Brasil enquanto nação e as possibilidades democráticas e revolucionárias no país. Entretanto sua análise, que era um ensaio de interpretação sociológica, abriu espaço para controvérsias. Em especial, no tocante às perspectivas democráticas, pode-se dizer que uma controvérsia foi desenhada com o texto *A democracia como valor universal* de Carlos Nelson Coutinho de 1979, um texto de orientação política que seria seguido de sua interpretação a partir das categorias de Gramsci e do eurocomunismo para a realidade brasileira.

Percorreremos agora o caminho de ver, sucintamente, a interpretação da realidade brasileira de Carlos Nelson para adentrarmos na controvérsia das perspectivas democráticas pós ditadura.

3 Carlos Nelson Coutinho e sua interpretação da formação social brasileira

proletariado e, por conseguinte, não o assimila como uma força social de equilíbrio e de transformação progressiva da ordem existente. Por sua vez, o proletariado vê-se compelido a sustentar as posições ganhas com sacrifícios extremos, por assim dizer arriscando tudo para se livrar, coletivamente, de um retrocesso e das tenazes da repressão que busca atrofiar sua capacidade de lutar por sua emancipação de classe. O que não impede que essa capacidade de luta, apesar de incipiente e ainda frágil, possibilite, *pela primeira vez na história do Brasil*, que o proletariado aproveite em seu benefício as contradições da economia capitalista, da sociedade atrasada, miserável e subdesenvolvida que ela montou no país, no Estado burguês, títere do capital estrangeiro, da dominação imperialista e permanentemente ditatorial, qualquer que seja a coloração de sua ‘legitimidade’. Em suma, no polo operário a ‘revolução secundária’ da burguesia é refugada, sendo posto em lugar um processo alternativo de revolução dentro da ordem, fundado nos interesses de classe dos trabalhadores e da imensa maioria dos oprimidos, quase todos, na verdade, trabalhadores semilivres, mais ou menos destituídos de garantias econômicas, de condição civil e de direitos políticos (FERNANDES, 2009: 17-18).

Pode-se afirmar que Coutinho (1979; 1989 [1992]) tinha uma visão distinta para as perspectivas da democracia brasileira da de Florestan Fernandes, uma interpretação compatível com uma noção de “capitalismo autodeterminado no Brasil”, tal como em Mello (1982). Mais precisamente, na época da lei de anistia, 1979, ano que em escreve *A democracia como valor universal*, ele tinha mais esperança do que o sociólogo na tarefa que julgava competente às forças de esquerda no país: a luta pelo fim do regime de exceção implantado em 1964 e a implantação do socialismo. Sua obra é marcada pela forte conexão entre democracia e revolução e é fortemente influenciada pela busca de uma “terceira via” entre o socialismo stalinista e a socialdemocracia europeia, dado que o autor se exilara na Itália na década de setenta e teve influência do eurocomunismo de Enrico Berlinguer.

Carlos Nelson Coutinho fez sua análise com uma visão crítica da teoria política, a partir do arcabouço político e teórico gramsciano. Portanto, combinou a crítica da política ou das lutas no interior da superestrutura da sociedade de classes tendo como base, em última instância, a crítica da economia política determinada na luta econômica de classes, porém sem apresentar uma clara crítica a instituição e existência da “propriedade privada”.

O ponto de partida do autor baiano para a interpretação da realidade brasileira é o fato de o Brasil ter na sua história, desde os tempos coloniais, marcas que mais o assimilavam às formações de caráter “oriental”, pois seu Estado era muito forte e sua sociedade civil estava mais para gelatinosa e primitiva do que para uma sociedade civil desenvolvida⁹⁵.

Segundo o autor, seria, principalmente, com a proclamação da república em 1889, com as mudanças durante a primeira república nos anos da década de 1920, como a

⁹⁵ Para esta discussão das categorias ver a seção 3 do capítulo 1.

criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922; com os golpes de Vargas em 1930 e em 1937 que o Brasil passaria por “revoluções passivas” e sua sociedade civil iria se fortalecer. Com a queda do Estado-novo em 1945, o processo de “ocidentalização” brasileiro ganharia contornos mais nítidos, por mais que o PCB fosse colocado na ilegalidade de novo em 1947. Depois do suicídio de Vargas, a ocidentalização aprofundou-se e seria freada com o golpe de 1964 e principalmente com o AI-5 de 1968 que “buscou por todos os meios quebrar os organismos autônomos da sociedade civil” (COUTINHO, 1989 [1992]: 133). Para Carlos Nelson, o Brasil pós 1964 era uma sociedade já com claros aspectos de uma sociedade em que o Estado ampliado era de tipo “ocidental” portanto⁹⁶. Na saída do regime este processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira já estaria completo para o autor.

A interpretação de Carlos Nelson Coutinho da tradição política brasileira apesar de aspectos semelhantes, difere substancialmente da de Florestan Fernandes. Para ele o Brasil é um país de tradição antidemocrática com a variável de “democracia restrita”, sendo suas transformações orientadas de “cima para baixo”. Em Coutinho (1979; 1989 [1992]), a especificidade brasileira seria a de combinar o capitalismo de Estado com o instituto do latifúndio e as formas imperialistas de dominação e exploração econômicas.

Precisaremos de mais algumas categorias gramscianas, além do Estado ampliado, trabalhadas por Carlos Nelson Coutinho para ir além na sua interpretação sobre a realidade brasileira. Nominalmente são importantes os conceitos de “revolução passiva” e de “modernização conservadora”. Vale dizer também que, segundo Badaró (2017), Coutinho associa as categorias de contrarrevolução preventiva e prolongada de Florestan

⁹⁶ Conforme o autor, com a proclamação da república, o Estado brasileiro passou a ser laico, a Igreja deixou de ser um aparelho de Estado para se tornar um aparelho hegemônico privado. Em contraposição a Carlos Nelson Coutinho, Badaró (2017) discorda da periodização do autor baiano. Segundo Badaró, Coutinho põe um ponto de inflexão para a ocidentalização brasileira em 1964, mas, segundo o historiador, a sociedade brasileira já apresentava sinais de ocidentalização muito antes desta data, assim como perpetuou traços da revolução passiva após o fim do regime civil-militar. Portanto, conclui Badaró, apoiado no próprio Coutinho, o que importa reter não é tanto a periodização deste fenômeno, mas ter presente que é um processo histórico e, por isso, suscetível a avanços, retrocessos e descontinuidades.

Fernandes com a categoria de revolução passiva de Gramsci, um salto delicado que, combinado à influência eurocomunista, resultaria em prognósticos distintos entre Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho.

A revolução passiva em Gramsci remonta, para Carlos Nelson Coutinho, ao conceito de “via prussiana” que Lenin usara para estudar o caso desenvolvimento prussiano⁹⁷. Porém o emprego que Gramsci dá à revolução passiva difere do de Lenin, pois este foca nas mudanças na estrutura econômica ocorridas na Prússia para explicar as mudanças sociais de cima para baixo, enquanto o autor sardo foca as causas superestruturais que uma “revolução passiva” implica.

Segundo Gramsci, a “revolução passiva” implica dois momentos distintos de “restauração” e “renovação”. Portanto, as revoluções passivas são distintas do tipo de revolução burguesa do tipo jacobina que integrava a sociedade civil no interior do Estado. Os processos de “revoluções passiva” analisados por Gramsci tinham como requisito a *restauração* que impedia as possibilidades de mudanças efetivas e radicais de “baixo para cima” e, ao mesmo tempo, a *renovação* porque permitia que muitas demandas populares fossem assimiladas pelas classes dominantes, mas sem que promovessem mudanças sociais substanciais.

Portanto, a “revolução passiva” de Gramsci é usada como um “critério de interpretação” da realidade brasileira por Coutinho. Para o autor baiano, esta categoria ajuda para entendermos duas coisas fundamentais sobre as transições que resultaram na “era da modernidade no Brasil” e, em fase posterior, na “era monopolista de Estado” (Coutinho, 1989 [1992]). Mauro Iasi situa assim o uso que Carlos Nelson Coutinho faz desta categoria:

⁹⁷ Para Lenin, a “via prussiana”, que ocorrera na Prússia, e no Japão era diferente dos moldes de revolução estadunidense, inglês e francês, de um lado, e russo e chinês de outro. Em Coutinho (1979) aparece o termo “via prussiana” para determinar a formação social brasileira, porém em Coutinho (1989 [1992]) este termo é substituído por revolução passiva. Sobre mais sobre a discussão de “via prussiana” e “revolução passiva” ver (Silva, 2010).

O ponto de partida de Coutinho é, nesse momento, a categoria de via Prussiana e podemos resumidamente afirmar que, partindo desse ponto, o autor caracteriza a contradição da sociedade brasileira como sendo centralmente a separação entre Estado e sociedade civil, isto é, a particularidade da via de desenvolvimento capitalista em nosso país teria se dado por um pacto entre as frações da classe dominante e imposto de cima para baixo com a marginalização das massas populares. Ressalta, ainda, que as bases desse processo político é a aliança entre os setores agrários tradicionais e as forças do imperialismo, levando à consolidação de um tipo de Estado no qual predomina os meios coercitivos, fazendo com que a principal tarefa das classes trabalhadoras e seus aliados venha ser a inversão dessa tendência elitista, identificada como via prussiana (IASI, 2017: 301).

Em primeiro lugar, a “revolução passiva” ajuda a entender como foi operado no Brasil o fortalecimento do Estado (sociedade política) em detrimento da sociedade civil. Nos momentos de “revolução passiva”, como a Independência de 1822, a proclamação da república em 1889, a “revolução” de 1930, o golpe de 1937 e a revolução institucional de 1964, o aparelho opressor e repressor do Estado ganhou preponderância sobre a sociedade civil. Aqui temos que, diferentemente de Florestan Fernandes – para quem numa democracia restrita a sociedade civil era composta, de fato, somente pelos integrados à ordem – a sociedade civil que Carlos Nelson Coutinho está considerando é composta também pelas massas populares, pois ele está falando de uma democracia que está em processo de transição para ser “de massas”. Daí a esperança, baseada na ideia de autonomização das forças produtivas e políticas, de que a sociedade civil deveria se fortalecer para participar ativamente no interior do Estado ampliado.

Em segundo lugar, Carlos Nelson Coutinho aponta que através da categoria gramsciana de transformismo é que as classes dominantes obteriam um mínimo de consenso na sua forma de dominação de “ditadura sem hegemonia” representada pela *revolução passiva* (pois sem apoio aberto das majorias) do golpe de 1964.

O processo de transformismo seria o instrumento, segundo Coutinho, que faz com que revoluções “pelo alto” consigam alcançar este consenso junto às massas. Ele atua por

meio da incorporação pelo “bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas” (COUTINHO, 1989: 126). Ainda segundo Coutinho, este transformismo poderia se dar: i) de forma molecular, incorporando representantes singulares de partidos oposicionistas aos partidos da ordem; ii) de forma a incorporar grupos radicais inteiros.

Ao analisar a realidade brasileira, Carlos Nelson Coutinho cita que a história do Brasil moderno foi cheia de momentos em que as classes dominantes reagiram às manifestações populares recorrendo à restauração e a renovação da forma citada, através de “revoluções passivas” que preparariam para transformações na composição de classes e outras mudanças sociais, porém sem a possibilidade de alterações de baixo para cima. O exemplo da ditadura de 1937 de Vargas, uma reação às manifestações que vinham desde 1922, é o exemplo de destaque do autor baiano⁹⁸.

Esta ditadura, ao mesmo tempo que rearticulou o domínio burguês, promoveu a industrialização apoiada pela burguesia e pelos militares, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho (salário mínimo, férias pagas e direitos à aposentadoria). É verdade, porém, que estas leis vinham acompanhadas de uma legislação sindical corporativista que anulava a autonomia dos sindicatos.

⁹⁸“Irei me deter aqui num único exemplo, que me parece bastante emblemático: a instauração da ditadura de Vargas em 1937, culminação do agitado período que se inicia em 1922, ano da fundação do PCB e da primeira revolta militar tenentista. Naquele período, o movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam uma maior participação política nos aparelhos de poder. Essas pressões ‘de baixo’ (que não raramente assumia a forma de um ‘subversismo esporádico, elementar e desorganizado’) fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante, o setor mais ligado à produção para o mercado interno, se colocasse à frente da chamada Revolução de 1930. O triunfo dessa Revolução levou à formação de um novo bloco no poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas o caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados. Eles ainda não estavam suficientemente organizados; eram representados apenas pelo débil Partido Comunista e por um pequeno grupo de tenentes de esquerda, entre os quais Prestes, que haviam se recusado a participar da Revolução de 1930. Nessas condições, o resultado do protesto contra o caráter elitista da Revolução foi a adoção (ou retomada) de um ‘subversivismo elementar’, cuja manifestação mais evidente foi o *putsch* de 1935, uma desastrosa tentativa comum dos comunistas e dos tenentes de esquerda” (COUTINHO, 1989 [1992]: 123).

Segundo Carlos Nelson Coutinho, a “ditadura sem hegemonia” do regime de 1964, não era um regime fascista de tipo clássico⁹⁹ e, isso, fez com que a sociedade civil pudesse se fortalecer mesmo dentro de um regime ditatorial. Apoiadas no aparato militar e tecnocrático, as burguesias brasileiras não alcançaram a hegemonia, pois não logravam fazer funcionar as “correias de transmissão” de um Estado totalitário. O consenso parco que a ditadura logrou nunca vinha de baixo e, portanto, era um consenso passivo.

Conforme Carlos Nelson Coutinho, com o fracasso do modelo de modernização conservadora do milagre econômico, já em 1974 o regime começa a sofrer a primeira de sucessivas derrotas nas eleições parlamentares (1974, 1978 e 1982). As bases daquele consenso teriam ruído inclusive entre setores monopolistas e os aparelhos de luta da sociedade civil puderam voltar à tona por meio de uma frente de forças antiditatoriais, que abrangia desde a esquerda socialista até setores conservadores mais progressistas. Aqui entramos especificamente na controvérsia sobre as perspectivas para a democracia entre Florestan e Carlos Nelson Coutinho.

3.1 Carlos Nelson e as perspectivas de uma democracia de massas

A controvérsia que estamos montando sobre as perspectivas que estavam abertas no período de transição democrática entre as interpretações de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho são perpassadas por uma série de outras visões. Para ficar só no campo da esquerda, poderíamos afirmar conforme Duriguetto (2007), que havia um debate nesta época sobre a relação da sociedade civil e seu papel em relação à democracia¹⁰⁰. Oporemos a visão de Florestan Fernandes, que é a principal referência de

⁹⁹ As características de um regime político fascista serão expostas adiante e mais detalhadamente nas *Conclusões* desta tese.

¹⁰⁰ Para a Iasi (2014), de um lado, se poderiam alinhar as interpretações de Wanderley Guilherme do Santos, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier. Apesar de serem diferentes entre si, podem ser sintetizadas por criticarem a concentração de poder, econômico e político, contrapondo a ela uma liberalização do mercado e advogando a favor do fortalecimento da sociedade civil – que para eles, seria um espaço de liberdade para organização social dos diversos

interpretação do Brasil para esta tese, somente com a de Carlos Nelson Coutinho, pois é ela que destaca o caráter da abertura do regime civil-militar brasileiro conforme a tradição gramsciana de ver o Estado como “hegemonia encouraçada de coerção”, como unidade entre ditadura e consenso e, como afirma Iasi (2014), por ter acertado nos diagnósticos da sociedade brasileira daquela época, muito embora tenha produzido e inspirado prognósticos equivocados que não se confirmaram.

A perspectiva gramsciana do autor, o fez afirmar no final da década de setenta, em movimento de crítica ao stalinismo soviético e à socialdemocracia burguesa, que a passagem para a democracia socialista seria algo provável e de transição longa, necessitando a criação de “pressupostos ideológicos, econômicos e políticos” (Coutinho, 1979). Portanto a tarefa da esquerda se tratava de uma estratégia, e não de uma tática, de pôr fim às soluções prussianas – ou às soluções de “revolução passiva”, conforme o vocabulário visto em Coutinho (1989 [1992]) – dando resposta às insuficiências da revolução burguesa no Brasil.

Quando nos referimos à tática e à estratégia, estamos nos referindo ao arcabouço teórico de Gramsci, utilizado por Carlos Nelson Coutinho. Em linhas gerais, tática e estratégia têm como significado a ação racional visando a obtenção de um determinado objetivo final, portanto englobam a ideia de objetivo final e caminho para tal. Porém, o campo da tática se refere a ações que se tomam para lidar com situações de momento, é a teoria para lidar com os embates episódicos de classe. Já a estratégia seria uma ação planejada objetivando obter vantagens futuras ou interesses de classes ou frações de classe com respeito à dominação sobre o adversário sobre o qual se quer demarcar posição. Estes conceitos se referem respectivamente aos conceitos gramscianos de

interesse existentes na sociedade. O que estas interpretações fazem é esvaziar o caráter de luta de classes da sociedade civil, reduzindo-a como canal de negociação com o Estado e não como um espaço de confronto com o Estado; de outro lado, estariam sintetizadas as ideias que levavam em conta a participação dos movimentos e lutas sociais. Dentre as principais interpretações desta área estão as de Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e Marilena Chauí. Para o aprofundamento de cada uma destas propostas, ver Duriguetto (2007).

“*guerra de posição*” e de “*guerra de movimento*”. Eles servirão para explicar o que será uma estratégia democrática, algo tão caro ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), como será visto adiante.

Retomando a interpretação de Brasil de Carlos Nelson, temos que sua explicação se baseia na circunstância de o sistema capitalista, que à época recém atingira a fase monopolista de Estado, trazer inexoravelmente na sua dinâmica os elementos que poderiam viabilizar a passagem da democracia liberal para a democracia socialista. A transição da democracia liberal para a socialista seria, portanto, a superação dialética da democracia liberal, tal qual elaborada pelos autores liberais desde o século XVII¹⁰¹. Isto se daria com a permanência de traços antigos, com a incorporação de elementos novos e a negação dos elementos incompatíveis com o novo momento histórico de emancipação humana, abertura possível graças à criação incipiente daqueles pressupostos ideológicos, econômicos e políticos.

Segundo Coutinho (1979), a democracia liberal teria como conjunto de qualidades os princípios da soberania nacional, da representatividade, da pluralidade, do direito ao voto etc. Segundo a crítica marxista do filósofo, esta democracia – a liberal – é baseada no princípio da pluralidade dos indivíduos e tenderia ao falso equilíbrio natural de autorregulação pelas forças de mercado. O poder executivo, segundo advogam os defensores da democracia liberal, seria guiado por uma burocracia estatal alheia ao controle público que, supostamente, harmonizaria a sociedade. Esta burocratização estatal, ao pretender equilibrar os interesses particularistas individuais, lograria somente homogeneizar os interesses do capital. Todavia, como para o marxismo não existe teoria política livre de axiologia ideológica, a democracia liberal camufla a dominação ou hegemonia de classe burguesa sobre a sociedade civil com este mecanismo de burocracia autônoma.

¹⁰¹ Para esta questão ver *Apêndice A*.

Já a democracia socialista, seria fundada na participação e controle das massas e pela reversão da “via prussiana” (revolução passiva) de transformação social. Para esta democracia ser atingida teria de ser construída por um processo de “renovação democrática” que acabasse com a alienação política – fruto do autoritarismo do regime de exceção – e com a tendência à burocratização estatal. Isto se daria pelo fortalecimento de tendências recém surgidas naquele contexto. A saber: o surgimento de novos mecanismos de democracia direta relativamente dissociados do Estado (comissões de empresa, sindicatos, associações religiosas, grupos de bairro etc.) agregando, numa unidade, interesses plurais, principalmente da classe operária, de forma organizada de baixo para cima, o que conformaria um “sujeito político coletivo”; também reforçaria as formas de democracia indireta (parlamento e cena político-partidária), de forma a constituírem uma “síntese política dos sujeitos coletivos”.

Uma advertência é feita: estes mecanismos de democracia direta e indireta não poderiam resultar na “burocratização proletária do Estado”, pois a ideia de uma “sociedade regulada” era ter um autogoverno dos produtores associados com o fim da alienação política. O povo deveria ser visto como um conjunto não governado por um grupo acima da sociedade, tal como seria o caso se houvesse uma burocracia proletária dentro do Estado.

Para entender o título do texto de Coutinho (1979) temos que, tal processo de democratização em novas bases pressupunha a negação da falsa identidade entre gênese e validade da democracia. A explicação da expressão “democracia como um valor universal” advém do fato de o conceito de democracia, formalmente, não depender do momento e da sociedade onde foi originado. A qualidade que o sistema democrático impõe na intensificação da vida política das massas seria a de tornar a democracia universal, valendo em distintas formações sociais como um princípio a ser atingido.

Isto, teoricamente, daria a possibilidade de superação dialética da democracia liberal em democracia socialista. Portanto, a democracia socialista requer mais que a socialização dos meios de produção, mas uma verdadeira socialização da política com a superação da antinomia entre governantes e governados, elemento fundante da política segundo Gramsci (Coutinho, 2011).

O ponto da análise propositiva de Coutinho que gerou muita polêmica foi sua crença de que as possibilidades de transformação da democracia a partir da distensão do regime civil-militar estariam, *num primeiro momento*, circunscritas aos limites da democracia liberal, pois o processo de renovação democrática seria lento e gradual. As raízes disso estariam no fato de a fonte da fraqueza democrática brasileira estar na tradição de soluções prussianas (“revoluções passivas”), a qual aliada à marca da antidemocracia, geraria uma barreira temporária para a “renovação democrática” em nível das massas referida anteriormente. Esta renovação ficaria ainda por certo tempo sob a hegemonia de monopólios nacionais e internacionais.

Coutinho chegou à seguinte formulação sobre uma bifurcação iminente para a abertura do regime civil-militar:

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível, é certo que se alterarão – em função das tarefas concretas – a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e nas permanências das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade.

E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca de unidade, nesse nível terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política (COUTINHO, 1979: 45 - 46).

A primeira abertura, de busca de unidade das forças que buscavam o fim do regime de exceção, foi importante para atingir o conjunto de liberdades citado para a garantia de um regime estabelecido pela Assembleia Constituinte findado o regime civil-militar. Portanto, o objetivo primeiro era a suplantação do regime civil-militar.

O segundo caminho, de construção de alianças que construiriam o rumo para a democracia de massas, é o que parece despontar como ponto de maior polêmica do texto. Se tanto para economia política crítica e para a teoria política crítica, nas quais o autor tanto se baseia, as contradições da sociedade capitalista estão postas nas irreconciliáveis lutas de classe, econômicas e políticas, a construção de alianças para orientar a democracia liberal para a democracia de massas seria uma tarefa cheia de dificuldades e não sinalizava uma crítica à existência da propriedade privada.

Para Coutinho, a passagem pela agenda democrático-popular era uma necessidade para a chegada na sociedade regulada de Gramsci ou, simplesmente, na democracia socialista. **Portanto, para Carlos Nelson Coutinho, a democracia era um processo**¹⁰². Pode-se afirmar que, segundo os critérios gramscianos, o filósofo baiano priorizou a busca pela hegemonia política pela via da guerra de posição do que o reforço da estratégia socialista pela guerra de movimento (Iasi, 2017). Conforme Iasi (2014), o problema da análise de Carlos Nelson Coutinho é que “as premissas de sua postura se confirmaram, mas o resultado esperado não” (IASI, 2014: 89). Em linhas gerais, a análise de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson tratam do alcance de reforma e de revolução na sociedade

¹⁰² “Resta ainda um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas, capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira. Do desenlace dessa luta irá depender, de resto, o destino do atual processo de transição iniciado com a chamada ‘Nova República’: na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares ‘de baixo’ e de operações transformistas ‘pelo alto’, seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente, agora sob a forma ‘moderna’ do liberal corporativismo. Mas, também nesse caso, os dados empiricamente constatáveis (adesão aos sindicatos, crescimento das comunidades de base, incremento dos partidos políticos de esquerda, sobretudo do PT), não desautorizam o otimismo” (COUTINHO, 1989 [1992]: 134).

brasileira. Ambos partem de um diagnóstico similar de democracia restrita e de uma dominação e direção burguesa altamente controlada e que abre espaço para a participação política de poucos.

Entretanto, apesar de parecerem diagnósticos semelhantes, os prognósticos parecem divergir, uma vez que Florestan, apesar de apontar a importância das revoluções dentro da ordem, parece ter presente de forma mais clara as parcas potencialidades que a abertura do regime civil-militar davam à democracia brasileira e à mobilização popular, ele aponta a crise da democracia no Brasil como uma crise estrutural. Defendemos, ao contrário da polêmica gerada por seu texto, que Coutinho não pode ser acusado de “etapista” ao propor a democracia com um processo ou a propor um caminho dentro da ordem burguesa para o alcance da democracia das massas.

Afirmamos que a interpretação de Carlos Nelson Coutinho deve ser criticada ao propor uma gradual aproximação estratégica de acúmulos dentro da ordem estatal burguesa, pois apesar de não ser a intenção do autor, parece ocultar a necessidade de uma ruptura da passagem do capitalismo para o socialismo (Iasi, 2014). Inclusive, diante de sua tradição do eurocomunismo, a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho não põe em pauta a discussão sobre o fim da propriedade privada, base material e estrutural do capitalismo¹⁰³.

No fundo, Coutinho tinha clara a necessidade de ruptura com o caráter de classe do Estado burguês, mas o que ele fez foi apontar, assim como o fizera Florestan, a relevância das reformas num processo estratégico e contínuo de revolução permanente, tal como elaborado em Marx & Engels (1850)¹⁰⁴, mas ao apontar a democratização como

¹⁰³ Neste sentido, é interessante recorrer à leitura de Bianchi (2008) sobre Gramsci de que a sociedade civil é atravessada pela coerção e vice-versa; também são cruciais as análises sobre consciência, o momento político-militar e a perspectiva revolucionária do próprio Gramsci (1934 [1999-2006]) no caderno XIII.

¹⁰⁴ A discussão sobre a revolução permanente em Marx & Engels (1850) está no *Apêndice A*.

um processo de acúmulo dentro da ordem burguesa dá a impressão de que esta transição será sem uma ruptura, algo que é estranho a Antonio Gramsci.

A controvérsia entre Florestan e Carlos Nelson foi montada à luz da compatibilidade da interpretação sociológica de Florestan Fernandes com a perspectiva filosófica gramsciana de Coutinho. Desde então várias interpretações do período em discussão foram formuladas sob estas perspectivas. Antes de entrarmos nesta discussão, passemos a uma análise concreta do que foi o movimento de transição democrática no cenário político dos anos 1980.

4 As lutas populares pelo processo de “abertura democrática”

Um aspecto muito relevante da transição democrática deve ser pensado. O processo de manifestação popular pelas “Diretas Já” de 1983, basearemos a leitura deste movimento pelas ideias trabalhadas em Netto (2014).

Em 1982, o regime institucional teve um grande termômetro para medir como a sociedade brasileira se posicionava diante dele após quase duas décadas de regime civil-militar. Seria o primeiro pleito, desde 1965, multipartidário (sendo que os partidos comunistas seguiam na ilegalidade), o fim do bipartidarismo havia sido no fim de 1979.

Esta eleição abriu a disputa por vários cargos, inclusive de candidatos que tinham sido possibilitados pela anistia de 1979, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, salvo nas capitais e em áreas de “segurança nacional”, através do voto direto. Sendo que o principal meio de mobilização contra a máquina do regime Figueiredo foi a realização de comícios nas grandes cidades e em cidades de médio porte.

Neste pleito, o principal partido aliado ao regime, o PDS (Partido Democrático Social), obteve maioria no Colégio Eleitoral, órgão que estava incumbido de decidir o

sucessor de Figueiredo em 1985, mas perdeu boa parte dos governos estaduais para a oposição. Neste ano, o PT conseguiu se estruturar nacionalmente, apesar de não ter uma votação muito expressiva.

Neste mesmo ano, o governo anunciou acordos com FMI depois das eleições e da visita de Ronald Reagan (dezembro de 1982) ao Brasil, explicitando o fracasso do modelo econômico do milagre e do II PND.

A política econômica que se seguiu em 1983 foi a de arrocho salarial para quase todos os níveis de trabalhadores. Este fato não passaria incólume, houve uma reação por parte dos principais afetados. Em julho daquele ano, começou uma onda de greves em Paulínia (São Paulo), Mataripe (Bahia), depois Diadema (São Paulo) e o ABC paulista. Estas greves foram recebidas com perseguição sindical e punição de vários trabalhadores, afetados pela legislação que proibia greves em atividades econômicas consideradas essenciais.

O exemplo do regime de Leopoldo Galtieri na Argentina e a derrota humilhante que este sofrera nas Ilhas Maldivas, em parte pelo decisivo alinhamento dos E.U.A. ao regime de Thatcher contra a Argentina, preocuparam os comandantes do regime civil-militar brasileiro, pois na Argentina, a derrota nas Maldivas marcou o começo de uma abertura penosa para as Forças Armadas, com punições aos responsáveis por abuso e crimes políticos e com a desqualificação dos militares.

Neste sentido a aproximação de Tancredo Neves, uma figura conciliadora e reformista, foi marcante para as Forças Armadas realizarem uma transição menos custosa e traumática. Tancredo declarava abertamente que a transição deveria ser conciliadora e sem “revanchismo” contra os militares.

Além de Tancredo, representantes da plutocracia brasileira, financeira e empresarial, como Roberto Marinho, Olavo Setúbal e Antônio Armínio de Moraes

exerceram esta função de conciliação com o regime civil-militar no processo de transição já em 1984.

A sucessão de Figueiredo marcada para abril de 1985 apresentava sinais de que não seria controlada pelo “condomínio militar” que realizara as outras transições do regime de 1964. Já em abril de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira propôs uma emenda constitucional para tornar direta a sucessão de Figueiredo. Os partidos de oposição, apesar de serem minoria no Congresso, se empenharam em tornar a campanha numa de série de manifestações de massas conhecida como “Diretas Já”. Após uma primeira manifestação de pequeno porte, o movimento foi ganhando força, mesmo que sob o silêncio dos principais veículos de comunicação, até tornar-se um dos maiores, senão o maior, movimento de mobilização cívica do século XX no Brasil. Reunia, de forma a combinar várias classes e setores sociais, várias forças da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja Católica, vários sindicatos dos trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Brasileira de Imprensa e algumas entidades empresariais. É neste contexto, por exemplo, que ganha maior destaque a figura de Ulysses Guimarães, figura que viria ser muito importante no processo Constituinte entre 1987 e 1988.

Ainda segundo Netto (2014), é na segunda metade dos anos 1980 que se intensificam e se organizam mais os movimentos negro, feminista, de questão de gênero e de povos originários. Além disso as greves de trabalhadores aumentaram em 1984. Pode-se afirmar que o movimento das Diretas Já ganhou ampla aceitação nacional por catalisar as demandas por mudanças sociais no Brasil. Em abril de 1984, Figueiredo à luz da iminente votação da emenda Dante de Oliveira, declara “estado de emergência” e propõe que as eleições diretas sejam implementadas, mas só em 1988. A votação ocorre em abril e o resultado da votação da Emenda foi negativo para as forças de oposição,

tendo sido recusada por falta de 22 votos, mas mostrou ao governo que sua base, inclusive dentro do seu partido de apoio (o PDS) ruíra.

Netto (2014) mostra assim o resultado do movimento:

A mudança de qualidade que apontamos, elevando o projeto da abertura ao nível de um processo de democratização (e, assim, rompendo com os limites originais da autorreforma do regime), consistiu precisamente em apontar que aquelas dimensões econômico-sociais só seriam realmente contempladas mediante a mais ativa intervenção popular nas atividades políticas. Daí, sem ignorar outras causas e motivos, o “contágio” que as greves (e mesmo as organizações) operárias tiveram sobre um enorme universo de trabalhadores (Netto, 2014: 242).

O isolamento do regime se mostrou evidente quando políticos do PDS, como José Sarney, e Aureliano Chaves (vice de Figueiredo), formaram a Frente Liberal e o Partido da Frente Liberal (PFL) agregando várias frações das burguesias brasileiras, que outrora gozaram tanto dos favores do regime civil-militar, mas que da noite para o dia se apresentavam como democratas que lograram negociar acordos com o principal partido articulador do período o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A partir da “Aliança Democrática”, surgida destas negociações, a candidatura de Tancredo Neves e seu vice José Sarney (que recém saíra da presidência do PDS para formar o PFL) foi colocada e uma nova forma de pacto “pelo alto” foi selada. Com ela, as Forças Armadas não seriam punidas e desqualificadas e a transição seria “truncada”. O PT foi um dos únicos partidos que se opôs a este pacto, por não acreditar numa saída do regime pela via institucional. Até mesmo os comunistas acataram a Aliança Democrática, composta por dissidentes da ditadura e pela frente democrática, composta por partidos oposicionistas.

Passada a Campanha das “Diretas Já” e a derrota da Emenda Dante de Oliveira, o discurso pela frente oposicionista passou a ser por uma mudança que se desse pelo plano institucional. Damos palavra a José Paulo Netto sobre este tópico:

Restringindo assim a luta pela democracia ao plano institucional, ao Colégio Eleitoral [...], o PMDB e a Frente Liberal trataram de mobilizar a vontade popular que a derrota da emenda Dante de Oliveira levava ao desalento. A proposta mudancista substituiu a demanda das “Diretas Já” – a palavra de ordem passou a ser “Mudanças Já”. E é fato que não foi difícil reverter o desalento que se abatera sobre o país na noite de 25 de abril: a aspiração pelo fim da exceção e do arbítrio, o desejo de ver instauradas as garantias políticas mínimas que um Estado de Direito Democrático pode assegurar estavam tão disseminados que a candidatura de Tancredo – mesmo supondo a sua sagração presidencial pelo Colégio Eleitoral – adquiriu um enorme apoio de massa, apoio agora facilitado pela maciça adesão da mídia (NETTO, 2014: 250).

O preço da assembleia constituinte convocada, a que foi viabilizada pelas forças conciliadoras, foi o de não ser soberana, exclusive (no sentido de só vigorar no período constituinte e de versar sobre a nova Constituição) e livre.

5 O desmanche do “bonapartismo” e a construção de um novo tipo de democracia restrita

A controvérsia que montamos entre Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, sobre as perspectivas para o período que ficou conhecido como a “transição democrática” no Brasil, teve como ponto de partida a natural e inevitável distensão da solução extremamente violenta encontrada pelas burguesias brasileiras para a crise de seu poder.

De um lado, Florestan sinalizava que o regime deveria buscar novas formas de realizar as funções autocráticas do tipo de Estado que havia montado e que possivelmente entrelaçaria seu destino com a abertura da cooptação para os setores que ficaram excluídos das formas de integração à ordem durante o regime civil-militar. Seu diagnóstico era referente ao tipo de capitalismo específico presente na América Latina, o capitalismo dependente.

De outro, Carlos Nelson Coutinho apresentou uma perspectiva, num período de era do capital monopolista de Estado, sobre as possibilidades de conformação de um sujeito político coletivo que, dada as derrotas que o regime civil-militar vinha sofrendo, reforçariam o processo de socialização da política e estabeleceriam os pressupostos para o reforço da sociedade civil em detrimento da sociedade política. Uma interpretação compatível com a noção de autodeterminação das forças produtivas no Brasil na era do capital monopolista de Estado, cara à proposta de “capitalismo tardio” de Mello (1982) e que não se propunha a discutir a base econômica do sistema capitalista dependente, a existência da propriedade privada.

Como destacamos, o escopo de sociedade civil nos dois autores acaba sendo diferente uma vez que Florestan considera que pela democracia restrita forjada pela plutocracia brasileira, só os integrados à ordem fazem parte da sociedade civil. Enquanto Carlos Nelson vê a sociedade civil como o conjunto de aparelhos independentes, considerada sua interação dialética, da sociedade política e que deveria servir toda a população, porém o que acaba acontecendo é que na sociedade civil está o espaço de realização dos aparelhos hegemônicos privados, os instrumentos de busca da hegemonia da plutocracia que estão fora do aparelho repressor e opressor.

Segundo Demier (2017), destas duas interpretações resultaram algumas outras análises sobre o regime civil-militar que, com uma perspectiva que combina elementos teóricos trotskistas, gramscianos e poulantzianos, fora iniciada com a obra de Carlos Estevam Martins com *Capitalismo de Estado e monopolista político*, de 1977. Esta obra, na nossa análise, é incompatível com a agenda de discussão de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson. Mas, Demier (2017) a ressalta por ela pretender debater a afirmação de que o regime de 1964 fora um *regime político bonapartista* em que o Estado ganhara certa autonomia relativa às classes dominantes. Vejamos mais de perto.

Ao passo que a interpretação de Felipe Demier sinaliza alguns fatos interessantes sobre a questão democrática no período da transição democrática, ela deve ser vista com precaução, porque afinal as leituras de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho são distintas, de difícil conciliação. De um lado, Florestan está afirmando que a crise democrática brasileira é estrutural e foi solucionada pelas burguesias brasileiras. De outro, Carlos Nelson Coutinho sinaliza que os destinos da democracia brasileira são compatíveis com a ideia de autodeterminação das forças produtivas no Brasil. Concatenar estas ideias, inclusive com a apropriação da teoria de Estado de Nico Poulantzas realizada por Carlos Estevam Martins, nos parece um exercício que não soluciona a questão pela incompatibilidade das interpretações, mas que ainda sim traz uma ideia a ser pensada sobre o novo tipo de democracia que emerge nos anos 1990.

Segundo Demier (2017), autor que segue uma interpretação trotskista sobre o fascismo¹⁰⁵, diante de uma *crise de hegemonia*, a classe e as frações da classe dominante, internas e externas, não conseguem consenso em torno de seus interesses econômicos; tampouco logram resolver, através dos partidos políticos, suas diferenças na cena política e, por último, não conseguem conter as demandas e insatisfações das classes subalternas. Portanto, a crise de hegemonia se revela como um momento em que a classe dominante e suas frações não conseguem *certo equilíbrio* entre consenso e coerção. Diante disso, se pode identificar aquilo que Florestan chamara de “crise do poder burguês” com uma “crise de hegemonia” gramsciana.

Segundo Gramsci (1934 [1999-2006]), se houvesse equilíbrio entre ditadura e hegemonia, o consenso superaria, por pouco, a necessidade de uso da força na resolução de conflitos sociais e, através dos “órgãos de opinião pública”, este consenso mostraria que o uso da força está apoiado pela vontade da maioria. Ocorre que, em momentos de

¹⁰⁵ Uma visão diferente pode ser vista em Poulantzas (1970 [1972]), para quem o fascismo não pode ter uma base proletária. Ponto que traz à tona a necessidade de busca da explicação de porquê as massas, em determinados exemplos históricos, aderem a regimes de tipo “fascista”. Para mais, ver Iasi (2018).

crise de hegemonia, a classe e as frações de classe dominante apelam para o uso da coerção de maneira destacada em relação à busca de hegemonia, já que esta está debilitada e desequilibrada.

Ainda segundo Demier, pela teoria trotskista, um regime político possível para períodos de crise burguesa é o do *bonapartismo*, tal como o descrito em Marx (1852 [2011]). Este regime seria a resposta burguesa para uma crise de seu poder. Com esta crise sua situação como classe dominante está, de certa forma, ameaçada pelas classes subalternas. O fascismo seria outro tipo de regime de crise analisado por Trotsky, sendo que a diferença entre a implantação do bonapartismo para a implantação do fascismo seria o grau, menos intenso no primeiro e mais acentuado no segundo, em que se encontra luta de classes em determinada conjuntura¹⁰⁶.

Segundo Trotsky, pelo bonapartismo a classe e as frações de classe burguesa quando estão em intensa disputa, num período de crise de hegemonia, delegam ao Estado, ou a uma figura dentro dele, seu poder para que a propriedade capitalista e a ordem do sistema da propriedade privada sejam preservadas. Elas fazem isso porque como estão em crise não logram que seus interesses sejam atingidos no parlamento. Ao delegarem ao Estado seu poder de classe ou de fração de classe, elas tornam o Estado relativamente independente ou, como ficou conhecido pela obra de Poulantzas (1968 [1977]), “autônomo”.

Na prática, a atuação do Estado seria através de um corpo burocrático ou militar revestido de certa autonomia em relação às classe ou frações de classe que pretendam perpetuar a ordem. Isto não quer dizer que o poder seja *efetivamente* autônomo à classe ou fração de classe e, muito menos, que esta classe ou fração de classe não seja beneficiada durante o período bonapartista¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Discutiremos o fascismo na agenda de pesquisa proposta.

¹⁰⁷ Ainda conforme Demier, Carlos Estevam Martins também afirma que se é verdade que as frações burguesas deram autonomia relativa para o Estado durante seu crise de hegemonia, também vale que logo depois que a crise fora

Conforme Demier (2017), é a partir da obra de Martins (1977), que se difunde a ideia de que o regime civil de 1964 teria sido um regime bonapartista, pois as frações de classe burguesas, num período de crise de hegemonia burguesa (com as tensões da guerra fria, as pressões das empresas transnacionais e as pressões das camadas populares) transferiram seu poder para um Estado unificado e centralizado que atuava, principalmente por seus quadros policial-militar e burocrático. O poder de *direção* destas classes fora transferido para um Estado, portanto, que atuava por meio da “arbitragem de uma cúpula político administrativa distinta das partes” (MARTINS, 1977: 218).

Assim, as interpretações do significado do golpe de 1964 de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho foram fundidas na obra de Calos Estevam Martins, apesar de as suas perspectivas para a transição democrática ainda permanecerem distintas. Sinalizamos a impossibilidade de conciliação destas interpretações, mas queremos destacar que da análise de Demier (2017), a ideia subsequente de “democracia blindada” é interessante.

A partir da década de 1970, as bases objetivas para o desmanche do regime de 1964 começaram a se apresentar com a garantia de que a contrarrevolução lograra a preservação do *status quo* e com o esgotamento do modelo do milagre econômico que foi levado à saturação definitiva com o II Plano Nacional de Desenvolvimento no governo Geisel. A crise da dívida externa desencadeada pela moratória mexicana na década de oitenta afundou toda a região latino-americana em duas décadas de prostração econômica e colocaria as bases para a transição do tipo de democracia em vigor.

Conforme vimos no capítulo 2, segundo Fernandes (1976 [2010]) e Ianni (1989), o “Brasil moderno” nasceu com uma tradição democrática configurada como democracia restrita e com uma cultura política autoritária. Esta conformação ganharia traços

resolvida, a fração monopólica do capital, em especial a do capital internacional, retomou o poder de Estado. Martins afirma que isto foi feito por uma “coalizão internacional-modernizadora”.

extremamente peculiares e contraditórios quando da distensão do modelo civil-militar de 1964, porque foi o período mesmo em que o neoliberalismo, inspirado na teoria econômica monetarista de Milton Friedman e na filosofia de Friedrich Hayek, surge como um projeto de “edificação de democracias liberais imunes à participação popular” (DEMIER, 2017: 87).

Durante a década de 1970, há no mundo capitalista uma luta para o desmanche do concerto social representado pelo Estado de Bem-Estar de origem keynesiana e beveridgeana¹⁰⁸ do pós-guerra que fora tão funcional à recuperação econômica e à proteção social na Europa. Com o fito de retomar as taxas de lucro que haviam decaído após três décadas “gloriosas”, os pioneiros deste combate nos países centrais seriam os governos contrarreformistas na Inglaterra de Margaret Thatcher (1979-1990) e os E.U.A. de Ronald Reagan (1981-1990), os quais promoveram a austeridade dos gastos do governo, a desregulação da economia, a privatização e financeirização de suas economias e, mais importante para o nosso caso, promoveram o neoliberalismo como um projeto para o mundo periférico também no contexto de encerramento da disputa ideológica da guerra fria.

De fato, a América Latina já vinha sendo laboratório para as políticas monetaristas e, posteriormente, neoliberais desde os começos da década de 1970 com o caso do Chile no regime ditatorial de Augusto Pinochet. No começo dos anos 1970, com a Comissão Trilateral, capitaneada por Samuel Huntington, cientistas sociais conservadores propuseram que na América Latina fossem construídos regimes políticos que fossem democracias ainda mais restritas.

¹⁰⁸ John Maynard Keynes e William Beveridge foram dois políticos que atuaram marcadamente no Reino Unido durante e após a II Guerra Mundial propondo novas formas de política socioeconômica que dessem soluções para as contradições do capitalismo distintas das soluções tipicamente liberais, dentro do marco da ordem capitalista. Juntos propuseram políticas anticíclicas por parte do Estado que atuassem de maneira a buscar o “pleno emprego” dos fatores de produção e uma política estatal intervencionista que ficaria conhecida como “Estado de Bem-Estar Social” no Reino Unido e na Europa continental. Para um pouco de suas propostas ver Keynes (1936 [2007]) e Beveridge (1942).

Esta proposta, em linhas gerais, visava mais uma transformação social “pelo alto”, sem a efetiva participação popular. Na verdade, a proposta tinha como foco evitar que no processo de distensão dos regimes civil-militares, os regimes políticos latino-americanos voltassem a dar espaços de participação política às massas, os quais segundo a Comissão, foram os responsáveis pela onda populista vividas antes das ditaduras latino-americanas.

Segundo Demier (2017), a construção destes novos regimes políticos, sob a forma de democracias liberais, se daria sob orientação schumpeteriana de “democracia procedimental”, que quer dizer que seriam criadas instituições e uma lógica de dinamismo democrático que favorecesse a governabilidade (pressuposto para o funcionamento das políticas socioeconômicas neoliberais), pois seria impossível a participação direta de todos os cidadãos nas decisões democráticas. Na prática, como afirma Felipe Demier, as propostas para uma “democracia liberal” da Comissão Trilateral¹⁰⁹ preconizavam a desmobilização das massas e a apatia dos cidadãos mediante eleições regulares e disputadas por elites políticas.

A proposta, portanto, era a de construção de um executivo forte, restrito aos partidos e a coalizões conservadores, independentes do voto da massa popular. Ora, esta era a perspectiva que Florestan Fernandes sinalizara com a afirmação de construção de novas formas de atuação do Estado autocrático burguês. Felipe Demier chama este tipo de regime político proposto pela incipiente onda neoliberal de “*democracia blindada*”, pois além de reproduzir os mecanismos de uma “democracia restrita” (à lá Florestan Fernandes), ela estaria alheia e, mais importante, **imune** a qualquer forma de mobilização popular.

¹⁰⁹ Segundo Noam Chomsky, linguista americano, a Comissão Trilateral é um grupo privado formado em 1973, por iniciativa de David Rockefeller, com influentes membros de países da América do Norte (com predominância de membros estadunidenses), Ásia (com maioria japonesa) e Europa ocidental. Dentre eles estão líderes de empresas, banqueiros, sócios de firmas de advocacia, senadores e professores de relações internacionais. Esta Comissão tem como objetivo planejar os destinos do mundo capitalista intervindo diretamente nos governos e em suas “governabilidades”. A Comissão teve papel central na década de 1970 na construção, no chamado “terceiro mundo”, de democracias em que a apatia e o “não-envolvimento” das massas deviam ser fomentados em oposição ao “excesso de democracia” das décadas anteriores (Chomsky, 1981).

Na verdade, já no fim da década de 1980, a restauração das taxas de lucro já havia sido equacionada pelas e para as nações hegemônicas com uma série de ajustes econômicos que os países periféricos deveriam fazer, mas a forma do regime político de democracia blindada se apresentara como a forma mais efetiva de gestão da luta de classes e, por isso, sua construção persistiu em todo mundo. Portanto, mesmo com o fim do socialismo real, uma nova forma de democracia foi incentivada e que era distinta do tipo bonapartista, militar e até fascista. Suas instituições jurídicas, políticas e executivas eram impermeáveis às demandas populares e:

Ademais, guardando uma autonomia quase absoluta em relação aos processos eleitorais e, portanto, livres de qualquer tipo (ainda que mínimo) de controle popular, certos organismos do Estado responsáveis pelas questões consideradas estratégicas (como os bancos centrais, agências reguladoras etc.) tornaram-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais das classes dominantes (DEMIER, 2017: 96).

Resulta que a distensão política proposta e implementada teve efeitos colaterais extremamente contraditórios para o regime civil-militar. Com o governo Figueiredo isto ficou claro com os impactos da revogação dos atos institucionais, com a lei da anistia e a extinção do bipartidarismo, pois permitiram maior espaço de mobilização e organização das massas na cena política.

Destas implicações da abertura, destacamos uma verdadeira ativação da sociedade civil e de seus aparelhos privados de hegemonia, como vinha ressaltando Carlos Nelson Coutinho. Houve a reorganização sindical (sem a forma corporativista e ditatorial advinda do período do Estado-novo) e política da classe trabalhadora, conformada sob a forma de “novo sindicalismo” ainda na década de 1970, a criação do Partido dos Trabalhadores

(PT) em 1980, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em 1984 (MST)¹¹⁰.

O ápice desta contradição seria a construção da carta constitucional de 1988 que expressaria uma série de demandas sociais, como, por exemplo, o capítulo de seguridade social e as disposições sobre o trabalho, o salário mínimo e a questão da função social da terra. Além destes ganhos, a carta previa o voto dos analfabetos e de militares subalternos.

Estas demandas estão longe de serem as vontades do grande capital monopolista e dependente. A constituição resultante da assembleia constituinte, de certa forma, frustrou a proposta de construção de uma democracia totalmente blindada na saída do regime civil-militar.

Entretanto, por mais que tenha expressado, parcialmente, a demanda das massas populares, a constituição de 1988 foi concertada sob a direção de representantes políticos das classes dominantes. O próprio Florestan Fernandes apontaria esta contradição numa coletânea chamada *Que tipo de república?* (Fernandes, 1986 [2007]). Basta lembrar, que segundo esta constituição o poder Executivo saía reforçado, em especial, pela criação do dispositivo da “medida provisória” que permitia que o ou a presidente baixasse uma medida com força de lei em caso de alegada urgência e relevância, para ser posteriormente avaliada pelo congresso.

Desta forma contraditória, foram combinados uma “democracia blindada” com uma carta constitucional que, de certa forma, tentou construir extemporaneamente (pois foi num contexto histórico em que a socialdemocracia europeia já estava em crise e o neoliberalismo surgia hegemônico no mundo) um Estado de Bem-Estar no Brasil. Daí resultou uma cena política em que os pequenos partidos (chamados de ideológicos), ao

¹¹⁰ Segundo Saad-Filho e Morais (2018), o movimento que ficou conhecido como “nova esquerda” na época de “transição democrática” de meados da década de 1980 “[...] incluía também a ala da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação, organizações estudantis, uma grande variedade de artistas, movimentos urbanos e rurais, ONGs, intelectuais e artistas de prestígio, partidos clandestinos de esquerda e uma ampla gama de organizações progressistas, desde jornais dissidentes até grupos de teatro. Há muito tempo desapontados com a ineficácia do MDB, e não querendo juntar-se aos partidos comunistas tradicionais, esses grupos dissidentes se entusiasmaram com a ideia de criar um partido de tipo diferente (SAAD-FILHO & MORAIS, 2018: 86).

não aderirem às grandes coalizões do parlamento, do executivo e judiciário não logram representar efetivamente os trabalhadores na vida política brasileira por falta de espaço político na sociedade política.

Portanto, efetivamente, há, desde então, uma alternância entre poucos partidos no poder que aderem em graus distintos, mas indelevelmente, à plataforma neoliberal (Saad-Filho & Moraes, 2018). No fundo, estes partidos que logram ascender ao poder são *partidos da ordem burguesa*, pois defendem a plataforma neoliberal em diferentes graus e perpetuam a hegemonia do grande capital monopolista e dependente na sociedade política. Aqui, com as devidas mediações, vale a citação de Domenico Losurdo sobre o sistema bipartidário estadunidense:

Por um lado, no plano jurídico, toda uma série de normas e de casuísmos dificulta a apresentação de candidaturas fora dos dois partidos oficiais; por outro, as grandes empresas de televisão são livres para convidar aos debates por elas organizados os candidatos considerados merecedores de atenção e para excluir os candidatos de risco para o sistema e a ideologia dominante. E assim a competição eleitoral se reduz a um duelo televisivo e midiático entre dois contendentes. Confrontam-se dois programas diversos? [...] Os dois candidatos oficiais remetem não só a um mesmo partido político, mas também a mesma classe social (LOSURDO, Domenico *apud* Demier, Felipe, 2017: 97).

Aqui cabe uma dúvida: o que torna os partidos que chegam ao poder, mas que têm uma orientação mais progressista vinculada à socialdemocracia ou ao eurocomunismo, em ferrenhos defensores da ordem? Pensamos que a resposta está na categoria, trazida por Gramsci, de *transformismo*. Como tratado acima, ele é um instrumento que viabiliza a busca pela hegemonia sem a necessidade do uso exacerbado da força e que, através da conciliação de interesses que pareciam à primeira vista inconciliáveis, apassiva a luta de classes.

No caso brasileiro, esta categoria parece se aplicar bem ao ciclo que levou o Partido dos Trabalhadores desde sua conformação, como partido de organização e luta

pelos interesses dos trabalhadores na década de 1980, à sua ascensão ao governo em 2003.

Faremos uma breve análise deste ciclo agora.

6 Democracia como instrumento de acomodação à ordem burguesa: o ciclo da Nova República

Até aqui, tratamos da orientação que as classes dominantes deram para a revolução burguesa no Brasil e como isso tem impedido o surgimento do povo enquanto uma classe trabalhadora organizada e com a consciência de que, para se afirmar enquanto povo, deve levar às últimas consequências a luta contra a dupla articulação do capitalismo dependente. O partido da classe trabalhadora, enquanto espaço onde se realiza esta organização coletiva “desde baixo”, joga papel central, ao construir junto com a própria classe, nesta tarefa da classe de emancipar-se.

Por isso, é importante que tracemos um breve panorama das diferenças entre os dois partidos, de origem trabalhadora, mais influentes na história do país: o PCB e o PT. Ao tomar esta opção, indicamos que recorreremos sucintamente ao período entre a criação do PT e sua ascensão do poder, e centralizaremos a análise nos anos em que o poder já estava no poder porque aí estão as transformações sociais mais importantes para o objeto deste capítulo.

O PT surgiu tentando se diferenciar do PCB, negando sua estratégia revolucionária (como veremos) e tentando estabelecer uma linha programática própria. Segundo Iasi (2017), já no seu V Encontro Nacional em 1987, o PT deixaria claro que, uma aliança dos trabalhadores com a burguesia brasileira seria espúria na medida em que em nada contribuiria para o atingimento da meta final do partido: a introdução do socialismo.

De fato, a política do PT desde o seu surgimento dialogou com a estratégia do PCB, sendo que a principal convergência seria a proposta imbuída na teoria da etapa nacional e da democratização com acúmulo de forças entre várias classes para realizar a “transição para a transição”, ou seja, segundo o PT, seria necessário um reforço das instituições burguesas para que uma transição em direção ao socialismo fosse viável.

Entretanto, de acordo com a sua evolução, o PT iria abdicar do caráter “nacional” do seu programa em favorecimento do caráter “democrático e popular”, o que parecia fazer sentido dada a conjuntura de abertura democrática do regime civil-militar. A agenda do PT ficaria conhecida então como *democrática-popular*, enquanto a agenda política do PCB fora a *nacional-democrática*¹¹¹. O que interessa ressaltar é que a necessidade, posta pela própria cúpula dirigente do PT, de um acúmulo de forças o levou a uma mudança de suas ações em relação aos interesses de sua base histórica de apoio, os excluídos do sistema e os trabalhadores.

Com seu alcance aumentando, o partido viu a necessidade de governar assim que possível. Numa sociedade burguesa, isso só seria possível, para um partido relativamente novo e fora do sistema estabelecido, como o PT, com alianças. Aqui destaca-se a principal diferença entre os ciclos políticos do PCB e do PT: o último efetivamente chegou ao poder (através do processo de transformismo), o que, evidentemente, teve consequências políticas e socioeconômicas de maiores proporções para a sociedade brasileira e, para o eventual curso de uma *revolução brasileira*, do que qualquer mobilização de massas que o PCB logrou na sua história.

Vale destacar também o contexto em que o PCB e o PT traçaram seus programas. O PCB surgiu no Brasil em 1922 no contexto da expansão da influência das lutas comunistas no mundo após a Revolução Russa de 1917 e teve sua luta no século XX

¹¹¹ Para uma síntese das diferenças destes programas ver Martins *et al.* (2014) e Neves (2016).

pautada pela implantação do programa nacional-democrático num contexto de polarização mundial na Guerra Fria. O PT, fundado em 1980, teve sua origem das lutas sindicais do ABC paulista nos fins dos anos setenta, portanto num período em que polarização mundial já dava sinais de seu fim e quando o neoliberalismo emergia como ideologia e como plataforma de política socioeconômica hegemônicas no plano mundial.

Esta comparação dos ciclos políticos se faz necessária no seguinte sentido: para chegar ao poder, o PT se diferenciou do PCB se adaptando à ordem burguesa e usufruiu do *presidencialismo de coalizão*: uma forma de governabilidade, de inspiração schumpeteriana, nascida com o fim da ditadura que se baseia na compra de alianças políticas para obtenção de maioria parlamentar e que acaba por incorporar setores fisiologistas, aqueles que adequam seus princípios e interesses à situação política de momento para estarem na base governamental (Anderson, 2016).

Assim, o PT comandou um esquema que ficou conhecido como “mensalão”, instrumento de corrupção via compra de votos construído para se ter governabilidade. Basicamente, este mecanismo estava dentro do quadro de cooptação com corrupção descrito por Florestan Fernandes e por Antonio Gramsci. A dinâmica específica desta artimanha consistia no pagamento pecuniário mensal e ilegal para alguns congressistas através de empresas privadas e públicas (Anderson, 2016).

A estratégia de ação do PT, portanto, foi a de atingir novas formas de manter o *status quo* sem abrir mão de seu programa originário, ao mesmo tempo em que não apresentava perspectiva nenhuma de cumpri-lo (Iasi, 2017). Ironicamente a cooptação foi exercida em sua forma plena, com a “abertura para baixo”¹¹² por um partido de base social trabalhadora que sofreu o transformismo: um processo de absorção gradual e contínua

¹¹² Vide o diagnóstico que Florestan Fernandes traçara para a transição democrática brasileira de casamento de uma democracia de cooptação que se abriria para baixo, representando o Estado burguês em novas formas, com um reforçamento do Estado autocrático, típico do regime civil-militar.

dos setores aliados e inimigos, aparentemente irreconciliáveis, através de variadas técnicas.

Aqui se acha um elemento fundamental para a crise da *Nova República*, período iniciado formalmente com a abertura democrática em 1985 e substancialmente com a promulgação da carta de 1988 e, conforme defenderemos, acabado em 2016 com o impedimento de Dilma Rousseff.

Nos governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique o transformismo do PT não estava completo, o partido ainda mantinha no discurso alguns de seus princípios programáticos revolucionários fundantes e não reunia as condições objetivas para a chegada ao poder. A cooptação em novos patamares e que se abriria para baixo, aquela que havia sido prevista por Florestan em 1975, não era ainda possível não só por questões internas ao partido, mas por conta das próprias conjunturas socioeconômica brasileira e mundial da época¹¹³. Com a introdução da agenda neoliberal, tampouco havia condições econômicas para o usufruto total da cooptação pelos partidos que estavam no poder entre o governo Collor até o de Lula, pois o neoliberalismo prega a participação mínima do Estado na economia.

Basta lembrar que o cenário latino-americano era de crise da dívida externa e havia intensa instabilidade na região. José Sarney, de um lado, governou sob forte pressão popular após a Constituinte e, de outro, teve a missão de continuar “lenta, gradual e seguramente” o legado da revolução burguesa dependente que passava a se voltar ao neoliberalismo no período de fim da Guerra Fria e de promoção do início da reestruturação produtiva. Este mesmo período é aquele em que Furtado (1982) fala da configuração de uma “nova dependência” na América Latina, nos marcos da submissão

¹¹³ De fato, como destaca Virgínia Fontes, o uso da força bruta ainda era utilizado após a “abertura democrática”. Conforme suas palavras: “[...] Pela truculência, através do esmagamento emblemático das greves de Volta Redonda, em 1989, ainda no governo Sarney, quando o Exército assassinou barbaramente três trabalhadores, e da Petrobras, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando, também com recurso ao Exército, intentou-se a castração, por longo tempo, do sindicato dos petroleiros; além de assassinatos recorrentes de militantes do MST, em luta pela Reforma Agrária” (FONTES, 2010: 336).

da política econômica ao monetarismo e às recomendações sobre a administração da dívida externa por parte do FMI.

O governo de Fernando Collor foi o que implantou as propostas econômicas neoliberais do Consenso de Washington, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de forma indelével no Brasil. Seu governo seria conturbado pelas crises social, econômica e, principalmente, política que levaram ao seu “impedimento”.

Seus sucessores, Itamar Franco e FHC, centraram seus esforços na estabilização monetária, problema crônico de uma economia subdesenvolvida, e naquilo que consolidou de vez o neoliberalismo à brasileira: o Plano Real, com seu tripé de câmbio flutuante¹¹⁴, a partir de 1999, ajuste fiscal e política monetária austera (Sampaio Jr., 2017). Vale lembrar que os programas sociais assistencialistas começaram já no anos FHC.

Diante destas conjunturas conturbadas, mas que não chegavam a conformar uma crise de poder burguês ou uma crise hegemônica, afirma-se que não havia espaço, dentro do jogo democrático, para a conciliação de interesses divergentes e para o atendimento de demandas das camadas pobres, nem mesmo de forma paliativa. Estas condições, que viriam a possibilitar e conformar a cooptação feita pelo PT, não estavam na ordem do dia naquele momento. Vale lembrar que tanto a década perdida quanto a década de noventa significaram o prolongamento da compressão das condições de vida dos trabalhadores mundialmente (Saad-Filho & Morais, 2018).

¹¹⁴ O plano Real foi uma estratégia deliberada de política econômica liberal. Esta estratégia abrangia a órbita de redução do papel do Estado, pretendia estimular a órbita da estrutura industrial e a órbita monetária e financeira. Segundo esta estratégia, haveria convergência do padrão de desenvolvimento (em especial das estruturas produtivas e da produtividade), das economias em desenvolvimento em direção ao padrão das economias desenvolvidas. Quatro eram os pilares de tal estratégia: 1) estabilidade de preços a fim de facilitar o cálculo econômico de longo prazo; 2) abertura comercial e apreciação cambial como forma de forçar os produtores domésticos a aumentarem sua competitividade; 3) privatizações e IDE para diminuir gargalos da economia e aumentar a eficiência e 4) liberalização cambial relacionada à previsibilidade da taxa de câmbio como forma de atração de poupança externa e de financiamento das transações correntes. Em relação ao câmbio, deve-se dizer que de 1994 a 1999 vigorou a âncora cambial, pela qual o governo garantia um valor fixo de intercâmbio entre o real e dólar (por volta de 1 para 1). Com as crises mexicana em 1994, asiática em 1997 e russa em 1998, a desvalorização se tornou urgente, dado os desequilíbrios fiscais que a sobrevalorização acarretava.

Defendemos que, só sob um contexto internacional mais favorável; com a estabilização monetária interna; com um presidente com a origem trabalhadora e o apelo popular de Lula e com um acordo subserviente com as burguesias dominantes, *carta ao povo brasileiro*, foi que o PT obteria junto à sociedade brasileira as condições para a chegada ao poder e para cooptar plenamente as classes tuteladas, *fornecendo soluções conjunturais para dilemas estruturais como a pobreza e a desigualdade* (León, 2015). De fato, o PT contribuiu, através da adoção de políticas assistenciais “focalizadas de massa”¹¹⁵, para a substituição da *crítica social* da pobreza e da desigualdade por uma *denúncia* da pobreza e da desigualdade. Isto é, foi capaz de apontar os efeitos, sem atacar as causas da questão social.

Toda nossa construção sinaliza que, ao assumir a linha de menor resistência de conciliação e apassivamento da luta de classes e se render totalmente aos princípios neoliberais do Plano Real, o PT completou seu transformismo e virou um partido da esquerda da ordem, reproduzindo a dependência e o subdesenvolvimento típicos do capitalismo dependente e as formas autocráticas de atuação do Estado burguês, por atuar somente sobre os efeitos e não sobre as causas da questão social.

É importante destacar, como nos lembram Badaró (2017) e Demier (2017), que não só o PT, mas também a CUT sofreu o transformismo. Segundo os autores, na busca pela construção de um consenso ativo (aquele que conta com o apoio das massas) as classes dominantes, sob o projeto neoliberal, lograram cooptar as direções sindicais ligadas ao PT e que comandavam a CUT. Vale lembrar, como o faz Fontes (2010) da criação da Força Sindical em 1991, voltada à conciliação entre o capital e o trabalho e para resultados políticos imediatos. O caminho para o apassivamento de classes estaria aberto, portanto.

¹¹⁵ As políticas de transferência de renda focalizadas no sentido de serem condicionadas a uma série de requisitos por parte do beneficiário, como estar situado dentro de uma faixa monetária de renda e ter filhos matriculados na escola. Entretanto, no caso do Bolsa Família, em que mais de 13 milhões de famílias recebem o benefício, uma melhor designação para o programa é programa focalizado de massa.

Sob pressão do elevado nível de desemprego dos trabalhadores do setor industrial, os líderes da CUT demonstraram-se abertos ao diálogo e à colaboração de classes, fato exemplificado desde as “câmaras setoriais”¹¹⁶ do governo Itamar Franco, pelo “acordo da previdência” de 1997 no governo FHC e compreende também a gestão tripartite de fundos como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pelos quais os líderes sindicais acabaram compartilhando interesses e propostas com empresários.

Ainda conforme Badaró (2017), um ponto chave da incorporação e absorção de líderes sindicalistas e até mesmo de grupos inteiros, gravitava em torno dos fundos de pensão, especialmente os dos trabalhadores de empresas estatais, como por exemplo o Petrus (da Petrobrás), o FUNCEF (da Caixa Econômica Federal) e o Previ (do Banco do Brasil). Estes fundos têm como proposta complementar a previdência social pública dos trabalhadores de empresas estatais, mas acabam capitalizando consórcios de empresas privadas dos ramos industrial e bancário. Desde a década de 1980 os sindicatos e organizações trabalhistas lutaram e conseguiram que seus representantes fizessem parte dos conselhos gestores destes fundos que comandam verdadeiras fortunas¹¹⁷.

Líderes cutistas e petistas acabaram sendo absorvidos pela oferta de benefícios e regalias privadas pessoais que desviavam o foco da luta coletiva e traziam as instituições trabalhadoras para uma agenda do capital. Tal transformismo, combinado à extrema concorrência entre os próprios trabalhadores promovida pela agenda neoliberal, desconstruía qualquer possibilidade de haver mínimas condições para uma unidade da classe trabalhadora e de sua consciência crítica. Logo após ascender ao governo, houve uma série de dissidências do PT que preferiram não se alinhar a um partido que havia

¹¹⁶ As câmaras setoriais tratavam de realizar acordos sobre a competitividade em cada setor de atividade da produção industrial e comercial brasileira que deveriam ser reguladas pelos mecanismos de preço dos mercados.

¹¹⁷ Os fundos de pensão estão diretamente ligados ao processo de financeirização da riqueza e do consumo estudados por Lavinias (2017) e, junto da financeirização de outras áreas de interesse público como a educação, a saúde e a segurança pública foram articuladas com o setor privado através de “Parcerias-Público-Privadas” (PPP).

concretizado sua entrada na ordem burguesa. Podemos colocar como ponto de inflexão para estes grupos a aprovação da reforma da previdência do funcionalismo público ainda em 2003.

Fica claro que os caminhos da democracia brasileira foram tortuosos após a “redemocratização”. As opções de política econômica do PT, basicamente, gravitaram em torno de sua capacidade de conciliar “paz social”, crescimento econômico e estabilidade da moeda (Sampaio Jr., 2017).

O ciclo petista teve uma herança do governo anterior, que o partido usufruiu e abraçou com unhas e dentes: o Plano Real. Assim que a conjuntura internacional se tornou favorável e a incerteza que pairava sobre o governo Lula passou após o primeiro ano de governo, foi posta em prática uma política socioeconômica que pretendia reativar as bases do desenvolvimentismo dos anos 1930-1950.

Todavia, esta “ilusão neodesenvolvimentista”¹¹⁸, conforme denominada por Sampaio Jr. (2017) ignorava a aspiração de uma política econômica de caráter “nacional” do desenvolvimentismo do século XX. A política econômica do governo supervalorizava a macroeconomia como o principal eixo de desenvolvimento socioeconômico, o que demonstrava a *identificação que o governo fazia entre crescimento e desenvolvimento*.

O traço fundamental a ser apontado é que *o PT assumiu como seu, o programa do Plano Real*, a saber: política fiscal austera – alicerçada na Lei de Responsabilidade Fiscal, política monetária contracionista – com juros altos e metas inflacionárias – e o câmbio livre – que vinha desde 1999. Entretanto, esta mesma base de política gravitava em torno dos objetivos de oferecer algum crescimento econômico (que apesar de baixo, foi maior do que nos anos FHC), de aumentar as políticas assistenciais, de alavancar o consumo via

¹¹⁸ Destacamos como as principais bases de apologismo à política socioeconômica do PT a tese de Aloizio Mercadante (2010) e a visão apologética ponderada de André Singer (2015).

o endividamento pessoal dos trabalhadores e aumentar o emprego e a renda do trabalho para apassivar os sindicatos.

O ciclo do PT foi marcado por mudanças sociais significativas como o crescimento real do salário mínimo (em torno de 70% de 2003 a 2013), aumento do emprego formal, redução das taxas monetárias de pobreza e miséria, promoção de investimentos em infraestrutura como os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programas de incentivo à inovação que contavam com o financiamento de bancos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB) e de agências como a agência Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP).

Na área social, é destaque o Programa Bolsa Família – financiado pelo aumento dos impostos regressivos e das contribuições sociais – e o Programa Minha Casa Minha Vida que viabilizou a casa própria para milhões de brasileiros. Na educação, houve uma série de ações afirmativas que ampliavam o alcance das universidades públicas para setores da sociedade que nunca tinham tido a oportunidade de se graduar, como parte relevante da população negra, pobre e trabalhadora, em geral.

As mudanças dos anos de governo do partido dos trabalhadores teriam muitos problemas e os setores da saúde, educação e da previdência social são exemplos de como o governo abdicou do financiamento que lhes cabiam, através das desonerações fiscais, para incentivar os interesses de instituições privadas na oferta destes serviços.

Conforme afirmamos acima, a lógica destas mudanças era orientada pela financeirização do consumo que beneficiava a promoção privada de certos bens de interesse público e que consistia numa “*nova rodada de modernização dos padrões de consumo*”, para usarmos uma categoria de inspiração em Celso Furtado.

Tais mudanças lograram, pelo menos entre 2004 e 2013, conter o descontentamento das classes subalternas pelo apassivamento das massas, dos sindicatos

e as demandas dos “donos do poder” econômico e político, com taxas de rentabilidade elevadas. Porém, em geral, as transformações ocorridas apresentavam caráter conjuntural e não logravam atuar sobre as causas do subdesenvolvimento e da dependência externa brasileira. De fato, se é verdade que houve mudanças sociais que denotamos como conjunturais – através de pesquisas como a de Pinto (2010), que mostram que, conforme o próprio ex-presidente Lula gostava de proclamar, os empresários de vários ramos, os banqueiros, os industriais, os donos do agronegócio e os financistas nunca ganharam tanto no mesmo período de tempo (aqui nos referimos principalmente ao período 2003-2010).

A ilusão da política econômica e social do período do PT, a qual provocou mudanças quantitativas na sociedade brasileira, não logrou superar o traço fundamental e estrutural que apontamos com a análise das classes dominantes brasileiras: o elevado grau de resistência sociopática às mudanças sociais. Se consideradas as transformações qualitativas que poderiam ter alterado o quadro da situação como, por exemplo, a reforma agrária, a reforma tributária progressiva, a reforma educacional apoiada no conceito de educação unitária, autônoma e laica, pouco foi feito.

A política socioeconômica do PT, ao se agarrar aos ditames neoliberais do Plano Real, condenou a economia brasileira às flutuações da conjuntura internacional. O “sentido da colonização”, apontado como um traço estrutural da formação brasileira por Caio Prado Jr., seguiu sendo o sentido dos negócios privados, exemplificados pelas negociatas da quebra do monopólio do Pré-Sal; pelas grandes obras e a subsequente especulação imobiliária dos megaeventos que afastavam o sonho da autonomização da economia brasileira e pela intensificação da superexploração do trabalho através da flexibilização e precarização do trabalho.

Já a partir de 2010, a insatisfação social deu sinais de vida com o aumento expressivo do número de greves e, em 2011, as condições objetivas para o ilusório pacto “em que todos ganhavam” começou a falhar e o governo Dilma Rousseff fez uma espécie

de “última tentativa” de incentivar a economia com a redução dos juros para incentivar os investimentos privados. Conforme aponta Boito Jr. (2016), algo como uma “agenda FIESP” foi posta em prática, mas sem poder oferecer os resultados projetados e que logo seria revertida em favor dos interesses rentistas. No fundo, a política econômica foi na verdade condicionada por determinantes externos da economia mundial.

A crise financeira mundial, iniciada em 2007, acelerara o processo de reestruturação produtiva e de desindustrialização no Brasil, consequência da opção de modernização conservadora do regime civil-militar, e a economia brasileira não conseguiu dar resposta convincente ao desaquecimento do consumo das famílias, dos investimentos produtivos e do comércio exterior, puxados principalmente pelo desaquecimento daquela que virara a principal parceira comercial do país: a China. Isto ficaria mais claro quando a reversão do ciclo das *commodities*, liderado pela China, no início dos anos 2000, se mostrou mais evidente¹¹⁹.

Ainda durante o primeiro governo Dilma, diante de uma sinalização de alta dos juros por parte dos E.U.A., que anunciara o fim da política de estímulo monetário, a economia brasileira entrou na expectativa de reversão da situação cambial, que era favorável, e passa a ser ameaçada pelas conhecidas crises de estrangulamento cambial. A fim de evitar tal destino, o governo eleva drasticamente os juros e queima reservas internacionais para convencer o volátil capital internacional a não sair do país e evitar uma desvalorização muito brusca da moeda.

O PT, que antes chegara ao poder por conta de sua capacidade de conciliar paz social, promessa de crescimento e estabilidade da moeda, se viu diante de intensa insatisfação social em torno das péssimas condições de vida da população que persistiam¹²⁰.

¹¹⁹ Para mais ver sobre a centralidade das *commodities* no ciclo do PT, ver Henriques (2015).

¹²⁰ Nos referimos às massas amontoadas nos meios de transporte público diariamente em deslocamento para seu local de trabalho, às condições precárias de saneamento da população, à desigualdade social da riqueza e da renda e às

O ano de 2013¹²¹, com as chamadas “*Jornadas de Junho*”, explodiu como um barril de pólvora, que o PT e os órgãos de opinião pública acenderam. Os descasos com a resolução da questão social e a, cada vez mais evidente, participação ou convivência com casos de corrupção, especialmente os que envolviam a PETROBRAS, sinalizam nesta direção. Uma crise de acumulação se tornou também uma crise de representatividade e a juventude, demonstrando sua ojeriza contra os partidos da ordem, foi às ruas protestar.

A luta de classes no capitalismo assumiu, no mínimo, três dimensões. A dimensão política com a instabilidade da representatividade e a disputa fratricida entre as frações de classe burguesa; a dimensão econômica, base material da vida social e que tem na desindustrialização o principal expoente, tendo reflexos diretos na exploração do trabalhador e na piora da questão social, sua terceira dimensão. Tal crise econômica deve ser explicada pelo vazio econômico gerado pelas próprias burguesias brasileiras que atrofia a concorrência e engendra uma “guerra étnica”.

As classes dominantes não hesitaram em demonstrar sua intolerância contra o conflito como uma forma de resolução das lutas sociais e usaram a opinião pública contra qualquer manifestação contra a ordem. Os aparelhos de hegemonia como a imprensa e os movimentos conservadores como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), que foi criado em parte para se contrapor à sigla parecida MPL (Movimento Passe Livre), mas com uma pauta progressista que luta por tarifa zero de transporte, tentaram tomar a frente das manifestações e lograram mobilizar grande parte da população contra o governo petista. As classes dominantes manipularam a situação como se as manifestações

péssimas condições de trabalho, à indiferença com a questão ambiental mediante à aprovação do Código Florestal e o descaso com a questão da SAMARCO e do novo rompimento (em janeiro de 2019) de barragem referente à empresa VALE, à precária situação de vida do produtor familiar rural e ao número elevado de mais de 13 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família – que indica que uma parte grande da população necessita do assistencialismo estatal e não tem as condições para uma vida autônoma.

¹²¹ Uma análise mais detida sobre os aspectos econômicos da crise de 2013, da queda de lucratividade e sua origem na luta de classes é um trabalho que merece maior atenção e merece ser desenvolvido em trabalhos futuros.

que inicialmente começaram como protestos específicos e claros fossem partidárias e como se não tivessem uma bandeira política clara.

Vale lembrar que do outro lado, setores da juventude se organizaram para se manifestar contra as políticas neoliberais do governo Dilma Rousseff e grupos como os *black blocks* agitavam as ruas. A manipulação da opinião pública seguiu de tal forma que o descontentamento multitudinário inicial foi transformado em ódio da classe média contra o partido que representava, para as classes dominantes e para os setores médios, as mudanças sociais dos últimos anos: o PT (Jinkings *et al.*, 2016). Assim, a crise de representatividade passou pelo impedimento de Dilma em 2016 e parece ter atingido seu ápice com a eleição de 2018.

É interessante a hipótese de Iasi (2016) de que o contexto recente, de governo de Michel Temer, era de rumo a uma nova ditadura. Porém não naquela forma civil-militar da contrarrevolução preventiva com Estado de exceção repressor predominante, senão um novo tipo de Estado cercado de legalidade jurídica e com a aparência de possibilidades de alternância política como se o Estado de direito estivesse preservado, mas que na verdade, tornava o Estado de exceção uma regra.

Ainda segundo Iasi, a partir da conjunção entre: i) a crise de poder e de acumulação, ii) a dinâmica da luta de classes e iii) o grau de risco imposto à ordem, as formas institucionalizadas de democracia entraram em confronto com os interesses da classe dominante abrindo espaço para que o Estado viesse a atuar como a forma universal do interesse de classe burguês.

Tem-se, nesta conjuntura, a possibilidade de um novo tipo de ditadura que sintetiza a totalidade e unidade entre coerção e consenso numa nova forma. Olhando para a história brasileira, deve ser ressaltado que os momentos em que o consenso era preponderante foram os que preparam o terreno para épocas de coerção intensa e vice-versa. Os tipos novos em que se manifestam a democracia são sempre concebidos em

períodos de crise e contradição do período anterior. Então as novas formas democráticas carregam características dos regimes anteriores, mas, ao mesmo tempo, as negam. É um processo unitário e contraditório, por isso dialético.

Considerações finais

A Nova República marcou o começo e o fim da forma política da *democracia de cooptação*. Esta forma se baseia no pacto e na aliança de classes e entre frações de classe, numa *verdadeira revolução das técnicas da contrarrevolução*. A política do PT nada mais foi do que se acomodar aos marcos da democracia burguesa cooptando os setores pobres, médios e ricos, sindicatos e movimentos sociais, o que contribuiu para a desorganização dos setores combativos da sociedade, e reforçando as funções autocráticas do Estado – aqui destaca-se o exemplo recente da assinatura por parte de Dilma Rousseff da lei antiterrorismo – mas, tal como no regime de 1964, a cooptação do PT também foi transitória e a Nova República terminou em 2016 com o impedimento da presidenta.

A contribuição deste capítulo foi mostrar o significado da revolução burguesa enquanto a solução burguesa para sua crise de poder e como ela saturou a questão nacional para as classe e frações de classe dominantes. Além disso, apontamos a controvérsia que pairava sobre as perspectivas democráticas brasileiras entre Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. Ao mostrar que, apesar de haver diferenças irreconciliáveis, suas interpretações levantam uma discussão sobre as perspectivas democráticas brasileiras. O sentido geral mostrou o reforço do tipo que parece ser o da tradição brasileira, o reforço de uma democracia restrita, que por ser impermeável às demandas sociais pode ser afirmada como uma democracia blindada.

Incorporando o significado da revolução burguesa para a conjuntura recente, o capítulo ainda sinalizou que, só sob certas condições do cenário econômico, internacional e nacional, com um governo de origem trabalhadora e que tinha, na sua origem, propostas fundantes de cunho socialista que a cooptação pôde ser exercida na sua forma mais desenvolvida por um partido que sofrera o processo de transformismo, se alinhando à ordem burguesa. A conciliação de interesses que pareciam irreconciliáveis foi orquestrada a fim de apassivar a luta de classes incorporando superficialmente setores da sociedade à lógica capitalista.

Já o começo do declínio da forma de cooptação data das manifestações de junho de 2013, quando o povo foi espontaneamente à rua reivindicar empregos, salários, transporte e educação pública. Este fato marcou a intensificação das contradições da cooptação, que prosseguiu com a crise política daí resultante e que culminaria com o afastamento de Dilma em 2015 e seu impedimento em 2016. A crise de 2013, que reflete os anos de auge e declínio da Nova República, tem sua origem na luta de classes e merece uma reflexão dos seus aspectos econômicos mais detida em trabalhos futuros.

O cenário brasileiro pós 2015 deve ser visto no contexto mundial de ascensão de governos conservadores, tanto no centro do mundo capitalista como na sua periferia. O governo Temer assumiu o poder com a seguinte proposta de políticas: a flexibilização das relações trabalhistas; a emenda constitucional com um teto para os gastos públicos e a reforma da previdência social. Excluindo a previdenciária, até o fim do governo Temer, as reformas fiscal e trabalhista foram feitas, mesmo sob intensa crise de poder e de acumulação, e sob acusações de não respeitarem nem as regras democráticas, tampouco os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo de décadas de luta.

Nossa conclusão sinaliza, assim, que o consenso burguês de dominação e acumulação instaurado com a contrarrevolução preventiva de 1964, segue reafirmando o papel burguês do Estado, orientado fundamentalmente para os negócios, conformando

uma “grande feitoria moderna” marcada por instabilidade política, econômica e social e por sua submissão ao imperialismo da grande potência. Há aparente autonomia dos centros de decisão em relação ao bloco no poder, mas o núcleo deste poder ainda reside na classe burguesa. Atualmente há grande disputa entre os centros de poder pelo controle do Estado.

Basicamente, a Lava Jato foi o epicentro de poder, na crise de representatividade que culminou na crise da governabilidade do PT, o qual está em disputa com o Supremo Tribunal Federal, com o Parlamento, com a Procuradoria Geral da União, com setores da classe média e da dominante e com a grande mídia (Pinto *et al.*, 2017).

Esta instabilidade fez com que a forma política de hegemonia que emergiu no fim do regime civil-militar caísse com o impedimento de Dilma Rousseff, impossibilitando a conciliação de classes naqueles moldes e está dando brecha para o surgimento de um novo tipo de autoritarismo, que ganha contornos claros nas propostas e discurso do presidente eleito em outubro de 2018, Jair Bolsonaro.

Retorna-se aqui ao ponto de partida inscrito na ideia de Octavio Ianni na introdução do capítulo de que, no Brasil, existe uma cultura política autoritária que faz com que a maioria da população não se identifique no Estado, não se veja ali representada. Com o fim da democracia de cooptação, as classes dominantes recorreram ao abuso do aspecto coercitivo do Estado. Elas criminalizam a sociedade civil e as reivindicações sociais são tratadas como questão de polícia. A lógica do movimento em curso é de interditar, ainda mais, a democracia brasileira, desonerando o Estado de suas responsabilidades públicas, o que coloca numa forma cristalina a contradição entre o Estado liberal, fundado nos princípios do Estado de Direito e do Estado mínimo, e a democracia, no sentido socialista de soberania e participação popular¹²².

¹²² Para mais sobre esta discussão, ver *Apêndice A*.

Como fenômeno superficial que esconde o substrato de luta de classes da sociedade burguesa, a democracia varia entre a cooptação e o esmagamento das classes trabalhadoras. O fim da Nova República indica que sua transição, apesar de autoritária, ainda deixa amorfas o regime político e as bases do Estado brasileiro subsequente. Se não forem superados os dilemas da segregação social interna e da dependência externa que reproduzem o subdesenvolvimento, a democracia brasileira continuará alienando a maioria da população das esferas decisórias da política, da economia e da cultura, pois o capital, mesmo em momentos de crises mais sérias, encontra novas formas para exercer seu poder de dominação. Parafraseando Giuseppe di Lampedusa em *Il Gattopardo* na fala do príncipe Falconeri: “tudo deve mudar para que tudo fique como está”.

CONCLUSÕES: uma agenda de pesquisa a partir dos temas propostos

Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo
(Karl Marx, 1845).

Esta tese se propôs a analisar as possibilidades de mudanças sociais que estão abertas no “Brasil moderno” diante da *cultura política autoritária* que vigora no país desde os tempos coloniais. A proposta analítica de fundo perpassou os três principais temas abordados nos três capítulos. A saber: i) a preocupação de buscar elementos teóricos, sob a perspectiva marxista, sobre as classes e sua relação com o Estado e a sociedade e as possibilidades de transformações sociais; ii) a mediação histórica das categorias mencionadas com o processo histórico específico de formação das *identidade, povo e nação* da sociedade brasileira nas diferentes ordens sociais que vigoraram em sua história e que configuraram a emergência de um *capitalismo dependente* e, por fim, iii) a análise da concretização e do significado do processo de revolução burguesa no Brasil, o qual se deu sob um contexto histórico de transição de ordem social, e determinou os rumos e as possibilidades da democracia brasileira integrar o povo na sociedade civil após o fim formal do regime civil-militar em 1985. Sob um pacto e uma forma política que se esgotaram em 2016, a principal organização política que pretendia representar os trabalhadores desmoronou e deu lugar à ascensão, por via eleitoral, de um governo com propostas abertamente autoritárias em 2018.

A tese apontou o papel central do Estado numa economia capitalista enquanto unidade dialética entre coerção e consenso. Além disso sinalizou como, pela história da formação social brasileira, o Estado capitalista brasileiro foi formado e como consolidou uma crise estrutural da democracia no país, na perspectiva dos destituídos e, para os dominantes, como este Estado representa a perpetuação do *status quo* e a garantia de privilégios e desigualdades. As incompreensões sobre o caráter do Estado burguês

brasileiro têm consequências políticas e práticas sérias para qualquer possibilidade de transformação social, qualquer projeto de revolução brasileira.

O período de crise da Nova República é afinal um período de crise econômica, crise social e de crise política, mas a afirmação de que foi um período de crise do Estado burguês brasileiro deve ser ainda elaborada e refletida. Nos parece mais que foi uma crise da forma que o Estado burguês assumiu durante a Nova República que colapsou do que uma crise do próprio Estado burguês brasileiro. Esta reflexão se refere ao fato de que não existem reminiscências ou resquícios autoritários do regime-civil militar no Estado brasileiro atual, senão estes traços coercitivos são traços substanciais deste Estado e, por isso, lhe são funcionais e próprios.

A ideia de Carlos Nelson Coutinho de que há necessidade de superação de uma via prussiana (ou revolução passiva) pressupõe que existem tais reminiscências do regime civil-militar na contemporaneidade. Entretanto, como aponta Iasi (2014), esta é uma questão da substância do Estado brasileiro, tal como ele foi conformado, com o destaque para seu aspecto coercitivo e, ainda segundo Mauro Iasi, a leitura e as proposições de Carlos Nelson devem ser criticadas à luz da existência da luta de classes em seus aspectos não só político, mas econômico, no sentido de realizar a crítica da base material do capitalismo dependente brasileiro.

A democracia burguesa no capitalismo dependente pressupõe a coerção, mesmo em sua forma liberal de “Estado de Direito”, e uma vez que os interesses particulares da classe e frações de classe dominantes necessitam ser apresentados como interesses universais – construídos através da “opinião pública” – para que sejam aceitos num ambiente de “equilíbrios instáveis”, a coerção pode ser exercida sem maiores problemas.

No momento de crise do poder burguês na década de 1960, Florestan Fernandes afirmara que tinha sido uma crise da ordem capitalista e não um momento de crise da democracia brasileira. Esta continuava como um circuito fechado, funcionando apenas

para integrados ao sistema. Há a possibilidade de que a crise atual seja uma crise da forma do Estado, a maneira como este se apresenta à sociedade, e não de seu conteúdo, uma vez que as formas de perpetuação da dominação e do uso da desigualdade como necessidade do tipo de capitalismo que há no Brasil.

Esta análise abre as portas para uma série de questões que merecem maior aprofundamento e que proporemos como pontos para uma agenda de pesquisa que se abre a partir das ideias trabalhadas nesta tese¹²³. Gostaríamos de indicar os seguintes eixos levantados que entendemos merecer um desenvolvimento ulterior para o entendimento da questão contemporânea da democracia no Brasil:

1 Crise estrutural do capital: a incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia

O primeiro ponto para uma agenda pesquisa é: **o que se passa no capitalismo global atual?**

Ao longo da tese vimos como as transições das ordens sociais no interior do Brasil foram determinantes para a forma de democracia e para a organização da vida econômica e social existente no país. Pelo exposto no capítulo 3, temos que a forma política de democracia de cooptação, construída nos anos de milagre econômico, foi desenvolvida ao longo da transição democrática e exercida em sua forma plena pelos governos do PT.

A partir daí, propomos agora que esta crise representa o ápice, até o presente momento, da manifestação, no Brasil, de um fenômeno de caráter mundial descrito por István Mészáros 1992 como a *crise estrutural do capital* (Mészáros 1995 [2011]) e que

¹²³ Eric Hobsbawm em seu livro *Sobre História* (Hobsbawm, 1995) sinaliza a dificuldade que o historiador tem de escrever sobre os fatos de seu próprio tempo de vida, pois estes ainda estão se desenrolando e, mais, com o passar do tempo tanto a perspectiva do observador (pesquisador) se altera como a perspectiva da sociedade.

representa uma possível transição da ordem social monopolista na era do imperialismo total para uma nova ordem social de caráter neoliberal e dominada pelas finanças¹²⁴.

Esta crise expressa, em última instância, a incompatibilidade entre o neoliberalismo e a democracia liberal burguesa, o que, na verdade, está relacionado com a incompatibilidade entre a promoção da igualdade substantiva entre os homens e um modo de produção baseado na exploração de um ser humano por outro, vejamos.

Esta é uma crise do modo de produção de capitalista, nas palavras de Mészáros, de um “sistema de reprodução sociometabólico”, que não consegue viabilizar uma relação minimamente equilibrada entre o capital e o trabalho. O próprio sistema ativa os “limites absolutos do capital” e constrói uma ordem socioeconômica insustentável que se alimenta da subordinação permanente do trabalho ao capital e da extrapolação das necessidades humanas e do valor de uso das mercadorias.

Na contemporaneidade, tal crise se desenrola desde a perda do socialismo real, enquanto uma alternativa histórica ao capitalismo, com o fim da guerra fria, e expande, a favor do capital, o alcance global das relações de exploração e um poder destrutivo jamais visto que é dinamizado pela tendência universalizante da ampliação da escala das operações do capital e da criação de necessidades sociais supérfluas refletidas na venda e consumo frenéticos de mercadorias.

De forma resumida, Mészáros (1995 [2011]) trata a questão da crise estrutural do capital analisando quatro contradições do sistema do capital que são relacionadas entre si. A primeira se refere à incompatibilidade da tendência de transnacionalização do capital com a existência de Estados nacionais. O movimento expansivo do capital faz com que as empresas transnacionais busquem valorizar o valor nas partes do globo que se apresentam como mais atrativas, em termos de lucratividade. Este movimento

¹²⁴ Chesnais *et al.* (2003) discutem a questão de uma “nova fase do capitalismo” a partir da abordagem regulacionista francesa com detalhes.

desconsidera as fronteiras geográficas dos Estados-nações e a disputa por soberania e por poder econômico e político. Desta relação complexa temos que, em momentos de crise aguda, as guerras se apresentam como uma possível solução para esta contradição.

A segunda contradição é entre a causalidade e o tempo da evolução das condições vitais de reprodução da sociedade humana, que de um lado possibilitaram o desenvolvimento das forças produtivas de maneira a proporcionar à humanidade condições de vida nunca antes vistas. Porém, de outro lado, desconsideram os riscos da reprodução sobre o planeta, em termos de sustentabilidade sobre o meio ambiente, e não são capazes de eliminar ou mesmo atenuar as contradições da pobreza e da desigualdade.

A terceira contradição é sobre a questão da emancipação feminina enquanto um “calcanhar de Aquiles” do sistema do capital por impedir a igualdade substantiva entre as pessoas, em favorecimento de uma idealizada igualdade formal, neste sistema de reprodução sociometabólico. Com o discurso de que todos são iguais perante a lei, oculta-se a questão das brutalidades e injustiças a que estão submetidas as ditas “minorias”.

A quarta contradição se refere ao desemprego crônico como o antagonismo potencialmente mais explosivo do sistema do capital, o qual tende a reduzir ao máximo o *tempo de trabalho necessário* para a produção de mercadorias a fim de aumentar a exploração e o mais-valor, ao passo que intensifica a precarização da força de trabalho e a criminalização dos protestos contra as condições de emprego precárias. Vale ressaltar que, no processo de trabalho, as massas consideradas redundantes constituem uma força de trabalho de reserva para as necessidades de valorização do capital, e, ao mesmo tempo, estas massas são consideradas imprescindíveis para a compra e o consumo das mercadorias produzidas.

Para o filósofo húngaro este conjunto de contradições foi acionado porque é inerente ao desenvolvimento da lei do valor, cuja saturação histórica se deu sob uma fase

de ascendência do capital, representada pelos “anos dourados”¹²⁵ do capitalismo, e, vice-versa, a fase de ascendência histórica do capital está em reversão porque este conjunto de limites absolutos do capital foram acionados.

Segundo Mészáros (1995, [2011]) este conjunto de limites absolutos, ou de contradições do sistema de reprodução sociometabólico do capital, evidencia um impedimento ativo para a acumulação *segura* de capital e o funcionamento *estável* do sistema global do capital. Portanto, ameaça a controlabilidade do sistema do capital, o qual acaba por demandar reconfigurações de hegemonia global a fim de garantir a reprodução e a ampliação do valor.

Afirmamos que a solução para os problemas dos “anos dourados” foram a virada para a ordem capitalista baseada num sistema de acumulação neoliberal, apoiado no monetarismo, e com a forma política da democracia liberal burguesa de defesa das “regras do jogo” e da idealização da igualdade formal entre os homens. Apesar de não ter sido um objeto analisado por Mészáros, apontamos que a crise financeira de 2007 foi a expressão máxima deste movimento descrito pelo autor húngaro, mas foi, conforme sinalizam Ayers & Saad Filho (2014), uma crise *no* neoliberalismo vigente, normal e necessária, que teve como desfecho uma reconfiguração da forma de acumulação. Não foi, portanto, uma crise *da* ordem neoliberal, algo que demandaria ou possibilitaria sua substituição por um outro tipo de ordem.

Não pretendemos desenvolver todo o argumento de István Mészáros, porém afirmamos que sua análise da crise estrutural do capital é compatível com a emergência e a acentuação das contradições do neoliberalismo enquanto uma forma de sociabilidade específica que representa um *sistema de acumulação* que tem a democracia liberal burguesa como sua *forma política*, tal como expõem Saad-Filho & Morais (2018).

¹²⁵ Para mais sobre o período histórico conhecido como “anos dourados” do pós-guerra, seu auge e declínio, recomendamos a leitura de Glyn *et al.* (1990); Hobsbawm (1995 [2006]); Chesnais (1998).

O conceito de sistema de acumulação é apresentado em Saad Filho & Morais (2018) como algo similar ao conceito de *ordem social* em Florestan Fernandes (ver seção 1 do capítulo 2), exceto pelo fato de que enquanto a categoria de Florestan se refere à organização social da vida em qualquer modo de produção, a categoria de sistema de acumulação de Saad Filho e Morais se refere às formas de organização da vida social no modo de produção capitalista. Para os autores, o sistema de acumulação seria “a fase, a forma ou o modo de existência do capitalismo em cada conjuntura” (SAAD FILHO & MORAIS, 2018: 24)¹²⁶.

Portanto, se estamos num período de crise estrutural do capital em que os limites absolutos deste sistema de reprodução sociometabólico estão acionados e o próprio sistema pôs em marcha uma reconfiguração dos padrões de acumulação e dominação para resolver uma crise no neoliberalismo, precisamos apontar alguns pontos desta reconfiguração.

Do lado dos países centrais, há a intensificação do poder hegemônico do país mais e rico e poderoso (os E.U.A.) e dos países ocidentais europeus; do lado periférico, há um claro distanciamento econômico e político da China em relação ao resto da periferia como se o país asiático estivesse numa espécie de “2º escalão” de poder econômico e político na hierarquia internacional e o resto da periferia, destacadamente a América Latina e a África, num rebaixamento para uma espécie de “3º escalão”, no qual vigora a reestruturação produtiva, a desindustrialização, as crises crônicas de balanço de pagamentos, o caos urbano, o aumento da pobreza e da desigualdade, o desemprego crônico etc (Sampaio Jr., 2017).

¹²⁶ Para os autores, o sistema de acumulação: “[...] é determinado pelas relações de classe encapsuladas no modo de extração, acumulação e distribuição do mais-valor e pelas estruturas e pelos processos institucionais mediante os quais essas relações se reproduzem (incluindo as formas políticas de representação de interesses e as modalidades de metabolismo social [...]). Uma vez que os sistemas de acumulação expressam a forma da relação de capital de maneira relativamente concreta, em um momento e um lugar específicos, eles são intrinsecamente variados” (SAAD FILHO & MORAIS, 2018: 24).

Esta situação nos faz pensar que as guerras mundiais do século passado foram a expressão inequívoca das contradições que os limites absolutos do sistema de reprodução do capital põem em marcha e que a socialdemocracia europeia logrou a reforma do capitalismo global a partir de políticas keynesianas e beveridgeanas com a atenuação destes limites e um mínimo de equilíbrio, mesmo que sob bases instáveis, entre capital e trabalho no centro do mundo capitalista. Na periferia, políticas ditas “desenvolvimentistas” foram postas em prática. Se isto foi o que aconteceu ao longo do terceiro quarto do século XX, já a partir do último quarto deste mesmo século a reconfiguração na ordem global com a ascensão do neoliberalismo e o reforço da democracia liberal burguesa, reativaram os limites absolutos do capital de outras formas.

Se na época do entreguerras, uma das soluções para a crise do capital e do liberalismo foi a emergência do intervencionismo estatal na economia e a ascensão de regimes que, de maneiras e com implicações distintas, foram centralizadores como o stalinismo e o fascismo, temos que, a partir da crise de 2007, uma solução radicalmente distinta foi buscada pelos representantes do capitalismo. Por mais que estejamos vivendo um período de práticas políticas e sociais autoritárias sob hegemonia do neoliberalismo, vemos que, já a partir de 2008, os E.U.A. promoveram uma série de ajustes¹²⁷ de caráter protecionista em sua economia que, efetivamente, reafirmaram este país como *hegemon* do sistema.

Seguiu-se, uma vez restabelecida a garantia de que a economia estadunidense seguiria como a hegemônica, um reforço singular do sistema de acumulação neoliberal, com a difusão de práticas desregulamentadas de comércio, de transações financeiras, de mobilidade espacial da força de trabalho, de concentração e centralização produtiva nos

¹²⁷ Para uma análise aprofundada das reformas pós-crise financeira de 2007, ver Martins (2019).

países de custos mais baratos ao passo que o valor adicionado fica retido nos países centrais¹²⁸.

Ocorre que a intensificação do neoliberalismo converge para a sinalização de Mészáros (1995 [2011]) de que o desemprego crônico, uma das contradições do sistema do capital, está se espalhando por todo o mundo, inclusive nos países centrais.

Nossa pergunta sobre o que está acontecendo com o capitalismo global está longe de ser respondida, mas as primeiras considerações apontam no sentido de que a crise estrutural do capital demandou uma reconfiguração no sistema de acumulação capitalista que surgiu como hegemônico com o fim da guerra fria. Tal reconfiguração se alastrou de tal forma que alcançou a forma política de democracia, a democracia liberal, que vigora no mundo contemporâneo com evidências de que formas políticas autoritárias têm surgido no mundo (Panitch, 2017; Musto, 2016; Saad Filho & Morais, 2018).

Contamos então com a lúcida afirmação de István Mészáros de 1995:

Diante do fato de que a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema. Com as recentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não pode haver dúvida de que o pleno poder do Estado será ativado para atender à meta de encerrar esse círculo vicioso do capital, ainda que isto signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas. Igualmente, não pode haver dúvida de que o sucesso ou não desta ação corretiva (ajustada aos limites estruturais do sistema global do capital, apesar de seu caráter evidentemente autoritário e de sua destrutividade, vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional (MÉSZÁROS, 1995 [2011]: 220).

¹²⁸ A literatura sobre a crise financeira de 2007 é extensa e, do ponto de vista reformista do sistema capitalista é muito influenciada pelos livros *Can it happen again?* (1982) e *Stablizing an unstable economy* (1986 [2008]) de Hyman Minsky, um autor que, a partir de uma releitura das obras de Keynes propõe soluções anticíclicas para a economia capitalista. Desta vertente recomendamos a leitura, por exemplo, de Kregel (2011) e Dantas & Wray (2017). Da perspectiva marxista, segundo a qual o capital é incontrolável, a abordagem da crise é extensa também, como recomendação de aprofundamento sugerimos, por exemplo, a leitura de *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI* de David Harvey (2017 [2018]).

2 A ascensão do autoritarismo

Casada com a perspectiva da crise estrutural do capital supracitada, surge um novo ponto para pesquisa futura a partir da análise da crise final da Nova República que culminou no impedimento de Dilma Rousseff, a ascensão de Michel Temer e a posterior eleição de Jair Bolsonaro, um candidato de propostas abertamente conservadoras e autoritárias. Uma segunda pergunta emerge: **o que há de específico no movimento autoritário que vivemos no Brasil?**

De partida, queremos deixar claro que a resposta para esta pergunta deve passar pelo movimento conservador que ronda os países capitalistas no final da segunda década do século XXI. Conforme coloca Musto (2016):

Estamos diante de uma nova modalidade de luta de classes, conduzida com grande determinação pelas classes dominantes contra as subalternas, cuja resistência foi débil, desordenada e fragmentada. Isso ocorreu tanto nos centros capitalistas mais desenvolvidos, onde a redução dos direitos dos trabalhadores atingiu níveis inimagináveis trinta anos atrás, como nas periferias do mundo, onde as empresas, muitas vezes multinacionais, exploram de forma extrema a mão de obra e continuam a depredar o território de seus preciosos recursos naturais (MUSTO, 2016: 134).

O autoritarismo e as declarações extremistas têm sido cada vez mais presentes nos discursos políticos no mundo capitalista. Quando milhares de pessoas fogem de países periféricos assolados por guerras e por crises socioeconômicas, verifica-se que, no centro do mundo capitalista, a Europa ferve com os casos de xenofobia e intolerância religiosa, em face da pior crise humanitária do continente em décadas, com a questão dos imigrantes que buscam melhores condições de vida para si e para suas famílias. (Musto, 2016).

Nos E.U.A., a eleição de Donald Trump revela uma ascensão de ideias conservadoras extremistas que apostam na afirmação de força bruta para negociações geopolíticas e intolerantes com os imigrantes¹²⁹. Além disso, conforme Pinto (2019), a nova extrema direita estadunidense, também conhecida com *alt-right*, ressurgiu na década de 1980 e se fortaleceu nas décadas de 1990 e 2000 e ganhou expressão com a eleição de Donald Trump e tem como agenda o ataque ao chamado “marxismo cultural” (um mecanismo de intelectuais de esquerda de transitar da luta abertamente econômica à luta cultural a fim de destruir os valores da sociedade americana), ao multiculturalismo e ao politicamente correto.

A já citada solução estadunidense para crise econômica de 2007 foi a de intensificação do receituário neoliberal para o mundo. Ela implicou a imposição de políticas econômicas de reforço da austeridade fiscal na Europa relacionadas à parametrização do tamanho da dívida pública dos países em crise até um certo limite, dado por um percentual fixado do PIB de cada país. Tais propostas são capitaneadas e propaladas pelo país economicamente mais poderoso da região: a Alemanha. Tal decisão, no âmbito da União Europeia, tira a autonomia dos Estados nacionais fazerem políticas socioeconômicas independentes, em favorecimento das regras de mercado determinadas por instituições oligárquicas internacionais.

Na periferia, o arrocho neoliberal se fez ainda mais presente e os graus de liberdade dos países subdesenvolvidos foram praticamente eliminados. Como desenvolvemos, o neoliberalismo se mostrou irremediavelmente incompatível com a democracia enquanto momento de igualdade substantiva entre todos homens e mulheres e ativa participação na vida política da sociedade. Inclusive a ascensão atual do autoritarismo tem sido taxada de ascensão do fascismo. Discordamos do diagnóstico de

¹²⁹ Para a discussão aprofundada sobre o “neofascismo” em ascensão nos E.U.A. ver Poggi (2012).

fascismo nos dias de hoje, apesar de considerarmos que o movimento atual abre brechas para uma futura ascensão do fascismo, mas não do tipo de fascismo enquanto um “fenômeno social datado e vinculado ao contexto europeu”, tal como expõe Poggi (2012), mas como uma manifestação nova que pode ser chamada de “neofascismo”.

Para o trato desta questão, nos apoiamos na obra filósofo Leandro Konder (Konder, 1977), em Poggi (2012) e em Melo (2017) que nos ajudam a tornar mais nítido este problema, demarcando historicamente o fascismo¹³⁰. Eles descrevem o fascismo como uma tendência de direita de começos do século XX na Europa. Esta tendência era muito específica e elevou a ideologia conservadora a um novo patamar histórico. Apontam também que este movimento, tanto na Itália quanto na Alemanha, só pode ser entendido no contexto do período específico do entreguerras, quando ele nasceu, enquanto um movimento de reação ao fracasso do liberalismo pré-guerra e ao socialismo soviético.

Portanto, o fascismo nasceu num período de implantação do capitalismo monopolista de Estado, no qual a disputa entre os Estados-nações por espaços para a realização do capital ultrapassava as fronteiras internas de cada país e o Estado se impunha como eixo central de planejamento, acumulação e dominação. Ademais, esta tendência soube se aproximar das massas usurpando e ressignificando elementos presentes no campo do marxismo, como a exposição das contradições a que os trabalhadores ficavam expostos diante do capital, porém naturalizando a luta de classes como algo de solução impossível. A proposta fascista era dominar a luta de classes unindo o povo sob um Estado forte e que via na disputa imperialista um lugar para explorar o mito da nação enquanto eixo norteador dos princípios conservadores de todo um povo.

¹³⁰ Para um aprofundamento da questão do fascismo original e as manifestações de tendências fascitizantes no Brasil contemporâneo, ver os vídeos sobre a questão do fascismo no curso disponibilizado pelo “Esquerda Online”, disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=JplkVk07cto&list=PLJCjTsoxOhd8WsimTp5AYIfXYLQRxLU2P>.

Logo, o fascismo também era uma tendência chauvinista de explorar o nacionalismo exacerbado.

Konder (1977) também aponta que o fascismo só foi viabilizado pelo enfraquecimento e repressão das forças políticas que pudessem contrapô-lo. Para isso seria necessário o uso de um pragmatismo repressivo organizado, um verdadeiro abafamento de qualquer força opositora. Indispensável para o êxito deste movimento foram o uso de instrumentos de difusão de informações e versões de informações para uma sociedade de massas (como meios de comunicação que atingissem a maioria da população de forma barata e efetiva) e o financiamento baseado nos recursos das burguesias industrial e bancária, do capital financeiro.

Demier (2017) também contribui para a compreensão da questão do fascismo e apresenta uma interpretação sobre o fascismo interessante baseada em autores da teoria política como Gramsci e Trotsky. Quando nos remete a Antonio Gramsci, o autor discorre sobre uma pré-condição para a emergência de regimes ditatoriais: i) a existência de uma crise orgânica, uma crise acentuada, econômica e politicamente, com reflexos sociais na forma de pauperização da população; ii) com o aumento do desemprego e com uma crise do poder e de representatividade.

Ainda segundo Demier, a leitura de León Trotsky afirma que os momentos de crise são marcados pelo acirramento da luta de classes ou pela incapacidade, no interior da sociedade civil, de se estabelecer uma fração de classe ou classe com o controle sobre as demais pela via do consenso (crises de hegemonia). Desta maneira, em momentos de crise orgânica, a classe dominante (a burguesia), aceitaria o caráter de exceção conjuntural para dar força a maneiras coercitivas e violentas de manutenção do poder, podendo romper com os princípios de representatividade da democracia liberal.

Conforme indicado no capítulo 3, de acordo com Demier (2017), as formas clássicas dos regimes que emergem destes períodos de exceção são o fascismo e o bonapartismo.

Segundo o historiador:

Arregimentando, a serviço do grande capital, irascíveis massas pequeno-burguesas, o fascismo expressaria a declarada e integral *guerra civil* contra o proletariado, visando ao inexorável esmagamento de todo e qualquer tipo de organização operária. De condução pequeno-burguesa, o projeto fascista, por implicar em um turbulento e incerto processo político-social, apareceria no cardápio de opções políticas do grande capital apenas como a última destas, a *última cartada* a ser lançada somente quando não há mais nenhum outro recurso que possa impedir a vitória da classe trabalhadora (DEMIER, 2017: 75-76).

O fascismo é um movimento contrarrevolucionário. Seu objetivo último é a manutenção da dominação burguesa e usa da violência como meio para atingir seu fim, por isso é um recurso de última mão que as classes dominantes se utilizam para a manutenção do *status quo*. Entretanto, as burguesias não precisam lançar mão deste mecanismo extremo enquanto existir uma solução anterior para tempos de crise. Existe uma solução menos custosa: o bonapartismo. Segundo Demier, antes do uso do fascismo:

[...] restaria ainda à burguesia a possibilidade de submeter-se aos ditames de uma máquina policial-burocrática que, investida de uma significativa autonomia política (“autonomia relativa do Estado”, como se convencionou chamar), assumisse as funções de manutenção da ordem e de “pacificação” da nação polarizada. Nesse caso, engendraria um regime de tipo bonapartista. (DEMIER, 2017: 77).

O ponto em comum entre fascismo e bonapartismo seria o elemento de classe de tais regimes de crise com a proposta de manutenção do poder de classe, porém o elemento de distinção entre os dois, e aqui centramos nossa atenção, seria o grau de tensão da luta de classes no momento em que a classe dominante opta por dar espaço para um regime de exceção.

Porém, o autor, para diferenciar os dois regimes, afirma:

Distintamente, do fascismo, um “regime de guerra civil aberta contra o proletariado”, o bonapartismo se constituiria essencialmente em um “regime da ‘paz civil’” assentado “sobre uma ditadura policial-militar”. Tendo como missão última salvaguardar a propriedade capitalista diante da ameaça proletária – e nesse aspecto mais genérico se equivale tanto ao fascismo como à democracia burguesa –, seu procedimento político seria o de, por intermédio de um encorpado e relativamente autônomo aparelho de Estado, impedir justamente a eclosão dessa cruenta guerra civil apregoada pelo fascismo, poupando a sociedade burguesa de fortes e perigosas convulsões internas (DEMIER, 2017: 77).

Não nos interessa tanto, neste ponto da tese, fazer uma análise de se o que vivemos hoje em dia em termos de propostas políticas autoritárias e prática da vida e do discurso social é ou não “fascismo” como nos casos clássicos da Itália ou da Alemanha dos anos vinte e trinta do século passado.

Nos basta sinalizar que os países do capitalismo dependente, aquele “capitalismo selvagem”, expressam o autoritarismo de uma forma específica, pois apesar do autoritarismo ser reflexo de um movimento internacional contemporâneo derivado da crise estrutural do capital, é, na periferia, um movimento que responde aos determinantes da dupla articulação que perpetua o desenvolvimento desigual interno e a dominação externa sobre os rumos do país.

A dupla articulação é crucial na determinação da cultura política autoritária da região e explica as recorrentes tentativas e os efetivos golpes de Estado vistos na região. É importante reafirmar um ponto sobre o fascismo clássico e a nova forma de autoritarismo que vivemos nos dias que correm: diferentemente do fascismo originário que era antiliberal, o movimento de agora optou pelo casamento com os princípios do novo tipo de liberalismo (o neoliberalismo) numa época de crise estrutural do capital.

Florestan Fernandes também deu sua contribuição sobre a discussão sobre o fascismo na América Latina em Fernandes (1981b [2015]). Segundo ele, o Brasil apresentava na época de industrialização pesada um tipo específico de fascismo, menos

complexo organizativamente, com menor refinamento ideológico e menor aparelho de difusão de massa que os casos italiano ou alemão, mas que se afirmava como um *totalitarismo de classe* que impregnava todas as estruturas da sociedade com elementos fascizantes sem precisar levar esta tendência ao extremo e ao mesmo tempo controlava as massas através de uma crescente tecnocratização do Estado.

As burguesias brasileiras eram impotentes e subservientes ao grande capital internacional, o que as faziam adotar uma solução contraditória que aumentava sua dependência, mas as tornavam onipotentes para as questões de dominação interna. Assim, o uso da violência era institucionalizado e a ordem só valia “para os mais iguais”. Nas suas palavras:

De fato, o fascismo tinha de competir com o totalitarismo de classe, um equivalente rudimentar mas eficaz e menos arriscado. Ele permitia atingir os mesmos fins de autoproteção das classes dominantes e de fortalecimento da resistência à democracia de participação ampliada ou à revolução socialista, sem que fosse preciso ceder às pressões das massas populares ou aos arranjos de setores das elites mais ou menos progressistas e radicais (FERNANDES, 1981b [2015]: 49).

O “totalitarismo de classe” dos anos setenta do século passado na América Latina era fruto da modernização dependente, descrita no capítulo 2, e se apoiava no poder econômico das grandes transnacionais e, em linhas gerais, no poder que a classe e frações de classe dominantes tinham para manter o *status quo* de dominação e acumulação inalterados. Ele foi uma espécie de tendência fascizante que não necessitava “evoluir” até chegar ao nível do fascismo do tipo europeu de começos do século XX. Neste sentido, houve “fascisticização sem fascismo” na região (Fernandes, 1981b). Florestan explica este fato apontando que, nos casos de “normalidade democrática”, a classe e frações de classe dominantes podiam, a depender do estado de tensão da luta de classes, transitar de uma “guerra civil a frio”, na qual predominava o uso do consenso, passar para uma

“guerra civil a quente” com um Estado de exceção que utilizasse a coerção como a regra predominante e vice-versa. Nas palavras de Florestan:

[...] esse fascismo oculto e mascarado fomenta a guerra civil a frio e é capaz de passar do Estado de exceção para a “normalidade constitucional” sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução. Ele não só bloqueia a “transformação democrática da ordem”. Ele impede a revolução democrática, prendendo a história da América Latina a um passado que deveria estar morto e que foi ressuscitado pelas forças da modernização dependente e controlada à distância (FERNANDES, 1981b [2015]: 53).

Diante destas reflexões histórico-conceituais, vale refletir sobre a conjuntura atual e as características do processo que temos identificado como de aprofundamento do autoritarismo no Brasil. Vale ampliar o escopo desta análise e afirmar que este cenário pode se alastrar pela América Latina. Se é válida nossa proposição de que o Brasil está sendo uma espécie de “laboratório” para um novo tipo de autoritarismo no século XXI associado a um neoliberalismo intenso, é verdade também que há casos de países da região, como Argentina, Peru, Chile e Panamá que, embora não apresentem, por ora, um quadro de ascensão iminente do autoritarismo, também têm um histórico de cultura política autoritária e já aderiram profundamente ao ideal neoliberal extremado. Não surpreenderia que algum deles ou, até mesmo, algum outro país da região com políticas neoliberais siga os rumos autoritários e fascizantes, vigentes no Brasil de 2019.

Afirmamos que o Brasil de Jair Bolsonaro é a “bola da vez”. Com uma sociedade que combina de forma extremada os princípios neoliberais com a ascensão de uma tendência fascizante da sociedade. E aqui é importante destacar, a fascização não é só do Estado no seu aspecto de aparelho burocrático e militar, é da própria sociedade civil. Já vivemos, no país, a discussão e casos de violência derivados da apologia ao porte de armas, casos diários de feminicídio e de xenofobia contra a população indígena e contra pessoas estrangeiras oriundas de países que são ditos, indiscriminadamente, de comunistas, motivados por grupos de pessoas afetadas pela onda reacionária. Este é o

caso do ataque aos médicos cubanos e dos venezuelanos. Conforme Pinto (2019), esta mistura entre neoliberalismo pós crise de 2007 e ascensão de ataques ao multiculturalismo, ao “marxismo cultural” é bizarra e peculiar ao Brasil, tal como a figura do ornitorrinco, desenhada por Franciso Oliveira em *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, que combinava de forma singular o arcaico e o moderno (Oliveira, 2003 [2011]).

Acreditamos que esta é uma analogia que pode ser estendida a toda região latino-americana e, vale ressaltar que, atrás desta afirmação, está o fato de que há no mundo, derivada da expansão militar dos E.U.A. após o fim da União Soviética em 1991, uma reconfiguração da disputa geopolítica por “zonas de influência” entre E.U.A., Rússia e China, uma espécie de prolongamento da Guerra Fria em pleno século XXI. Este aumento da projeção militar estadunidense no globo se deu sem nenhuma espécie de acordo ou concerto internacional entre os países líderes da Guerra Fria. Nem mesmo tentativas como a criação dos “BRICS” ou o Arranjo de Contingência de Reservas (uma espécie de um FMI dos “BRICS”) foi capaz de rivalizar o poderio monetário e geopolítico estadunidense (Metri, 2018). Uma das consequências desta disputa é a disputa ideológica extremada e que beira à paranoia (Pinto, 2019).

No meio da crise de hegemonia que vivemos no período atual, o poder e a acumulação ficam desorganizados e emergem forças organizadas extremamente reacionárias no seio da sociedade. A forma mais aparente deste fenômeno são os movimentos que se reivindicam, de um lado, liberais nos discursos econômico e político, se afirmando contra o Estado interventor na economia, pois segundo tais grupos, este Estado promove bens e serviços públicos ineficientes e facilitadores de corrupção. De outro lado, se reivindicam conservadores no tratamento da questão social e nos costumes, a favor de um Estado interventor da ordem pública (na questão da segurança pública), controlador da educação (restringindo temas raciais, culturais e de gênero, chegando ao

ponto de defender até mesmo “mordança” nas salas de aula) e criminalizando os movimentos sociais que tenham pautas de legalização das drogas, de liberdade sexual e religiosa.

É importante destacar que este discurso não pode nem consegue esconder que visa a maior liberdade para o capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores, conquistados e inscritos na Consolidação da Leis de Trabalho de 1943 e na Constituição Federal de 1988.

Ora, se durante a crise de hegemonia que se apresentava em 1964, as burguesias brasileiras lograram se concertar como uma “colcha de retalhos” a fim de preservar sua situação de classe, hoje em dia, diante da nova crise de hegemonia que se apresenta ficou claro que as burguesias, por mais heterogêneas que sejam, puderam se reunir de novo de tal forma compósita para sacar o PT do centro da vida política do país. Impediram Dilma Rousseff, negaram a candidatura de Lula e o transformaram em um preso político em 2018 (sendo as consequências deste fato ainda muito difusas para já se chegar a uma conclusão) e, por falta de uma opção mais palatável, aceitaram e apoiaram a candidatura de um indivíduo que se mostra abertamente defensor de ideias autoritárias e que é a favor do jogo da política econômica neoliberal.

3 A consciência de classe e as possibilidades de mudanças sociais

Um terceiro ponto para pesquisa futura que esta tese deixa em aberto é o seguinte: **qual o estado atual de organização e identidade da classe trabalhadora no processo de transformação social?**

Como vimos ao longo de toda a tese, o Estado moderno é um instrumento de classe que defende os interesses de classe burgueses, ao passo que é o espaço onde se manifestam variadas disputas entre e dentro das classes. Disputas estas,

predominantemente, motivadas por interesses econômicos. O Estado ainda tem um caráter integral referente à combinação da sociedade civil, enquanto espaço de atuação dos aparelhos de hegemonia, com a sociedade política, enquanto o aparelho burocrático e militar da máquina política na forma de parlamentos e instituições que representam os interesses burgueses de forma legítima como se representassem os interesses de toda a população de uma determinada sociedade. Por meio desta combinação, o Estado na sociedade burguesa atua de forma diretiva e dominadora.

No Brasil, o “Estado moderno” vem se conformando desde a Independência política em relação à Portugal e seria somente com a concretização da revolução burguesa no Brasil durante os anos da década de 1930 do século passado que ele ganharia contornos claros de um estado burguês. O surgimento do povo no Brasil foi possibilitado com a abolição da escravidão em 1888, ele passaria a se desenvolver como classe num processo lento de construção de identidade de interesses em confronto aos interesses burgueses e restringido pelos mecanismos burgueses que atuam no sentido de impedir as manifestações populares.

Mostramos que, pelo menos, desde os acontecimentos advindos após a revolução russa em 1917, uma série de manifestações de trabalhadores ocorreram no Brasil. Além delas, uma série de manifestações pequeno-burguesas, ou de “classe média”, ocorreram demandando maior participação destes setores no interior do Estado e, conseqüentemente, na atividade política do país.

Estes movimentos foram todos repelidos pelo Estado burguês que não hesitou em usar sua função coercitiva de dominação. Inúmeras foram as tentativas de golpe de Estado e os efetivos golpes de Estado na história do país, sendo o golpe civil-militar em 1964 o desfecho do processo de revolução burguesa periférica no Brasil. Ele desorganizou nos seus primeiros anos as forças de esquerda e de centro-esquerda que lutavam por um país minimamente autônomo e uma democracia de massas no Brasil. Ocorre que, como vimos,

os momentos de preponderância da coerção preparam o terreno para os momentos em que a hegemonia se torna preponderante.

Em especial, apontamos que a partir do milagre econômico (1968-1973) e da distensão política entre 1974 e 1988, a forma de democracia de cooptação e as lutas populares por maior participação popular abriram espaço para a organização das classes trabalhadoras. De fato, em 1978 com as greves do ABC paulista a classe trabalhadora surgiu pela primeira vez na história do país como uma força política organizada e independente ao capital. Ela surgiu como uma classe em si que, mediante a formação de um partido político que tinha como discurso representar seus interesses, e, a partir de outras formas de organização e de lutas populares, logrou o fim do regime civil-militar e uma Constituição que, apesar de todos os problemas de transformismo e de cooptação citados, prometia uma rede de seguridade social, direitos sociais e trabalhistas nos marcos de um almejado “Estado de Bem-Estar brasileiro”.

Resulta que este período foi marcado também pela ascensão do neoliberalismo como um sistema de acumulação hegemônico. Como Fukuyama (1992) o chamaria, um período de “fim da história” que se seguiu à queda do muro de Berlim e ao desmantelamento da União Soviética. Esta reconfiguração sob o laço neoliberal tem causado uma transformação nas formas de solidariedade de classe ou mesmo de organização de classe.

Segundo Saad Filho & Moraes (2018), o neoliberalismo coloca as formas de protesto social e de política de uma maneira *lumpenizada*, isto é, típicas à categoria marxiana de lumpemproletariado que se encontra incapaz estruturalmente de se organizar e expressar suas demandas convincentemente. Apontamos que se é verdade que foi no fim da década de 1970 que a classe trabalhadora surgiu pela primeira vez como uma classe em si, organizada e independente, o movimento que ocorreu em junho de 2013 foi diferente.

A classe trabalhadora não foi capaz de se organizar estruturalmente e de permanecer independente ao capital e do Estado. O resultado foi o de perda de uma oportunidade histórica para verdadeiras transformações sociais pela classe trabalhadora, na medida que o desenrolar das “jornadas de junho” foi controlado pelos aparelhos hegemônicos do Estado a favor do capital. Os protestos e manifestações foram vendidos pela grande mídia como se fossem apolíticos ou até mesmo antipolíticos.

Segundo Saad Filho & Moraes (2018):

Protestos lumpenizados são esporádicos e sem foco. Quando surgem, não costuma haver união de forças na forma de organizações e movimentos duradouros, que podem acumular experiências e conseguir resultados de longo prazo; ao contrário, os movimentos tendem a ser destrutivos. Assim como as demandas do lumpemproletariado são vulneráveis ao sequestro político pela burguesia, os movimentos sociais sob o neoliberalismo tendem a se tornar individualistas e vulneráveis à captura pela direita política. Como as estruturas sociais e as tecnologias do neoliberalismo alimentam a expressão direta e não mediada de demandas, elas costumam impulsionar uma ética universalista apoiada por uma filosofia do “senso comum” que ignora as noções de exploração em nível social; há apenas virtudes ou angústias individuais, que podem ser compreendidas de imediato e resolvidas na base da força (SAAD FILHO & MORAIS, 2018: 214)

É neste sentido que afirmamos que o grau de consciência de classe dos trabalhadores em 2013 era muito distinto do visto nas manifestações das greves operárias do ABC paulista em 1978. Em 1978, os trabalhadores vinham de anos de luta, legal e clandestina¹³¹, contra o regime civil-militar, contra o Estado autocrático burguês, e visavam, coletivamente, o fim de um regime de opressão e repressão. O desenrolar destas greves resultou na organização de um partido político que se propunha, pelo menos formalmente, defender a causa dos trabalhadores; também resultou na criação da CUT e na criação do MST.

¹³¹ Jogaram um papel fundamental nesta organização as comunidades eclesiais de base e os debates ligados à teologia da libertação. Apontamos como muito importante o destaque deste ponto, pois a forma de organização da classe trabalhadora no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, sempre passou por uma conexão com formas religiosas de organização popular.

Em 2013, os trabalhadores vinham de dez anos de atordoamento, apassivamento e ocultamento da luta de classes pelas políticas econômicas postas e prática pelo mesmo partido que surgira das manifestações de 1978, mas que passara pelo processo de transformismo. As manifestações que nasceram com bandeiras definidas acabaram sendo dominadas pelos aparelhos hegemônicos privados e impediram que desaguassem num processo de transformação social comandado pelas massas. Mais uma vez as classes dominantes se reuniram “por cima” para dar solução a um período de crise de poder e de acumulação que derivou dos impactos da crise global de 2007.

Neste sentido, afirmamos que, em 2013, as condições para a organização da classe trabalhadora “em si” e “para si” estavam encapsuladas e uma nova “revolução passiva”, no sentido em que a usa Carlos Nelson Coutinho, está em marcha, pelo menos desde 2014. Porém tal revolução passiva ou “pelo alto” das classes e frações de classe dominantes é um processo lento para elas próprias. Elas cometeram demasiados erros que lhes custaram caro em alguma medida como, por exemplo, o ataque do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) aos resultados das eleições em 2014, a aposta “no escuro” em Michel Temer que, apesar de ter posto em marcha as reformas neoliberais em ritmo mais rápido que o PT estava fazendo, promoveu uma rejeição popular vista poucas vezes na história do país. A própria aposta em Jair Bolsonaro pode se mostrar “temerária” pela relação conturbada do atual presente com os principais meios de comunicação, pelas opções polêmicas na composição da atual equipe de governo e pelo despreparo no trato de questões socialmente sensíveis.

Parece pouco provável, no atual contexto, pelo grau de organização e mobilização dos partidos e movimentos de esquerda que grandes mudanças sociais tomem lugar com o fito de pôr em prática os interesses dos desprivilegiados e dos trabalhadores no curto prazo. Mas isto não quer dizer que a ascensão de um governo autoritário de tendência fascizante não tenha despertado nestes setores a necessidade de organização e

atividade, legal e clandestina, nos termos de Marx & Engels (1850), para a construção de um revolução permanente. Se tática e estratégia não forem confundidas pode ser que movimentos de resistência¹³² surtam os efeitos de desmobilização da onda reacionária.

4 A questão do povo

Um último ponto que esta tese deixa aberto para posterior pesquisa se encontra no seguinte questionamento: **qual a situação do povo brasileiro hoje em termos de democracia?**

Conforme expomos, pela interpretação macrossociológica de Florestan Fernandes, o povo surge no Brasil com abolição da escravidão em 1888. Este fato se explica pela liberdade que era dada ao agente humano que constituía a maioria da população brasileira. Entretanto, a liberdade dada pela abolição acabou por significar que a partir de então o elemento negro era livre para ser explorado sob outra forma: a tipicamente capitalista.

Como vimos, a abolição da escravidão marcou um período de transição de ordem social, da ordem neocolonial para a ordem competitiva. É neste período que o processo de revolução burguesa no Brasil começou a se desenvolver. Entretanto, a revolução burguesa no Brasil não resolveria a questão social, isto é, a questão do povo e das contradições que o envolvem como a pobreza, a miséria, as desigualdades de renda e riqueza, as desigualdades regionais etc. A revolução burguesa no Brasil resolveu os problemas dos grupos dominantes, os burgueses, os quais, em geral, são compostos na maioria por pessoas brancas.

¹³² Dentre os principais movimentos de resistência popular dos últimos anos citamos o Movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) que luta pela questão da moradia, o movimento estudantil secundarista que lutou contra a reforma do ensino médio e contra as propostas do “Escola sem partido”, as atividades do movimento feminino, a greve geral do dia 28 abril de 2017, as ocupações indígenas demandando que a voz indígena seja escutada.

Octavio Ianni (1992) afirma que a revolução burguesa não transformou o elemento negro, o elemento indígena e o elemento imigrante em cidadãos, logo não os transformou em povo. O sociólogo coloca a conexão da revolução burguesa e a questão do povo da seguinte maneira:

A revolução burguesa resolveu muito bem o problema da transformação das raças em população, compreendendo-se esta como uma coletividade de trabalhadores. Desde a abolição do regime do trabalho escravo, o imigrante, negro, e índio foram reeducados para o trabalho livre. Houve uma vasta reeducação de uns e outros para que se ajustassem às exigências do mercado de força de trabalho. Agora todos são iguais e livres, enquanto proprietários de força de trabalho. Como os outros proprietários de mercadorias. Mas aí terminam a liberdade e a igualdade (IANNI, 1992: 137).

Há, por trás desta afirmação, a ideia de que, na discussão sobre o povo brasileiro, há uma diferença entre a criação de uma população de trabalhadores e uma comunidade de cidadãos. Esta discussão é, no fundo, a discussão sobre as barreiras para a inclusão da população trabalhadora e desprivilegiada na sociedade civil e na sociedade política. Este não é outra coisa senão o tema da democracia restrita que vimos ser a tradição democrática brasileira.

Desta forma, quando se fala que a questão de grupos identitários como os negros e negras, os mestiços e as mestiças, as pessoas indígenas, as mulheres, a comunidade LGBTQ etc. está toda conectada pela questão da “classe trabalhadora”, o que se quer, na verdade, é atentar para o fato de que no Brasil, como em todo o capitalismo dependente, a questão dos trabalhadores é totalmente associada à falta de participação popular na vida política. Se está apontando para o fato de que estes setores da sociedade são os que põem a acumulação em funcionamento oferecendo sua força de trabalho como fonte de ampliação da riqueza, tanto no setor formal como no informal, mas não são considerados como cidadãos de fato, apesar de, formalmente, todos serem iguais perante à lei.

Assim, o atual momento da sociedade brasileira requer o aprofundamento da questão do povo que vem há muito sendo estudada no Brasil. A intensificação da “democracia restrita” parece estar apontando para mais um governo para as minorias em detrimento da imensa maioria. Se se toma os grupos supracitados, se tem uma parcela considerável da população brasileira que, definitivamente, ainda não conta como cidadã. Um caso extremo é o da população pobre da cidade do Rio de Janeiro, em sua maioria negra e moradora das favelas. Historicamente alvo da ação desumana da polícia e dos poderes paralelos que existem na cidade. Em 2018 durante o governo Temer, ela conviveu com uma violenta intervenção militar que teve um apelo midiático grande e resultados duvidosos, em termos de resolução da questão da segurança pública.

Num país como o Brasil, que esteve mais de trezentos anos na situação de colônia formal de uma metrópole e que seguiu dependente de outras potências após a emancipação política, onde quase houve a dizimação dos povos indígenas, onde ocorreu a brutal exploração do elemento negro, muito se progrediu quando, após o fim do regime civil-militar se construiu historicamente uma série de medidas reparatórias com caráter de políticas públicas reparatórias a estas parcelas da população, que não configuram a concessão de um privilégio.

Malgrado a cooptação e o apassivamento da luta de classe dos anos de governo do PT, a política econômica entre 2003 e 2016 ficou marcada pela intensificação das ações afirmativas, as quais tinham como função justamente integrar parte da população desprivilegiada na vida cidadã. Dentre elas, se destaca, por exemplo, as cotas raciais nas universidades públicas, nos concursos públicos, as cotas de renda, a ampliação dos cursos noturnos que favorecem as pessoas que não têm condições de se dedicar somente ao estudo. Isto tudo está sob ameaça de ser revertido com o atual governo.

Já nos primeiros dias de governo, o presidente Jair Bolsonaro passou uma questão que para a população indígena é diretamente sensível para o ministério da agricultura, o

qual defende historicamente os interesses dos agentes agropecuários através da “bancada ruralista” e que está também historicamente em oposição com os interesses indígenas. Ao esvaziar as atribuições de demarcação das reservas indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o governo sinaliza que não pretende prosseguir demarcando terras, expropriando terras de produtores e barrando atividades que antes tinham muita dificuldade de conseguirem aprovação como a construção e operação de hidrelétricas, rodovias e ferrovias perto de terras indígenas.

O governo Bolsonaro representa também um retrocesso em questão de diplomacia internacional ao se aliar, de maneira quase servil, aos imperativos da economia estadunidense e ignorar as sutilezas envolvidas em questões sensíveis como a do Estado de Israel e da Palestina, ao reconhecer imediatamente e sem uma análise crítica da soberania dos povos latino-americanos, o governo paralelo que se instaurou na Venezuela em janeiro de 2019 e, como último exemplo, ao expulsar os médicos cubanos do programa “Mais Médicos”.

Vale dizer que nos últimos anos tem sido forte a influência das igrejas neopentecostais, que estão sendo usadas como verdadeiros aparelhos hegemônicos privados, em detrimento da preponderância de outrora da Igreja católica. Estas igrejas estão colocando outra vez na ordem do dia temas conservadores e sensíveis para a sociedade brasileira, como o tema da criminalização do aborto, e têm sido forte apoio moral, financeiro e ideológico das classe e frações de classe dominantes.

Estas quatro perguntas levantadas são pontos que surgiram com a pesquisa da tese e que também concomitantemente ao próprio movimento histórico vivido no momento de escrita do texto. Neste período (2015-2019) o país vivenciou o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, seu afastamento, seu impedimento, a ascensão de Temer, a emergência de ideias conservadoras e fascizantes, e a eleição de Jair Bolsonaro.

Realizar um trabalho de história do pensamento socioeconômico vai além do ato de historiografar o pensamento, é também um trabalho de construção de análises e teorias sobre a realidade social que se pesquisa. No caso, ao tratar da questão democrática brasileira a partir das contribuições de Florestan Fernandes, para poder analisar a ascensão e a queda da Nova República, e, por fim, o início de um governo de tendência autoritária, é um desafio complexo porque os fatos históricos do objeto de pesquisa estão ou estavam sendo vividos no momento de pesquisa e escrita.

Os questionamentos para a agenda de pesquisa futura derivam das reflexões de que o Estado brasileiro é um Estado de conteúdo claramente classista e comporta disputas entre classes e entre frações de classe; por ser um trabalho de história do pensamento socioeconômico se extrai que a especificidade histórica da formação social brasileira é imprescindível para a conformação de um tipo comum de democracia vigente na América Latina que é a “democracia restrita”, aquela que exclui da cidadania boa parte da população, mesmo que integre esta população na dinâmica de acumulação do sistema; por fim, destas reflexões se retém que com o processo específico de revolução burguesa e seus desdobramentos foi possível a transição de um regime civil-militar fechado para um regime civil “aberto”, como é próprio do capitalismo dependente, mas que contou com a cooptação e sofreu com os limites de tal modo de operação.

Aqui vale lembrar o historiador Eric Hobsbawm (Hobsbawm, 1995) quando nos fala sobre a dificuldade para o historiador/pesquisador de escrever sobre o presente ou sobre os dias em que se vive. Segundo ele, não temos o distanciamento histórico que é a arma final do historiador: a retrovisão. Mas isso não inviabiliza que se estude o presente, pelo contrário. Para aqueles que pretendem analisar as possibilidades de mudanças sociais enquanto uma revolução que integre a massa do povo no Estado integral, o estudo do “presente como história” não só é possível, como imprescindível.

Apêndice A – A controvérsia entre democracia liberal e a democracia socialista

1 A relação entre Estado, classes e democracia

A defesa da democracia é uma espécie de denominador comum de vários regimes políticos que já surgiram. Segundo a teoria social marxista – que engloba a teoria das classes sociais, da luta de classes, da sociedade civil, da sociedade política usada nesta tese existe – uma tendência de incompatibilidade entre a ordem capitalista e a democracia política¹³³.

Lenin (1917b [2107]) percebeu esta tendência ao ver o movimento do capitalismo no seu momento imperialista. Ao contrário da capitulação feita por alguns dirigentes da Internacional Socialista, principalmente Kautsky e Bernstein, para quem a democracia seria conexas à tradição liberal, Lenin mostra que sob o imperialismo, a democracia tende a dar espaço para aparatos cada vez mais repressivos. Para Lenin, enquanto existe Estado não há democracia e, na medida em que ocorre a democratização da sociedade com participação efetiva das massas nos processos decisórios dentro do Estado transitório socialista, a democracia vira supérflua¹³⁴.

Quando se pensa em democracia, há uma referência a “poder do povo”. Conforme supracitado e percebido por Lenin, o Estado liberal nasce em contraposição à democracia.

¹³³ Nossa discussão neste anexo se restringirá ao debate entre liberais e socialistas, para seu aprofundamento recomendamos a leitura da controvérsia entre os autores da chamada democracia elitista e os autores da democracia participativa visto em Alcantara (2018). A democracia “elitista competitiva” inspirada na obra de Schumpeter (1942 [1961]) *Capitalismo, socialismo e democracia*, afirmaria, baseada na obra de Max Weber, que a democracia seria um método político, um determinado arranjo institucional para se chegar a decisões políticas. Tal tipo de democracia seria legitimada pelo voto popular que delegaria às “elites”, políticos profissionais que competem entre si pelo voto das massas e representam o povo, as decisões políticas. Já os autores da democracia participativa são inspirados pelas ideias de “vontade popular” de Jean Jacques Rousseau e de democracia como caminho para o desenvolvimento humano de John Stuart Mill. Uma leitura crítica da democracia participativa pode ser encontrada em Habermas (1992 [1997]).

¹³⁴ O Estado transitório, da ditadura do proletariado, passaria a prescindir das instituições vigentes na sociedade anterior. Apesar de central na sua exposição, a ideia de ditadura do proletariado em Lenin é problemática por deixar muitos flancos em aberto. Não estão postas as mediações nos instrumentos de representação e participação popular que seriam necessárias entre a sociedade burguesa e a sociedade socialista. A dialética de negação de negação não está incluída na análise lenineana desta transição, o que faz com que o autor não tenha levado em consideração devidamente os aspectos de continuidade da sociedade anterior com a nova que está nascendo (Neto, 1987).

A democracia “dos antigos”, aquela da sociedade grega, se baseava no poder do povo, mas tinha uma deficiência patente: só eram considerados integrantes do “povo” aqueles chamados de cidadãos. Isto é: numa sociedade considerada democrata, nem todos eram integrados à ordem política com igualdade. Prova disso era a impossibilidade dos escravos, mulheres e estrangeiros de participarem da vida política daquela sociedade.

Já a democracia “moderna” é a do tipo liberal. Pelo senso comum, pensa-se que Estado liberal e democracia sejam interdependentes, mas não o são. Bobbio (1988 [2000]) lembra como o Estado liberal nasceu historicamente na transição do modo de produção feudal para o capitalismo de um contínuo desmantelamento do poder do rei e, em períodos de crise mais intensa, de uma crise revolucionária. Os exemplos históricos são o Estado liberal inglês de fins do século XVII e o francês em fins do século XVIII.

Entretanto, ideológica e racionalmente, o Estado liberal é justificado como “um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura” (BOBBIO, 1988 [2000]: 14). O liberalismo se utilizou do individualismo, segundo o qual o indivíduo antecede a sociedade, em oposição ao anterior organicismo aristotélico¹³⁵, segundo o qual a coletividade tem papel mais importante que o indivíduo. Portanto, o liberalismo é a doutrina da limitação do poder estatal, que estava na figura do rei, e sua submissão aos súditos.

O Estado de direito liberal, assim como o Estado absolutista, está assentado na ideia de que o governo das leis é superior ao governo dos homens. A separação dos poderes e um corpo jurídico independente atua de forma a fiscalizar o funcionamento deste Estado. Além disso, o Estado de direito liberal constitucionaliza os direitos naturais

¹³⁵ Ao refletir sobre as diferenças entre o organicismo de origem em Aristóteles e o individualismo com origem em Hobbes, Bobbio afirma: “Enquanto o organicismo considera o Estado como um grande corpo composto de partes que concorrem – cada um segundo sua própria destinação e em relação de interdependência com todas as demais – para a vida do todo, e portanto não atribui nenhuma autonomia aos indivíduos *uti singuli*, o individualismo considera o Estado como um conjunto de indivíduos e como o resultado da atividade deles e das relações por eles estabelecidas entre si” (BOBBIO, 1988 [2000]: 45-46).

do homem por via da proteção jurídica dada a estes direitos, isto é, pela transformação dos direitos naturais em direitos positivos.

O liberalismo é a doutrina da limitação estatal, tanto em seus poderes (Estado de Direito), quanto em suas funções (Estado mínimo). No liberalismo o Estado seria um mal necessário, no sentido que restringe os vícios dos indivíduos. Bobbio coloca assim este ponto:

Uma vez definida a liberdade no sentido predominante da doutrina liberal como liberdade *em relação Estado*, o processo de formação do Estado liberal pode ser identificado com o progressivo alargamento da esfera de liberdade do indivíduo, diante dos poderes públicos [...], com a progressiva emancipação da sociedade ou da sociedade civil, no sentido hegeliano e marxiano, em relação ao Estado. As duas principais esferas nas quais ocorre essa emancipação são a esfera religiosa ou em geral espiritual e a esfera econômica ou dos interesses materiais (BOBBIO, 1988 [2000]: 22).

Não se pode esquecer que antes da crítica ao *Welfare State* de fins do século XX, restrita ao campo econômico, o liberalismo primeiro surgira como uma crítica ética, com a denúncia do paternalismo monárquico, a fim de preservar a autonomia do indivíduo no século XVII. Além disso, o liberalismo prega a diferença, a diversidade dos indivíduos como fonte de bem recíproco para a sociedade. É através da competição entre indivíduos que buscam a satisfação dos seus próprios interesses enquanto indivíduos, e aqui se encontra uma apologia à guerra, que os indivíduos contribuem à sociedade com a formação da virtude e da ética.

O liberalismo, como o conhecemos, é moderno, enquanto que a democracia é antiga. Os precursores do liberalismo advogavam a favor da democracia representativa, na qual o povo elege seus representantes que, por sua vez, governam e decidem formalmente em nome dos seus eleitores. O argumento liberal em prol da democracia representativa estava no tamanho que adquiriram os Estado-nações, muito grande, para os liberais, para se dar na forma de democracia direta. Isto era feito em contraposição à

democracia antiga, que tinha a mesma concepção de democracia enquanto governo do povo, mas era diferente na forma de exercício do poder.

Com a democracia representativa, os liberais pensavam que não feriam o princípio do governo popular inscrito no princípio da soberania popular. A soberania popular trata da ideia já presente nos teóricos “contratualistas” de fins do século XVII e começo do século XVIII, como John Locke, Jean Jacques Rousseau, Voltaire e Barão de Montesquieu, que diz que o Estado é criatura e sujeito da vontade popular, pois as pessoas são a fonte de todo o poder político. Logo, a soberania popular traria inscrita a ideia de que a efetiva participação do cidadão comum nas esferas de poder é necessária (Alcantara, 2018).

Segundo os liberais, a democracia representativa seria a melhor forma política possível, pois os indivíduos se tivessem que governar por conta própria não o fariam de forma a atingir o bem comum: o melhor proveito para a sociedade. Isto se explica pelo fato de os indivíduos agirem de acordo com os seus interesses particulares, egoístas. Sendo representados por delegados, estes interesses seriam subjugados ao interesse geral da nação. Então a democracia representativa pressupõe a atomização da sociedade e sua recomposição na forma de assembleias de delegados que se apresentam como representantes de seus eleitores.

Há um pressuposto na forma política da democracia liberal: para que ela funcione no sentido representativo, os eleitos pelo povo devem romper com o mandato vinculatório do eleitor. Tal princípio era típico do Estado de estamentos onde as corporações transmitiam ao soberano, através de seus representantes, os seus interesses. Portanto, havia um elo do eleito com o eleitor. Com a quebra deste mandato vinculatório, os delegados, eleitos pelo povo, estariam aptos a representar não os interesses das corporações ou estamentos que os elegeram, mas os interesses gerais da nação no Parlamento.

A democracia moderna é de certa forma um prosseguimento do liberalismo. Enquanto, por muito tempo, este foi avesso ao caráter popular da democracia, restringindo o voto a restritos setores da sociedade, a democracia atual seria a extensão do liberalismo sob uma condição: esta continuação só pode ser no nível jurídico-institucional e não num nível substancial.

A democracia liberal pretende ser universal ao generalizar o *ativismo político*. Conforme notaram Marx, Engels e Lenin, o parlamentarismo seria uma forma na qual o povo escolhe de tempos em tempos os representantes de sua exploração no interior do Estado. Aqui chegamos à constatação de que a democracia enquanto governo do povo tem duas concepções: uma ético-moral, relacionada a *busca de igualdade*; outra relacionada à formalização de *regras do jogo*. O que distingue estes dois aspectos é o que separa a democracia substancial da democracia formal e é a base da diferença entre a democracia socialista e a democracia liberal, respectivamente. Coloca-se, portanto, a relação antitética entre liberdade e igualdade. Nas palavras de Bobbio (1988 [2000]):

Libertarismo e igualitarismo fundam suas raízes em concepções do homem e da sociedade profundamente diversas: individualista, conflitualista e pluralista a liberal; totalizante, harmônica e monista a igualitária. Para o liberal, o fim principal é a expansão da liberdade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento da personalidade mais pobre e menos dotada; para o igualitário, o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera de liberdade singulares (BOBBIO, 1988 [2000]: 38).

Para o liberalismo, a solução desta antítese está na máxima de que a liberdade de um indivíduo deve ser estendida até o ponto em que a liberdade de outrem não seja constrangida. Isto se resume então i) à igualdade perante à lei, que prevê tratamento imparcial a todos e ii) à igualdade dos direitos, numa determinada época. Estes princípios têm seguido toda a modernidade constitucional desde fins do século XVIII. Só desta forma é que democracia e Estado liberal não são excludentes: se são postas limitações ao

alcance ao conteúdo substantivo da democracia. A primeira – a democracia – pode ser vista como a prolongação do segundo – o Estado liberal –, pelo menos no seu aspecto formal. Assim, o voto universal não é contrário nem ao Estado de direito, nem ao Estado mínimo¹³⁶.

O socialismo tem outra tratativa para a antítese “liberdade e democracia”. Ele prevê a abertura de novos espaços democráticos, a democracia direta com delegados com vínculo de mandato amovíveis e a substituição da formalidade da participação popular por participação substantiva, atingida pela maior igualdade entre os homens com a supressão da propriedade privada.

O século XX foi um marco para a teoria política. Com o surgimento de governos autoritários como os fascistas na Itália e Alemanha e o socialismo real da União Soviética, a diferença entre os regimes liberal e democrata passou a ser minimizada a fim de contrapô-los em bloco a estes regimes autoritários. De fato, intelectuais estadunidenses no contexto de Guerra Fria estavam trabalhando o conceito de totalitarismo de uma forma nova. A obra de Arendt (1951 [2017]), uma filósofa jurídica alemã radicada nos E.U.A., sobre o totalitarismo constituiu uma forma de aproximação entre os regimes autoritários fascistas com o regime socialista soviético em oposição à democracia liberal ocidental europeia e estadunidense¹³⁷. Poggi (2012) mostra que antes de Arendt, Hans Kohn já

¹³⁶ Não podemos, entretanto, concordar com o Bobbio quando afirma que: “Hoje apenas os Estados nascidos das revoluções liberais são democráticos e apenas os Estados democráticos protegem os direitos do homem: todos os Estados autoritários do mundo são ao mesmo tempo antiliberais e antidemocráticos (BOBBIO, 1988 [2000]: 44)”. Esta visão pressupõe e sugere que a democracia existente no mundo deva necessariamente passar por uma espécie de fase liberal. Ademais, como será visto nos capítulos subsequentes, as revoluções burguesas que se deram na América Latina, por exemplo, assumiram formas e resultados muito distintos das revoluções burguesas consideradas como clássicas. A saber: as europeias e a estadunidense. A especificidade das revoluções burguesas latino-americanas mostra que a democracia liberal ali não protege efetivamente os direitos do homem como sugerido pelo italiano.

¹³⁷ Poggi (2012) escreve sobre o totalitarismo descrito por Hanna Arendt: “Estava aberto o caminho para o totalitarismo, um regime autoritário e violento, mas inteiramente distinto das conhecidas formas de despotismo, tirania e ditadura. Isso porque o totalitarismo criou instituições políticas de novo caráter, destruindo as tradições sociais, legais e políticas do país. Segundo Arendt, o totalitarismo não instaura simplesmente uma ditadura monopartidária, mas cria um movimento de massa inspirado pela ideologia do terror, arregimentado em torno de um líder com qualidades especiais e que nutre essa íntima relação líder-massa por meio do uso revolucionário dos meios de comunicação e tecnologia modernos. O Totalitarismo transfere também o centro de poder de exército para a polícia e estabelece uma política exterior visando ao domínio mundial” (POGGI, 2012: 37).

havia trabalhado uma noção semelhante de totalitarismo e como o conceito de totalitarismo foi usado pelo próprio Mussolini para designar as metas do regime fascista.

Poggi (2012) realiza a crítica de interpretações como as de Arendt ao apontar que:

Os adeptos dessa releitura do totalitarismo partem muitas vezes de aspectos comuns – demasiado gerais – como o autoritarismo, violência, controle total, e expansão territorial para estabelecer uma comparação um tanto perigosa entre sistemas sociais tão díspares como capitalismo e comunismo. Esquecem a origem e o processo de formação dessas ideologias, segundo os quais o comunismo se compromete com a igualdade e com o fim da exploração do homem por outros homens e o fascismo, forma de organização político-cultural congruente com o capitalismo, com a hierarquização, exploração e até exclusão daquele diferente. Além disso [...], a base social de apoio do nazismo e do stalinismo é inteiramente diferente. O que possibilita aos autores dessa vertente contornar esse problema é exatamente o fato de não pensarem estas sociedades como estratificadas, permeadas por interesses de classe, fazendo o uso da categoria “massas” e “sociedade de massa”. Estas últimas categorias, bem como o conceito de totalitarismo construído sobre essas bases, homogeneízam-se obscurecendo o conflito” (POGGI, 2012: 39).

Com o advento do socialismo, começou-se a discutir sua relação com a democracia. A princípio esta relação seria menos conflitante do que era a relação liberalismo e democracia. Segundo Bobbio (1988 [2000]), se colocaram duas teses durante o século XX: i) a democratização favorecia a emergência de uma sociedade socialista; ii) somente o advento da sociedade socialista aumentaria e reforçaria a plena democracia. Havia o confronto entre a liberal-democracia, de um lado, e o socialismo; de outro, haveria conflito dentro do socialismo em torno da necessidade da existência de democracia ou não para a tomada do poder.

2 O partido e a revolução permanente

A teoria social marxiana além de envolver a crítica da economia política, da teoria política e da ideologia, trata da democracia realizando a crítica da luta política no interior

do Estado por mudanças sociais enfatizando a importância do papel do partido neste processo.

Conforme já indicado, Gramsci (1934 [1999-2006]) trata da questão do partido quando discorre do papel do intelectual enquanto uma pessoa que reflete sobre a realidade de uma formação social e participa ativamente como mediadora entre o projeto político de hegemonia de uma classe, organizada num partido, e a sociedade. Através dos intelectuais tradicionais as classes dominantes podem exercer a revolução passiva ou a “revolução sem revolução”, isto é, exercem sua dominação sem necessariamente usar a força. Já com aquilo que o autor chama de intelectual orgânico, um(a) pensador(a) e político(a) que nasce junto com a emergência do partido e por meio do salto qualitativo da consciência de classe “em si” a classe “para si”, surge a possibilidade de um intelectual revolucionário que está comprometido com um projeto de hegemonia das classes dominadas enquanto projeto de emancipação humana.

A questão da consciência de classe para si e dos desafios da organização desta luta no partido pode ser melhor ilustrada quando recorrermos ao exemplo histórico das revoluções liberais do século XIX e suas contrarrevoluções. O fracasso da revolução alemã em 1848 fez com que Marx & Engels (1850) fizessem uma autocrítica, enquanto membros do comitê central da liga dos comunistas, sobre a posição do partido operário em termos de alianças com a pequena burguesia e o campesinato em oposição aos setores monárquico, nobre e do grande capital.

Este texto traz à tona uma série de discussões importantes que podem-se reduzir à discussão entre *tática* e *estratégia* na política com o fim de mudanças sociais significativas e atingimento da hegemonia do projeto de um partido.

A experiência do fracasso da revolução liberal alemã de 1848, uma revolução que se deu no contexto em que Marx & Engels (1848 [1998]) escreveram *O Manifesto do partido comunista*, se deu em parte pelo fato de o operariado ter sido manipulado em

alianças espúrias com os liberais burgueses e por não ter dado a devida importância ao campesinato no processo revolucionário.

Engels (1895 *apud* Marx, 1871 [2012]) ressalta o fato também de que o fracasso da revolução de 1848 fora apontado por Marx como fruto da flutuação cíclica da economia. Uma vez que a economia estava se recuperando, a contrarrevolução foi exitosa. Nas palavras de Engels:

[...] a crise mundial do comércio de 1847 fora propriamente a mãe das Revoluções de Fevereiro e Março e que a prosperidade industrial, que gradativamente voltara a se instalar em meados de 1848 e que, em 1849 e 1850, atingira seu pleno florescimento, constituiu a força revitalizadora que inspirou novo ânimo à reação europeia (ENGELS, 1895 *apud* Marx, 1871 [2012]).

No contexto contrarrevolucionário que se deu já em 1848, os liberais burgueses exerceram um papel de traição com a classe trabalhadora que, segundo Marx & Engels, seria exercido no contexto de 1850 pelo partido democrata, o partido da pequena burguesia. Tal como em 1848, ao fortalecer o partido democrático, o proletariado perderia sua independência e seria seduzido por melhoras circunstanciais prometidas pelos pequeno-burgueses, escreveriam Marx & Engels (1850).

Em linhas gerais, a mensagem dos autores alemães em Marx & Engels (1850) é a seguinte: o partido operário deve saber distinguir entre tática, uma luta cotidiana para enfrentar situações conjunturais que se apresentam na vida política, e estratégia, um plano que visa superar no longo prazo os desafios colocados pela luta de classes. Desta forma, o partido operário deveria ter, segundo os autores, flexibilidade tática para se aliar a partidos outros (no caso, com o partido pequeno-burguês alemão) sempre que isso fosse compatível com o objetivo de queda do inimigo comum (a grande burguesia e a reação feudal); ao mesmo tempo, o partido operário deveria marchar contra o partido democrata sempre que este quisesse consolidar sua posição em proveito próprio.

Além disso, Marx e Engels defendem que o partido operário, no processo democrático liberal, deveria sempre apresentar suas propostas independentemente, isto é, deveria ter um programa próprio, apresentar seus candidatos nas eleições e expor sua posição revolucionária mesmo que as chances de vitórias fossem mínimas, pois isso demarcaria sua posição em relação aos problemas da sociedade e mostraria que a organização tem propostas fora da interferência da classe burguesa, ou seja, a classe operária teria construído uma consciência “para si”. Adicionalmente, esta organização deveria ser capaz de atuar tanto legalmente, nos marcos do regime burguês, como secretamente, pois em períodos de repressão sua atividade se faria ainda mais necessária.

Ademais, o partido proletário deveria ser incisivo quando algumas vitórias fossem alcançadas em aliança com a pequena burguesia contra o grande capital. Em vez de recuar, dando espaço aos burgueses, os proletários deveriam aproveitar todas as oportunidades e exigir um programa máximo sem capitular com as propostas pequeno-burguesas. Se necessário fosse, se preparando e se organizando com armas, pois deveriam estar preparados para se defender e reagir caso ocorresse uma investida de reação da força oficial burguesa, tendo um modo de operação e racionalização próprio, independente do regime burguês.

A mensagem do comitê central também coloca em pauta a necessidade de um “duplo poder”. Isto é, além do funcionamento dos governos oficiais nos marcos do regime democrático liberal, o partido operário deveria sempre prezar pelo funcionamento e alargamento de instâncias, como comitês e clubes operários, de participação direta da população como forma de controle do regime democrático-burguês e como forma de pressioná-lo.

Pode-se afirmar que este texto tinha como objetivo principal a seguinte constatação: o desenvolvimento da revolução democrático-burguesa na Alemanha traria a hegemonia política para a pequena burguesia. A questão, porém, se tratava de como

tornar esta revolução democrático-burguesa em uma revolução social. Por isso, a tarefa do proletariado era insistir nos pontos supracitados para que a revolução ganhasse o caráter de uma revolução permanente¹³⁸. Em *Crítica do programa de Gotha*, Marx (1875 [2012]) reafirmaria sua posição entre unidade de tática e estratégia afirmando, sob análise da fusão dos partidos operários alemães da época, que alianças são possíveis desde que não se perca o horizonte estratégico revolucionário. Neste texto fica claro a crítica ao socialismo aliado ao Estado. Para Marx, se o partido socialista tomasse este caminho sofreria capitulação e viraria mais um partido da ordem burguesa.

Engels (1895 *apud* Marx, 1871 [2012]) apontou, como uma revisão dele e do próprio Marx de seu posicionamento político diante do período revolucionário de 1848 e, depois, com a revisão da visão presente em Marx & Engels (1850) de que outro período revolucionário só se daria mediante outra crise econômica mundial. Segundo Engels, o capitalismo de sua época ainda estava emergindo e tinha um poder expansivo enorme com a recuperação de 1848. Nas suas palavras:

[...] Ela (a revolução) deixou claro que o nível do desenvolvimento econômico no continente naquela época nem de longe estava maduro para a eliminação da produção capitalista; ela provou isso mediante a revolução econômica que tomou conta de todo o continente a partir de 1848 e só instalou de fato a grande indústria na França, na Áustria, na Hungria, na Polônia e, mais recentemente, na Rússia e fez da Alemanha um país industrial de primeira grandeza – tudo tinha muita capacidade de expansão. [...] Dessa maneira, porém, a luta entre essas duas grandes classes, que em 1848 era travada fora da Inglaterra só em Paris em, no máximo, em alguns grandes centros industriais, foi disseminada por toda a Europa e atingiu uma intensidade ainda impensável em 1848 (ENGELS, 1895 *apud* Marx, 1871 [2012]).

Neste sentido, se reconfigurara a forma em que as lutas de classe se davam e, por isso, defendia Engels, deviam ser revistas as formas de combate dos trabalhadores. Ao

¹³⁸ Em outros textos, como *Crítica ao programa de Gotha* (Marx, 1875 [2012]), Marx também oferece uma crítica da aproximação da causa proletária aos partidos burgueses, só que desta vez ao partido socialdemocrata alemão, do qual os próprios Marx e Engels chegaram a participar. A liderança socialdemocrata já se encaminhava gradualmente ao transformismo com a corrupção de interesses dos trabalhadores através do oferecimento de melhoras conjunturais.

invés de atuar, exclusivamente, pela via da luta de ruas (trincheiras), os trabalhadores deveriam utilizar-se da luta legal feita pelo direito do voto universal. Por isso era a tarefa do partido promover um processo “longo e persistente” de construção conjunta com as massas da consciência da tarefa que lhes cabem para que possam empenhar “o corpo e a vida” na luta de classes.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, P. Democracia e soberania popular: a teoria da participação e a crítica à abordagem elitista. **Temática**, Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/37998/19329>, n. 1, p. 1-14, 2018.

ANDERSON, P. **A crise no Brasil: uma análise profunda de Perry Anderson**, 2016. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/pt/democracy-governance/crise-no-brasil-uma-an%C3%A1lise-profunda-de-perry-anderson.>>. Acesso em: Abril 2018. **A crise no Brasil: uma análise profunda de Perry Anderson**”. Texto originalmente na edição de abril da London Review of Books, traduzido por Fernando Pureza. Blog da Boitempo.

ANTUNES, R. **Nossas classes dominantes sempre oscilaram entre a conciliação e o golpe**, 2017. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=126>>. Acesso em: Junho 2018.

ARENDT, H. **The Origins of totalitarianism**. Milton Keynes: Penguin Books, 1951 [2017].

AYERS, A.; SAAD-FILHO, A. Democracy against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence. **Critical sociology**, n. 41, 2015. 581-596.

BADARÓ, M. **História e projeto social: a origem militante do debate sobre classes e luta de classes na obra de E. P. Thompson**. Campinas, 2012.

BADARÓ, M. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Consequência, 2017.

BADARÓ, M. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

BANDEIRA ET AL., M. **O vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização brasileira, 1967.

BEVERIDGE, W. **Social Insurance and allied services (Beveridge report)**. Reino Unido. 1942.

BIANCHI, A. **O laboratório de gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda. 2008.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982 [1994].

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988 [2000].

BOITO JR., A. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. **Novos temas**, São Paulo, n. 9, p. 153-182, 2013.

BOITO JR., A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, p. 155-162, 2016.

BORJA, B. *et al.* **revolução russa e os caminhos da controvérsia da revolução brasileira**: nelson werneck sodré, caio prado jr e florestan fernandes. colóquio marx e marxismo. ed. niterói, 2017.

BORJA, B. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista a filosofia. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980 [1990].

CANDIDO, A. Os radicalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, 4, n. 8, Jan-Abr 1990. 4-18.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quartel do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE - UNICAMP, 2002.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1984 [1988].

CHESNAIS, F *et al.* **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: CEMARX. Xamã, 2003.

CHESNAIS, F (org.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CHOMSKY, N. **The Carter administration**: Myth and reality. Montreal: Black rose books, 1981.

COHN, G. Florestan Fernandes: grandes problemas, grandes interlocutores. In: CEPÊDA, V.; MAZUCATO, T. **Florestan Fernandes 20 anos depois**: um exercício de memória. São Carlos: UFSCAR, 2015. p. 33-46.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. **Revista encontros com a civilização brasileira**, 1979. 33-47.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento crítico. Rio de Janeiro: Campus, 1989 [1992].

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

CURTY, C. **A abordagem das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro**: uma análise sobre a controvérsia dos modos de produção no Brasil. Rio de Janeiro, 2017. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CURTY, C.; DE MALTA, M. M. **Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro**: a abordagem das controvérsias. Niterói, 2018. Disponível em: <<https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%201/21.pdf>>. Acesso em: Setembro 2018. Paper apresentado no XXIII encontro nacional de economia política.

DANTAS, F.; WRAY, R. **Full employment: are we there yet?** Levy economics institute of bard college, 2017.

DEMIER, F. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira**: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. Anais do V colóquio internacional CEMARX. Campinas, 2007.

DEMIER, F. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. In: BADARÓ, M. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p 67-101.

DEMIER, F.; GONÇALVES, G. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. **Direito e práxis**, 8, n. 3, 2017. 2350-2376.

DOBB, M. **Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Ed. Martins Fontes, 1973 [1977].

DURIGUETTO, M. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil em Gramsci: um debate necessário. **Libertas**, Juiz de Fora, 8, jul-dez 2008. 83-94.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. soc. soc.**, São Paulo, n. 118, 2014. 265-293.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo editorial, 1845 [2010].

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e da família**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1884 [1984].

FAORO, R. **Os donos do poder? formação do patronato político brasileiro**, Globo, 1958 [2001].

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 1960 [2008].

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 1964a [2008].

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, 1964b [2008].

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968 [1981].

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972 [1973].

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 1975a [2011].

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975b [1976].

FERNANDES, F. **O que é revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981a.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 1981b [2015].

FERNANDES, F. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, 1986 [2007].

FERNANDES, F. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 1989 [2006].

FERNANDES, F. Caio Prado Júnior: a rebelião moral, Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/110625208/Caio-Prado-Jr-Rebeliao-Moral-Florestan-Fernandes>, 1995.

FERNANDES, F. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, H. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: CEPÊDA, V.; MAZUCATO, T. **Florestan Fernandes 20 anos depois**: um exercício de memória. São Carlos: UFSCAR, 2015. p. 13-31.

FONTES, V. **Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 1936 [2013].

FUKUYAMA, F. **The end of history and the last man**. New York: The free press, 1992.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora nacional, 1959 [1980].

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966 [1968].

FURTADO, C. **Análise do "modelo" brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972 [1975].

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora nacional, 1980 [1981].

FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

FURTADO, C. **Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e terra s.a., 1992.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e terra, 1998.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcer**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 1-6, 1934 [1999-2006].

HABERMAS, J. **Direito e democracia? entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, v. 1, 1992 [1997].

HADLER, J. **Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. São Paulo: Alameda, 2012.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo editorial, 2017 [2018].

HEINRICH, M. **Marx's state theory after "Grundrisse" and "Capital"**. Atenas: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.oekonomiekritik.de/2007-State.htm>>. Acesso em: Setembro 2018.

HENRIQUES, T. **Contribuição ao debate crítico sobre o papel das commodities primárias no desenvolvimento latino-americano (2003-2013)**. Campinas: Dissertação de mestrado, 2015.

HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1990.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995 [2006].

HOBBSAWM, E. O presente como história. In: HOBBSAWM, E. **Sobre História**. Rio de Janeiro : Companhia de bolso, 1995.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2011.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1936 [1995].

HOLLOWAY, J. Clase y clasificación. **Cuadernos del sur**, novembro 1999. 111-120.

IANNI, O. As raízes da anti-democracia na América Latina. **Lua nova**, São Paulo, 1988. 17-22.

IANNI, O. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, n. 145, 1989.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IASI, M. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IASI, M. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IASI, M. **O PT e a revolução burguesa no Brasil**. Marília : Editora Unesp, 2013.

IASI, M. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In: IASI, M.; GRANJA, E. **Ecoss do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois do golpe**, Mórula editorial, 2014.

IASI, M. **O caminho da ditadura**, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/24/o-caminho-da-ditadura/>>. Acesso em: Setembro 2018. Blog da Boitempo.

IASI, M. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2017.

IASI, M. **A psicologia de massas do fascismo ontem e hoje: por que as massas caminham sob a direção de seus algozes?** 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/06/04/a-psicologia-de-massas-do-fascismo-ontem-e-hoje-por-que-as-massas-caminham-sob-a-direcao-de-seus-algozes/>. Acesso em: Agosto 2018. Blog da Boitempo.

JINKINGS I. *et al.* (. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

JÚNIOR, C. P. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: São Paulo, 1933 [1972].

JÚNIOR, C. P. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das letras, 1942 [2011].

JÚNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945 [1981].

JÚNIOR, C. P. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966 [2004].

JÚNIOR, C. P. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1968 [1999].

JÚNIOR, C. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1936 [2007].

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KONDER, L. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KREGEL, J. **Debtor's crisis or creditor's crisis? Who pays for the european sovereign and subprime mortgage losses?** Levy economics institute of bard college, 2011.

LEHER, R. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública, Campinas, v. 33, p. 1157-1173, out-dez 2012.

LEHER, R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente? um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2018.

LENIN, V. **Que fazer?** São Paulo: Expressão Popular, 1902 [2017].

LENIN, V. **Imperialismo**: fase ulterior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 1917a [2012].

LENIN, V. **O estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1917b [2017].

LÉON, J. **Uma contribuição à crítica ao debate da pobreza no Brasil (2003 - 2013)**: qualidade do emprego e do salário. Campinas.: Dissertação de mestrado, 2015.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006 [2007].

LOUREIRO, P. M. The limits of pragmatism: the rise and fall of the Brazilian workers' party (2002-2016). **Latin American perspectives**, Londres, 2018. Disponível em: <<https://eprints.soas.ac.uk/24329/>>. Acesso em: Setembro 2018. No prelo.

MALTA, M. *et al.* **Ecos do desenvolvimento**: Uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

MALTA, M. **Liberdade e democracia**: agenda socialista ou liberal? Havana, 2008. Disponível em: <https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_mellom.pdf>. Acesso em: Setembro 2018. Trabalho apresentado na IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI.

MARTINS ET. AL, C. A estratégia democrática e popular e um inventário da esquerda revolucionária, Rio de Janeiro, 2, n. 3, 2014. 382-403.

MARTINS, C. E. **Capitalismo de Estado e monopolista político**, Graal, 1977.

MARTINS, N. **Regulação do mercado de derivativos financeiros**: uma análise crítica das reformas pós-2008 à luz da experiência brasileira (1979-2017). Rio de Janeiro: Tese de doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (no prelo), 2019.

MARTINS, R. **A obsessão com o tráfico, a legislação escravista e os códigos negreiros portugueses**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13^a Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, 2017. p. 1-21.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 1844a [2004].

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo editorial, 1844b [2010].

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo editorial, 1844c [2010].

- MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**, Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em 03/02/2019, 1845.
- MARX, K. **As lutas de classe na França**. São Paulo: Boitempo editorial, 1850 [2012].
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1852 [2011].
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 1859 [2008].
- MARX, K. Salário, preço e lucro. In: MARX, K. **Karl Marx**. São Paulo: Abril cultural, 1865 [1982].
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, v. 1, 1867 [2012].
- MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo editorial, 1871 [2012].
- MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo editorial, 1875 [2012].
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo editorial, v. 2, 1885.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo editorial, v. 3, 1894 [2017].
- MARX, K. **Teoria da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. São Paulo: Civilização brasileira S.A., v. 1-3, 1905-1910 [1980].
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo editorial, 1939 [2011].
- MARX, K.; ENGELS, L. **A sagrada família ou a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo editorial, 1844 [2003].
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo editorial, 1846 [2007].
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 1848 [1998].

MARX, K.; ENGELS, F. **Mensagem do comitê central à liga dos comunistas**, 1850. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: 2018.

MELLO, J. M. D. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, D. **As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa**. Colóquio internacional Marx e o marxismo 2017 - De o capital à reolução de outubro (1867-1917). Niterói, 2017.

MERCADANTE, A. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo lula (2003 - 2010)**. Campinas: Tese de doutoramento, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 1995 [2011].

METRI, M. **A diplomacia monetária dos Estados Unidos no século XXI**. 4o Seminário de Relações Internacionais. Foz do Iguaçu, 2018.

MILIBAND, R. **O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

MUSTO, M. A europa em tempo de crise. **Crítica marxista**, n. 43, p. 133-145, 2016.

NABUCO, J. **O aboliocionismo**. São Paulo: Publifolha, 1883 [2000].

NERI, M. **A nova classe média no Brasil: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva. FGV, 2011.

NETO, I. **Enigma Brasil elevado e anulado para uma teoria crítica da economia política brasileira: formas de constituição de classe no Brasil nos anos 2000**. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento, 2018. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NETTO, J. P. **O que é marxismo?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

NETTO, J. P. Lenin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, V. **O Estado e a revolução**, 1987.

NETTO, J. P. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NEVES, V. **Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho**. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento, 2016. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 [2011].

PAES, M. **O tratamento jurídico dos escravos nas ordenações manuelinas e filipinas**. Anais do v congresso brasileiro de história do direito, 2013. p. 523-536.

PAIXÃO, M. **ANTROPOFAGIA E RACISMO: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais**, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/10/ANTROPOFAGIA-E-RACISMO-MARCELO-PAIX%C3%83O.pdf>. Acesso em 03/02/2019.

PANITCH, L.; ALBO, G. **Rethinking democracy**. London: The Merlin press, 2017.

PINTO, E. *et al.* **A guerra de todos contra todos: a crise brasileira**. 6. ed., 2017. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062017pinto-et-al.pdf>. Texto para discussão do Instituto de Economia da UFRJ.

PINTO, E. "O povo começou a se libertar do socialismo": Bolsonaro falou para os quartéis, Rio de Janeiro (no prelo), 2019.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

POGGI, T. **Faces do extremo: uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América Latina 1970-2010**. Niterói: Tese de doutoramento na Universidade Federal Fluminense, 2012.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1968 [1977].

POULANTZAS, N. **Ditadura e fascismo: a III Inaternacional face o fascismo**. Porto: Portucalense, 1970 [1972].

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978 [1985].

PRADO, L.; ANTONIETA, M. **O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/eventos/outubro_2017/texto1010_933aa.pdf. Acesso em: Setembro 2018. Texto para discussão do Instituto de Economia da UFRJ.

RICARDO, D. **Princípios de economia política de tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1817 [1966].

RICUPERO, B. Florestan Fernandes e as interpretações do Brasil. In: CEPÊDA, V.; MAZUCATO, T. **Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória**. São Carlos: UFSCAR, 2015. p. 47-63.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contraponto, 1968 [2001].

RUBIN, I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1929 [2014].

SAAD-FILHO, A. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, 1, n. 3, 2011. 6-19. Edição especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo.

SAMPAIO JR., P. **Entre a nação e a barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPAIO JR., P. **Crônicas de uma crise anunciada**. São Paulo: SG - Amarante, 2017.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura, 1942 [1961].

SCHUMPETER, J. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: USAID, 1954 [1964].

SILVA, V. "Via prussiana" e "revolução passiva" no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? **Projeto História**, n. 41, p. 615-629, 2010.

SINGER, A. Cutucando onças com vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 - 2014). **Novos estudos**, p. 43-71, 2015.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. D. **O grande salto para o caos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1985.

TAVARES, M. D. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: BIELSCHWOSKY (ORGANIZADOR), R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 1973 [2000]. p. 589-608.

THOMPSON, E. Revolution again! or shut your ears and run. **New left review**, 1960. 18-31.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1963 [1987] V.1-3.

THOMPSON, E. Algumas observações sobre e "falsa consciência". In: THOMPSON, E. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1977 [2001]. p. 269-286.

THOMPSON, E. **The poverty of theory: or an orrery of errors**. London: Merlin Press, 1978 [1995].

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 1930 [2007].

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senador Federal, 1920 [2005].

WOOD, E. **Democracy against: renewing historical materialism**. Cambridge: Cambridge university press, 1995 [2003].